



Jefferson da Costa Soares

**DOS PROFESSORES “ESTRANHOS” AOS
CATEDRÁTICOS: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE NO COLÉGIO
PEDRO II (1925 - 1945)**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa
de Pós-Graduação em Educação do
Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Ana Waleska Pollo Campos Mendonça

Rio de Janeiro
Março de 2014



Jefferson da Costa Soares

**DOS PROFESSORES “ESTRANHOS” AOS
CATEDRÁTICOS: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE NO COLÉGIO
PEDRO II (1925 - 1945)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Ana Waleska Pollo Campos Mendonça
Orientadora
Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a. Isabel Lelis
Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a. Patricia Coelho
Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a. Sônia Maria Nogueira de Castro Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Andre de Lemos Freixo
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Prof^a. Denise Berruezo Potinari
Coordenador Setorial do Centro de Teologia Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de março de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Jefferson da Costa Soares

Graduou-se em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2005. Concluiu o Mestrado em Educação em 2009 pela mesma Universidade. Desde 2010 participa do Grupo de Pesquisa em História da Profissão Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), estudando temas como: Ensino Secundário, Identidade Profissional Docente e História das Instituições Escolares.

Ficha Catalográfica

Soares, Jefferson da Costa

Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945) / Jefferson da Costa Soares; orientadora: Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. – 2014.

281 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2014.

Inclui bibliografia

CDD: 370

Agradecimentos

A todos os meus familiares, sobretudo à minha mãe Rita Mariana Costa Soares, meu pai Raminho Soares e irmã Débora Costa Soares, por terem colaborado decisivamente para que eu pudesse me dedicar com exclusividade aos estudos, à pesquisa, à elaboração desta tese e me tornar o primeiro doutor da família.

À minha Orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Ana Waleska Pollo Campos Mendonça, pelo cuidado e carinho com que me recebeu em seu grupo de pesquisa e orientou esta tese, por tudo que me ensinou, pelo incentivo constante, pelo exemplo e pela amizade.

À Patrícia Coelho de Velasco, pelo amor, companheirismo, segurança, paciência e por ouvir minhas reflexões durante esses 9 anos de união.

A todos os membros da Família Coelho pelo carinho e acolhimento, especialmente à Marcelo Báfica Coelho e André Luiz Coelho Farias de Souza, companheiros de jornada.

Aos professores e funcionários do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), especialmente aos professores Geraldo e Beatriz Boclin e às bibliotecárias Tatyana Marques de Macedo Cardoso e Elisabeth Monteiro da Silva, que tornaram possível esta investigação.

Ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelas aulas vigorosas, pela convivência durante o curso de doutorado, por me aproximarem ainda mais do mundo acadêmico e me apresentarem à autores e ideias.

Aos Professores Doutores Isabel Alice Oswaldo Monteiro Lelis (PUC-Rio), Patricia Coelho (PUC-Rio), André de Lemos Freixo (UFOP), Arlette Medeiros Gasparello (UFF) e Sônia Maria de Castro Nogueira Lopes (UFRJ), que participaram de meus exames de qualificação e da defesa desta tese, tornaram-se interlocutores e fizeram valiosas observações e sugestões que contribuíram para aprimorar este trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª. Libânia Nacif Xavier (UFRJ) que em disciplina ministrada juntamente com a Prof^ª. Dr^ª. Sonia Lopes (UFRJ), contribuiu para elaboração do projeto que deu origem a esta tese.

À Professora Rosina Dias Fernandes Wagner (PUC-Rio), que me viu crescer (literalmente) e sempre me incentivou.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, especialmente aos queridos, atenciosos e trabalhadores Nancy Ferreira, Marnie, Geneci Felix e Eduardo.

Às Professoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anita Handfas, Luciane Quintanilha Falcão, Eliana de Amorim Moura e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, que me orientaram na licenciatura, na monitoria, na extensão e no mestrado e que, portanto, são pessoas que me incentivaram, que contribuíram muito para minha formação e de quem sou devedor.

Aos Colegas da turma de 2010 do Doutorado, pelo apoio e pelos bons debates travados dentro e fora da sala de aula.

Aos Colegas do Grupo de Pesquisa em “História da Profissão Docente”.

Aos Professores Doutores da Universidade de Lisboa, Antonio Nóvoa, Luisa Cerdeira, José Tomás Patrocínio, Joaquim Pintassilgo e Maria João Mogarro, que sempre atenciosos, dialogaram comigo sobre essa pesquisa durante os congressos em Lisboa e em suas passagens pelo Brasil.

À Rita de Cassia Lima Andrea e à Claudia de Magalhães Bezerra que possibilitaram condições de trabalho e de estudo em 2009 que permitiram a minha aprovação na seleção para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que financiou os dois primeiros anos de doutorado.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, que me premiou com uma bolsa de doutorado do Programa Nota 10, financiando os dois últimos anos de curso.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Àqueles que, antes de mim, refletiram sobre as mesmas questões e que das mais diversas formas, contribuíram decisivamente para a realização deste trabalho.

Resumo

Soares, Jefferson da Costa; Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. **Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945)**. Rio de Janeiro, 2014, 281 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar aspectos relacionados à construção da identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II, primeira instituição de ensino secundário brasileira, fundada em 1837, que conservou até meados do século XX, o caráter de instituição modelar para esta modalidade de ensino no Brasil e que permanece mantido pelo governo federal nos dias atuais. O recorte temporal adotado é o período que se estende de 1925 a 1945, delimitado por três reformas (Rocha Vaz, em 1925, Francisco Campos, em 1932, e Gustavo Capanema, em 1942) que consolidaram o processo de institucionalização do ensino secundário brasileiro. Os principais referenciais teóricos com os quais optamos dialogar foram os sociólogos franceses Claude Dubar e François Dubet. Trabalhamos com a noção de “Identidade Profissional” apresentada por Dubar e Nóvoa (1995), vinculada ao que Dubet chama de “Programa Institucional”. A metodologia utilizada foi a análise documental das diferentes fontes do período estudado, com destaque para aquelas encontradas no acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e na legislação sobre o sistema educacional do período investigado. Através das fontes consultadas foi possível identificar praticamente todos os professores que atuaram na instituição naquela época; as diversas categorias em que se enquadravam e, nesse caso, verificamos que, dentre os que se inseriram no Colégio nas categorias mais baixas hierarquicamente, alguns se tornaram catedráticos e diretores nos anos ou décadas que se seguiram; as atribuições dos professores; o comportamento em sala de aula; as penalidades; a atuação coletiva; os concursos; algumas disputas políticas internas;

vencimentos; algumas características pessoais e outros aspectos marcantes na construção de suas trajetórias. Obtivemos dados sobre a formação da grande maioria dos professores, quais disciplinas lecionavam, em que outras instituições trabalhavam, se eram considerados “bons”, “inexperientes” ou “novos” para a prática do magistério, bem como quais possuíam o “Registro”, instituído pela Reforma Campos em 1932. Foi possível ainda, verificar como o Colégio Pedro II se adequou às reformas impostas pelo Estado e como os professores reagiram a algumas delas. Encontramos também, documentos que fornecem uma visão distinta, um quadro considerado “caótico” no Colégio Pedro II, que vai de encontro às noções de “ordem”, “excelência” e de “padrão” construídas historicamente por professores, alunos e funcionários.

Palavras-chave

Identidade Docente; Ensino Secundário; Colégio Pedro II.

Abstract

Soares, Jefferson da Costa; Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. (advisor). **From adjunct to tenured professors: the construction of professional identity by teachers at Colégio Pedro II (1925-1945)**. Rio de Janeiro, 2014, 281 p. Doctorate Thesis – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of this study is to analyze the construction of professional identity by teachers at Colégio Pedro II, the leading public secondary school institution in Brazil. Founded in 1837, Colégio Pedro II preserved until the mid-20th century the status and character of model institution at this educational stage in Brazil, a position it still retains by virtue of the federal government. The time frame chosen is the period that extends from 1925 to 1945, delimited by three reforms (Rocha Vaz in 1925, Francisco Campos in 1932, and Gustavo Capanema in 1942) which consolidated the institutionalization process of Brazilian secondary schooling. This study's main theoretical references derive from the French sociologists Claude Dubar and François Dubet, drawing particularly from the idea of “Professional Identity” presented by Dubar and Nóvoa (1995), linked to what Dubet has called “Institutional Program”. The methodology used was the documental analysis of different sources from the period in question, especially the ones found in the collection of the Nucleus of Documentation and Memory of The Colégio Pedro II, in the Center for Research and Documentation of Contemporary Brazilian History at the Getúlio Vargas Foundation (CPDOC/FGV), as well as in the legislation concerning the educational system in the period. Following these sources, it was possible to identify virtually all teachers who worked in the institution at that time, and the several categories in which they fell; to observe that among those who were placed in the lowest hierarchical categories in the school, some were able to become professors and principals in the years or decades that followed; to discern the teachers' attributions; the behavior inside classrooms; the collective action; the contests; some political infighting; salaries; several personal characteristics and

other remarkable aspects in the construction of their career paths. The data collected also includes the training of the great majority of teachers, which disciplines they have taught, other institutions in which they worked, whether they were considered “good”, “inexperienced” or “young” for teaching, as well as who owned the “Registration”, established by Campos reform in 1932. It was even possible to verify how the Colégio Pedro II adapted itself to the reforms imposed by the government and how the teachers reacted to a few of them. Still, we found documents that allow for a distinctive perspective of Colégio Pedro II, revealing a “chaotic” character that goes against the notions of “order“, “excellence”, and “standardization, historically built by its teachers, students and employees.

Keywords

Teaching Identity; Secondary Education; Colégio Pedro II.

Sumário

1. Introdução	14
2. Os Professores do Colégio Pedro II (1925-1929)	31
2.1 O Corpo Docente do Colégio Pedro II nos Antecedentes da Reforma Rocha Vaz	31
2.2 A Reforma Rocha Vaz e o Ensino Secundário	37
2.2.1 A Constituição, Direitos e Deveres do Corpo Docente do Ensino Secundário e do Superior	44
2.2.2 A Congregação	51
2.3 Os Professores e o Regimento Interno do Colégio Pedro II	55
2.4 A Atuação do Corpo Docente no Contexto da Reforma Rocha Vaz (1925-1926)	69
2.5 Mario Lago e os Professores do Colégio Pedro II	84
2.6 A Atuação do Corpo Docente no Contexto da Reforma Rocha Vaz (1927-1929)	88
3. Os Professores do Colégio Pedro II (1930-1939)	101
3.1 A Reforma Francisco Campos e o Ensino Secundário	101
3.1.1 O Corpo Docente do Colégio Pedro II no Contexto da Reforma Campos	104
3.1.2 Inspeção do Ensino Secundário e Estabelecimentos Equiparados	106
3.2 A Atuação do Corpo Docente do Colégio Pedro II nos anos 1930	108
3.3 Os Professores e a Tentativa de Municipalização do Colégio Pedro II	120
3.4 O Registro dos Professores	131

3.4.1 Professores Suplementares	134
4. Os Professores do Colégio Pedro II (1940-1945)	155
4.1 As Mudanças na Legislação no Início dos anos 1940	155
4.2 A Perpetuação da Insatisfação com os Vencimentos: Carta de Nelson Romero	163
4.3 O Corpo Docente do Colégio Pedro II nos Anos 1940: Uma Outra Versão	165
4.4 A Reforma Capanema e o Ensino Secundário	171
4.5 A Atuação dos Professores do Colégio Pedro II no Contexto da Reforma Capanema	175
5. Aspectos da Identidade Profissional dos Professores do Colégio Pedro II	205
5.1 Sobre as Categorias de Professores	205
5.2 A Identidade para o Outro	209
5.3 A Identidade Biográfica para Si	213
5.4 Aspectos Ideológicos	222
5.5 O Declínio do Programa Institucional do Colégio Pedro II	224
5.6 Sobre as Condições de Trabalho	228
6 Considerações Finais	230
7 Referências	233
8 Anexos	240

ANEXOS

- ANEXO 1 - Síntese das trajetórias dos Professores do Colégio Pedro II, elaboradas com base nos “Almanacks do Pessoal Docente e Administrativo”, de 1921 e 1924, organizado por Octacílio A. Pereira, Secretário e professor do Colégio Pedro II 240
- ANEXO 2 - Levantamento preliminar dos manuais didáticos dos professores realizado a partir das fontes investigadas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II 254
- ANEXO 3 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1925, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1925 e 1926, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato” 256
- ANEXO 4 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1926, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1925 e 1926, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato” 257
- ANEXO 5 - Professores (além dos Efetivos) que regeram aulas em turmas suplementares no Internato em 1926, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato” 259
- ANEXO 6 - Professores (além dos Efetivos) que regeram aulas em turmas suplementares no Internato em 1927, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato” 259
- ANEXO 7 - Turmas Suplementares regidas por "professores estranhos" em 1927 no Externato, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato” 260

ANEXO 8 - Tabelas, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato”	263
Tabela 8.1 – Decretos de 1926	263
Tabela 8.2 – Portarias do Ministro da Justiça	263
Tabela 8.3 – Portarias do Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino	264
Tabela 8.4 – Portarias do Diretor do Internato em 1926	264
Tabela 8.5 – Atos Internos de 1926	265
Tabela 8.6 – Decretos de 192	265
Tabela 8.7 – Portarias do Ministro da Justiça	265
Tabela 8.8 – Portarias do Diretor do Internato	265
ANEXO 9 - Foto de Mario Lago com o uniforme do Colégio Pedro II. – Fonte: Arquivo Nacional, Código de Referência: BR AN,RIO ML.0.FAM, FOT.3.	269
ANEXO 10 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1928, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”	270
ANEXO 11 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1929, Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”	271
ANEXO 12 - Alunos Matriculados no Colégio Pedro II no Período de 1924 a 1945: Fontes: Laet, 1925; Guimarães Roxo, 1928; Coutto, 1928; Pereira, 1937; CPDOC/FGV - Arquivo Gustavo Capanema G C 35. 10.18/1, pasta V -11, série g	272
ANEXO 13 - Fotos de Alguns Professores do Colégio Pedro II do período investigado	273
ANEXO 14 - Fotos de Capas e Contracapas de Alguns Documentos Investigados	275

1

Introdução

A identidade profissional dos professores secundários em instituições específicas tem sido temática pouco explorada no contexto acadêmico, principalmente em períodos recuados como o Imperial e a Primeira República, tendo em vista que ainda são poucos os trabalhos desenvolvidos nessa área. As dificuldades na elaboração de tais trabalhos se relacionam com os seguintes fatores: nesses períodos, muitas instituições de ensino eram recentes ou ainda se encontravam em processo de criação; o curso secundário ainda não estava consolidado como modalidade¹ de ensino; e conseqüentemente, a identidade profissional do professor secundário estava em processo de construção nessas instituições. Tal fato pode colaborar para que os conhecimentos sobre a construção das trajetórias desses professores sejam bastante limitados no Brasil. Percebi a relevância do problema ao pesquisar trabalhos, dissertações e teses na área e descobrir a ausência de discussões que focalizassem a perspectiva da História da Educação, mais especificamente da História da Profissão Docente. Nesses campos, os debates relativos às questões da formação, associativismo, fragmentação, desqualificação, desvalorização, proletarização, mal-estar, reestruturação do trabalho docente, dentre outras temáticas, tem ganhado centralidade. É justamente a atualidade dessas questões que nos remete a refletir sobre o passado, sobre experiências passadas ressignificadas, sem nunca abandonarmos a ideia de que a História é marcada por rupturas e permanências.

Esta pesquisa tem origem em inquietações oriundas de experiências vividas ainda no curso de mestrado em Educação, quando pesquisei o “Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II” no período de 1925 a 1941 e percebi a

¹ No período investigado (1925-1945), o ensino secundário, atual ensino médio, se configurava como uma “modalidade de ensino” e não como um “nível de ensino”, conforme estabelece atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

importância da atuação dos professores antes substitutos², depois catedráticos³, Adrien Delpech e Carlos Delgado de Carvalho para a institucionalização da disciplina neste Colégio, considerado “padrão” na época. Esta atuação estava diretamente relacionada à formação científica destes professores, realizada na Europa e que os capacitou para lutar pela inserção da disciplina Sociologia no currículo da instituição. Visualizar no mestrado a importância desses professores como agentes determinantes no processo de construção de uma disciplina escolar, cursar as disciplinas “História da Educação” e “História da Profissão Docente” já no doutorado, bem como a possibilidade de dar continuidade à pesquisa realizada por minha orientadora, Professora Dr^a Ana Waleska P. Campos Mendonça, sobre o impacto das Reformas Pombalinas no processo de profissionalização dos professores dos estudos secundários, avançando no sentido de identificar a maneira como a identidade profissional dos professores secundários foi se constituindo num momento significativo de institucionalização dessa modalidade de ensino, foram os fatores que contribuíram para a definição dos meus interesses de pesquisa.

A opção pela investigação da identidade profissional dos docentes do curso secundário no Colégio Pedro II se justifica por se tratar de uma instituição criada em 1837, que permanece como instituição mantida pelo governo federal até os dias atuais, exercendo ao longo da trajetória do ensino secundário no Brasil, o caráter de instituição modelar; pela centralidade que o Colégio Pedro II assumiu frente às reformas do ensino secundário; pela possibilidade de encontrar fontes documentais, já que o Colégio conta com um arquivo organizado, o Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM)⁴, e por ser ex-aluno desta instituição.

² Conforme veremos mais adiante, a categoria “Professor Substituto” era a segunda categoria docente mais importante no Colégio Pedro II nos antecedentes da Reforma Rocha Vaz de 1925, que extinguiu a categoria.

³ A categoria “Professor Catedrático” era a categoria docente mais importante tanto nos antecedentes da Reforma Rocha Vaz, como no recorte temporal desta pesquisa. Identificaremos os professores catedráticos e analisaremos suas atribuições e características a partir do capítulo II.

⁴ O NUDOM é um núcleo institucional de pesquisa interdepartamental cuja meta é resgatar, organizar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico e documental da História e Memória do Colégio Pedro II, aberto a pesquisadores do próprio Pedro II e de outras instituições nacionais e internacionais. O acervo documental e histórico do NUDOM inclui: Atas da Congregação; Anuários; Compêndios (Livros Didáticos); Decretos / Leis; Livros de Exames; Livros de Concursos para a Cátedra; Planos de Estudo e Programas de Ensino, Relatórios e Regulamentos; Teses de Concursos (Concursos públicos de professores catedráticos e substitutos desde o séc. XIX e produção acadêmica atual de professores, funcionários e ex-alunos); dentre outros.

O objeto proposto nesta pesquisa é a Identidade Profissional do Professor Secundário no Colégio Pedro II no período de 1925 a 1945, em razão da pouca produção sobre o tema e para que se amplie a discussão acadêmica, já que se trata de uma pesquisa, cuja proposta nunca foi realizada e que adota referenciais teóricos da História da Educação, História da Profissão Docente e da Sociologia. Cabe ressaltar que o Colégio Pedro II era considerado referência para o país nesse período. Algumas questões nortearam esta investigação, constituindo assim, meu problema de pesquisa: a) Como se configurou o quadro docente do Colégio Pedro II no período investigado? b) Quem eram os professores secundários, como se inseriram na instituição, em que categorias se enquadravam e como construíram suas trajetórias? c) Como os professores viam os alunos, os recursos, a direção e a si mesmos? d) De que maneira as mudanças no “Programa Institucional” do Colégio Pedro II impactaram os professores? e) Como os professores reagiram ao que era determinado pelo Estado? g) Que modificações essas determinações acarretaram sobre a organização do quadro docente do Colégio Pedro II?

Nesse sentido, buscamos como objetivo geral, identificar como se constituiu a identidade profissional dos professores secundários do Colégio Pedro II no período supracitado, conferindo importância não só ao que é comum a esses profissionais, bem como, quando possível, às suas singularidades.

Como objetivos específicos buscamos: a) Caracterizar o Programa Institucional que vigorou no Colégio Pedro II no período; b) Investigar a configuração do quadro docente do Colégio Pedro II no período de 1924 a 1945; c) Investigar como as mudanças no “Programa Institucional” do ensino secundário impactaram o quadro docente; d) Identificar quais as concepções predominantes e que disputas estão por trás das mudanças no “Programa Institucional” do curso secundário; e) Identificar e analisar os fatores e circunstâncias que permitiram a constituição da identidade profissional dos professores secundários do Colégio Pedro II;

Entre os quadros teóricos disponíveis, optamos principalmente pelas contribuições do sociólogo francês François Dubet (2002). Em seu livro “*Le Declin de la Institution*”, sobre as profissões vinculadas à educação, à saúde e ao serviço social, este autor postula que essas profissões remetem ao “trabalho sobre

o outro”, ou seja, “atividades assalariadas, profissionais e reconhecidas que visam explicitamente a transformar o outro, ou, conjunto das atividades profissionais que participam da socialização dos indivíduos” (p.17). Segundo Dubet (2002), a profissão docente é caracterizada por, na sua essência, constituir um trabalho sobre o outro, isto é um trabalho de mediação entre os valores e princípios universais e os indivíduos particulares, que tem como objetivo a transformação destes e se exerce como um “Programa Institucional”. Este programa consubstancia-se numa atividade de socialização orientada diretamente por valores e princípios, perseguindo a construção de um “tipo ideal”.

A categoria proposta por Dubet de “trabalho sobre o outro”, além de parecer explicativa de certas especificidades da profissão docente, é particularmente sugestiva quando o autor estabelece uma diferenciação entre os professores primários (instituteurs) e os professores secundários (professeurs), ao abordar particularmente a situação francesa. Partindo do pressuposto de que o “trabalho sobre o outro”, nas suas origens, foi concebido como um “programa institucional”, que designa particularmente um modo de socialização ou um tipo de “relação com o outro”, o autor estabelece distinções entre a forma como se configurou o trabalho do professor primário e o do ensino secundário.

O “programa institucional” é entendido como um processo social que “transforma valores e princípios em ação e em subjetividade através de um trabalho profissional específico e organizado” (p.24). O funcionamento do “programa institucional” faz apelo a um tipo específico de profissionalismo que supõe uma vocação, na medida em que a competência e a legitimidade profissionais não se restringem à dimensões exclusivamente técnicas e instrumentais, mas também se faz pela adesão a um sistema de valores, incorporado na própria identidade profissional. No quadro do “programa institucional”, o professor se beneficia de uma “autoridade carismática”, na medida em que repousa numa legitimidade transcendente (CANÁRIO, 2005, p. 65).

Segundo Canário (2005, p.65), a escola, enquanto instituição comunga do paradoxo fundamental que atravessa as várias modalidades do “Programa Institucional”. Este paradoxo consiste em promover uma ação socializadora que

encara os destinatários, ao mesmo tempo, como objetos e como sujeitos da socialização. Como se refere Dubet, é nessa duplicidade que reside “a verdadeira magia do “programa institucional” que produz, simultaneamente, “um ator conforme as normas e as regras sociais e um sujeito senhor de si próprio” (p.35). O “programa institucional”, mais do que um processo de imposição coercitiva de regras, deve ser encarado como um tipo particular de relação social. Dubet (2002) ressalta o fato de que mudanças nesse “programa institucional” condicionam mudanças na percepção que os professores possuem do seu trabalho docente e, conseqüentemente, da sua própria identidade profissional.

Optamos também, por dialogar com as contribuições de outro sociólogo francês, Claude Dubar. O conceito de “Identidade Profissional”, elaborado por este autor nos pareceu o mais adequado para a abordagem que pretendo realizar. O sociólogo trabalha com a noção de “identidade social”, ou seja, entende que a identidade se constrói numa relação entre a dimensão individual, a dimensão social e ao longo da trajetória do sujeito.

Dubar (1997) também destaca a importância do outro em sua definição de identidade. Segundo o autor, são inseparáveis a “identidade para si” e “identidade para o outro”, pois assim, um professor secundário do Colégio Pedro II só saberia quem é através do olhar do outro. Porém, isso pode provocar incertezas, pois o professor secundário do Colégio constrói e reconstrói sua identidade na impressão que tem sobre o que os outros pensam sobre ele. Mas nunca se terá a certeza de que isso é a realidade.

Também é possível ao indivíduo recusar a identificação atribuída pelo outro. De todo modo, serão utilizadas “categorias socialmente disponíveis”, como por exemplo, denominações oficiais, étnicas ou profissionais. Assim, o tipo de homem que se é, ou seja, a “identidade para o outro”, é chamada, segundo Dubar, de “atos de atribuição”. Ele denomina “atos de pertença” a “identidade para si”, isto é, o modelo de homem que se quer ser. Entretanto, somente por meio da atividade com outros, as identificações que o indivíduo recebe se justificarão e mostrarão seus motivos; nessas situações ele poderá recusar ou aceitar a maneira como é identificado.

A teoria sociológica apresentada por Dubar (1997) tem como ponto central a articulação entre dois processos identitários heterogêneos. Primeiramente, aquele que trata da atribuição da identidade e decorre da interação das instituições e agentes com o indivíduo, deve ser analisado dentro dos “sistemas de ação” no qual o indivíduo está inserido; neles são legitimadas categorias que são impostas coletivamente e que levam à etiquetagem. Assim, empresta-se uma identidade social “virtual” a uma pessoa.

O outro processo refere-se à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos. Esta análise deve ser feita considerando-se as “trajetórias sociais” por meio das quais os indivíduos constroem a “identidade para si”, também chamadas de “identidades sociais reais”. Neste caso, a legitimidade irá depender daquilo que tem “subjeticamente” importância para o indivíduo. Desse modo, a identidade social é marcada pela dualidade; ela resulta da articulação entre a “identidade virtual” e “identidade real”, numa configuração identitária estável, mas sempre evolutiva.

Em resumo, Dubar (1997) mostra a heterogeneidade desses dois processos, biográfico (identidade para si) e relacional (identidade para outro), que não podem ser entendidos fora do seu contexto de inserção. Os sujeitos devem ser pensados na sua trajetória social. Mostra também, que os processos de negociação identitária são complexos e que se dão dentro de um campo de possibilidades.

Outra contribuição importante para um estudo dos professores secundários numa instituição específica e num período recuado oferecida por Dubar (1997) está centrada no fato da identidade possuir também uma “dimensão geracional”. Deve-se, portanto, atentar para as características das gerações precedentes, pois constituem uma referência. Cada geração reconstrói essa identidade, ou seja, há uma historicidade. Esse é um aspecto que reforça a necessidade não só de identificar os professores, mas de investigar e conhecer suas biografias. O Externato e o Internato, seções nas quais o Colégio Pedro II era dividido no recorte temporal adotado nesta pesquisa, e as reuniões da Congregação podem ser considerados, segundo a perspectiva de Dubar, exemplos de espaços de reconhecimento identitário.

As contribuições de Michael Huberman (1992) vão ao encontro às de Dubar (1997). Huberman (1992), ao pesquisar o “ciclo de vida dos professores”, oferece algumas pistas ao abordar questões de investigação que considera apaixonantes. A primeira delas diz respeito à verificação da “existência de fases ou estágios de ensino”, buscando responder, por exemplo, se um grande número de professores do Colégio Pedro II, que se subdividem em outras categorias como “Efetivos”, “Catedráticos”, “Substitutos”, “Docentes Livres”, “Professores Honorários”, dentre outras, passam pelas mesmas etapas, pelas mesmas crises, pelos mesmos acontecimentos-tipo, o mesmo termo de carreira, independentemente da “geração” a que pertencem, ou se haveria percursos diferentes, de acordo com o momento histórico da carreira. Outras pistas oferecidas pelo autor se referem à investigação da imagem que o professor tem de si e de seu trabalho; da possibilidade de se tornarem mais competentes ou notórios com o passar dos anos e quais domínios dessa competência e dessa notoriedade entram em jogo; do grau de satisfação com a carreira; dos acontecimentos da vida privada que repercutem no trabalho escolar e com que efeitos.

Huberman (1992) conjectura também, sobre a possibilidade de, como insinua a sociologia institucional, os professores acabarem por se aproximar cada vez mais da instituição em que trabalham e quais fatores permitiriam essa aproximação.

De outro ponto de vista, e no que concerne à fabricação de identidades docentes, também podemos encontrar em Lawn (2001), aspectos teóricos sobre a construção de identidades profissionais e práticas de regulação engendradas nas políticas de formação. Lawn (2001) discorre sobre “os professores e a fabricação de identidades” e afirma que a construção e as alterações na identidade são forjadas e governadas pelo Estado, o qual utiliza discursos como forma de controlar as “identidades oficiais”. O discurso revela-se como elemento de governação das identidades oficiais e gerencia as reformas pensadas como estratégias políticas de um determinado momento histórico. Aqui, compreendemos com Lawn que não se pode deixar de analisar a identidade profissional docente à luz do Estado, da sociedade e dos fatores externos.

O controle da identidade dos professores e o estabelecimento de ações de fiscalização instauram-se como matrizes da gestão da profissão, porque a mesma deve refletir e adequar-se ao projeto educacional do Estado e representar a ideia de “identidade nacional e de trabalho” (p. 118), como forma de garantir mudanças no sistema educativo. Evidencia-se que a identidade é produzida e performatizada através do discurso legal, do administrativo e do pedagógico, os quais são expressos através de parâmetros, regulamentos, manuais, portarias, discursos públicos, projetos e programas de formação. Nesse sentido, uma análise documental pode trazer resultados relevantes, mas não descarta a necessidade de uma postura crítica sobre os documentos.

A relação posta pelo autor entre a fixação de uma identidade nacional ou oficial e o mundo do trabalho torna-se visível pelos efeitos práticos e ideológicos da administração e da governação dos professores, seja através das políticas de formação, das exigências e “competências” requeridas para seleção ou contratação, o que evidencia que “[...] a identidade pode ser um aspecto chave da tecnologia do trabalho [...]” (p. 119). As mudanças e reformas educativas vinculam-se aos modelos político-econômicos e refletem as alterações que são impressas no trabalho docente, relacionando-se às formas de controle sobre a identidade dos professores e as tecnologias impostas pelo trabalho.

Historicamente, as questões sobre fabricação da identidade e políticas reguladoras de fronteira são ilustradas pelas lutas e tensões dos professores nos movimentos trabalhistas ao longo do século XX, na vinculação a entidades docentes, examinadas exaustivamente por Vicentini e Lugli (2009), ou a partidos de esquerda e na eleição ou candidatura de professores e na participação em movimentos sociais. Em diferentes períodos e reformas, a tentativa de construção da identidade dos professores, gerenciada através dos discursos, materializa-se nas mudanças e na reestruturação do trabalho. Estruturas e políticas tácitas são pensadas pelo Estado como forma de regulação das identidades dos professores, seja para a manutenção das identidades oficiais ou para o policiamento das fronteiras identitárias. Os professores contrapõem-se, através dos movimentos associativos e sociais da profissão, ao discurso de governação e às políticas de fronteira. Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas pelos professores tornam-se

dimensão importante a ser investigada. A autonomia e o domínio exercido no espaço da sala de aula, assim como o controle por parte do sujeito professor do seu fazer, podem criar dimensões de não subserviência, de oposições e tensões sobre a manutenção e as políticas de fronteiras pensadas e reguladas pela nação, visto que a “[...] existência de professores que não se adequam às identidades oficiais causa pânico. Da mesma forma, as ideias que os professores têm, e as pessoas às quais se associam, também causam pânico [...]” (LAWN, 2001, p. 123). Este princípio configura-se como um dos problemas relacionados à manutenção das fronteiras, estabelecendo dificuldades para controlar e manter fidedignas as identidades oficiais.

Por sua vez, Nóvoa (1995) define “identidade docente” como um constante processo de conflitos e lutas, decorrente de um contexto sócio-histórico-cultural que vem sendo (des)construído ao longo das trajetórias pessoais e profissionais dos docentes, abarcando dimensões individuais e coletivas. A “identidade” não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A “identidade” é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser de estar na profissão, por isso, na opinião de Nóvoa (1995, p. 16) seria mais adequado falar em “processo identitário”, realçando a mesma dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor.

Os autores com os quais dialogamos nessa pesquisa oferecem um rico instrumental teórico para as reflexões e pesquisas sobre a identidade docente e sobre as dimensões a serem investigadas numa pesquisa sobre essa temática. É evidente que as contribuições desses autores transcendem os limites dessa pesquisa. Certamente, outras dimensões podem e devem ser incorporadas de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, pois como afirma Isabel Lelis (2008), “a história social do professorado é uma arena feita de um conjunto de histórias que se interpenetram”. Nesse sentido, as contribuições de Dubar (1997), Huberman (1992), Lawn (2001) e Nóvoa (1995) não podem estar desvinculadas, conforme Lelis, “da história da construção do campo intelectual da educação e da profissão; da história das lutas e das estratégias dos professores e professoras em relação ao Estado; da história da construção da escola e do saber que nela circula; e também a história construída a partir da maneira pela qual os professores e

professoras agem, pensam, sentem, vivem, e isso, no interior e no exterior do seu trabalho, na totalidade dos seus espaços, dos seus tempos e das suas relações sociais” (ARROYO, 2000, p.199 *apud* LELIS, 2008, p.56).

Apesar desta temática complexa ainda ser pouco explorada no meio acadêmico, alguns trabalhos trouxeram grande contribuição para o presente estudo, como as pesquisas produzidas no e sobre o Colégio Pedro II, especialmente os estudos de Magda Massunaga (1989), Vera Cabana Andrade (1999), Thelma Polon (2004), Amália Dias (2008) e Orlando de Barros (2009). Consideramos também, a importância de trabalhos em História das Disciplinas Escolares que adotam o mesmo recorte temporal e a mesma instituição específica desta pesquisa. Partiu-se do princípio de que esses estudos, que são caracterizados pelo “olhar para as singularidades”, para o “cotidiano da instituição”, bem como para os “sujeitos” que materializam o currículo e, por conseguinte as disciplinas, sem perder de vista as interações daqueles com as dimensões macro sociais, podem contribuir para evidenciar concepções, características profissionais e grupos em disputa. Nesse sentido, os trabalhos de Luis Reznik (1992) e Maria Cristina Fonseca Ribeiro Vidal (2005) sobre a disciplina História, e os trabalhos de José Lourenço da Rocha (2001), Bruno Dassie (2001) e Jane Cardote Tavares (2002) sobre a disciplina Matemática, são exemplos de trabalhos na linha de pesquisa em História das Disciplinas Escolares que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Alguns dos trabalhos mencionados acima abordam com pouco aprofundamento a questão da atuação de alguns professores do Colégio nas reformas educacionais do período estudado. Nesse sentido, algumas questões que podemos colocar são: até que ponto essas participações teriam ocorrido e se tais professores perderam disputas políticas frente aos Ministros e demais funcionários que implementaram tais reformas, principalmente nos casos em que foram retirados poderes dos professores do Colégio.

Em levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontradas 6 teses de doutorado e 39 dissertações de mestrado sobre o Colégio Pedro II⁵. A Revista Contemporânea de Educação⁶, publicação da Faculdade de

⁵ Levantamento realizado até a data da aprovação do projeto de tese em 05 de dezembro de 2011.

Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedicou sua edição de número 6, de julho a dezembro 2008, exclusivamente ao Colégio Pedro II, publicando 10 artigos, incluindo a introdução escrita por Ana Maria Cavaliere. Cabe ressaltar que não encontrei a partir desse levantamento, estudos que fizessem uma abordagem da construção da identidade profissional dos professores secundários no Colégio Pedro II, no período considerado de consolidação da institucionalização do ensino secundário no Brasil, com base em Nagle (1974) e Silva (1969), e que adotassem referenciais da história da profissão docente. Pode-se concluir que a temática aqui apresentada, não tem sido objeto de muitas pesquisas, seja nos cursos de Pós-Graduação em Educação, seja nos cursos de História.

Através de levantamento realizado em bancos de teses e dissertações de instituições como CAPES, UNICAMP, USP, UFRJ, PUC-Rio e UERJ, não encontramos estudos que adotassem o mesmo enfoque que propomos: identidade profissional dos professores do curso secundário, no Colégio Pedro II, entre os anos de 1925 e 1945, período que compreende três importantes reformas para o ensino secundário: Rocha Vaz ou João Luiz Alves (1925), Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942). A opção por este recorte temporal se deve ao fato de, conforme SILVA (apud NAGLE, 1974, p. 152)⁷, a Reforma Rocha Vaz, ter preparado a definitiva implantação do ensino secundário como um curso regular, capaz de preencher funções mais amplas do que a de preparação fragmentária aos cursos superiores, proposta esta que se consolidou com as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Segundo Mendonça e Xavier (2009, p.11), o estudo das instituições escolares tem se apresentado como uma promissora linha de investigação nos cursos de pós-graduação em Educação. As autoras pontuam que estudos em instituições específicas, fundamentado em pesquisas *in loco* e apoiado em bibliografia de caráter multidisciplinar, vem se desenvolvendo no âmbito de diferentes tradições disciplinares, sendo privilegiados tanto por uma abordagem

⁶ Disponível em: “<http://www.educacao.ufrj.br/contemporanea-numeros-n6.html>”. Acessado em: 30/07/2011.

⁷ SILVA, Geraldo Bastos. Introdução à Crítica do Ensino Secundário. Ministério da Educação e Cultura, CADES, Rio de Janeiro, 1959.

histórica quanto por estudos de viés sociológico. As autoras abordam as contribuições desses estudos.

“Percebendo as instituições escolares como coletivos de trabalho e como sistemas de relações onde os atores interagem entre si segundo lógicas hierárquicas e classificatórias, e em acordo com as normas burocráticas de agrupamento e de relacionamento, os estudos nessa linha também nos permitem perceber os mecanismos de organização e de funcionamento, de reprodução e de transformação das práticas e das normas vigentes nas escolas, em diferentes momentos da sua história, muitas vezes, partindo de sua criação e instalação e analisando o seu desenvolvimento, outras vezes, esquadrinhando suas condições e estratégias de funcionamento na contemporaneidade”. (MENDONÇA E XAVIER, 2009, p.11)

As autoras abordam ainda (2009, p.13), a necessidade de articulação e integração dos estudos já produzidos sobre o tema de modo a promover uma sistematização dessas informações que estabeleça um grau de generalização que permita verificar a existência de padrões mais ou menos duráveis de organização institucional e identificar as experiências de inovação pedagógica, sem descuidar da observação dos mecanismos de recriação e de apropriação das normas sociais e burocráticas que se encontram na raiz da produção de práticas e de modelos pedagógicos, configurando, dentro da chamada “cultura escolar”, uma miríade de culturas específicas e originais.

Apresentamos, neste trabalho, uma particularidade referente ao estudo numa instituição específica, o Colégio Pedro II. Embora sejam pesquisas inseridas na linha de história do currículo e das disciplinas escolares, a tese de doutorado de Márcia Serra Ferreira (2005) intitulada “A História da Disciplina Escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1980)” e a dissertação de mestrado de Fernando de Araújo Penna (2008) intitulada “Sob o Nome e a Capa do Imperador: A Criação do Colégio de Pedro Segundo e a Construção do seu Currículo” influenciaram a elaboração desta tese, por analisar a mesma instituição que adotamos, porém com objetos e recortes temporais distintos. Ferreira (2005) e Penna (2008) defendem em seus trabalhos a construção de um modelo de análise que associe aspectos

internos e externos aos diferentes grupos disciplinares e propõem que se estudem também questões de ordem institucional, que mediarão tanto os fatores internos quanto externos às comunidades disciplinares. A proposta de Ferreira (2005) e Penna (2008), da consideração de fatores institucionais específicos, foi essencial nesta pesquisa. Estas questões institucionais específicas foram centrais na análise desenvolvida.

Esta tese, na qual focalizamos a identidade profissional dos professores secundários do Colégio Pedro II, foi realizada com base na análise documental das diferentes fontes encontradas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e na legislação sobre o sistema educacional do período. Cabe ressaltar que a “Coleção de Leis do Império da República” encontra-se disponível no portal da Câmara dos Deputados⁸.

Os documentos consultados ofereceram subsídios para compreender como a legislação ordenou as práticas sociais no Colégio Pedro II. Alguns dos documentos analisados em nossa pesquisa, como os relatórios dos Diretores do Colégio, significam o que Farias Filho (1998, p.95) define como “a própria lei em sua dinâmica de realização e, portanto, de ordenação das relações socioculturais”. O mesmo autor (1998, p.111), ao discutir a questão da legislação escolar como fonte para estudos de História da Educação, sustenta que a legislação possui dimensões importantes. A primeira delas diz respeito ao seu caráter histórico e político, enquanto a segunda se relaciona com os sujeitos responsáveis pela intervenção social. A contribuição do autor é importante, pois problematiza como a legislação escolar auxilia a observação tanto do prescrito, quanto das resistências. Outro aspecto apontado por Farias Filho (1998, p.98) e que foi levado em consideração é a “...influência do Estado em nossas ‘competências hermenêuticas’ e em nosso poder de ‘interpretar arquivos’ sob sua guarda”.

Claudia Egler Cury (2010, p.38), no mesmo sentido de Farias Filho, aborda as dificuldades que encontrou ao manejar o conceito de “cultura escolar”⁹,

⁸ Coleção de Leis do Império e da República: Disponível no Portal da Câmara dos Deputados “<http://www2.camara.gov.br>”. Acessado em: 30/07/2011.

⁹ Sobre esse conceito ler VIDAL, Diana G. Cultura e práticas escolares: a escola como objeto de pesquisa. In: Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005, p. 21-69.

pois o corpus documental identificado pela autora até o momento no qual se encontrava sua pesquisa, possuía características prescritivas, assim como boa parte da documentação com a qual trabalhamos nesta pesquisa. A autora (2010, p.40) nos lembra “da necessidade de considerarmos a possibilidade do lugar social de produção desses documentos que certamente estavam submetidos às circunstâncias contextuais de posses, conveniências e oportunidades existentes nas mais veladas intencionalidades nas quais estavam imbricadas durante sua produção e efetivação”. Os desafios que se apresentaram na pesquisa detalhada no artigo de Cury (2010) se aproximam das nossas dificuldades. Para a autora, “como estamos sempre nos deparando com a fragmentação de informações e de registros – mesmo os oficiais – precisamos aproveitar da melhor maneira possível qualquer vestígio dessas temáticas encontradas nas caixas” dos arquivos e “buscar, nos jornais e nos textos de memorialistas, uma segunda possibilidade de fugirmos das amarras de legislação oficial”.

As fontes analisadas foram as seguintes: (a) Livros de Atas da Congregação do Colégio Pedro II; (b) Regulamentos e os Decretos relativos às reformas educacionais e às mudanças internas do Colégio Pedro II; (c) Relatórios elaborados pelos diretores do Colégio Pedro II e encaminhados aos Ministros da Educação e Saúde Pública; (d) Livros Didáticos elaborados pelos docentes e adotados pelo Colégio Pedro II; (e) Anuários; e (f) outros documentos. Estes últimos são documentos que permitiram a construção de uma versão mais rica por abordarem temas como acusações aos professores do Colégio Pedro II de serem contra o governo Vargas, concursos para as cátedras, resolução de problemas dos professores do Colégio Pedro II e regulamentação da contratação de professores. Com exceção de (f), que estão disponíveis no CPDOC/ FGV, todas as outras fontes podem ser encontradas no NUDOM do Colégio Pedro II.

A partir da documentação supracitada, não foi possível encontrar muitas informações sobre como os professores eram vistos pelos alunos. Assim, buscamos depoimentos de ex-alunos daquela época e que tivessem registrado suas passagens pelo Colégio em alguma obra. Não obtivemos muitos resultados, pois poucos abordam os professores. Esse fato nos causou estranheza, pois constatamos que encontra-se com maior facilidade depoimentos sobre os

professores do Colégio Pedro II no período relativo à criação do Colégio até as primeiras décadas de seu funcionamento do que no período investigado nesta pesquisa, mais recente.

Especificamente com relação ao contexto da Reforma Rocha Vaz, investigamos passagens escritas por Mario Lago sobre os professores. Não pudemos fazer o mesmo com relação aos anos 1930 e 1940 devido à falta de fontes, mas alguns dos professores citados pelo considerado ex-aluno ilustre Mario Lago permaneceram atuantes no Colégio nessas décadas.

Para fins de cruzamento de informações contidas em relatórios, referentes aos anos 1940, como a identificação dos professores, categorias, vencimentos e vagas não ocupadas no Colégio, utilizamos a relação dos professores publicada na edição do Diário Oficial de 2 de junho de 1942.

Propomos uma análise desse *corpus* documental numa perspectiva relacional e contextual, não elaborando uma mera narrativa cronológica e identificando os fatores envolvidos nos processos de construção da identidade dos professores do ensino secundário do Colégio Pedro II.

Especificamente em relação às fontes, é considerada nesta tese a compreensão ampliada da noção de “documento”. Essa compreensão é diferente daquela concebida pela escola positivista, na qual um documento era, sobretudo, um texto escrito – um registro que materializava a “prova” incontestável. Essa noção começa a se modificar a partir da perspectiva da Nova História, nos anos 1930, quando a noção de documento começou a se ampliar, ou seja, não só os textos escritos são considerados documentos, mas também outros tipos de registros. Essa ampliação da compreensão de documento continua e atinge seu ápice nos anos sessenta do século XX, quando há uma revolução dessa compreensão, que é tanto quantitativa – documento passa a ser “tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel” (FEBVRE, *apud* LE GOFF, 2003, p. 530), quanto qualitativa - a história deixa de privilegiar somente os grandes acontecimentos e grandes personagens e passa a se interessar pela história de personagens comuns. Com isso, o documento não estará mais materializado somente em textos escritos, preservados nos arquivos oficiais, mas também nas falas, nas memórias, nas fotografias, nas imagens, nos registros

peçoais, entre outros.

Além da ampliação da noção de documento, a Nova História e os Annales contribuíram ainda para construção de uma perspectiva de análise mais crítica dos documentos, na qual estes passam a ser considerados monumentos¹⁰. Isso significa que, assim como os monumentos estão ligados ao poder de perpetuação de determinados feitos da humanidade, os documentos também estão. Essa é a razão para que Le Goff afirme que “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente” (LE GOFF, 2003, p. 535).

Nesse sentido, compreendendo que todo documento é também monumento, uma vez que resultam de ações de uma sociedade, com o objetivo de resguardar para o futuro determinadas imagens de si própria, Le Goff (2003) sugere que se trabalhe com a pesquisa histórica no sentido de desmontar esses monumentos, através da análise crítica do contexto histórico onde estes foram produzidos. Essa perspectiva cria condições para que se possa trabalhar com documentos antes não valorizados, como atas, provas, programas, diários de classe e livros didáticos.

Partindo dessa compreensão mais ampla sobre pesquisa histórica e trazendo o foco gradativamente para a pesquisa em História da Educação, pesquisa em História do Currículo e, finalmente, para a pesquisa em História da Profissão Docente, o que tem caracterizado as duas últimas é o olhar para as singularidades, para as instituições de ensino com recortes temporais específicos, bem como para os sujeitos que materializam o currículo e, por conseguinte, as disciplinas, sem, no entanto, perder de vista as interações daqueles com as dimensões macro sociais. Assim, pudemos reconhecer aspectos da identidade dos professores do Colégio Pedro II e como estes construíram suas trajetórias.

¹⁰ De acordo com Le Goff (2003), etimologicamente, *monumentum*, vem do verbo “monere”, que significa “fazer recordar”. Assim, *o monumentum* é um sinal do passado, tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. O termo *documentum*, derivado de “docere”, que significa “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova”. Com a escola positivista do fim do século XIX o termo documento passa a representar “prova histórica”.

Os estudos baseados em documentos como material primordial, procuram extrair deles indícios que, articulados, são organizados e interpretados segundo os objetivos da investigação proposta. Trata-se, portanto, de um processo de “garimpagem”; se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, “extraídos” das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça.

Para finalizar, gostaríamos de pontuar que parte do empenho desta tese é tentar mostrar que os professores do Colégio tinham que lidar naquela época com muitos problemas dos quais se ocupam atualmente educadores, pedagogos, dentre outros, relativos às condições do trabalho docente. Assim buscamos mostrar como o quadro docente do Colégio tentava resolver esses problemas e defender que a identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II era marcada pela incorporação de privilégios que não se estenderam às demais instituições de ensino secundário. De forma breve, minha hipótese teórica básica é que tal fato de deveu à maneira como o corpo docente do Colégio fechou-se em si mesmo, enquistou-se para exercer o controle e tornar-se referência para as outras instituições de ensino secundário.

No atual momento em que os debates sobre formação, associativismo, fragmentação, desqualificação, desvalorização, proletarização, mal-estar, reestruturação do trabalho docente, bem como a concepção de Nóvoa (2009, p. 4) sobre o regresso dos professores ao centro das nossas preocupações e das nossas políticas, ganham força, consideramos que conhecer o processo de construção das trajetórias, a constituição da identidade docente e resgatar os esforços feitos pelos professores do Colégio Pedro II que subsidiaram a institucionalização do ensino secundário no Brasil, pode-se configurar em contribuição relevante para o campo da História da Educação, especificamente para a História da Profissão Docente.

A documentação encontrada possibilitou o levantamento de informações e indícios que serão apresentados e analisados nos capítulos a seguir.

2

Os Professores do Colégio Pedro II (1925 – 1929)

Iniciamos este capítulo buscando identificar os professores que atuavam no Colégio Pedro II nos antecedentes da Reforma Rocha Vaz de 1925, uma vez que esses professores já possuíam uma trajetória na instituição que não pode ser desvinculada desta reforma, que é o marco inicial de nossa pesquisa. Em seguida, passamos a pontuar e analisar aspectos que dizem respeito aos professores do Colégio Pedro II, presentes nos documentos oficiais como o texto da referida reforma e o Regimento Interno de 1927. Posteriormente, apresentamos aspectos da identidade profissional e das trajetórias dos professores do Colégio Pedro II na segunda metade da década de 1920.

2.1

Os Corpo Docente do Colégio Pedro II nos Antecedentes da Reforma Rocha Vaz

Na tentativa de melhor compreendermos as transformações ocorridas no corpo docente do Colégio Pedro II no período estudado, identificarmos as características constitutivas da identidade desses professores e os processos que levaram tais características a permanecerem, serem reforçadas, abandonadas ou esquecidas, bem como a necessidade de não desenvolvermos uma análise descontextualizada, foi necessário identificar os professores que atuavam no Colégio Pedro II, as categorias nas quais se enquadravam e suas características, nos antecedentes do recorte adotado. Nesse sentido, como ponto de partida, observando que a Reforma Rocha Vaz ocorre em 1925 e com base na investigação da documentação oficial do Colégio, elaboramos sínteses (**ANEXO I**) com vistas a identificar os professores e verificar como desenvolveram suas trajetórias até o ano de 1924, ano anterior à referida Reforma do Ensino, primeiro marco

importante desta pesquisa. Entendemos que, embora elaboradas principalmente com base em fontes históricas encontradas (“Almanacks do Pessoal Docente e Administrativo”, de 1921 e 1924, organizado por Octacílio A. Pereira, secretário e professor do Colégio Pedro II), essas sínteses são apenas parciais, delimitadas temporalmente e ainda estão longe de contemplar o que foi a trajetória profissional desses professores, muitos dos quais ainda estavam por produzir grandes obras e se tornarem nomes de destaque no campo educacional brasileiro. Entretanto, reiteramos que são sínteses das trajetórias elaboradas com base em documentos oficiais que expressam como os professores eram vistos por si e por outros funcionários. Dito de outra forma, expressam aspectos do que Dubar (1997) define como “identidade para o outro”.

Assim, verificamos que o corpo docente do Colégio Pedro II era constituído, em 1924, dos seguintes Professores “Catedráticos”¹¹: Carlos Maximiliano Pimenta de Laet; Andre Gustavo Paulo de Frontin; João Capistrano de Abreu; Manoel Said Ali Ida; Rodolpho de Paula Lopes; João Ribeiro; Francisco Pinheiro Guimarães; Gastão Mathias Ruch Sturzenecker; Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa; Floriano Correia de Brito; Luiz Gastão d’Escragnolle Doria; José Cavalcanti de Barros Accioli; José Julio da Silva Ramos; Henrique Cesar de Oliveira Costa; Henrique Coelho Neto; Eduardo Gê Badaró; Agliberto Xavier; José Candido de Albuquerque Mello Mattos; Carlos Americo dos Santos; José Philadelpho de Barros Azevedo; Augusto Xavier Oliveira de Menezes; Fernando Antonio Raja Gabaglia; Lafayette Rodrigues Pereira; Honorio de Sousa Silvestre; Euclides de Medeiros Guimarães Roxo; Antenor Nascentes; Guilherme Augusto de Moura; Alvaro Espinheira; Octavio Augusto Ingles de Souza; Cecil Thiré.

Eram Professores “Substitutos”: Joaquim Luiz Mendes de Aguiar; Pedro do Coutto; José Rodrigues Leite e Oiticica; Waldemiro Alves Potsch; Othelo de Souza Reis; Henrique de Toledo Dodsworth Filho; Carlos Miguel Delgado de Carvalho; Mario Belletti; Adrien Delpech; Alfredo do Rego Soares.

¹¹ Essa e as demais categorias de professores e suas atribuições serão analisadas nos itens referentes ao contexto da Reforma Rocha Vaz (2.2) e do Regimento Interno do Colégio Pedro II (2.3).

Considerados uma categoria à parte, os “Professores de Desenho e Ginástica”, que faziam parte do Corpo Docente em 1924 eram: Arthur Higgins; Manoel Arthur Ferreira; Benedicto Raymundo da Silva Filho; Guilherme Herculano de Abreu.

O Colégio contava ainda, em 1924, com os “Preparadores”: Annibal Faller; Luiz de Castro; Arlindo Froes; Elygio Fernandes; e com os “Conservadores”: Paulo Augusto Tavares Junior; Ruben de Araujo Lima; Everardo de Moura; Jose Atalaia.

Foi possível verificar que no ano anterior à Reforma Rocha Vaz, o corpo docente efetivo do Colégio Pedro II contava com 30 professores catedráticos; 10 substitutos, dos quais 8 se tornaram catedráticos quando a referida reforma da Instrução Pública entra em vigor em 1925 e extingue a categoria de “substitutos”; 2 professores de Desenho e 2 de Ginástica; 4 Preparadores; e 4 Conservadores. Ao analisarmos as trajetórias de alguns dos professores relacionados, como Floriano de Brito, Mendes de Aguiar, Pedro do Coutto e Waldemiro Potsch, verificamos que a criação da categoria de “professor suplementar” é anterior ao recorte temporal desta pesquisa e já se apresentava como uma via de ascensão às categorias profissionais de maior status¹².

A maioria dos catedráticos possuía bacharelado nas áreas de Ciências e Letras, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Físicas e Matemáticas, porém cerca de um terço desses professores eram médicos ou engenheiros. Observamos também, que dentre esses professores, alguns já se encontravam em “disponibilidade”¹³. As fontes consultadas indicam que outras características marcantes desses professores é o fato de terem prestado concurso para se tornarem professores do Colégio Pedro II; de terem sido professores substitutos ou ocupado interinamente¹⁴ algumas cadeiras e possuírem trabalhos e publicações nos respectivos campos, além de colaborarem em jornais e periódicos. Trata-se de um

¹² Embora a criação da categoria “Professor Suplementar” seja anterior ao recorte adotado nesta tese, é possível que o lugar que essa categoria ocupava hierarquicamente, seu sentido e atribuições tenham sido ressignificados no contexto de implementação da Reforma Rocha Vaz. Esse aspecto necessita de uma investigação mais detalhada.

¹³ As fontes investigadas (“Almanacks do Pessoal Docente e Administrativo”) revelam que o dispositivo da “Disponibilidade” foi instituído anteriormente à Reforma Rocha Vaz. Para fins de melhor organização da tese, abordaremos detalhadamente o tema da “disponibilidade” no contexto da Reforma Rocha Vaz.

¹⁴ Ocupação de cadeiras em caráter provisório.

grupo de professores que também atuava em outras instituições, seja como membros ou professores, como a Academia Brasileira de Letras (ABL); a então Escola Normal do Distrito Federal; no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), embora não com a mesma representatividade que havia no contexto de criação do Colégio Pedro II, no final dos anos 1830, quando boa parte de seu corpo docente era composto por membros-fundadores do IHGB; e no Pedagogium Municipal. Os professores catedráticos também examinavam concursos não só para Professores do Colégio, mas também de outras instituições da Instrução Pública.

Em trabalho apresentado no IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Lisboa, em julho de 2012, Mendonça, Soares e Goulart mostram que os primeiros professores do Colégio exerciam outras atividades, fato que pode ter contribuído para que o Colégio Pedro II tivesse dificuldades para compor seu quadro docente; e que o vínculo forte com a instituição, característica marcante no recorte temporal adotado nesta pesquisa, ainda estava por ser construído. Com relação aos professores que atuavam até 1924, foi significativo constatar que esses professores acumulavam o magistério no Colégio com a docência em outras instituições de ensino, mas diferentemente do contexto estudado por Mendonça, Soares e Goulart, parece que o magistério já se configurava como a atividade principal desses professores em meados dos anos 1920.

Os autores citam o caso do Barão de Tautphoeus, que atuava no Colégio Pedro II, no “Collégio Athenêo Fluminense” e no “Collégio d’Instrução Elemental”, ministrando disciplinas diversas como Alemão, Grego, História e Geografia. Ainda encontramos professores que transitavam por diferentes disciplinas e entendemos que essa característica fazia parte do *ethos* do professor catedrático, uma vez que lhe era conferido o direito de opinar e até vetar programas de disciplinas diferentes da cátedra que ocupava, daí a necessidade de conhecer outras disciplinas. Como exemplos de professores que transitaram por disciplinas distintas podemos citar Carlos de Laet, que atuou lecionando Geografia, Aritmética, Física e Química; Luiz Gastão d’Escragnolle Dória, que lecionou Francês, Inglês, Lógica e Geografia e José Philadelpho de Barros

Azevedo, que lecionou Psicologia, Lógica e História da Filosofia, dentre outros. Também encontramos, assim como no contexto de criação do Colégio, exemplos de professores que transitavam entre a docência e a carreira política como os catedráticos Paulo de Frontin e Coelho Neto e o substituto Henrique de Toledo Dodsworth Filho. Dentre catedráticos e substitutos, 11 professores eram graduados em Ciências e Letras pelo próprio Colégio Pedro II: Carlos de Laet, Pinheiro Guimarães, Gastão Ruch Sturzenecker, Henrique Cesar de Oliveira Costa, José Philadelpho de Barros Azevedo, Lafayette Rodrigues Pereira, Euclides Roxo, Antenor Nascentes, Guilherme Augusto de Moura, Othello Reis e Floriano de Brito. Augusto Xavier Oliveira de Menezes e Guilherme Augusto de Moura são exemplos de catedráticos que iniciaram suas trajetórias como Preparadores e Conservadores de gabinetes e laboratórios. Constatamos ainda, que pelo menos 14 dos professores, das categorias relacionadas anteriormente, solicitaram licenças de vários tipos em algum momento da carreira. A maioria delas para tratamento de saúde, para resolução de interesses particulares ou para aperfeiçoamento.

Nos anos seguintes, dentro do recorte temporal adotado nesta tese, outros 4 catedráticos ex-alunos atuaram no Colégio: Cyro Farina, Quintino do Valle, João Baptista de Mello e Souza e Jonathas Serrano.

Com relação aos professores substitutos, há referências que indicam que pelo menos a metade desses professores prestou concurso ou ocupou alguma cadeira interinamente ao longo de suas trajetórias, antes de 1924. Podemos afirmar que, pelo menos 5 eram bacharéis e 2 eram médicos. Dentre as outras instituições, nas quais os professores substitutos do Colégio Pedro II também atuavam, destacamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde 2 substitutos exerciam funções, o Instituto Histórico Geográfico em outros Estados, onde outros 2 professores eram membros e a Escola Normal do Distrito Federal, onde 3 substitutos do Colégio Pedro II também lecionavam. Os professores substitutos que ocupavam o cargo até o ano de 1924 constituíam um grupo de autores de diversas publicações (pelo menos 7 professores), que também colaborava com jornais e revistas (pelo menos 4 professores) e que também examinava concursos (pelo menos 7 professores). Confirmamos ainda, que pelo

menos 5 catedráticos e 3 substitutos participaram do IV Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária¹⁵.

O Colégio contava também, com Manoel Joaquim Guedes Filho, 1º Tenente do Exército e Instrutor Militar das duas seções do Colégio Pedro II, desde 1923.

Quintino do Valle, Bacharel em Ciências e Letras, ocupava o cargo de Chefe de Disciplina do Internato do Colégio Pedro II em 1924, nomeado em 1915. Seu nome aparece dentre os funcionários do Corpo Administrativo nas fontes investigadas. Antes de se tornar professor catedrático de Português em 1926, exerceu o cargo de examinador das bancas de preparatórios nomeadas pelo Conselho Superior do Ensino. Lecionou durante algum tempo, no Externato e no Internato, as aulas suplementares de Português, Francês e de Latim. Em 1909 regeu interinamente a cadeira de Latim do Internato; em 1914, exerceu interinamente a cadeira de Português do Externato; e em 1915, regeu a cadeira de Francês do Internato. Em 1924, passou para a classe dos funcionários públicos federais. No mesmo ano, possuía cerca de 10 anos de serviços prestados ao Colégio. Não é um caso à parte no que diz respeito à construção de sua trajetória como professor, pois Álvaro Espinheira também havia servido como Chefe de Disciplina antes de se tornar professor catedrático.

Cabe ressaltar ainda, que nos termos do Regimento Interno que vigorava em 1924, aprovado pelo então Conselho Superior de Ensino em 26 de fevereiro de 1919, a antiguidade dos professores, critério adotado para alguns julgamentos em determinadas situações, era regulada pela posse e exercício na respectiva cátedra, e no caso de coincidência de datas, pela data da posse de substituto e finalmente

¹⁵ Conforme Nagle (1974, p.141), “reunido no Rio de Janeiro, de setembro a outubro de 1922, o IV Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária reconheceu a necessidade da adoção de padrões culturais e pedagógicos modernos para a superação do conceito preparatório do ensino secundário, em favor de um conceito educativo. Insistindo no caráter não-profissional da escola secundária, defendeu a ideia de um plano único e obrigatório de estudos científicos e literários (mesmo os “trabalhos manuais” teriam um sentido formativo, sem qualquer preocupação de natureza técnica). Nenhuma decisão, entretanto, teria êxito sem a generalização dos exames seriados e a criação, no Colégio Pedro II, de uma Escola Normal Superior para o preparo dos professores. O IV Congresso estudou ainda, o problema da reformulação da política educacional da União: restabelecimento do Ministério da Instrução Pública de 1890 e criação de um Conselho de Educação, bem como os deveres do governo federal de promover e estimular o ensino primário, secundário e profissional em todo o País, mediante acordos (com os Estados e Municípios) e subsídios (para as escolas particulares).

pela idade. A cadeira de Alemão do Internato encontrava-se vaga, deixando de figurar nas fontes consultadas, embora sendo promovida interinamente.

Não foi possível realizar um levantamento preciso dos manuais didáticos dos professores a partir das fontes encontradas, mesmo porque muitos ainda estavam por produzir tais obras, mas foi possível verificar que dentre os professores relacionados anteriormente, que já atuavam no Colégio antes da Reforma Rocha Vaz, alguns vão se apresentar como autores, conforme **ANEXO II**. São exemplos de professores com livros didáticos: Antenor Nascentes, Delgado de Carvalho, Euclides Roxo, Fernando A. Raja Gabaglia, João Ribeiro, Manoel Said Ali Ida, José Oiticica, Oscar Przewodowski, Jonathas Serrano, Clóvis Monteiro, Roberto Accioli, dentre outros. Um levantamento mais preciso dos manuais didáticos produzidos na época seria importante porque os manuais se constituíram numa ferramenta de controle para que o Colégio Pedro II e seu quadro docente se tornasse referência para as outras instituições. Além disso, nos prefácios desses manuais podemos encontrar considerações sobre como os professores viam as disciplinas que lecionavam, críticas aos programas quando estes passaram a ser elaborados pelo Governo a partir de 1931, e outros aspectos reveladores do que Dubar (1997) chama de “identidade para si”.

Essa era, portanto, a composição do quadro docente efetivo do Colégio nos antecedentes da Reforma Rocha Vaz. Veremos a seguir que grande parte desses professores permanecerá atuando no Colégio no período que investigamos. Passamos então, à análise do nosso marco inicial de pesquisa.

2.2

A Reforma Rocha Vaz e o Ensino Secundário

O Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 é identificado por Thetis Nunes (1962) como Reforma Rocha Vaz, por Nagle (1974) como João Luiz Alves e por Andrade (1999) como Luiz Alves¹⁶/ Rocha Vaz¹⁷. Para além da questão das

¹⁶ Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo Artur Bernardes e que em 1924, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

¹⁷ Presidente do Conselho Nacional de Ensino.

prerrogativas quanto aos “autores” desta reforma, esses pesquisadores se aproximam em suas análises ao afirmarem que a expectativa em relação a essa lei era a de que o governo definitivamente se encaminhasse no sentido de fazer com que o ensino secundário não ficasse restrito à função de preparar para o ensino superior, mas assumisse princípios e organização que permitissem transformar esta então modalidade de ensino numa instituição “aberta à formação dos adolescentes” (NAGLE 1974, p.148). Thetis Nunes (1962, p.101) confirma esta ideia quando extrai do texto da lei a seguinte expectativa quanto ao secundário: “Além de base indispensável para a matrícula nos cursos superiores, (o secundário) deve ser um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicar o indivíduo”.

Segundo Nagle (1974, p.141), a Reforma Rocha Vaz foi a medida mais ampla da União na 1ª República, reorganizando vários aspectos do sistema escolar brasileiro, pois, no Decreto, figuram dispositivos que interessam ao ensino primário, secundário e superior, além daqueles que se referem à administração escolar. O autor afirma que no início dos anos 1920, o Ministro da Justiça apontava a necessidade de reformulação da Instrução Pública e, com isso, a reorganização do Colégio Pedro II, mudando a situação considerada pelo Ministro, de “simples curso de preparatórios” e adotando um sistema de exames por grupos de disciplinas, propondo o reestabelecimento do curso de bacharelado em Ciências e Letras e a instituição de uma escola Normal Superior, Federal, para a formação de professores secundários. Tais apontamentos feitos pelo Ministro da Justiça, também perpassavam pela criação do Departamento Nacional de Instrução, a transformação do Conselho Superior do Ensino em Conselho Nacional de Instrução e a remodelação do serviço de fiscalização federal.

A Reforma Rocha Vaz criou o Departamento Nacional do Ensino, diretamente subordinado ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores. Esse Departamento, encarregado dos assuntos que se referiam ao ensino, tinha um Diretor Geral, que acumulava o cargo de Presidente do Conselho Nacional do Ensino. O diretor era escolhido pelo Presidente da República. O então Conselho Superior do Ensino foi suprimido e foi criado o Conselho Nacional do Ensino, que discutia, propunha e emitia opiniões sobre as questões relativas ao ensino público

que fossem submetidas à sua apreciação pelo Governo, pelo Presidente do Conselho ou por qualquer dos seus membros. O Conselho Nacional do Ensino era composto de três seções: 1ª. Conselho do Ensino Secundário e do Superior; 2ª. Conselho do Ensino Artístico; 3ª. Conselho do Ensino Primário e do Profissional.

O Conselho do Ensino Secundário e do Superior era composto pelos diretores das Faculdades da Universidade do Rio de Janeiro, dos diretores das Faculdades de Medicina, de Farmácia e de Odontologia da Bahia, de Direito de São Paulo e do Recife, da Escola Nacional de Bellas Artes, do Colégio Pedro II, das escolas oficializadas subordinadas ao regime estabelecido pela lei, de outros estabelecimentos de ensino secundário e superior, que viessem a ser subordinados ao Departamento Nacional do Ensino; de um professor catedrático ou de um professor privativo, de cada um dos referidos institutos, eleitos anualmente pelas respectivas congregações; e de um docente livre de cada um dos referidos institutos, designado anualmente pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O Conselho do Ensino Secundário e do Superior reunia-se em duas sessões ordinárias anuais, nas épocas que fossem fixadas internamente. Podia ser convocado extraordinariamente, pelo Diretor Geral, espontaneamente ou por requerimento de três membros, para discutir questões de interesse do ensino. Competia ao Conselho do Ensino Secundário e do Superior: conferir pareceres sobre a “equiparação”¹⁸ de institutos de ensino particulares ou estaduais, aos oficiais; examinar os relatórios dos inspetores de ensino secundário ou superior, exigir-lhes esclarecimentos e dar parecer sobre os mesmos relatórios; conferir parecer sobre os recursos, que fossem interpostos das resoluções dos diretores e

¹⁸ A “equiparação” ao Colégio Pedro II era um dispositivo concedido aos estabelecimentos de ensino secundário oficialmente mantidos pelos Estados e que observassem as regras prescritas no texto da Reforma Rocha Vaz, dispondo de edifício e instalações necessárias, e submetendo-se a fiscalização idêntica à estabelecida para os estabelecimentos de ensino superior equiparados. O estabelecimento interessado na equiparação devia provar para as juntas examinadoras, de que dispunha de corpo docente “idôneo” e que observava nos seus cursos programas iguais aos do Colégio Pedro II. A instituição equiparada concedia a regalia da habilitação aos cursos superiores mediante aprovação nos exames realizados nos próprios colégios, não havendo, portanto, necessidade de prestar exames no Colégio-modelo. Massunaga (1989) considera que, além da equiparação, não houve outros avanços reais para o ensino secundário na 1ª República. A equiparação foi idealizada como meio de se uniformizar o ensino secundário no país a partir de um certo padrão de qualidade. Para a autora, o governo sempre mostrou má vontade em conceder o benefício da equiparação aos estabelecimentos particulares. Aqui, cabe ressaltar que no contexto da Reforma Rocha Vaz, o Colégio Pedro II figurou como modelo de organização didático-pedagógica e administrativa, e somente os estabelecimentos públicos estaduais podiam obter a equiparação.

das congregações dos estabelecimentos de ensino superior e secundário oficiais ou equiparados, quando lhe fossem remetidos pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores; propor a suspensão de um ou mais cursos, desde que exigida pela ordem e disciplina do ensino secundário ou do superior; propor o fechamento temporário de um instituto de ensino secundário ou superior, oficial ou equiparado, por motivo de indisciplina ou de calamidade pública; propor a suspensão ou cassação das regalias de equiparação aos institutos de ensino secundário ou superior, quando isso fosse exigido pelos interesses do ensino ou pela violação dos regulamentos deste, informar sobre a conveniência da criação, supressão ou transformação de cadeiras e modificação da seriação de matérias dos cursos superior ou secundário; examinar o regimento interno de cada instituto e propor as modificações convenientes aos interesses do ensino e a modificação dos pontos que estivessem em desacordo com os preceitos legais vigentes; propor as reformas e melhoramentos necessários ao ensino e conferir parecer sobre dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das leis.

O ensino secundário era oficialmente mantido nas duas seções do Colégio Pedro II (Internato e Externato). A Reforma determinava que os programas de ensino do curso secundário fossem formulados pelos respectivos Professores Catedráticos e aprovados pelas Congregações. Esses programas eram submetidos à aprovação antes da abertura dos cursos em cada ano. Quando o Catedrático não apresentasse o seu programa, a Congregação podia mandar adotar o do ano anterior ou o de outro estabelecimento de ensino. Os programas deviam ser organizados de modo a poder ser lecionada toda a matéria do ano letivo e tinham em vista, sempre que fosse possível, as aplicações práticas da matéria ensinada¹⁹.

No contexto da Reforma Rocha Vaz, o ensino secundário era entendido como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país e compreendia um conjunto de estudos com a duração de seis anos, organizados da seguinte forma:

¹⁹ Decreto nº 16.792 - A de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.

1º ano: Português; Aritmética; Geografia Geral; Inglês; Francês; Instrução moral e cívica; Desenho.

2º ano: Português; Aritmética; Geografia (Chorographia do Brasil); História Universal; Francês; Inglês ou Alemão; Latim; Desenho.

3º ano: Português; História Universal; Francês; Inglês ou Alemão; Latim; Álgebra; Desenho.

4º ano: Português (Gramática Histórica); Latim; Geometria e Trigonometria; História do Brasil; Física; Química; História Natural; Desenho.

5º ano: Português (Noções de Literatura); Cosmographia; Latim; Física; Química; História Natural; Filosofia; Desenho.

6º ano: Literatura Brasileira; Literatura das Línguas Latinas, História da Filosofia; Sociologia.

O conjunto de estudos do curso secundário integral compreendia, segundo a Reforma Rocha Vaz, as matérias acima discriminadas, distribuídas pelas seguintes cadeiras:

Português, até o 3º ano – 2 cadeiras.

Português, 4º e 5º anos – 2 cadeiras.

Francês – 2 cadeiras.

Inglês – 2 cadeiras.

Alemão – 1 cadeira.

Latim – 4 cadeiras.

Matemática – 4 cadeiras.

Geografia – 2 cadeiras.

História Universal – 2 cadeiras.

História do Brasil – 2 cadeiras.

Cosmographia – 1 cadeira.

Instrução Moral e Cívica – 1 cadeira.

Física – 2 cadeiras.

Química – 2 cadeiras.

História Natural – 2 cadeiras.

Filosofia – 2 cadeiras.

Literatura Brasileira e das Línguas Latinas – 2 cadeiras.

Sociologia – 1 cadeira.

O Colégio Pedro II, portanto, seguia essa distribuição. A Reforma determinava também, que em cada seção do Colégio (Internato e Externato), devia haver ainda dois professores de Desenho e, no Internato, dois professores de Ginástica. Conforme observamos anteriormente, no item referente ao “Corpo Docente do Colégio Pedro II nos Antecedentes da Reforma Rocha Vaz”, no qual investigamos os professores que atuaram até o ano de 1924 e suas trajetórias, o Colégio já cumpria essa determinação.

O professor da cadeira de Espanhol podia ser transferido para uma segunda cadeira de Português, ficando então extinta aquela cadeira e continuando facultativo o estudo do Italiano no 4º ano.

Com relação a outras disciplinas, a Reforma Rocha Vaz estabelecia ainda que o estudo da Filosofia fosse “geral, embora sumário”; que o ensino das Línguas Vivas fosse “principalmente prático”; que o programa de ensino da Instrução Moral e Cívica, no curso secundário, devia constar de “uma ampliação do ensino ministrado no curso primário”, acrescido de “noções positivas” dos deveres do cidadão na família, na escola, na Pátria e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no progresso humano; e que no ensino da Língua Materna, da Literatura, da Geografia e da História nacionais, os professores deviam ensinar, como temas para trabalhos escritos, assuntos relativos ao Brasil, para narrações, descrições e biografias dos grandes homens em todos os ramos da atividade, selecionando, para os trabalhos orais, entre as produções literárias de autores nacionais, as que estiverem mais ao alcance ou mais pudessem interessar aos alunos para desenvolver-lhes os sentimentos de patriotismo e de civismo. A Ginástica devia ser praticada no Internato, sob a direção dos professores e de acordo com as prescrições do Regimento Interno do Colégio.

Não era permitido acesso a um ano qualquer sem a aprovação nas matérias do ano anterior, quer nas que fossem de simples promoção de um ano para outro, quer nas que constituíssem provas de conclusão das diversas séries. Também não era facultado, em caso algum, prestar provas finais de mais de uma série em cada ano²⁰.

A prova de Francês no 3º ano era dependente da promoção em Português, deste mesmo ano para o 4º. A “promoção” em Física e Química, do 4º para o 5º ano, dependia da aprovação final em Geometria. A prova de Filosofia subentendia a aprovação final nas outras matérias do 5º ano do curso. As matérias eram

²⁰ Idem.

convenientemente ensinadas mediante o número de horas, por semana, fixadas no Regimento Interno²¹.

Cabe ressaltar que a seriação do Ensino Secundário, estabelecida pela Reforma Rocha Vaz foi alterada pelo Decreto nº 18.564, de 15 de Janeiro de 1929. A alteração na seriação foi proposta pela própria Congregação do Colégio Pedro II e homologada pelo Conselho Nacional do Ensino, em sessão de 26 de julho de 1928. Assim, a seriação que passou a vigorar no Colégio era a seguinte: 1º ano: 1) Português, 2) Francês, 3) Matemática, 4) Geografia Geral, 5) Desenho; 2º ano: 1) Português, 2) Latim, 3) Francês, 4) Inglês ou Alemão, 5) Matemática, 6) Corografia do Brasil, 7) Desenho; 3º ano: 1) Português, 2) Latim, 3) Francês, 4) Inglês ou Alemão, 5) História Universal, 6) Matemática, 7) Desenho; 4º ano: 1) Português, 2) Latim, 3) Inglês ou Alemão, 4) História Universal, 5) Matemática, 6) Física, 7) História Natural, 8) Desenho, 9) Química; 5º ano: 1) Latim, 2) Física, 3) Química, 4) História Natural, 5) Filosofia, 6) Cosmografia, 7) Instrução Moral e Cívica, 8) História do Brasil; 6º ano: 1) Sociologia, 2) História da Filosofia, 3) Literatura (especialmente a brasileira e as das línguas latinas), 4) Italiano (facultativo), 5) Curso complementar de matemática (para os alunos que se destinassem às escolas militares e Politécnica), 6) Curso complementar de Ciências Físicas e Naturais (para os alunos que se destinassem às escolas de Medicina), 7) Curso complementar de Geografia (Social e Economia). Os casos resultantes das alterações feitas na seriação, e que se não enquadrassem nos dispositivos da vigente lei do ensino, deviam ser resolvidos mediante instruções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, consoante com o que determinava a Reforma Rocha Vaz.

Conforme a Reforma Rocha Vaz, os exames eram denominados “de promoção” e “finais”. Os exames finais constavam de prova escrita e oral das matérias que constituíam as diversas séries e também de prova prática em Física, Química e História Natural. As notas mensais e as dos exames de promoção serviam para prudente apreciação do aproveitamento dos alunos, não podendo, porém, constituir critério único e obrigatório para a aprovação, quer nos exames de promoção, quer nos exames finais. O certificado de aprovação final do 5º ano

²¹ Idem.

do curso secundário era condição indispensável para admissão a exame vestibular para matrícula em qualquer curso superior, suprimidos os exames parcelados de preparatórios. Ao estudante, que fizesse o curso do 6º ano e fosse aprovado em todas as matérias, que o constituem, era conferido o grau de Bacharel em Ciências e Letras. O candidato ao vestibular devia apresentar o certificado de aprovação nas matérias do quinto ano do curso secundário emitido pelo Colégio Pedro II ou institutos equiparados, mas aquele que cursasse o sexto ano tinha preferência na matrícula, independente da ordem de classificação. Portanto, cursar o sexto ano do ensino secundário conferia aos alunos que o concluíssem, um privilégio.

O professor Catedrático do Colégio Pedro II devia ser substituído, nos seus impedimentos, por um Docente Livre, e, na falta deste, por “pessoa idônea”, de preferência bacharel diplomado pelo mesmo Colégio, nomeado pelo Diretor e recebendo a parte dos vencimentos, que o efetivo perdesse. O Professor Catedrático podia, no caso de desdobramento de turmas da respectiva disciplina, reger até duas turmas suplementares, além das turmas efetivas próprias.

2.2.1

A Constituição, Direitos e Deveres do Corpo Docente do Ensino Secundário e do Superior

A Reforma Rocha Vaz determinava que o corpo docente dos institutos de ensino secundário e superior fosse constituído por: a) Professores Catedráticos; b) Docentes Livres; c) Professores Honorários; d) Professores Privativos; e) Professores de Desenho e de Ginástica. No Internato do Colégio Pedro II devia haver ainda, três Repetidores (que mais tarde passaram a ser chamados de “Adjuntos”), cujas funções deviam ser definidas no Regimento Interno²².

O Professor Catedrático era incumbido de orientar o ensino das matérias que constituíam a sua cadeira; lecionar em sua totalidade as matérias que constituíam o programa da mesma; apresentar, para que fosse estudado e julgado pela Congregação, antes da abertura das aulas, o programa referido; providenciar,

²² Idem.

por todos os meios ao seu alcance, para que o ensino, sob sua responsabilidade, fosse o mais eficiente possível; fazer parte das comissões de exames do curso, de defesa de tese e de concursos para docentes; submeter, durante o ano letivo, os alunos aos trabalhos práticos, nos termos estabelecidos na lei e no respectivo regimento interno; participar das reuniões da Congregação; comunicar ao Diretor e à Congregação as dificuldades que encontrasse para execução dos trabalhos de seu curso, indicando as suas causas e meios de removê-las; redigir as instruções a serem observadas pelos docentes livres, quando fizessem cursos nos gabinetes e laboratórios, podendo estabelecer nessas instruções, a reserva de uma parte dos mesmos e da respectiva aparelhagem para o seu uso privativo; indicar os chefes de laboratório ou de curso, que o devessem substituir nas suas faltas ou impedimentos até três meses; escolher todo o pessoal do serviço privativo da sua cadeira, propondo sua nomeação ao diretor ou a permuta com o de outra cadeira, de acordo com o respectivo professor. Suspender ou dispensar, por um ou dois períodos qualquer auxiliar do ensino de sua cadeira, comunicando imediatamente o ato ao diretor; dispor, caso julgasse necessário ao ensino, da verba orçamentária de pronto pagamento, que lhe cabia, apresentando ao Diretor, no fim de cada período letivo, a escrituração das despesas realizadas, feitas em livro previamente rubricado pelo mesmo diretor, ao qual deviam ser entregues os documentos comprobatórios dos gastos feitos; fiscalizar a frequência dos respectivos alunos, na forma estabelecida no regime interno.

Os Professores Catedráticos eram escolhidos por concurso, nomeados por decreto e vitalícios desde a data da posse. Podiam inscrever-se no concurso: os Docentes Livres da cadeira vaga; os Professores Catedráticos e Substitutos de outras cadeiras; os Docentes Livres, Professores Catedráticos e Substitutos de outras escolas oficiais ou equiparadas; o profissional diplomado, que provasse ter idade inferior a quarenta anos e justificasse, com títulos ou trabalhos de valor, a sua inscrição no concurso, a juízo de Congregação. Para a inscrição em concurso no Colégio Pedro II era indispensável, também, que o candidato tivesse curso completo de humanidades ou diploma de escola superior.

As provas do concurso para Professor Catedrático compreendiam: apresentação de duas teses sobre a matéria de que consistia o concurso e sua

defesa perante a Congregação; uma prova prática, quando fosse o caso, sobre assunto sorteado na ocasião; uma prova oral de caráter didático, durante 50 minutos, com pontos sorteados com 24 horas de antecedência, dentre os de uma lista aprovada pela Congregação. Das duas teses, uma era sobre assunto escolhido pelo candidato, na qual faria, no final, o resumo de seus trabalhos já publicados e por ele julgados de valor; a outra era sobre assunto sorteado entre dez pontos escolhidos pela Congregação. Este assunto era comum a todos os concorrentes e anunciado ao mesmo tempo em que fosse aberta a inscrição para o concurso. O prazo de inscrição para o concurso era de seis meses, findo o qual, dentro de três dias, a Congregação devia se reunir para aprovar as inscrições, nomear as comissões de arguição de teses e marcar dia para o início das provas.

O regimento interno de cada instituto devia fixar o número de exemplares de cada tese que o candidato devia apresentar, nunca inferior, porém, ao dos membros da Congregação, devendo, além disso, o candidato apresentar cinco exemplares, no mínimo, dos seus trabalhos já publicados.

As provas do concurso deviam obedecer a seguinte ordem: 1) Defesa de tese de livre escolha; 2) Defesa de tese sobre assunto sorteado; 3) Prova prática, quando a natureza da disciplina a exigisse; 4) Prova oral. As defesas de tese eram feitas separadamente, na forma prescrita pelo regime interno, perante a Congregação e uma comissão de quatro membros, por esta eleita, para arguir os candidatos, e sob a presidência do Diretor.

Na arguição de teses, a comissão examinadora devia apontar os erros porventura cometidos pelo candidato, para que ele se defendesse; pedia explicações sobre pontos obscuramente tratados e faria sobressair as contribuições originais, novas ou simplesmente bem expostas, quer das teses propriamente ditas, quer dos trabalhos apresentados, dando lugar a que o candidato demonstrasse inteligência e preparo especializado, facilitando por essa forma o julgamento da Congregação. Cada examinador dispunha de 30 minutos para arguição, assegurando ao candidato 15 minutos para sua defesa. Após a defesa de cada tese, cada membro da comissão examinadora atribuía uma nota ao candidato, justificando-a, se o quisesse, e imediatamente cada professor enviava ao

presidente da Congregação uma cédula, assinada e datada, indicando o nome do candidato e a nota conferida à prova.

As provas práticas eram feitas sobre questões sorteadas de momento entre certo número de pontos previamente escolhidos pela Congregação, sendo facilitada aos candidatos a consulta de livros ou documentos, a juízo da comissão eleita para essas provas. A Congregação devia eleger uma comissão de quatro membros para dirigir e acompanhar as referidas provas, findas as quais a comissão apresentava minucioso relatório sobre a prova prática de cada candidato, com a indicação das notas atribuídas pelos diversos examinadores. A comissão fornecia à Congregação todos os esclarecimentos necessários sobre essas provas. Logo depois de terminadas as provas práticas, havia uma sessão especial da Congregação, precedendo as provas orais, na qual acontecia a leitura do relatório e ao julgamento das referidas provas, como na defesa de tese.

A prova oral, que visava demonstrar cultura intelectual, conhecimento da matéria sorteada e boas qualidades de exposição, era feita perante a Congregação e, se possível, por todos os candidatos no mesmo dia. Na prova oral, cada candidato era julgado como na defesa de tese, sendo considerado inabilitado o candidato que não preenchesse o tempo regulamentar. A nota atribuída às provas era indicada pelos graus de 0 a 10.

No fim de cada sessão de julgamento, o diretor, auxiliado por um professor, devia fazer a verificação do número de cédulas recebidas e as recolher em invólucro fechado, sendo lavrada ata em livro especial, assinada pelo diretor e por três professores e guardadas as cédulas em lugar apropriado. Finalizadas as provas de todos os candidatos, em sessão pública da Congregação, que tinha lugar no dia em que se realizasse a última prova oral do concurso, iniciava-se a apuração final. Nessa sessão, o diretor, auxiliado pelo vice-diretor e, na falta deste, por um professor escolhido pela Congregação, fazia, excluídos todos os votos dos professores, que tenham faltado a qualquer das provas de presença obrigatória, em primeiro lugar a apuração da nota média alcançada pelos candidatos em cada prova e a seguir a da nota média final, isto é, a média das médias das provas parciais, e dessa apuração era lavrada ata em livro especial, nas condições previstas pelo regimento interno.

Nas Congregações para julgamento de concurso e nas comissões de arguição de tese e de orientação e finalização de provas práticas só podiam atuar professores catedráticos e os atuais substitutos. Caso houvesse professores catedráticos da matéria em concurso, eles eram obrigatoriamente membros das comissões examinadoras, salvo impedimento legal. Todas as provas prestadas pelos candidatos eram públicas. Só eram habilitados para o provimento dos cargos de professor catedrático os candidatos que alcançassem média final superior a 7 (sete). Se nenhum candidato satisfizesse essa condição, o diretor devia comunicar o fato ao Governo por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, pedindo autorização para contratar, no país ou no estrangeiro, um profissional de reconhecida competência, para reger a cadeira, pelo prazo de dois anos, ao cabo dos quais era aberto novo concurso, excluídos desse contrato os docentes livres da cadeira vaga. Os candidatos que não fossem auxiliares de ensino e que alcançassem média superior a 5 (cinco) deviam ser nomeados docentes livres.

Terminando o concurso, o Diretor do Colégio devia comunicar ao Governo, por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, o nome do candidato escolhido, que era o que tivesse obtido maior média, a fim de ser o mesmo nomeado nas condições previstas na lei. No caso de dois ou mais candidatos terem obtido rigorosamente a mesma média, a Congregação devia enviar ao Governo os nomes desses candidatos, afim de que a escolha ficasse a cargo do professor catedrático. Verificada essa hipótese, no Colégio Pedro II, cabia sempre a preferência ao bacharel diplomado pelo Colégio.

Competia ao docente livre: apresentar ao Diretor o programa de seus cursos livres e equiparados, antes do início dos mesmos; lecionar em sua totalidade as matérias, que constituem o programa de seus cursos equiparados e realizar o respectivo ensino prático; reger cursos anexos ou complementares das cadeiras para quais tivesse obtido o título de docente livre, por indicação do professor catedrático.

Era assegurado ao docente livre o direito de ocupar o lugar de Assistente, nas condições previstas na lei, ou o de chefe de curso, sem remuneração, quando proposto pelo respectivo professor; oferecer cursos equiparados ao curso oficial; oferecer cursos livres, obedecendo às condições acima expostas; concorrer à vaga

de professor catedrático; tomar assento na Congregação, quando estivesse substituindo o professor catedrático ou quando fosse eleito para representar a classe dos docentes livres, não podendo, entretanto, votar na escolha de professor catedrático. Era facultado ao docente livre, obter a docência para mais de uma cadeira.

O docente livre que quisesse oferecer curso privado remunerado devia comunicar ao diretor do Colégio, declarando a duração do seu curso, o número de aulas, o local em que o realizaria, a autorização do responsável pelo gabinete, laboratório ou enfermaria quando por ventura não possuísse instalação própria, e as taxas a cobrar por aluno e por período. Caso essas exigências não fossem cumpridas, o docente livre podia ser suspenso por um período de 4 a 12 meses do gozo de seus direitos e, na reincidência, proibido de oferecer cursos equiparados em qualquer estabelecimento, e cursos privados nos estabelecimentos oficiais, não podendo também substituir e concorrer à vaga de Professor Catedrático.

Os cursos equiparados de docente livre podiam ser realizados nas instalações dos institutos oficiais de ensino, caso os docentes não dispusessem de instalações congêneres. Os docentes livres, em exercício de funções oficiais, ficavam sujeitos a todas as penalidades estabelecidas no regulamento para os professores catedráticos. Os docentes livres eram escolhidos por concurso e nomeados por portaria do diretor, por 10 anos, prazo este que podia ser renovado pela Congregação, atendendo ao valor dos cursos professados, à dedicação ao ensino e à publicação de trabalhos de real valor.

Os docentes livres, quando em substituição ao Catedrático, deviam se submeter ao que a lei estipulava para as substituições e, quando nas funções de assistente, recebiam os vencimentos estabelecidos para estes.

A docência livre era obtida em uma única época do ano, na segunda quinzena de outubro, abrindo-se e encerrando-se as inscrições na segunda quinzena de setembro. Para a inscrição ao concurso de docente livre no Colégio Pedro II, era imprescindível que tivesse o curso de humanidades completo ou diploma de curso superior. O título de docente livre era obtido mediante concurso prestado perante a Congregação, com as seguintes provas: defesa de uma tese de livre escolha; prova prática, quando a natureza da disciplina o exigir; dissertação

de 50 minutos sobre ponto tirado à sorte, com antecedência de 24 horas, entre os de uma lista aprovada pela Congregação. O concurso de docente livre e o respectivo julgamento obedeciam, no que fosse aplicável, às regras relativas ao concurso para Professores Catedráticos. Os candidatos à docência livre que tivessem obtido média final inferior a 7 (sete) não tinham conferidos o respectivo título e, só passados dois anos, podiam ser admitidos em novo concurso, não podendo também, nesse período, concorrer às vagas de professor catedrático.

O Professor Catedrático podia ser auxiliado pelo número de assistentes, que as necessidades do ensino indicassem, fixado pela Congregação, por proposta do mesmo professor, sendo os respectivos vencimentos incluídos no orçamento pelo diretor. Um dos assistentes devia ser escolhido pelo professor para ser chefe de curso, e, além da substituição eventual do catedrático, esse assistente devia ser o seu principal auxiliar na realização e fiscalização dos trabalhos, debaixo da orientação imediata do mesmo catedrático. Só podiam ser nomeadas assistentes pessoas diplomadas, e, quando não fossem docentes livres, eram obrigadas à habilitação para a docência livre, dentro do prazo de dois anos, a contar da data da publicação da Reforma Rocha Vaz.

Os professores de Desenho eram nomeados por concurso, que constava de prova prática e prova didática oral. Aos concursos e seu julgamento eram aplicadas as mesmas disposições que os concursos de professores em geral. As provas eram efetuadas de acordo com o programa previamente formulado pela Congregação.

Podia ser nomeado professor honorário o profissional “notável” e de “excepcional competência”, brasileiro ou estrangeiro, que fosse eleito pelo voto de dois terços da Congregação, devendo a votação ser feita na sessão seguinte aquela em que for apresentada a proposta. O Regimento Interno prescrevia as condições para a investidura e as prerrogativas dos Professores Honorários.

Os professores que atingissem a idade de 65 anos eram postos em disponibilidade com todas as vantagens pecuniárias a que tinham direito na data da disponibilidade. O professor, que contasse mais de 25 anos de exercício no seu cargo, podia ser posto em disponibilidade, se o requeresse, com as mesmas vantagens. O professor, que obtivesse mais de 30 anos de exercício no seu cargo,

era posto em disponibilidade, com as mesmas vantagens. O diretor do Colégio, assim que o professor incidisse nos preceitos referidos anteriormente, devia levar o fato ao conhecimento da Congregação, que era logo convocada, e do Governo, por intermédio do Departamento Nacional do Ensino.

Se no prazo de 30 dias, a Congregação depois de ouvir o professor, verificasse a existência das condições para a sua disponibilidade, devia propô-la ao Governo, que devia decretá-la no prazo de 15 dias. Findos os 30 dias, sem que a Congregação se pronunciasse, o Governo, devidamente informado por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, decretava a disponibilidade.

Os professores nomeados antes da Reforma Rocha Vaz podiam ser postos em disponibilidade, se o requeressem dentro do prazo de 90 dias, desde que estivessem nas condições prescritas na lei, sendo-lhes facultado, de acordo com as disposições em vigor, continuar a fazer parte das Congregações, das mesas julgadoras de exames e das comissões de concurso, assegurados os vencimentos e vantagens a que tivessem direito.

2.2.2

A Congregação

A Reforma Rocha Vaz estabelecia que a Congregação do Colégio Pedro II devia ser composta por todos os Professores Catedráticos, em exercício; dos Professores Catedráticos em disponibilidade, e dos então substitutos²³; dos Docentes Livres que estivessem substituindo os catedráticos; de um Docente Livre, representante de sua classe, por ela para tal fim eleito anualmente, em reunião convocada pelo diretor e presidida pelo Vice-diretor. A Congregação era convocada e presidida pelo Diretor ou seu substituto legal, podendo a convocação ser provocada mediante requerimento de dois terços dos respectivos membros. A Congregação podia deliberar com a presença da metade e mais um de seus membros em exercício, salvo os casos em que fossem exigidos dois terços dos

²³ Aqui o termo “substitutos” não se refere a uma categoria de professores, e sim aos profissionais que exerciam as funções de outros, na ausência ou impedimento destes.

votos deles e os de sessões solenes ou outros previstos, em que funcionaria com qualquer número.

Quando, depois de sua convocação por edital publicado num jornal de grande circulação, não se verificasse a presença de professores em número legal, era feita uma segunda convocação da Congregação, pelo mesmo modo, e esta deliberava com qualquer número, salvo quando fosse obrigatória a presença de dois terços de seus membros.

A Congregação devia estudar e propor aos poderes competentes medidas tendentes ao melhoramento do ensino; organizar e modificar o regime interno, dentro dos preceitos da Reforma Rocha Vaz, submetendo-o à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para que pudesse ter execução; conferir os prêmios instituídos pelo Governo ou por particulares e os que julgasse convenientes criar, uma vez que houvesse para isso os recursos necessários, consignados no orçamento; eleger por maioria de votos, em cédulas de quatro nomes diversos, as comissões examinadoras dos concursos; assistir as provas orais, as de defesa de tese nos concursos; examinar e aprovar os programas de ensino; modificar a seriação das matérias do curso, mediante dois terços de votos dos membros em exercício e aprovação do Governo, para se tornar efetiva; exercer as demais atribuições constantes deste regulamento.

A Congregação do Colégio Pedro II se reunia em sessão conjunta, revezando-se na presidência, em anos alternados, os diretores do Externato e do Internato; e funcionava, nos demais casos, em seções, separadamente.

Na sua primeira sessão anual, a Congregação realizava a eleição das três comissões auxiliares do diretor, por ele presididas e compostas de três membros cada uma, assim denominadas: comissões de ensino, comissões de docência e comissão de redação de publicações. Estas comissões tinham as atribuições constantes do regime interno. A Congregação não podia criar cadeiras, modificar a sua seriação, nem fazer concessões sobre exames, matrículas e transferências de alunos, senão na forma prevista na Reforma Rocha Vaz e no Regimento Interno.

Sobre a Direção, a Reforma determinava que devia haver em cada estabelecimento de ensino secundário e superior um Diretor e um Vice-diretor. Esta regra valia para cada seção do Colégio Pedro II. Os diretores e vice-diretores

eram escolhidos entre professores de “notória competência”, e eram de livre nomeação e demissão do Presidente da República. Os vice-diretores deviam ser substituídos, nas suas faltas ou impedimentos, pelo catedrático mais antigo. Competia ao Diretor nomear os Docentes Livres habilitados em concurso e por proposta dos professores, os respectivos assistentes e demais auxiliares.

No texto da Reforma Rocha Vaz há um item denominado “Polícia Escolar”. Não fica claro se faz referências à criação de uma instituição para fiscalizar os professores, entretanto, enumera penalidades. Os professores, docentes livres e demais auxiliares do ensino eram passíveis das penas de simples advertência, suspensão e perda do cargo. Incurriam nas referidas penas os membros do magistério que: I) não apresentassem os seus programas em tempo oportuno; II) que faltassem aos exames ou às sessões da Congregação sem motivo justificado; III) que deixassem de comparecer para desempenho de seus deveres, por mais de 10 dias, sem causa participada e justificada; IV) que abandonassem as suas funções por mais de seis meses, sem licença, ou delas se afastassem por quatro anos consecutivos para exercerem funções estranhas ao magistério, exceto as de eleição popular; V) que faltassem com o respeito devido ao Diretor, a quaisquer autoridades do ensino, aos seus colegas e à própria dignidade do magistério; VI) que se servissem da sua cadeira para pregar doutrinas subversivas da ordem legal do país.

Os docentes, que incorressem nas culpas definidas nos itens I a III ficavam sujeitos, além do desconto em folha de pagamento, à advertência aplicada pelo diretor; os que incorressem no item V sofriam a pena de suspensão, imposta pelo diretor, de 8 a 30 dias; e os que incorressem no item IV perdiam o cargo, por comunicação do diretor e ato do Governo, quando fosse da competência deste; os que incorressem nas do item VI seriam suspensos, por ato do Governo, pelo tempo que a este parecesse conveniente, até um ano.

Perdia um terço dos vencimentos durante os meses de férias, de janeiro e fevereiro, o professor que, em exercício do cargo, não lecionasse integralmente o programa do curso por ele dirigido. Os docentes livres, nas mesmas condições, perdiam o direito à metade das taxas que lhes coubiam, relativas ao segundo período letivo. A tesouraria conservava esta parte dos vencimentos em seu poder,

até que o Diretor autorizasse o pagamento. Cabia recurso para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores das penas aplicadas.

As licenças aos professores e demais auxiliares do ensino que gozassem das regalias de funcionários públicos eram concedidas na forma das leis em vigor na época (decreto n. 4.255 de 11 de janeiro de 1921, e 14.6663 de 1 de fevereiro de 1921). As licenças aos professores e funcionários que não se enquadravam nesse caso deviam ser concedidas pelo Diretor, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

A substituição do catedrático pelo chefe de curso ou por docente livre devia ser feita por indicação dele e ato do diretor.

Os professores e auxiliares de ensino ficavam sujeitos ao desconto dos respectivos vencimentos correspondentes aos dias em que faltassem, sem causa justificada, a juízo do diretor, que podia abonar até três faltas por mês.

A Reforma Rocha Vaz estabeleceu ainda, conforme tabela abaixo, os seguintes vencimentos para os Professores do Colégio:

Tabela 1 – Salários dos Professores do Colégio Pedro II conforme a Reforma Rocha Vaz

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO²⁴	TOTAL
Diretor (de cada secção)	---	6.000000	6.000000
Professor catedrático	9.600000	4.800000	14.400000
Professor	6.400000	3.200000	9.600000
Repetidor (no Internato)	4.000000	2.000000	6.000000
Preparador	4.800000	2.400000	7.200000

Ao analisar as medidas trazidas pela Reforma Rocha Vaz, Nagle (1974, p.152) entende que tais medidas representaram inovações, quando comparadas às normas até então em vigência e, do ponto de vista qualitativo, desempenharam,

²⁴ Conforme mostraremos no item seguinte (2.3), referente ao Regimento Interno, os vencimentos do quadro docente do Colégio Pedro II eram compostos, conforme as leis em vigor na época, por dois terços como ordenado e um terço como gratificação.

em conjunto, o papel de condições facilitadoras para o posterior desenvolvimento do ensino secundário. Como havia afirmado Geraldo Bastos Silva (1959):

“Prolongando e ampliando, assim, as realizações da Fase da Lei Maximiliano, a Reforma Rocha Vaz preparou ao mesmo tempo a definitiva implantação do ensino secundário como um curso regular, capaz de preencher as funções mais amplas do que a de preparação fragmentária aos cursos superiores, que se tornará definitiva realidade com as reformas posteriores a 1930: a de Francisco Campos e a de Gustavo Capanema”.

Conforme observamos, era função da Congregação organizar e modificar o regime interno, dentro dos preceitos da Reforma Rocha Vaz. Vejamos agora, com o foco voltado para os professores secundários, de que forma tal exigência foi cumprida, ou seja, como o Colégio Pedro II, no seu contexto interno, buscou adequar-se ao contexto externo imposto pela Reforma.

2.3

Os Professores e o Regimento Interno do Colégio Pedro II

O primeiro Regimento do Colégio Pedro II elaborado dentro do recorte temporal desta pesquisa e de que encontramos registro é datado de 1926. Esse documento reproduz em grande parte o texto da Reforma Rocha Vaz e serviu de base para a elaboração do Regimento de 1927.

O Regimento Interno aprovado por Portaria de 31 de agosto de 1927 fixou o número de alunos do Externato em 1100, dos quais 300 deviam ser gratuitos; e em 400 os do Internato, dos quais 200 gratuitos, sendo 100 efetivos e 100 extranumerários. O número de alunos do Externato podia ser elevado, mediante autorização do Governo, desde que a capacidade do edifício fosse ampliada ou as aulas fossem divididas em dois ou mais turnos e desde que houvesse espaço para a localização dos alunos sem que os preceitos pedagógicos fossem infringidos. A ampliação do número de alunos do Internato estava condicionada à ampliação do edifício. As turmas não podiam ter mais de 40 alunos, organizando-se turmas

suplementares, sempre que o número de alunos excedesse esse limite. A primeira turma, ou turma efetiva, era formada por aqueles alunos escolhidos preferencialmente dentre os que obtinham as melhores notas nos exames do ano anterior, ou nos de admissão, quando se tratasse do 1º ano, e os demais deviam ser distribuídos pelas turmas suplementares, segundo a origem decrescente das notas obtidas.

Quando aborda a já mencionada duração do curso secundário e as matérias que o compreendia, é ressaltado no Regimento Interno que era ministrada também, a Instrução Militar, na forma das leis que regiam o assunto.

Em cada uma das turmas de Física, Química e História Natural, havia, além das aulas do Catedrático, pelo menos duas aulas práticas por semana, dadas pelos respectivos “Preparadores”²⁵, sob fiscalização e orientação do Catedrático. Este podia determinar um maior número de aulas práticas, que seriam sempre dadas em pequenas turmas de 10 a 12 alunos.

O ensino de cada matéria estava regulado por programas, formulados pelos respectivos professores. Tais programas deviam também ser publicados antes da abertura das aulas. O Regimento do Colégio resalta a determinação da Reforma Rocha Vaz de que quando algum professor não apresentasse o seu programa, a Congregação podia mandar adotar o do ano anterior ou o de outro estabelecimento de ensino, ou designar comissão especial que o formulasse. Porém, detalha que se houvesse mais de um professor, não chegando os mesmos a acordar em um programa único, cada um deles podia apresentar o seu, resolvendo a Congregação se um deles devia prevalecer, se devia ser adotado o do ano anterior ou de outro estabelecimento, ou se devia ser designada a comissão que formulasse um substitutivo. Nenhum programa podia ser aprovado se seguisse uma orientação considerada sectária ou se desviasse dos programas das cadeiras equivalentes em institutos congêneres oficiais, dos demais “países cultos”. Os programas deviam ser organizados de modo que fosse possível ser lecionada toda a matéria do ano letivo. Os professores, na organização dos programas, deviam ter sempre em vista as aplicações práticas da matéria ensinada.

²⁵ Observaremos adiante que os “Preparadores” e os “Repetidores”, formavam a categoria dos “Auxiliares de Ensino”. Em alguns documentos a mesma categoria aparece como “Auxiliares do Ensino”.

Os horários das aulas do Colégio eram organizados pelo Diretor. Deviam durar 50 minutos, havendo entre uma e outra o intervalo obrigatório de 10 minutos. Quando possível, devia ser mantido um intervalo de 48 horas entre as aulas da mesma disciplina em cada turma, quando as aulas semanais não excedessem a três. Os alunos não podiam ter, por dia, mais de quatro aulas teóricas. As aulas começavam às 9:30 hs no Internato, e às 8:00 no Externato, para o primeiro turno; tendo início o segundo turno às 12:30.

Os professores não podiam ocupar-se nas aulas de assuntos considerados “estranhos” a elas, bem como fazerem propaganda de ideias contrárias à organização social e política ou à ordem legal do país. O Diretor devia assistir frequentemente às aulas verificando a execução do programa. Era marcada falta para o professor que, até 10 minutos depois da hora designada para início da aula, não se achasse presente. Se, por algum incômodo de saúde ou por outro motivo relevante, o professor tivesse que sair por algum tempo ou suspender a aula, teria que chamar o inspetor, a quem caberia a guarda dos alunos. Havia uma caderneta de classe, na qual o fato devia ser anotado, caso o professor não o declarasse antes do termo da aula.

A frequência das aulas era obrigatória e os alunos deviam comparecer sempre 10 minutos antes da hora marcada para o início da primeira aula. Em caso de falta coletiva dos alunos, o professor declarava, na caderneta de aula, a matéria que nesse dia seria explicada, a qual era tida como explicada. Nenhum aluno podia se retirar da aula sem a licença do professor, nem do Colégio, antes de terminarem as aulas do dia, sem permissão do Diretor. Os alunos recebiam, no primeiro dia em que comparecessem ao colégio, uma caderneta de frequência²⁶.

As lições diárias, bem como as de sabatinas e concursos, eram notadas por meio de graus desde 0 até 10. Em cada bimestre os alunos tinham pelo menos três notas lançadas na lista. Bimestralmente, os professores tiravam as médias dos alunos e distribuíam os mais distintos em bancos de honra. Nos exames de promoção a média anual do aluno era levada em conta entre as notas do exame, para influir na média geral. Boletins de aproveitamento e procedimento eram expedidos aos pais, tutores e responsáveis dos alunos.

²⁶ Colégio Pedro II, Regimento Interno, 1927.

O Regimento Interno aborda de maneira mais detalhada do que o texto da Reforma Rocha Vaz os exames “de promoção” e “finais”. No que competia aos professores, havia para cada matéria de curso uma junta examinadora que julgava as provas escritas e orais. Essas juntas examinadoras deviam ser designadas pelo Diretor, aproveitados sempre nas respectivas disciplinas os Professores Catedráticos, caso não se achassem impedidos, bem como os Docentes Livres das mesmas cadeiras e os professores que regiam turmas suplementares. De cada junta examinadora, sempre fazia parte pelo menos um professor Catedrático. Sendo a mesa constituída de um Catedrático e dois Docentes Livres, ao Catedrático cabia sempre a presidência. Havendo mais de um professor Catedrático, cabia a presidência ao mais antigo, segundo a precedência em Congregação. Para os Professores e para os Docentes Livres, o serviço dos exames era obrigatório, sendo que era marcada falta nos dias em que não comparecessem sem justa causa. Os responsáveis pelos alunos tinham direito de articular a suspeição de um ou mais membros da comissão examinadora, devendo fundamentá-la, em petição ao diretor do estabelecimento, até o dia do exame. O professor também podia dar-se por suspeito para examinar qualquer dos candidatos, o que devia fazer em comunicação verbal ou escrita ao diretor. O Regimento passa a detalhar os exames, as chamadas, tempo de duração, sorteio de pontos, apuração de médias e resultados.

O referido documento aborda também, a distribuição dos prêmios e certificados, detalhes da confecção dos diplomas, a colação de grau, e o prêmio “Pantheon”, entregue aos alunos que houvessem se distinguido por sua aplicação e pelo comportamento exemplar, distinção conferida pelo voto da Congregação e que era acompanhada de prêmio condigno, à escolha do diretor. Identificamos que 4 Professores Catedráticos, ex-alunos do Colégio Pedro II, receberam o prêmio “Pantheon”, dado pela instituição aos melhores alunos ou àqueles que se destacavam. São eles: Gastão Mathias Ruch Sturzenecker, José Philadelpho de Bastos Azevedo, Euclides Roxo e Antenor Nascentes.

Havia ainda a “Menção Honrosa”, também acompanhada de prêmios condignos, à escolha do Diretor. Algumas disciplinas específicas também conferiam prêmios aos alunos que se destacassem. O curso de Física e Química,

por exemplo, conferia anualmente ao aluno que mais destacasse, o Prêmio Nerval de Gouveia, instituído por um grupo de alunos antigos deste professor do Colégio. Bancos de honra eram destinados a seis alunos em cada aula que alcançassem média superior a 7.

O Regimento aborda ainda, a Instrução Militar; a rouparia, detalhando o enxoval e os uniformes dos alunos e as taxas e contribuições. Sobre a disciplina e penalidades, cabe destacar que os Professores só podiam aplicar a “advertência simples em aula” e a “exclusão da aula em que o aluno estivesse procedendo mal”, durante o tempo da mesma. O professor podia representar por escrito ao Diretor, pedindo a imposição de outras penas como retenção, no Externato, até o máximo de duas horas depois da última aula do dia, com trabalho escrito; suspensão por 3 a 8 dias; privação da saída no Internato; suspensão por um ou mais períodos letivos; e até a expulsão do estabelecimento. Cabia ao Diretor resolver da aplicação nos casos de sua alçada ou da necessidade de levar a queixa ao Governo. O desrespeito aos professores e membros do corpo administrativo era considerado falta grave.

O Corpo Docente do Colégio Pedro II, conforme o Regimento Interno, era constituído de Professores Catedráticos, Docentes Livres, Professores Honorários, Professores de Desenho e de Ginástica, e Auxiliares do Ensino. O documento avança em relação ao texto da Reforma de 1925 quanto à quantidade e distribuição entre as cadeiras. Para cada seção do Colégio (Internato e Externato) devia haver:

- 2 Professores Catedráticos de Português
- 2 Professores Catedráticos de Latim
- 2 Professores Catedráticos de Matemática
- 1 Professor Catedrático de Francês
- 1 Professor Catedrático de Inglês
- 1 Professor Catedrático de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas
- 1 Professor Catedrático de Geografia e Corografia do Brasil
- 1 Professor Catedrático de História Universal
- 1 Professor Catedrático de História do Brasil
- 1 Professor Catedrático de Física
- 1 Professor Catedrático de Química
- 1 Professor Catedrático de História Natural
- 1 Professor Catedrático de Filosofia e História da Filosofia

2 Professores de Desenho, sendo um para os 1º, 2º e 3º anos e um para os 4º e 5º anos.

4 Preparadores, respectivamente, para os gabinetes de Física, Química, História Natural e Geografia.

Eram comuns às duas seções:

- 1 Professor Catedrático de Instrução Moral e Cívica
- 1 Professor Catedrático de Alemão
- 1 Professor Catedrático de Cosmografia
- 1 Professor Catedrático de Sociologia
- 1 Professor Catedrático de Italiano

1 Preparador para os gabinetes de Cosmografia.

Havia somente no Internato:

- 2 Professores de Ginástica
- 3 Repetidores

Quando uma cadeira de uma das seções do Colégio estivesse vaga, cabia ao professor da outra, o direito de transferência. A concessão desse direito previsto no Regimento pode ser considerado um mecanismo que contribuía para a ainda existente rotatividade de professores entre as cátedras, característica que Mendonça, Soares e Goulart (2012) observaram também no contexto da criação do Colégio Pedro II. A partir de 1928, nas disciplinas em que houvesse duas cadeiras em cada seção, os respectivos catedráticos deviam ensinar em séries alternadas, revezando-se anualmente.

Com relação às atribuições dos professores catedráticos, o Regimento Interno reproduz o texto da Reforma Rocha Vaz, acrescentando a competência de fiscalizar o ensino da disciplina da respectiva cadeira nas turmas suplementares, exigindo dos regentes a execução rigorosa do programa e comunicando ao Diretor as irregularidades ou lacunas que se verificarem no ensino das referidas turmas.

O professor era o responsável pela ordem dentro da sua aula, não sendo permitida a interferência de nenhum funcionário, enquanto o mesmo se achasse presente, a menos que o próprio professor requisitasse a presença do inspetor de alunos para auxiliá-lo a manter a disciplina. Se, por algum problema de saúde, o professor tivesse que se retirar antes de dado o sinal, devia chamar o inspetor a

quem devia entregar os alunos. O mesmo devia fazer quando se tratasse de atender alguma necessidade urgente e se ausentar por poucos minutos. Fora desses casos, não era permitido aos professores abandonar a aula antes do tempo prescrito, sob pena de serem considerados ausentes, sendo lhes marcada falta²⁷.

Sobre os casos em que o Professor Catedrático era substituído, quando o afastamento desse professor ocorresse sem que este deixasse de receber os vencimentos ou o ordenado do cargo, o Diretor devia designar regentes para as turmas que constituíam a cadeira. Se esta estivesse vaga ou se o catedrático deixasse de receber o vencimento do cargo, podia ser nomeado um catedrático interino para a substituição. Um dos catedráticos era anualmente eleito pela Congregação para ser representante no Conselho do Ensino Secundário e Superior, devendo recair a escolha alternadamente em professor de cada uma das seções.

Tanto os Docentes Livres como os Professores Suplementares tinham a competência de lecionar as turmas suplementares para as quais eram designados pelo Diretor, de acordo com o Regimento, sujeitando-se ao mesmo programa, à mesma orientação e aos mesmos deveres gerais que tinha o catedrático. O Diretor, ao nomear para as turmas suplementares os Docentes Livres, tinha em vista a capacidade dos mesmos podendo deixar de designar para a regência aqueles que tivessem revelado pouca assiduidade ou falta de eficiência no ensino.

Era facultado ao Docente Livre obter a docência para mais de uma cadeira. As turmas suplementares das diversas disciplinas eram regidas por professores catedráticos, docentes livres ou, na falta destes, por pessoas não pertencentes ao corpo docente do Colégio, observadas as condições abaixo especificadas:

- nenhum professor Catedrático podia reger mais de duas turmas suplementares da respectiva cadeira, e duas de outras disciplinas.

- a designação de Catedráticos para a regência de turmas de outras disciplinas devia ser feita sem prejuízo de aproveitamento dos docentes livres da matéria da turma a prover, caso houvesse.

O Docente Livre e o Regente estranho ao corpo docente não podiam, em caso algum, reger mais de duas turmas.

²⁷ Idem.

Para regência de turmas suplementares que não pudessem ser confiadas a Catedráticos ou a Docentes Livres, o Diretor devia designar bacharéis diplomados pelo Colégio ou, na falta destes, pessoas idôneas que tivessem o curso completo de humanidades e prática no magistério público ou particular, sendo sempre preferidos os que já haviam servido na regência de turmas no ano anterior²⁸.

Os Docentes Livres, em exercício de funções oficiais, ficavam sujeitos a todas as penalidades estabelecidas no Regimento para os professores Catedráticos. Um dos Docentes Livres era anualmente designado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores para tomar parte no Conselho do Ensino Secundário e Superior. Os Docentes Livres não podiam ter cursos particulares, remunerados, das matérias que ensinavam oficialmente, frequentados por alunos do Colégio.

O Regimento não aponta mudanças com relação aos pré-requisitos para nomeação dos Professores Honorários do Colégio.

Os Professores de Desenho e de Ginástica não tinham assento na Congregação. O professor de Desenho tinha, sob o ponto de vista do ensino, os mesmos deveres que os professores Catedráticos, salvo as limitações expressamente estipuladas no Regimento. Os programas de Desenho e de Ginástica deviam ser organizados pelos professores e submetidos pelo diretor à discussão e ao voto da Congregação. Conservando na época a denominação tradicional de professores de Ginástica, estes eram apenas instrutores dos exercícios ginásticos e higiênicos dos alunos no Internato.

Os Auxiliares do Ensino eram os Preparadores, nomeados pelo Diretor e que deviam possuir curso integral das disciplinas professadas no estabelecimento, ou estudos superiores, e os Repetidores, que tinham a função de repetir, elucidando, as lições dadas pelos professores, especialmente naquelas partes que mais fossem exigidas. Os Repetidores eram distribuídos pelo Diretor nas turmas, sendo um para a repetição de Línguas, outro de Matemática, outro de Física e História Natural, sendo que todos eram obrigados a trabalhar 12 horas por semana. Em 1º de Agosto de 1928, o Decreto nº 5.506 determinou a extinção dos “Lugares de Repetidores”. Esses professores passaram então, a serem denominados de “Adjuntos”, que permaneceram com a quantidade de três

²⁸ Idem.

professores que atuavam no Internato, tinham os mesmos ônus e vantagens conferidos aos repetidores e eram incumbidos de auxiliar os professores catedráticos no cumprimento dos programas. O número de Adjuntos do Internato passa de três para quatro em 23 de janeiro de 1934, quando o Decreto nº 23.791, de 23 de Janeiro de 1934, cria, sem aumento de despesa, um lugar de adjunto no Internato do Colégio Pedro II.

A Congregação do Colégio permaneceu, segundo o Regimento, constituída da mesma forma e com as mesmas atribuições mencionadas na Reforma Rocha Vaz. Entretanto, inclui o “Professor Substituto, que pela Reforma Rocha Vaz, não passou a Catedrático” (Adrien Delpech). Nas sessões solenes e nas de concursos, os Professores usavam uma beca preta, com faixa de gorgorão branca e um barrete de seda preta, rodeado de arminho branco. No Regimento é enfatizado que a Congregação não podia tomar conhecimento de assuntos considerados “estranhos” às suas atribuições.

Os professores-membros da Congregação recebiam os avisos para as sessões com 24 horas de antecedência. Nesses avisos eram indicados os assuntos a serem abordados. Em caso de urgência, a convocação era feita por telegrama ou por telefone aos membros da Congregação que o possuíssem²⁹.

As reuniões ocorriam sempre no edifício do Externato. Tomava assento à esquerda do Presidente, o Secretário do Colégio, que não podia discutir, nem votar, podendo, porém, usar da palavra para alguma explicação quando o Presidente determinasse, e à sua direita o Vice-Diretor.

Se até meia hora depois de marcada não se reunisse a maioria da Congregação, o Diretor mandava lavrar uma ata do ocorrido e dissolvia a reunião.

Verificada pelo secretário a presença do número legal de membros da Congregação, dava-se início aos trabalhos da sessão com a leitura, feita pelo secretário, da ata da sessão anterior, a qual era posta em discussão e submetida à votação, entendendo-se que foi unanimemente aprovada sempre que não se suscitasse reclamações contra sua fidelidade. Quando os membros entendiam que não se achavam expostos os fatos com a devida exatidão ou que os debates foram resumidos de maneira inexata, tinham o direito de enviar à mesa as suas

²⁹ Idem.

emendas escritas, aprovadas as quais, deviam ser feitas, de acordo com ela, as retificações reclamadas, que ficavam constando em ata dos respectivos trabalhos, a qual era discutida e aprovada na sessão seguinte. Depois de aprovadas, as atas eram assinadas pelo presidente e demais membros da Congregação presentes. Aprovada a ata, era lido o expediente, que constava não só de correspondência oficial dirigida à Congregação, petições, requerimentos, etc, como dos pareceres e relatórios das comissões³⁰.

Lido o expediente, o Diretor fazia uma exposição clara e precisa, numa ordem relativa de importância, dos assuntos a serem resolvidos na sessão, concedendo em seguida a palavra aos professores que a pedirem. Nenhum assunto podia ser exposto ou discutido antes de terminada a discussão do objeto especial da convocação, salvo requerimento de urgência aprovado por dois terços dos presentes. A ordem dos assuntos a serem discutidos era estabelecida pelo Presidente da Congregação. Qualquer dos professores podia, havendo conveniência, requerer a inversão da ordem do dia, a qual era concedida se o requerimento obtivesse os votos de dois terços dos presentes. O adiamento da discussão de qualquer assunto ou concessão de vista dos papéis a um professor podia ser autorizado por maioria de votos dos presentes, mediante proposta de cinco professores pelo menos, marcando-se, porém, o prazo preciso desse adiamento ou vista que não podia ser em caso algum superior a três dias³¹.

Nenhum assunto podia ser submetido à votação enquanto houvesse quem quisesse falar sobre ele. Também não era permitido que algum membro da Congregação fizesse uso da palavra sem que esta lhe fosse dada pelo Presidente e, para regular a concessão da palavra, o secretário tomava nota dos que o pediam, segundo a ordem em que manifestavam o interesse em se pronunciar. Os membros da Congregação não podiam usar a palavra mais de duas vezes, nem por mais de 15 minutos, exceto quando proponentes de qualquer projeto ou relatores de comissões, que podiam usar a palavra até 3 vezes. Os Professores só podiam falar sobre o objeto em discussão; para fazer requerimentos; apresentar projetos; indicações; pela ordem, exclusivamente para lembrar o modo de dirigir e regularizar a votação ou pedir a observância de algum dispositivo legal ou

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

regulamentar; para pedir urgência; para explicações pessoais; e para justificar o seu voto. O Presidente podia negar a palavra ao membro da Congregação que quisesse falar fora dos casos permitidos e cassá-la aos que dela fizessem uso inconveniente³². Havia também, regras específicas para as votações, detalhadas no Regimento.

Ainda sobre as comissões, a “de Ensino” devia dar parecer sobre as questões dependentes do voto da Congregação, relativas ao plano de ensino, processos pedagógicos, recompensas e punições, mesas examinadoras e tudo que se referisse propriamente ao ensino dos alunos e sua disciplina. A “de Docência” estudava questões relativas aos professores, bem como assuntos referentes aos concursos para professores e docentes livres. A “de Redação de Publicações” redigia os projetos de reforma do regimento, revia os programas de ensino quanto à redação e fazia a revisão da última prova tipográfica dos mesmos, quando fossem mandados à impressão, e dirigia a publicação do Anuário do Colégio. As comissões eram presididas pelo professor mais antigo que atuasse nelas, sendo por ele escolhido o respectivo relator.

As sessões da Congregação não podiam se prolongar por mais de duas horas, reservando-se a última meia hora, pelo menos, para apresentação e discussão de qualquer proposta ou indicação. Todo membro da Congregação tinha direito de requerer verbalmente que se prorrogasse a sessão por mais meia hora. O requerimento de prorrogação era justificado e, sem debate, submetido à aprovação.

O Presidente devia chamar a atenção do membro da Congregação que se desviasse do assunto em discussão, que empregasse expressões inconvenientes ou provocasse qualquer tumulto. No caso de não ser atendido, o Presidente suspendia a sessão. Todo membro da Congregação que se julgasse ofendido em sua dignidade e nos seus direitos por qualquer decisão do presidente, podia lavrar seu protesto, que era inserido na ata, se a Congregação concordasse. As deliberações da Congregação eram tomadas por maioria de membros presentes e se o assunto interessasse particularmente a algum membro, a votação era feita por escrutínio

³² Idem.

secreto, prevalecendo na hipótese de empate o voto mais favorável ao interessado, que podia tomar parte na discussão, mas não votar nem assistir a votação.

O membro da Congregação que assistisse a sessão não podia deixar de votar, salvo se apresentasse e justificasse os motivos para abstenção, cuja aceitação dependia de decisão da congregação. Aquele que abandonasse a sessão sem justo motivo, apreciado pela congregação, incorria em falta igual a que era dada por não comparecer.

A escolha dos catedráticos era feita por meio de concurso de provas, prestadas perante o público, a Congregação e as comissões eleitas por ela. Nas congregações para julgamento de concursos, bem como nas comissões de arguição de tese e de prova prática só podiam exercer funções os professores catedráticos efetivos e o antigo substituto, que ainda não havia passado a catedrático.

As provas do concurso para professor catedrático também permaneceram, segundo o Regimento de 1927, conforme descrito no texto da Reforma Rocha Vaz. Podiam se inscrever no concurso para o cargo de professor catedrático os docentes livres da cadeira vaga; os professores catedráticos e substitutos de outras cadeiras; os docentes livres, professores catedráticos e substitutos de outros estabelecimentos de ensino, oficiais ou equiparados; os cidadãos brasileiros em geral, que exibissem folha corrida, caderneta de reservista ou certidão de alistamento militar, fossem maiores de 21 anos e menores de 40 na data da inscrição, tivessem curso completo de humanidades ou diploma de escola superior, e justificassem com os títulos ou trabalhos de valor a sua inscrição, a ser julgada pela Congregação. O curso completo de humanidades era entendido como o conjunto de estudos demonstrado pelos exames finais das matérias obrigatórias do curso do Colégio Pedro II, até o 5º ano, excluído o Desenho.

No ato da inscrição, o candidato devia apresentar 50 exemplares, pelo menos, de cada uma de suas teses, bem como cinco exemplares, pelo menos, de cada um de seus trabalhos anteriormente publicados. Uma das teses era comum a todos os candidatos, sobre assunto anunciado previamente no edital, e outra sobre assunto livremente escolhido pelo candidato, devendo nesta fazer, no final, o resumo de seus trabalhos já publicados, e por ele julgados de valor. A comissão de

arguição de teses era composta de quatro membros, sob direção do presidente da Congregação. Se o diretor de uma das seções do Colégio (Internato e Externato) fosse professor da cadeira posta em concurso, cabia à presidência dessa comissão ao diretor da outra seção, e, na falta deste, aos vice-diretores, na mesma ordem.

O Regimento detalha ainda, os direitos do candidato, a ordem das provas do concurso, regras para arguição e defesa das teses, prova prática, regras específicas para o concurso de algumas disciplinas específicas, a prova oral e médias. Sobre este último ponto, caso dois ou mais candidatos obtivessem rigorosamente a mesma média, cabia sempre a preferência ao que fosse bacharel do Colégio Pedro II. Se nenhum candidato alcançasse a média final superior a 7, o presidente devia comunicar o fato ao Governo, solicitando autorização para contratar um professor de reconhecida competência, para reger a cadeira pelo prazo de dois anos. Um novo concurso seria aberto e os Docentes Livres da cadeira vaga e os candidatos que se inscreveram no concurso eram excluídos desse contrato. Esse contrato dependia também, de aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Já os Docentes Livres eram escolhidos por concurso e nomeados por portaria do Presidente da Congregação, pelo prazo de 10 anos, prazo este que podia ser renovado pela Congregação, atendendo ao valor dos cursos professados, à dedicação ao ensino e à publicação de trabalhos considerados relevantes. A obtenção da docência livre, o concurso para tal e os critérios de aprovação aparecem descritos no Regimento da mesma maneira como no texto da Reforma Rocha Vaz.

O Regimento Interno de 1927 não alterou as determinações apresentadas na Reforma Rocha Vaz de 1925 sobre a média necessária para que os docentes livres tivessem conferidos os respectivos títulos e sobre o tempo necessário para que pudessem ser admitidos em novo concurso e concorrer às vagas de professor catedrático. Eram nomeados Docentes Livres, sem novas provas, os candidatos ao concurso de professor catedrático que, não sendo auxiliares do ensino, alcançassem média superior a cinco nesse concurso.

Sobre o concurso para Professores de Desenho e de Ginástica, para além do mencionado na Reforma Rocha Vaz, o Regimento detalha que a prova prática

podia ser dividida em várias partes, relativas aos diferentes aspectos do ensino de Desenho no curso secundário, e realizadas em vários dias. Na prova didática oral apurava-se a capacidade do candidato no que se referia à “pedagogia da sua arte”.

No que diz respeito às penalidades de que eram passíveis os professores, docentes livres e auxiliares do ensino, o Regimento Interno reproduz o texto da Reforma Rocha Vaz, acrescentando apenas que os regentes de turmas suplementares que incorressem nas disposições nela mencionadas, perdiam metade da gratificação relativa aos meses do 2º período.

Os vencimentos do corpo docente do Colégio eram determinados pelas respectivas leis, contando-se dois terços como ordenado e um terço como gratificação. O professor que, além das turmas a seu cargo (uma de cada um dos anos em que se professava a sua cadeira), acumulasse a regência de turmas suplementares, recebia por turma uma gratificação *pro labore*, igual à gratificação do seu cargo, sendo que no período de exames só lhe era paga a gratificação correspondente a uma turma. O mesmo que os professores efetivos recebiam por turma era pago aos que não faziam efetivamente parte do corpo docente do Colégio, sendo mantida a gratificação atual naquela época aos professores de Desenho e aos respectivos docentes, quando em exercício. As taxas de exames eram distribuídas integralmente pelos membros da respectiva comissão examinadora. O pagamento aos docentes que estivessem substituindo a outros era regulado pelas leis referentes ao assunto. As gratificações adicionais continuavam a ser contadas de acordo com a legislação em vigor na época.

As licenças aos professores e auxiliares do ensino também permaneceram, conforme o Regimento, concedidas na forma da legislação em vigor na época. As faltas dos professores às sessões da Congregação ou aos exames eram contadas como faltas às aulas. Quando o professor tivesse aula e Congregação, ou qualquer serviço desta, numa mesma hora, o serviço da Congregação preteria o das aulas, só sendo marcada falta se não comparecesse à sessão da mesma. A apuração das faltas dos professores era baseada num mapa organizado pelo bedel, funcionário diretamente subordinado ao diretor. As faltas deviam ser justificadas pelo professor ou auxiliar de ensino até o último dia do mês. Os professores podiam gozar fora da Capital o período de férias, comunicando sua ausência ao Diretor, e

não lhe eram descontadas as faltas que acaso vinham a dar em sessões de congregação que se realizassem nesse período. A aposentadoria dos professores também permaneceu regulada por leis ordinárias em vigor.

O Regimento Interno discorre ainda, de maneira detalhada, sobre o pessoal administrativo; sobre as funções do Diretor, que era escolhido entre professores de “notória competência” pelo Presidente da República, e demissível *ad notum*; do Vice-Diretor; do Secretário; Amanuenses; Arquivista; Médico; Bibliotecário; Chefe de Disciplina; Bedéis; Inspetores de Alunos; Ecônomo; Porteiro; Roupeiro; Enfermeiro; dentre outros funcionários, além de considerações sobre o Regime Escolar, Diretoria, Secretaria, Arquivo, Biblioteca, Refeitório, Salas de Aulas, Salões e outras instâncias do Colégio.

Segundo Dias (2008, p. 203), esse Regimento permanece em vigor até o ano de 1953, quando um novo foi aprovado. Concordamos com a autora ao verificarmos que muitas atribuições como a elaboração dos programas e a definição de bancas de concurso, por exemplo, se tornarão ultrapassadas com o passar dos anos, continuando vigentes dispositivos que não colidiam com a legislação que estava por entrar em vigor nas décadas seguintes e rever o Regimento de 1927 acaba se tornando uma maneira da Congregação reagir e se proteger da “perda de prerrogativas” que passaram a ser de órgãos de Estado, fatos que observaremos de maneira detalhada mais adiante.

2.4

A Atuação do Corpo Docente no Contexto da Reforma Rocha Vaz (1925-1926)

No contexto da implementação da Reforma Rocha Vaz, Euclides de Medeiros Guimarães Roxo era o Diretor do Externato do Colégio Pedro II. Seu antecessor foi Carlos de Laet, que obteve exoneração por ato do Ministro da Justiça. Roxo assumiu a direção do Externato interinamente em agosto de 1925 e em 3 de março de 1926 foi efetivado no cargo. Roxo considerava naquela época que dirigir o Externato do Colégio Pedro II, mais importante instituto de ensino

secundário do país, foi uma tarefa facilitada pelas normas didáticas, administrativas e disciplinares que seu antecessor havia implementado. O Vice-Diretor, também nomeado em 3 de março de 1926 era o Professor Othello de Souza Reis³³.

O Corpo Docente do Externato passava naquele momento por modificações significativas em razão da criação de turmas suplementares, concursos e óbitos. Em virtude do artigo 191 da Reforma Rocha Vaz (Decreto 16.782-A) alguns professores obtiveram disponibilidade como Manoel Said Ali Ida, Rodolpho Paula Lopes, Manoel Arthur Ferreira e Arthur Higgins. Tais professores são classificados no relatório referente ao período de abril 1925 a março de 1927, encaminhado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino, por Euclides Roxo, como “mestres competentíssimos e ilustrados” e destaca a “fé de ofício” com que se retiravam do magistério, tendo prestado “serviços valiosos” ao campo educacional durante muitos anos de trabalho³⁴.

Para a cadeira de Física, que havia sido desmembrada da antiga cadeira de Física e Química, foi nomeado o respectivo substituto, Henrique de Toledo Dodsworth Filho, que como estava afastado do exercício do magistério por estar desempenhando mandato de Deputado, estava sendo substituído por Francisco Venâncio Filho, que segundo Roxo, conferia “cabal e brilhante desempenho à interinidade que lhe havia sido confiada”.

A cátedra do Professor Rodolpho Paula Lopes (História Natural) foi também ocupada pelo respectivo substituto, Waldemiro Potsch. Assim como para as cadeiras de Português e Latim foram nomeados também, os respectivos substitutos, Professores José Oiticica e Joaquim Luiz Mendes de Aguiar. Por fim, para a cadeira de Cosmografia foi nomeado o substituto de Geografia, Professor Othello de Souza Reis.

A então nova cátedra de História do Brasil ficou com o catedrático da antiga cadeira de História, Escragnolle Dória e a nova cadeira de História Universal estava ocupada interinamente desde 26 de junho de 1925 até 12 de

³³ GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. Relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1928.

³⁴ Idem.

novembro de 1926 por Marcos Baptista dos Santos, considerado “competente e assíduo” pelo Diretor do Externato. Segundo Euclides Roxo, essa cadeira foi conquistada pelo Professor Jonathas Serrano, que tomou posse em 13 de novembro de 1926, através de concurso³⁵.

As cadeiras de Instrução Moral e Cívica, Alemão e Literatura encontravam-se preenchidas interinamente pelos professores Cônego Francisco Mac-Dowell, Tristão da Cunha e Julio Nogueira, “ocupadas com brilho e frequência assídua”, segundo Roxo. A cadeira de Sociologia estava também interinamente preenchida pelo Professor Adrien Delpech, substituto de Francês e o único dos substitutos do Colégio que não obteve acesso ao cargo de catedrático. Cabe ressaltar aqui que a Reforma Rocha Vaz extinguiu a categoria de “Professor Substituto”. Como Adrian Delpech vinha desempenhando as funções da cátedra de maneira considerada “brilhante” e havia revelado em provas públicas a competência sobre a matéria, a Congregação se manifestou favorável ao provimento efetivo do Professor Delpech na cadeira em questão. Acrescia a essas condições o fato dessa nomeação representar uma economia para os cofres do país, pois desapareceria desse modo a rubrica necessária ao pagamento do professor substituto de Francês. Segundo Soares (2009), no Livro de Atas de Reuniões da Congregação (1925-1934) consta a apresentação de uma moção assinada por vários professores catedráticos. Nesta moção, a Congregação do Colégio Pedro II sugere ao Governo da República, o aproveitamento na cadeira recém-criada de Sociologia, do professor Adrien Delpech, uma vez que fora habilitado, por unanimidade de votos, em um concurso realizado nas dependências do Colégio e no qual dissertou sobre a “Lógica da Sociologia”. Contudo, a Comissão de Docência julgou que apesar dos méritos intelectuais de Delpech, a Congregação não podia de forma legal, fazer tal sugestão e que caberia ao Congresso Nacional fazer justiça à proficiência de Delpech provendo-o às funções de catedrático, mas em uma cadeira onde seu “talento” pudesse ser condignamente aproveitado. Adrien Delpech foi designado, então, para reger a cadeira de Sociologia interinamente em 6 de abril de 1926, fez indicações de livros para as aulas de Sociologia, como revela a ata da reunião de 29 de abril de

³⁵ Idem.

1926, mesma reunião em que foi aprovado o primeiro programa de Sociologia, para este mesmo ano. É provável que na condição de catedrático interino, Delpech o tenha elaborado.

Os cargos de professores de Desenho foram interinamente exercidos pelos professores Paulo Ferreira e Araripe de Macedo, experiência que Roxo considerou “proveitosa” para os alunos. Em função do concurso realizado para preenchimento desses cargos, os mesmos passaram a ser ocupados efetivamente pelos Professores José de Sá Roriz e Alcino Chavantes Junior.

Em razão do elevado número de candidatos à matrícula no Externato do Colégio Pedro II e também do número também grande de alunos matriculados nos anos anteriores, foram criadas em 1925, 14 turmas suplementares, sendo 6 para o primeiro ano, 6 para o segundo e 2 para o terceiro. Em 1926, Euclides Roxo deliberou aumentar para 18 o número dessas turmas com a seguinte distribuição: 7 para o primeiro ano, 6 para o segundo ano, 3 para o terceiro e 2 para quarto ano. Além dos Professores Catedráticos, regeram aulas em turmas suplementares em 1925, 66 professores. Em 1926 esse número chegou a 115 professores, dentre eles, foi encontrado o nome da primeira professora, Maria da Glória Ribeiro Moss³⁶, contratada em onze de outubro de 1926 para reger a cadeira de Química, função na qual permaneceu até 1937.

³⁶ Segundo Alves (2009) Maria da Glória Ribeiro Moss foi também docente efetiva de Química da Escola Normal a partir de 1924 e nesse mesmo estabelecimento de ensino exerceu contrato como regente da citada disciplina desde 1922; foi designada professora de Física e de Química Industrial na Escola Rivadávia Corrêa, de 1932 a 1933; de Química e Francês na Escola Orsina da Fonseca, de 1934 a 1935; de Química, Ciências Naturais e Higiene na Escola Paulo de Frontin, de 1936 a 1938; de Química da Escola Souza Aguiar em 1934 e da Escola João Alfredo, de 1938 a 1939. Foi, igualmente, regente efetiva de História Natural do Lyceu de Humanidades Nilo Peçanha. Além de possuir “registro” (tema que abordaremos no contexto da Reforma Campos) como professora de Química, Física e História Natural, era também diplomada pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, inscrita na Ordem dos Advogados, sob nº. 3228 e, da mesma forma, diplomada na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Com uma experiência considerável e uma consistente formação, Maria da Glória Moss candidatou-se, através de concurso público de provas e títulos, à Cátedra de Química do Externato e Internato, em 1933. Apresentando a tese “Novo processo catalytico de analyse orgânica” à Congregação do Colégio, a professora de Química não logrou sucesso, pois o concurso foi suspenso. Sem desistir de tal pretensão, a de ser a primeira mulher a ocupar cátedra no Colégio Pedro II, Maria da Glória tentou concorrer a ela, mais uma vez, em 1939, com a tese “Catalyse”. No prólogo dessa tese impressa revelou a mágoa guardada desde o concurso de 1933 quando, incompreendida na sua escolha por um trabalho prático de laboratório, inédito e como tal, patenteado, não obteve o reconhecimento esperado da casa onde trabalhava, pois foi preterida e a cátedra, por ela tão almejada, foi ocupada

Verificamos, portanto, conforme as tabelas (ANEXOS 3 E 4), que o número de professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares em 1925 quase dobrou em 1926. A partir da comparação entre essas tabelas, percebemos também que dos cento e quinze (115) professores que regeram aulas no ano de 1926, quarenta e seis (46) lecionaram também no ano de 1925. Não foi possível encontrar a partir das fontes investigadas, dados mais detalhados sobre a formação, função ou disciplina lecionada por esses professores. Na mesma listagem, encontram-se nomes que revelam grau de parentesco com Professores Catedráticos, como Danton do Coutto e Mario Ruch, parentes de Pedro do Coutto e de Gastão Ruch, respectivos catedráticos de História e de Francês. Consideramos importante a dimensão do grau de parentesco ou das relações familiares, uma vez que no conceito de “identidade” cunhado por Dubar (1997), verificamos que o autor entende que a influência de familiares ou de antigos professores contribui para a escolha profissional. Encontram-se também, professores que se tornaram catedráticos nos anos seguintes, como Alcino José Chavantes Junior, Enoch da Rocha Lima, George Sumner e Roberto Bandeira Accioli, que foram nomeados respectivamente, os dois primeiros, catedráticos de Desenho em 1926, o terceiro, catedrático de Física em 1927, e o último, catedrático de História, nomeado em 1943.

A relação de professores que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1926, além de trazer o nome da primeira mulher a lecionar no Colégio, mencionada anteriormente, traz os nomes de Nelson Romero e Gildásio Amado, dentre outros que se tornaram catedráticos. O primeiro torna-se catedrático de Latim e/ou Filosofia³⁷, enquanto o segundo é nomeado catedrático de Química em 1940 e torna-se Diretor do Externato entre 1947 e 1956.

pelo professor Luis Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães, como veremos mais adiante, no capítulo IV.

³⁷ No Anuário de Nº XV do Colégio Pedro II consta o nome de Nelson Romero, na ordem cronológica, como catedrático de Latim, nomeado em 1935. Na relação por disciplinas, o mesmo nome aparece como catedrático de Filosofia. No livro de atas da Congregação confirmamos que Romero é transferido em 26/09/1938 para a cadeira de Psicologia, Lógica e História da Filosofia. Já no relatório de 1942, elaborado por Fernando Antonio Raja Gabaglia, então Diretor do Externato, o referido professor aparece ocupando a cadeira de Psicologia na Congregação.

Mencionamos anteriormente que, em conformidade com a Reforma Rocha Vaz, foram realizados em 1926, cinco concursos para preenchimento das cadeiras de Latim, Português, Química, História Universal e de 3 “lugares” de professores de Desenho. Euclides Roxo informa no seu relatório que apesar de algumas tentativas de perturbação dos trabalhos por “elementos apaixonados”, sempre inevitáveis, quer entre o professorado do Colégio Pedro II, quer entre os candidatos, foi possível para a diretoria, graças à colaboração da grande maioria do Corpo Docente, que manteve uma linha de serenidade, neutralizar o que chamou de “tendências extremadas” e levar a cabo a realização de todas as provas e respectivos julgamentos, de acordo com os preceitos legais. A não ser no concurso de Latim, em que só se inscreveu um candidato, que foi indicado, nos demais apareceram recursos, que, no caso, foram todos baseados em “pequenas nugas do processo” e que com a exceção de um candidato ao concurso de Química, não conseguiram provimento.

No concurso de Latim, Hahnemman Guimarães, bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro e único candidato a inscrever-se no concurso, foi aprovado e nomeado por Decreto do Presidente da República, datado de 4 de junho de 1926, professor catedrático do Internato do Colégio Pedro II, tendo tomado posse no dia 7 do mesmo ano.

No concurso de Português, foi indicado ao Governo o bacharel Quintino do Valle, nomeado catedrático de Português do Internato em 4 de agosto de 1926, tendo tomado posse no dia imediato. Os outros candidatos aprovados no concurso, Jacques Raymundo Ferreira da Silva e Clóvis do Rêgo Monteiro, foram nomeados Docentes Livres de Português do Colégio Pedro II, por ato do Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino.

Com relação ao concurso de Química, conforme determinava a Reforma Rocha Vaz, a Congregação indicou ao Governo, no dia 29 de outubro de 1926, o Professor Corregio de Castro, para o cargo de catedrático da referida disciplina e os candidatos Arlindo Fróes, Pinheiro Guimarães, Ruben Descartes e Julio Hauer para docentes livres do Colégio Pedro II, pelo prazo de 10 anos. Entretanto, Pinheiro Guimarães, mesmo classificado em terceiro lugar, apresentou recurso ao

Ministro da Justiça, julgando ter havido irregularidades da realização das provas e o concurso foi anulado.

De acordo com o resultado geral do concurso de História Universal, a Congregação indicou ao Governo, em data de 30 de outubro de 1926, os nomes de Jonathas Serrano e João Baptista de Mello e Souza, primeiros classificados, para os cargos de professores catedráticos de História Universal do Externato e Internato, respectivamente, e os de Francisco Mozart do Rego Monteiro, Jayme Coelho, Mecenas Pereira Dourado, Mario Guedes Naylor, Antonio Figueira de Almeida³⁸, Milton Pires Barbosa e Oscar Przewodowski para docentes livres do Colégio Pedro II, pelo prazo dez anos. Portanto, apenas um único candidato, Cornelio José Fernandes Netto, que obteve média inferior à exigida pela Reforma Rocha Vaz, foi excluído. Jonathas Serrano e João Baptista de Mello e Souza foram nomeados por decretos do Presidente da República em 12 e 10 de novembro de 1926, respectivamente, tomando posse imediatamente.

Por fim, a Congregação do Colégio indicou ao Governo em 28 de agosto de 1926, Enoch da Rocha Lima, José de Sá Roriz e Alcino José Chavantes Junior, que obtiveram as três melhores colocações no concurso para os cargos de professores de Desenho, o primeiro do Internato e os últimos, do Externato. Em vista das médias alcançadas, foram indicados os demais candidatos, Jurandyr dos Reis Paes Leme, José Paulo Ferreira e Murillo Araujo, para docentes livres do Colégio Pedro II, pelo período de 10 anos. Enoch de Lima, Sá Roriz e Chavantes Junior foram nomeados pelo Presidente da República em 11 de novembro de 1926 e tomaram posse no dia 13 do mesmo mês.

Em 26 de fevereiro de 1927, a Congregação do Colégio Pedro II perdeu o Professor Joaquim Luiz Mendes de Aguiar, que segundo Euclides Roxo, tratava-se de um dos professores mais brilhantes. Classificado em primeiro lugar em concurso realizado em 1909 para a cadeira de Latim, não logrou nomeação, pois o Governo preferiu usar da faculdade que tinha de escolher o classificado em segundo lugar. Desde 1906, entretanto, regia turmas suplementares no Colégio, ora de Português, ora de Latim, revelando proficiência e qualidades didáticas. Em

³⁸ O Professor Antonio Figueira de Almeida, que lecionou aulas suplementares e que, como docente livre, foi representante da referida categoria na Congregação, foi protagonista, conforme observaremos no Capítulo 4, de grande polêmica no início dos anos 1940, relativa ao concurso para cadeiras de História Universal do Internato.

1915 foi escolhido pela Congregação para ser o substituto de Latim, nos termos da legislação em vigor nesta época, cargo que exerceu até 19 de agosto de 1925, data em que, pelo desdobramento da cadeira, teve acesso a catedrático. Era graduado em Humanidades, Filosofia, Teologia e Direito Canônico e considerado um professor esforçado, competente e que deixou obras didáticas e publicações poéticas.

Conforme determinado pela Reforma Rocha Vaz, a Congregação devia, dentre outras atribuições, estabelecer “comissões permanentes”, definir representação no Conselho Nacional de Ensino e aprovar os programas de ensino. Desde a data em que foi nomeado Diretor até o final do ano de 1926, de acordo com determinação do Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino, Euclides Roxo presidia a Congregação. Segundo Roxo, a Reforma Rocha Vaz manteve a unidade didática do Colégio Pedro II, continuando indiviso, para todos os efeitos primordiais, o Corpo Docente. Ao menos nesse ponto, foi conservada a considerada “modelar entidade pedagógica”, que, caso fosse dividida, poderia perder parte do seu tradicional prestígio. O Diretor do Externato destaca que encontrou apoio de quase todos os colegas, tendo sempre conseguido manter as discussões no tom de cortesia e de serenidade próprios de uma assembléia de homens cultos. Apenas uma vez, na sessão de 25 de setembro de 1927, Roxo foi obrigado a suspender os trabalhos para evitar que se agravasse uma alteração iniciada entre os Professores Accioli e Lafayette.

Roxo procurava marcar os trabalhos da Congregação para horas diferentes das do horário das aulas e, a não ser por uma ou duas reuniões, todas foram realizadas de modo a não impedirem que os professores dessem as suas aulas. O Regimento Interno facultava aos professores faltarem às aulas nos dias em que houvesse reunião do Corpo Docente. Este era um dispositivo que, na opinião de Euclides Roxo, devia ser mudado por essa concessão parecer abusiva, uma vez que já era bastante reduzido o período de funcionamento efetivo das aulas para que pudesse ser ainda desfalcado sob qualquer pretexto.

O Corpo Docente Congregado reuniu-se 19 vezes no decorrer do ano letivo de 1925 e 91 vezes no de 1926. Com exceção de 16 reuniões, durante a gestão de Roxo todas as sessões foram realizadas fora do período de aulas, sendo

que 75 delas se efetuaram à noite. Roxo manifestou louvor à maioria dos Professores Catedráticos que deram sempre número legal para essas reuniões, as quais, frequentes como foram, em razão dos concursos realizados, representavam uma sobrecarga de trabalhos para um professor que já tinha o dia cheio de lições e outros afazeres, sem os quais seria impossível, em vista da escassez dos vencimentos, prover a própria subsistência e a de sua família.

A Congregação elegeu nas sessões realizadas em 28 de agosto de 1925 e 18 de março de 1926 as comissões permanentes, às quais incumbia estudar e conferir parecer sobre os vários assuntos relativos ao ensino no Colégio. Em 1925 ficou estabelecido que a Comissão de Ensino devia ser formada pelos Professores Agliberto Xavier, Honório de Souza Silvestre e José Philadelpho Barros Azevedo. A Comissão de Docência, formada pelos Professores Fernando Antonio Raja Gabaglia, Lafayette Rodrigues Pereira e Joaquim Luiz Mendes de Aguiar. Finalmente, a Comissão de Redação e Publicações, formada pelos Professores Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, Othello de Souza Reis e Antenor Nascentes.

Em 1926, a Comissão de Ensino passou a ser formada pelos Professores Gastão Mathias Ruch Sturzenecker, Fernando Antonio Raja Gabaglia e Augusto Xavier Oliveira de Menezes. A Comissão de Docência passou a ser formada pelos Professores Cecil Thiré, Joaquim Mendes de Aguiar e José Philadelpho Barros. A de Redação e Publicações ficou a cargo dos Professores Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, Antenor Nascentes e Lafayette Rodrigues Pereira.

A representação da Congregação junto ao Conselho Nacional de Ensino coube, durante os anos de 1925 e 1926, ao Professor José Philadelpho Barros Azevedo, que nas palavras de Euclides Roxo, “se desobrigou dessa investidura com raro brilho graças ao seu belo talento de professor e à sua vasta cultura jurídica”.

Quando Euclides Roxo assumiu o cargo de Diretor do Externato em 20 de agosto de 1925, a Congregação ainda não havia aprovado os programas de ensino para o ano letivo que já ia no meio de seu segundo período. Na sessão de 24 de setembro de 1925 foram aprovados esses programas, mantiveram-se, na quase totalidade, os mesmos do ano anterior, alguns com ligeiras modificações. Somente os de Português, Latim e Inglês foram inteiramente reelaborados, de acordo com

as propostas dos professores Antenor Nascentes e José Oiticica, José Accioli e Álvaro Espinheira, respectivamente. Foram apresentados pelos Professores Othello Reis e Cônego Mac-Dowell os programas para as novas cadeiras de Cosmografia e Instrução Moral e Cívica. Este último suscitou acalorado debate em várias sessões da Congregação, tendo sofrido severas críticas, principalmente por parte dos Professores Othello Reis e Floriano de Brito, que pediram vistas do mesmo com a finalidade de apresentarem emendas, o que protelou até 6 de outubro a aprovação do referido programa. Foi finalmente mantido, com ligeiras modificações, quase todas de redação propostas pelos Professores Othello Reis e Floriano de Brito, o mesmo programa apresentado pelo catedrático interino.

O programa de Filosofia também agitou a Congregação do Colégio. Esse programa de ensino, adotado por proposta de um dos catedráticos, Professor Agliberto Xavier, motivou grande número de críticas e ataques, na imprensa e em associações de ensino, pelo seu caráter considerado acentuadamente sectarista, pois era entendido como um quadro sinóptico, elaborado nas doutrinas de Augusto Comte. Por algum mal entendido e receando magoar o colega, os demais professores evitaram manifestar o seu desacordo, abrindo mão de uma das mais altas atribuições da Congregação do Colégio Pedro II, a de estudar e discutir os programas de ensino que deviam servir de referência a todos os cursos secundários do Brasil. Dada a polêmica que se dava em torno do caso e em razão do que determinava a lei de ensino em vigor: “o ensino de Filosofia será geral, embora sumário”, Roxo solicitou, como presidente da Congregação, aos seus colegas que encarassem o assunto com a devida “isenção de ânimo e acurada atenção”, visto como não havia nesse procedimento nenhuma desconsideração ao Professor Xavier, reconhecido pelo saber, proficiência e dedicação ao ensino. Rendendo ao autor as homenagens da sua admiração e reconhecendo que se tratava de uma “obra notável”, a comissão não podia recomendar a seus colegas a aprovação do programa de Filosofia que foi apresentado. A simples leitura revelou um caráter considerado sectário do qual estava imbuído e que se fazia presente nos conceitos marcados como teses, no encadeamento dos assuntos e até no estilo, que era característico das obras dos que seguiam exclusiva e exageradamente os ensinamentos de Augusto Comte e sua escola. O programa,

segundo Roxo, devia ser leigo e eclético para satisfazer às necessidades gerais. E ser leigo, não podia consistir em apenas fugir aos princípios religiosos católicos, mas em não ter caráter exclusivo de nenhuma religião, e não havia como negar o cunho religioso na obra de Comte. O programa de Filosofia tinha forçosamente que refletir a opinião e as crenças do respectivo catedrático, mas era preciso estabelecer até onde ia o direito de se erigir em padrão, nacionalmente, para aferição da capacidade de todos os estudantes, a doutrina filosófica sectária e a religião de quem, no momento, exercia o professorado no Colégio Pedro II. Tal liberdade não podia chegar ao ponto de compelir qualquer religioso a conformar seu pensamento com um sistema de ideias que não eram incontroversas e que pertenciam a um reduzidíssimo grupo de pensadores e teóricos. Roxo afirmava que o programa tinha que ser “eclético”, como os demais programas. Agliberto Xavier defendeu a proposta de seu programa, o que foi seguido de uma acalorada discussão, pois a Comissão formada por Othello Reis, Adrien Delpech e Honório Silvestre defendia o parecer que considerava o programa sectário, e que foi votado em seguida. Votaram a favor do parecer da comissão 15 membros da Congregação, enquanto 6 votaram contra e 6 se retiraram.³⁹

Outro programa que provocou alguma discussão foi o de Literatura apresentado pelo então catedrático interino, Julio Nogueira. Esse programa sofreu críticas dos professores Honório Silvestre, Adrien Delpech, Othello Reis e Floriano de Brito. Este último apresentou um programa que já contava com 16 assinaturas e que acabou sendo aprovado em sessão de 13 de setembro de 1926.

Para a direção do Internato, Pedro do Coutto foi nomeado interinamente em 17 de março de 1926, momento em que foi reestabelecida a direção independente para cada uma das seções do Colégio Pedro II, condição indispensável para a melhor fiscalização do serviço pertinente ao tradicional estabelecimento de ensino secundário do país, segundo o Diretor do Internato. Pedro do Coutto, durante sua gestão, fez queixas da falta de assistência imediata da Direção para com o Internato, fato que perdurava há cerca de 10 anos. No ano de 1927, graças aos esforços do então Ministro Affonso Penna Junior e de Rocha Vaz, Diretor do Departamento Nacional de Ensino, foram realizadas obras que

³⁹ Idem.

buscaram acomodar melhor os alunos do Internato e também melhorar a aparência externa do edifício. Tais obras acabaram apenas no final de junho de 1927 e as aulas só iniciaram em 1 de julho, fato que acabou gerando uma perturbação que foi diminuída pelos esforços dos professores, que tiveram de efetuar num tempo muito escasso, aquilo que devia ser feito num ano escolar⁴⁰.

Nomeado efetivo em 25 de março por decreto do então Presidente da República, Washington Luiz, Pedro do Coutto afirmou ter sido auxiliado pelos membros do Corpo Docente de maneira eficiente em sua gestão. O Diretor classificou os professores como “sempre assíduos e cumpridores de seus deveres”. Foi nomeado para Vice-diretor do Internato, cargo criado pela Reforma Rocha Vaz, O Dr. Quintino do Valle, bacharel em Letras pelo Colégio e antigo chefe de disciplina. Naquele momento ocupava também a cadeira de Português.

Coube a Pedro do Coutto a Presidência da Congregação durante o ano de 1927, período em que foram realizadas 22 sessões, sendo 13 para o julgamento de um concurso de Física. Assim, de acordo com a lei, foram eleitas comissões destinadas a auxiliar o Diretor: Comissão de Ensino, formada pelos professores Fernando Antonio Raja Gabaglia, Adrien Delpech e Quintino do Valle; Comissão de Docência, formada por José Cavalcanti de Barros Accioli, José Philadelpho de Barros e Azevedo e Honório de Souza Silvestre; e, por fim, a Comissão de Redação, formada por Luiz Gastão d’Escragnolle Doria, Lafayette Rodrigues Pereira e Antenor Nascentes. Segundo Pedro do Coutto, as diversas reuniões ocorreram de maneira “harmônica” e os Professores Catedráticos se preocuparam em tornar o ensino o “mais eficiente possível”, dentro das possibilidades do Colégio.

No Internato, além dos professores efetivos, serviram em turmas suplementares em 1926, 13 professores. Em 1927, esse número aumentou para 42 **(ANEXOS 5 e 6)**.

No caso do Internato, verificamos, portanto, que o número de professores (além dos efetivos) que regeram aulas em turmas suplementares passa de 13 em 1926 para 42 em 1927, ou seja, mais que triplica. Entretanto, apenas 7 dos 42

⁴⁰ COUTTO, Pedro do. Relatório concernente aos anos letivos de 1926 e 1927. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II – Internato, 1928.

professores que lecionaram no Internato em 1927, atuaram também no ano de 1926. Não foi possível encontrar, devido à ausência de fontes, informações sobre professores que regeram turmas suplementares no Internato nos anos que se seguiram. Como no caso do Externato, também não foi possível encontrar a partir das fontes investigadas, dados referentes aos anos de 1925 e 1926 mais detalhados sobre a formação, função ou disciplina lecionada por esses professores do Internato. Contudo, foi possível identificar que alguns professores como Danton do Coutto, Abel Pinto, Gildásio Amado, Roberto Accioli e Torquato Mesquita, deram aulas também no Externato em 1927 e em outros anos da segunda metade da década de 1920.

A listagem de professores que regeram aulas em turmas suplementares no Internato em 1926 traz, dentre outros, os nomes Francisco Mozart do Rego Monteiro e Pedro do Coutto Filho, parentes de Clóvis do Rego Monteiro, nomeado catedrático de Português em 1936 e, novamente, de Pedro do Coutto, nomeado catedrático de História em 1925 e que já possuía um parente que deu aulas no Externato em 1925. O próprio Clóvis Monteiro, antes de se tornar catedrático e Diretor do Internato entre 1938 e 1947 e do Externato, entre 1956 e 1961, regeu aulas em turmas suplementares no Externato, em 1928. A relação de 1927, na mesma seção do Colégio, encontramos o nome de Eurico Raja Gabaglia, parente de Fernando Antonio Raja Gabaglia e de Eugênio de Barros Raja Gabaglia, o primeiro era o então catedrático de Geografia e que se tornou Diretor do Externato entre 1933 e 1945, o segundo fora catedrático de Matemática e Cálculo, nomeado em 1890 e já falecido.

No Externato, no ano de 1927 (**ANEXO 7**), o número de professores suplementares caiu praticamente pela metade em comparação ao ano anterior (1926), passando de 115 para 58, dos quais 19 de Português, sendo um deles também de História Universal; 11 de Desenho; 8 de Aritmética; 6 de História Universal; 5 de Geografia, sendo um deles também de História Universal; 3 de Educação Moral e Cívica; 2 de Física; 2 de Química; e 2 de Geometria. A disciplina Português foi, portanto, a que mais careceu de professores no Colégio, seguida da disciplina Desenho. Dos 58 professores suplementares que lecionaram no Externato em 1927, 38 já haviam lecionado em anos anteriores, sendo 17

somente em 1926, 3 somente em 1925 e 18 nos dois anos anteriores. Verificamos, quanto à formação dos professores suplementares que lecionaram no Externato em 1927, que 15 eram bacharéis em Direito, 4 eram engenheiros civis, 4 eram pintores formados pela Escola Nacional de Belas Artes, 2 eram médicos, 2 eram farmacêuticos, 1 era bacharel em letras pelo Colégio Pedro II e, por fim, 1 era químico industrial. Não foi possível identificar a formação acadêmica de outros 29 professores suplementares que atuaram no Externato em 1927. Identificamos ainda, as funções de origem de 47 professores, sendo que um deles possuía duas funções, fato revelador de que além de lecionarem em turmas suplementares no Colégio Pedro II, esses professores desenvolviam outras atividades na mesma e em outras instituições. Assim, verificamos que 19 eram funcionários, ex-professores ou professores de outras categorias do Colégio Pedro II; 10 eram professores particulares; 9 eram professores ou funcionários de outras instituições; 7 eram docentes da Escola Normal; e 3 eram lentes da Escola Naval. Outros 11 professores suplementares do Externato em 1927 não tiveram suas funções de origem identificadas. O nome de Jurandyr dos Reis Paes Leme, que se torna catedrático de Desenho em 1940 e Diretor do Internato entre 1947 e 1948, aparece na listagem de professores, “considerados estranhos” ao Colégio, que regeram aulas em turmas suplementares do Externato, em 1927. Traz também, os nomes de João Ribeiro Filho, que provavelmente possuía grau de parentesco com o catedrático João Ribeiro, de História Geral, nomeado em 1890; e de Octacílio Alvares Pereira, que além de reger aulas de Instrução Moral e Cívica naquele ano, era Secretário do Externato e, alternadamente, da Congregação.

Do corpo docente do Colégio faleceram os Professores Carlos de Laet, professor por mais de meio século do Colégio, e Floriano de Brito. Laet lecionou no Externato, enquanto Floriano lecionou sempre no Internato. Laet formou gerações de alunos, colaborava nos jornais, era escritor e conhecedor profundo da língua portuguesa. Foi professor de várias matérias do curso secundário. Faleceu aos 80 anos, em 7 de dezembro de 1927, tendo sido professor do Colégio Pedro II por 54 anos.

Floriano de Brito faleceu em 27 de outubro de 1927. Era professor de Francês do Internato, lugar que conseguiu após dois concursos considerados

brilhantes, na opinião de Pedro do Coutto. Era assíduo e ocupou a cátedra com proficiência, segundo o Diretor do Internato. Era Bacharel em Letras pelo próprio Colégio.

Em 13 de agosto de 1927 morre o Professor João Capistrano de Abreu, que há mais de 20 anos se achava em disponibilidade. Pedro do Coutto afirmou na ocasião que o Internato sentia a perda desse professor, erudito e cujo nome honrava o Colégio, embora Capistrano de Abreu fosse arredio do convívio constante do Internato, onde exercia sua função.

No que diz respeito aos professores, muitos Decretos e Portarias merecem ser registrados conforme tabelas (**ANEXO 8**), pois denunciam uma rotatividade nas/entre cátedras: Encontramos ainda, algumas “Portarias de Exoneração”, como a de 26 de abril de 1927, exonerando, a pedido, o Dr. Julio Cesar de Mello e Souza do cargo de Repetidor interino de Ciências Físicas e Naturais; A de 1º de junho de 1927, que tornou sem efeito as portarias de 29 de abril que designou o Dr. David José Perez para reger a turma de Italiano; e que designou o Dr. Euvaldo Nina para reger a 2ª turma suplementar de Aritmética do 1º ano; A de 18 de julho de 1927, que tornou sem efeito a Portaria de 29 de abril que designou o Dr. Vicente Soares para reger a 2ª turma suplementar de Português do 2º ano; A de 1º de agosto de 1927, que tornou sem efeito a portaria de 18 de julho que designou o Dr. João Lenz Niederauer para reger a 1ª turma suplementar de Português do 1º ano. E, por fim, a de 17 de novembro de 1927, dispensando o Dr. João Ribeiro Pinheiro da regência interina da 1ª turma suplementar de Instrução Moral e Cívica do 1º ano.

A Instrução Militar, dada aos alunos maiores de 16 anos, continuava nos anos de 1926 e 1927, a cargo do Tenente Manoel Joaquim Guedes, auxiliado pelo Sargento Clodualdo Lopes de Andrade.

Antes de passarmos à atuação do Corpo Docente do Colégio Pedro II nos últimos anos da década de 1920, trazemos em seguida a contribuição de Mario Lago para esta tese, uma vez que sua passagem pelo Colégio Pedro II ocorre entre 1923 e 1927 e representa a visão de um aluno em relação aos professores.

2.5

Mario Lago e os Professores do Colégio Pedro II

Com base na teoria sociológica sustentada por Dubar (1997) admitimos que a identidade profissional docente se estabelece também na relação com os alunos. O ator, advogado, poeta, radialista e compositor Mário Lago, falecido em 2002, narrou episódios de sua trajetória como aluno em seu último livro intitulado “Meus Tempos de Moleque”⁴¹, obra que não chegou a ser concluída. Nos capítulos II e III, denominados respectivamente “Colégio Padrão, Aluno Nem Tanto – Atos I e II”, o autor revela também, características marcantes de alguns professores. Foi possível encontrar no acervo do Arquivo Nacional, uma foto (ANEXO 9) na qual Mario Lago estaria usando o uniforme do Colégio e ao lado de seus pais.

Mario Lago, considerado ex-aluno “ilustre” do Colégio Pedro II, ingressou na instituição em 1923, portanto, ainda em tempo de conhecer alguns professores que atuavam desde o período Imperial: como Carlos de Laet, que lecionava Português e era o Diretor; Said Ali, que todos chamavam de “mestre” (Gramática Histórica); Adrien Delpech (Francês); Escragnolle Dória (História do Brasil); “Papai” Ferreira⁴² (Desenho), assim chamado porque, segundo Mario Lago, o professor só se dirigia aos alunos chamando-os de filhos - “O filho fez um bom trabalho”; Arthur Thiré (Aritmética), dentre outros.

Sobre o professor Arthur Thiré, Mario Lago afirma que tratava-se do “avô que todos os alunos gostariam de ter”. Possuía uma fala mansa como se passasse a mão nos cabelos dos alunos ou os empurrasse levemente para estimulá-los: nunca dizia “está errado” e, sim, “não é bem isso, pense mais um pouco”. Quando a conversa no fundo da sala começava a subir de tom, dizia com a mesma voz mansa: “por favor”, e todos se calavam. Morreu nas férias de meio do ano de 1923, foi substituído por seu filho Cecil Thiré que, segundo Mario Lago, era o oposto do pai. Frio, como se houvesse uma barreira entre ele e os alunos. Acabava de demonstrar um teorema no quadro-negro e logo começava a perguntar:

⁴¹ Disponível em “<http://www.mariolago.com.br/livro.php>”. Consultado em 18/12/2012.

⁴² Provavelmente Mario Lago faz aqui referências ao professor catedrático de Desenho Manoel Arthur Ferreira.

- “- Seu Fulano, entendeu?
- Não, senhor.
- Entendesse. Seu Sicrano, entendeu?
- Mais ou menos
- Nove fora, zero.”

O terceiro aluno interrogado, para ver se mudava aquela toada repetitiva, dizia que tinha entendido e Cecil o chamava ao quadro-negro para demonstrar o teorema. Se o aluno errasse, levava zero.

Em sua obra, Mario Lago afirma que guardava de todos os professores que teve no Colégio Pedro II “a melhor das impressões”. Mas duas delas eram especiais: Mendes de Aguiar e José Oiticica.

Segundo Mario Lago, “Mendes de Aguiar era professor de Latim, membro da Arcádia Romana. Baiano, gorduchão e de coração aberto. Era o único que não comparecia à última aula, para a cerimônia de entrega de flores. Convidava os alunos a entregarem a gentileza em sua casa”. Sua esposa também era baiana e preparava quitutes da “boa terra” para receber os alunos. Mas o “bom baiano” é descrito por Mario Lago, como um homem pouco paciente, intolerante.

Sobre José Oiticica, Mario Lago afirma que não tinha nem fazia a pose de professor. Nos termos utilizados pelo autor, era meio “largadão”, despreocupado, permitia-se algumas brincadeiras com os alunos, mas, depois que dizia “agora vamos estudar”, ai de quem levantasse a voz. Conta Mario Lago que um servente, Manuel, tinha uma cantina em uma sala cedida pela direção do Colégio. Vendia sanduíches e caldo de cana. Os outros professores, quando iam lanchar ali, diziam respeitosamente: “senhor Manuel, um caldo de cana, por favor”. O Professor Oiticica com a maior naturalidade, chamava o servente pelo apelido e pedia para caprichar no seu sanduíche. Nas horas vagas, treinava capoeira com o servente, que dominava a arte e ele apreciava o jogo. Era anarquista militante, colaborador permanente do jornal “Ação Direta”. Qualquer turbulência no país, a primeira providência da repressão era prende-lo. Por isso, Mario Lago só foi seu aluno no primeiro semestre de 1924. No período das férias, houve a revolução em São Paulo, Oiticica foi preso mais uma vez, levado para a Ilha das Flores, de onde só saiu em 1929. Oiticica foi preso diversas vezes, já sendo professor do Colégio Pedro II, e, segundo Mario Lago, “nunca nenhuma autoridade pensou em demiti-

lo”. Na época de Mario Lago, quem substituiu Oiticica foi o professor Antenor Nascentes.

Com relação ao professor Raja Gabaglia (Geografia Geral e Corografia do Brasil), Mario Lago afirmava ter o que chamou de “pendenga”, um conflito ou pendência que começou por causa de seus colegas José Oiticica e Antenor Nascentes. Eles adotaram a escrita simplificada. Não permitiam, portanto, o uso de letras dobradas (“ele” em vez de “elle”; “comum” e não “commum”), ph (“farmácia” em vez de “pharmacia”; “física” e não “physica”), letra que não fosse pronunciada (“ótimo” em vez de “optimo”; “ditongo” e não “diphtongo”). Mario Lago aderiu inteiramente a essa tese, mas Raja Gabaglia se mantinha fiel à ortografia oficial. Sempre nas provas escritas bimensais tirava um ponto da prova Mario Lago, que se recusava a escrever “Chorografia” e “Geographia”. Mas a história ficou acirrada por causa de Maria da Glória Moss, a primeira professora a fazer parte do corpo docente do Colégio. Segundo Mario Lago, houve um certo reboliço entre os professores – “quem não queria fazer salamaleques e ligeira corte? Até os alunos do último ano entraram em ebulição, todos disputando lugar na primeira fila do anfiteatro”. Segundo Mario Lago, a professora “não chegava a ser uma criatura bonita, mas compensava isso com um sorriso que valia nota mil, passava incólume por entre aqueles distúrbios como se nada estivesse percebendo”. Conta Mario Lago que certo dia estava parado na porta da sala de aula. Maria da Glória Moss vinha num sentido, enquanto em direção oposta, vinha Raja Gabaglia. Ela cumprimentou ambos, que responderam. Mas Gabaglia teria ficado acompanhando a caminhada da colega extasiado. Mais tarde, Mario Lago deu vazão ao que chamou de “sua vocação de moleque”:

“- Aí, hein, professor?”

Raja Gabaglia levou um susto e disse, meio atabalhoadamente, que a Professora tinha um sorriso muito agradável. E Mario Lago respondeu:

“- Realmente, só que o sorriso já passou há muito tempo, Professor.”

Teria sido o estopim. A partir desse dia Mario Lago passou a ser perseguido por Gabaglia. Mario Lago se considerava um aluno bagunceiro, que já

tinha aprontado muitas em sua aula, e sempre que passava por Gabaglia, era ameaçado de reprovação. E veio a época dos exames. Na prova escrita de Geografia, Mario Lago não foi muito bem; precisava caprichar na prova oral, tipo de exame no qual sempre se destacava. Aprendia-se muito, principalmente a conhecer a maneira de cada examinador. A banca era presidida por Raja Gabaglia e composta de Othelo Souza Reis (Corografia do Brasil) e Honório Silvestre (Geografia Geral).

A avaliação acontecia da seguinte forma: o aluno sorteava dois pontos, um de cada matéria. No exame de Corografia, caía um estado do Brasil, e Othelo Reis sempre mandava o aluno desenhar o mapa no quadro-negro e assinalar os acidentes geográficos do lugar. Nas vésperas, Mario Lago havia pedido que seu pai comprasse um quadro-negro e passou horas desenhando mapas dos estados e colocando rios, cidades, montanhas... Sempre teve uma memória privilegiada - no fim de três dias, os mapas estavam todos em sua cabeça e já se dava ao luxo de colocar os acidentes geográficos de costas para o quadro. O Estado que mais conhecia era o Ceará.

No dia da prova, Mario Lago estava conversando com colegas e Raja Gabaglia estava por perto. Resolveu então, falar num tom de voz em que Gabaglia escutasse. Dizia em voz alta que se lhe caísse o ponto referente ao Estado do Ceará, seria reprovado, pois não teria conseguido decorar esse Estado e que só sabia colocar Fortaleza, Quixeramobim e Quixadá.

Mario Lago tirou o ponto de Geografia: Austrália. Encaminhou-se para o lado de Honório Silvestre, quando Raja Gabaglia perguntou se não ia tirar o ponto de Corografia. Mario Lago fez uma pausa e respondeu como quem se entrega ao destino:

“- Vou na sorte, Professor. Ponto vago.”

Durante a arguição de Honório Silvestre, Mario Lago observou que Gabaglia cochichava alguma coisa com o Othelo Reis. Sua estratégia havia funcionado. Na arguição de Corografia, o professor mandou que desenhasse o

mapa do Ceará e começou a pedir a colocação de acidentes geográficos. Depois do vigésimo acidente, o Othelo Reis se deu por satisfeito, conferindo-lhe nota 10.

Depois da prova, Mario Lago encontrou Raja Gabaglia no corredor:

“- Você estudou, hein, menino?”

“- É, Professor, eu sou como aquele japonês da anedota. Pra me reprovar, são necessários sete examinadores; a banca só tinha dois. E também dei sorte, reconheço. O professor Othelo escolheu justamente o Ceará, Estado do qual eu posso marcar os acidentes até de olhos fechados.”

Por fim, para além de visualizarmos aspectos referentes ao “trabalho sobre o outro”, tão caro a Dubet (2002) e do processo de socialização dos alunos, no discurso de Mario Lago percebe-se a predominância de outros dois aspectos importantes sobre a identidade dos professores mencionados: a afetividade e a seriedade como componentes do trabalho docente.

2.6

A Atuação Corpo Docente no Contexto da Reforma Rocha Vaz (1927-1929)

Conforme mencionado anteriormente, a Presidência da Congregação estava a cargo durante os anos de 1927 e 1929, do Dr. Pedro do Coutto, então Diretor do Internato. Uma vez que o Regimento Interno previa o revezamento na presidência da Congregação pelos diretores das duas seções do Colégio, coube a Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato, assumi-la em 1928.

Foram realizadas, em 1928, 9 reuniões da Congregação, das quais seis foram ordinárias, uma especial e duas solenes. Na primeira delas, efetuada em 6 de março, foram eleitas, de acordo com a lei, as comissões auxiliares do Diretor, que tiveram a seguinte constituição: Redação de publicações: Quintino do Valle, Antenor Nascentes e Escragnole Doria; Docência: Hahnemann Guimarães,

Honório Silvestre e Philadelpho Azevedo; e Ensino: Fernando Raja Gabaglia, Lafayette R. Pereira e Othello Reis.

Em sessão especial realizada no dia 14 de setembro, foi eleito representante da Congregação junto ao Conselho Nacional do Ensino em 1929, o Professor José Philadelpho de Barros Azevedo, catedrático de Filosofia do Internato. O fato de se tratar da quarta vez em que a escolha da Congregação recaísse sobre esse professor se devia ao elogiado desempenho exercido por Philadelpho Azevedo em mandatos anteriores, nesta mesma função. Os Docentes Livres na Congregação foram representados pelo Professor Antonio Figueira de Almeida, eleito pelos seus pares em sessão de 13 de junho⁴³.

Em resumo, na primeira sessão de 1928, em 6 de março, foi comunicada à Congregação a morte de Carlos de Laet e praticamente toda sessão girou em torno deste acontecimento. Na segunda e terceira sessões, em 27 e 30 de março, foram votados e aprovados alguns programas de ensino. A quarta sessão, em 7 de julho foi marcada pela leitura da proposta assinada por 35 professores no sentido de se fazer modificações na seriação das matérias do curso do Colégio Pedro II, acompanhada da respectiva justificação. Raja Gabaglia combate a proposta e sugere que seja indicada ao governo a extinção da cadeira de Instrução Moral e Cívica. A seriação da cadeira de Instrução Moral e Cívica é mantida e o Presidente da Congregação acrescenta que, embora favorável à proposta, que trazia sua assinatura, se vê forçado, em face do Regimento Interno, a mandar os papéis à comissão de ensino, pelo fato de ter sido apresentada uma emenda. Na quinta sessão, em 18 de junho, votos de louvor são inseridos em ata para o então representante dos docentes livres, o Professor Figueira de Almeida, e ao seu antecessor, Jayme Coelho, que representou a categoria em 1927. Nessa mesma sessão foi aprovado um parecer da Comissão de Ensino mantendo a denominação de “Português” ao invés de “Idioma Nacional”, por 17 votos contra 12. Foi mantida também, a denominação de “Instrução Moral e Cívica” em vez de “Instrução Cívica e Noções de Direito Usual”, por 18 votos contra 7. O professor Sumner apresentou uma indicação, também assinada pelos professores Othello Reis e Cecil Thiré concebida nos seguintes termos: “Indicamos que a

⁴³ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.

Congregação solicite ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores se digne sugerir ao Congresso Nacional sejam considerados Catedráticos os professores de Desenho do Colégio Pedro II”. Na sexta sessão, em 13 de agosto, o parecer da comissão de docência sobre essa indicação é lido e aprovado por unanimidade. Nessa reunião também são definidas comissões formadas por professores para rever o Regimento Interno.

A sessão seguinte foi marcada pela eleição de Philadelpho Azevedo como representante da Congregação junto ao Conselho Nacional para o ano de 1929. A sessão solene de 2 de dezembro foi comemorativa do aniversário de 91 anos do Colégio Pedro II e contou com a presença de representante do Presidente da República, do Ministro da Justiça, Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Professores Catedráticos e grande número de convidados.

A última sessão do ano, em 29 de dezembro, foi solene, em memória de Carlos de Laet. Houve também entrega de certificados aos alunos que concluíram o 5º ano⁴⁴.

Com relação ao Corpo Docente, encontravam-se vagas várias cadeiras do Externato, dentre elas a de Instrução Moral e Cívica, desde a sua criação na última reforma, preenchida interinamente por Monsenhor Francisco Mac-Dowell; a de Alemão encontrava-se desde 30 de junho de 1925, data em que obteve disponibilidade o Professor Said Ali, sendo preenchida interinamente pelo Dr. Tristão da Cunha; a cadeira de Latim, desde 26 de fevereiro de 1927, data em que faleceu o Professor Mendes de Aguiar, preenchida interinamente pelo Dr. Nelson Romero; e a cadeira de Química, desde 30 de setembro de 1929, data em que obteve disponibilidade o Professor Oliveira de Menezes, preenchida interinamente pelo Dr. Luiz Pinheiro Guimarães⁴⁵.

Com relação às transferências, por ato do Presidente da República, de 21 de novembro de 1927, o Professor Delgado de Carvalho foi transferido da cadeira de Inglês para a de Sociologia, que se achava preenchida interinamente pelo

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1930.

Professor Adrien Delpech. Este último, nomeado catedrático de Francês do Internato na vaga aberta com o falecimento do Professor Floriano de Brito, foi por ato do Presidente da República de 5 de dezembro de 1927, transferido para a cadeira de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas, que vinha sendo preenchida interinamente pelo Professor Julio Nogueira, o qual, por sua vez, foi nomeado catedrático interino de Francês do Internato. Foi designado para reger interinamente a cadeira de Inglês, em virtude da transferência de Delgado de Carvalho, o Professor Nuno Lopo Smith de Vasconcellos.

Em 23 de janeiro de 1928, o Professor Álvaro Espinheira foi transferido, a pedido, do Internato para o Externato, tendo sido logo após designado para a cadeira que este deixou vaga no Internato, o mesmo Professor Smith de Vasconcellos. Para cadeira de Português vaga por falecimento do Professor Carlos de Laet, foi designado, interinamente, o docente livre dessa disciplina, Professor Jacques Raymundo Ferreira da Silva. Em 23 de janeiro de 1928 foi, entretanto, o Professor Antenor Nascentes transferido, a pedido, para o Externato. O Professor Jacques Raymundo, em consequência disso, foi designado para o Internato, por ato do Diretor daquela seção do Colégio. O Professor Almeida Lisboa, que estava afastado do cargo, continuava a ser substituído interinamente pelo Professor Irineu Leite de Freitas.

Na distribuição das turmas suplementares, Euclides Roxo manteve, para o preenchimento da regência daquelas que não couberam aos professores catedráticos ou docentes livres, o critério de reconduzir sempre que possível, professores que regeram turmas em anos anteriores.

Para as interinidades de Física e Química, resultantes do afastamento dos professores Henrique Dodsworth e Oliveira de Menezes, que estiveram em exercício de funções efetivas, foram designados respectivamente os professores Francisco Venâncio Filho e Corregio de Castro. O primeiro já havia exercido em anos anteriores, tal interinidade. O segundo, havia sido classificado em primeiro lugar, após provas “consideradas brilhantes” que prestou no último concurso de Química realizado no Externato. Embora tal concurso tivesse sido anulado, Euclides Roxo entendia que não era possível negar aos candidatos que obtiveram classificação no concurso os títulos de competência revelada perante a

Congregação que os julgou. Ainda atendendo a isso, Roxo designou para turmas suplementares dessa disciplina os outros candidatos classificados, pela ordem: Arlindo Fróes e Luiz Pinheiro Guimarães. Como este último não aceitou a designação, foi chamado o candidato que lhe seguia na classificação, o Professor Rubem Descartes de Garcia Paula.

A partir de 1928 começou a vigorar o Regimento Interno analisado anteriormente, em virtude do qual os professores catedráticos podiam assumir a regência de quatro turmas suplementares, sendo no máximo duas da própria cadeira e as duas restantes de outras disciplinas para as quais tivesse “notória habilitação”. Em função do Regimento, foram poucas as turmas regidas por pessoas estranhas ao corpo docente.

Se comparado ao ano de 1927, o número de professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato no ano de 1928 (**ANEXO 10**), caiu pela metade pelo segundo ano consecutivo, passando de 58 para 29. Desses 29 professores suplementares, 7 eram da disciplina Desenho, ou seja, foi a disciplina para a qual havia maior necessidade de contratação de professores; 5 eram de História Universal; 3 de Inglês; 2 de Francês; 2 de Latim; 2 de Geografia; 2 de Química; 2 de Educação Moral e Cívica; 1 de Português; 1 de História do Brasil; 1 de Matemática; e 1 de Física. Identificamos que 7 dos 29 professores suplementares que deram aulas no Externato em 1928 lecionaram nos três anos anteriores (1927, 1926 e 1925), sendo 3 deles professores de Desenho; outros 2 lecionaram nos dois anos anteriores (1927 e 1926); 8 lecionaram apenas no ano anterior (1927); e 2 lecionaram nos anos de 1925 e 1926, ou seja, retornaram à docência em turmas suplementares no Colégio após um intervalo de um ano, o de 1927. Não encontramos registros de que 10 desses 29 professores suplementares tenham lecionado anteriormente em alguma seção do Colégio. Com relação à formação acadêmica desses 29 professores, identificamos que 5 eram bacharéis em Direito; 3 eram médicos; 2 engenheiros civis; 1 farmacêutico; e 1 pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes. Assim, 17 professores não tiveram suas formações identificadas ou já haviam sido identificadas no quadro referente ao ano de 1927. Quanto às funções dos 29 professores que regeram turmas suplementares em 1928, a grande maioria (13) era de docentes

livres de disciplinas como Português, História Universal e Desenho, Preparadores de Física e de Química, todos no Colégio Pedro II. Dentre eles, havia ainda o Secretário do Externato e um antigo regente de turmas de Desenho da mesma seção do Colégio. Outros 9 eram professores particulares e 1 era Diretor de outra instituição, o Instituto João Alfredo. Assim, o restante (6) teve suas funções identificadas no quadro do ano anterior ou não foi possível identifica-las. Dos professores que ministraram aulas em turmas suplementares no Externato em 1928, destacamos os nomes de Aimée Ruch, que também possuía grau de parentesco com o já citado catedrático Gastão Ruch; e de Luiz Pinheiro Guimarães, que se torna catedrático de Química em 1940.

No ano de 1929, o número de professores que regeram aulas em turmas suplementares cai ainda mais, se compararmos ao ano de 1928. Conforme a tabela (**ANEXO 11**) verificamos que este número passa de 29 para apenas 10. Desses 10 professores, 4 eram de Desenho; 3 de Português; 2 de Matemática; e 1 de Latim. Nesse sentido, pelo segundo ano consecutivo, a maior demanda foi por professores de Desenho. A mesma tabela nos permite inferir também que apenas 3 professores deram aulas em turmas suplementares do Externato nos cinco anos do período 1925-1929, são eles Roberto Accioli, Octavio Lopes Castro e Murilo Araujo. Danton do Coutto, após lecionar entre 1925 e 1927, retorna em 1929 e outros 2 professores, ambos de Desenho, lecionaram também nos dois anos anteriores (1928 e 1927). Não encontramos registros de que 4 desses 10 professores tenham lecionado anteriormente no Colégio Pedro II. Identificamos, dentre os mesmos que 2 eram bacharéis em Direito, 1 era engenheiro civil e o restante (7) tiveram sua formação acadêmica identificada nas tabelas dos anos anteriores ou não foi possível encontrar informações mais detalhadas. Foi possível ainda, quanto suas funções, identificar que dentre os 10 professores que regeram turmas suplementares em 1929, 4 eram professores particulares, 4 eram Docentes Livres ou Repetidores do Colégio Pedro II e 2 não tiveram suas funções identificadas.

Dentre os professores que ministraram aulas em turmas suplementares, no Externato, em 1929 (**ANEXO 11**) cabe destacar o nome de José Oiticica Filho,

filho do catedrático de Português nomeado em 1925, José Rodrigues Leite e Oiticica.

Embora tenha sido criticada a disposição de 1928, principalmente pelos interessados na obtenção de turmas, Euclides Roxo acentua que provou “muito bem a aplicação do dispositivo em apreço”. Considerava que, de fato, um professor de curso secundário não era, nem devia ser, um especialista em determinada disciplina do curso; aliás, mesmo nas escolas superiores, onde a especialização era mais recomendável, era comum encontrarem-se professores que lecionavam duas ou três cadeiras do curso, o que, até certo ponto, era consequência do antigo “regime dos substitutos”, que faziam concurso para as cadeiras de uma das antigas seções⁴⁶ (constituídas quase sempre de três cadeiras). Segundo Roxo, era preferível que a regência das turmas suplementares ficasse, sempre que possível, entregue aos professores catedráticos, pelas seguintes razões: tratava-se de uma maneira prática de melhorar os proventos do professor, reconhecidamente mal remunerado; dava-se assim, ao professor, maior interesse pelo próprio cargo, desde que daí viessem todos os meios de subsistência, ao invés de procurar em outras ocupações fora do Colégio, trabalho com que preenchesse o grande número de horas vagas que lhe restavam no correr do dia e com que aumentasse a sua receita mensal; desse maior interesse pelo cargo só podiam resultar vantagens para o ensino, evitando que o professor tivesse, enquanto estava no Colégio, o seu pensamento em ocupações fora do mesmo, muitas vezes alheias ao ensino.

Roxo cita um livro intitulado “Ensino que nos convém”, de um Professor chamado Licínio Cardoso para lembrar o que considerava um dos grandes problemas do ensino naquela época, que era “o de prender o professor à escola”. No livro, Cardoso preconiza, como medida capaz de solucionar tal problema, permitir que cada professor acumulasse três cadeiras, não só quanto ao trabalho, mas ainda quanto aos vencimentos. Essa medida poderia ser, em parte, realizada no Colégio Pedro II, caso fosse permitida a cada professor a regência de até oito turmas suplementares, quando as houvesse. Com efeito, com as duas turmas efetivas, o professor teria assim dez turmas, o que não era considerado um número

⁴⁶ Neste caso, o termo “seções” não se refere às seções do Colégio, ou seja, Internato e Externato, e sim a áreas disciplinares.

excessivo, pois representariam cinco aulas diárias, quando era comum darem, os que lecionavam particularmente, oito ou dez, em diferentes colégios e cursos. Roxo sugeriu o estabelecimento máximo de cinco aulas diárias, sendo três no turno da manhã e duas no da tarde, ou vice-versa, com intervalo mínimo de uma hora entre os dois turnos⁴⁷.

Outro argumento para que as turmas suplementares ficassem a cargo dos catedráticos quando possível estava fundamentado no fato de que os professores do Colégio estavam mais identificados com os programas e métodos de ensino adotados no mesmo. Além disso, podiam entender-se com os colegas com mais facilidade sobre orientações de como ensinar, do que os “elementos estranhos”, entre os quais o corpo docente efetivo encontrava sempre algum antagonismo.

Em virtude do considerável número de alunos matriculados no Externato, foram criadas em 1927, 17 turmas suplementares, sendo cinco no primeiro, sete no segundo, três no terceiro e duas no quarto; em 1928, 14, das quais cinco no primeiro ano, quatro no segundo, três no terceiro e duas no quarto; e, em 1929, igualmente 14 turmas, sendo 4 no primeiro ano, quatro no segundo, três no terceiro, uma no quarto, uma no quinto e uma no sexto⁴⁸.

Observadas as listagens de professores suplementares da segunda metade dos anos 1920, constatamos que tanto a nomeação para docente livre como para professor honorário ou para complementar, constituíam caminhos para chegar à cátedra. Parece que o cargo de complementar funcionava como uma primeira etapa na trajetória daquele que almejava esse ideal. Tornar-se docente livre ou assumir interinamente alguma cadeira seriam as etapas seguintes, embora fosse necessário também o aval do Ministro.

Na elaboração do relatório referente ao período de 1927-1929, Roxo relembra as perdas que o Corpo Docente do Colégio havia sofrido, embora os professores em questão, João Capistrano de Abreu e Floriano Corrêa de Brito,

⁴⁷ GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1930.

⁴⁸ Idem.

havia sido professores do Internato. Menciona também, a passagem de Carlos de Laet, ex-diretor do Colégio.

Outra medida citada por Euclides Roxo neste documento diz respeito à solicitação ao governo em indicação aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação foi da supressão da docência livre no Colégio Pedro II. Segundo o Diretor do Externato, a docência livre não se justificava porque se tratava de uma instituição característica das escolas superiores, de uma instituição universitária. O que caracterizava a docência livre, de fato, era a faculdade de escolha do professor por parte do aluno e, segundo Guimarães Roxo, essa escolha não podia evidentemente ser feita por meninos de dez a quinze anos. Além disso, a organização das turmas no Colégio secundário estava sujeita a determinados critérios pedagógicos como a própria limitação do número de alunos, homogeneidade, dentre outros, que impossibilitavam a livre escolha. Seria, portanto, conveniente que o Congresso fizesse essa mudança, considerada necessária, na lei de ensino que vigorava.

Naquele determinado momento histórico, vários professores do Colégio passaram a experimentar em suas aulas o uso dos “testes”, com resultado considerado “bom” pelo Diretor e conforme facultava o Regimento. Os Professores Antenor Nascentes (nas aulas de Francês, Português e Latim) e Delgado de Carvalho (nas aulas de Geografia) adotaram definitivamente a distribuição de notas de sabatinas e concursos bimestrais, que Roxo considerava “moderno e ótimo processo de medição do aproveitamento dos alunos”. O Diretor destaca que a Secretaria podia, naquele momento, auxiliar essa elaboração com uma “grande máquina duplicadora”, adquirida em 1927. Roxo fazia votos de que os professores prosseguissem nessas tentativas de aplicação dos testes e que tal uso devia ser generalizado mesmo para os exames.

Há indícios de que no período concernente a este documento elaborado por Euclides Roxo, 1927 a 1929, diversos melhoramentos materiais foram realizados, facilitando assim, o trabalho docente. Dentre esses melhoramentos podemos citar a Sala dos Professores, que foi dividida em duas partes por um biombo de madeira e vidraça, ficando uma parte destinada à saleta de espera e a outra reservada exclusivamente à permanência dos professores nos intervalos de aulas. Nesta parte

foram instalados lavabos com água encanada e esgoto, armários, etc; um armário grande dividido em 20 escaninhos fechados a chave, cada um dos quais era destinado a um professor para guardar pertences e materiais didáticos; e uma cabine com telefone de mesa. A sala foi totalmente pintada a óleo, guarnecida com mobília grande e confortável, que antes servia ao gabinete do Diretor, e dois tapetes.

Foi preparado também, um gabinete de leitura e palestra para os Professores Catedráticos, o chamado “Gabinete da Congregação”. As paredes foram forradas a papel e guarnecidas de lambri de papel lincustre, imitação de madeira, sendo instalados dois focos de iluminação. A mobília, toda no mesmo estilo, feita de encomenda constava de um grupo de couro estofado, uma grande mesa redonda com 1m e 70cm de diâmetro, de raiz de imbuia, de 8 poltronas estofadas, um grande armário envidraçado para livros, e uma pequena secretaria.

A Sala da Congregação foi ampliada para o dobro da antiga área e completamente reformada, guarnecida de exaustores de ar, lustres, etc.

Foram instalados relógios em vários setores, sinal para marcar início e encerramento das aulas, tornando o funcionamento mais regular, arquibancada sólida e confortável para aulas numa sala com capacidade 60 pessoas. As salas foram numeradas com placas esmaltadas com intuito de facilitar a designação das salas nos horários, chamadas de exames, etc.

Também foram realizadas melhorias nos gabinetes. As novas instalações de Física, por exemplo, obedeceram à considerada “moderna” orientação pedagógica seguida na época, por toda parte. Foram feitas modificações radicais nas salas destinadas a essa cadeira, tendo sido renovado totalmente o material de ensino. A sala antiga foi aumentada, ampliando sua capacidade para 70 alunos.

Segundo o relatório elaborado por Euclides Roxo para os anos de 1927 a 1929, muitos atos foram registrados no ano de 1927 que dizem respeito aos professores do Colégio, dentre elas as seguintes portarias e nomeações do Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino: Nomeando o Dr. Clovis do Rego Monteiro docente livre das cadeiras de Português do Colégio Pedro II (3 de janeiro); o Dr. Mozart Monteiro docente livre das cadeiras de História Universal

(18 de janeiro); o Dr. Murillo Araujo docente livre das cadeiras de Desenho (24 de março).

O Diretor do Externato, Euclides Roxo, por sua vez, nomeou: Dr. João de Lamare S. Paulo para exercer o cargo de preparador de Cosmografia (6 de maio); O Dr. Nelson Romero para reger interinamente a cadeira de Latim (4 de março); o Dr. Irineu Leite de Freitas para substituir interinamente o catedrático de Matemática, Dr. Almeida Lisboa, durante o seu impedimento (5 de abril); o Dr. Venâncio Filho para exercer interinamente o cargo de catedrático de Física, durante o impedimento do efetivo, Dr. Henrique Dodsworth (5 de maio); o Dr. Eugenio Vilhena de Moraes para substituir interinamente o catedrático de Francês, Professor Gastão Ruch, durante o seu impedimento (26 de maio); o Professor Nelson de Mello e Sousa para reger interinamente a cadeira de Italiano, durante o impedimento do respectivo catedrático, Dr. Inglês de Souza (1 de junho); o Dr. Corregio de Castro para reger interinamente a cadeira de Química, durante o impedimento do Dr. Oliveira de Menezes (1 de junho); o Dr. Nuno Lopo Smith de Vasconcellos para reger interinamente a cadeira de Inglês (24 de Novembro); e o Dr. Jacques Raymundo Ferreira da Silva para exercer interinamente o cargo de catedrático de Português⁴⁹.

O Ministro do Interior concedeu através de Portaria de Licença: seis meses ao Professor Gastão Ruch, catedrático de Francês, para tratamento de saúde, nos termos da lei.

Um Ato Interno que também chama a atenção é o de 5 de novembro, que proibiu os alunos de realizarem manifestações de despedida aos professores por ocasião do encerramento das aulas.

Em 1928, houve uma Portaria designando o docente livre Dr. Francisco Venâncio Filho para substituir o professor catedrático de Física, Dr. Henrique Dodsworth, durante o seu impedimento (12 de maio); um Decreto de Transferência do Dr. Antenor Nascentes, professor catedrático de Português, do Internato para o Externato (23 de janeiro); um Decreto de Gratificação Adicional que concedia 5% ao Professor Otello de Souza Reis (9 de janeiro) e outras portarias internas como a designação dos Professores Gastão Ruch, Waldemiro

⁴⁹ Idem.

Potsch e o Secretário Dr. Octacílio A. Pereira para apurar em inquérito um incidente ocorrido entre um estudante e a comissão examinadora de História Universal (3 de janeiro); a constituição de turmas suplementares nos diversos anos e designando professores para nelas terem exercício (2 de maio); a designação dos professores catedráticos Raja Gabaglia, Philadelpho Azevedo e Delgado de Carvalho para representarem o Colégio Pedro II na II Conferência Nacional de Educação que se realizaria em Belo Horizonte (3 de novembro); a proibição aos alunos de promoverem manifestações de despedida aos professores por ocasião do encerramento das aulas (7 de novembro); a designação de professores para constituírem as juntas dos exames do curso seriado (alunos do Colégio e candidatos estrangeiros);

Em 1929, o Dr. Francisco Venâncio Filho foi nomeado através de portaria para reger a cadeira de Física durante o impedimento do professor catedrático Dr. Henrique Dodsworth (4 de maio); o Dr. Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Química (1 de outubro).

Foram expedidos Decretos de Gratificações adicionais concedendo 5% ao Professor Fernando A. Raja Gabaglia (25 de fevereiro); 33 % ao Professor Augusto Xavier Oliveira de Menezes (22 de abril); 5% ao Professor José Rodrigues Leite e Oiticica (25 de março); 33% ao Professor José Cavalcanti de Barros Accioli (19 de agosto).

Foi concedida também, através de decreto, a disponibilidade ao Dr. Augusto Xavier Oliveira de Menezes, professor catedrático de Química (30 de setembro).

Outras portarias internas em 1929 designaram professores para constituírem juntas examinadoras do curso seriado e de admissão, na segunda época de 1928 (5 e 6 de março); a constituição de turmas suplementares e a designação de professores para lecionar nas mesmas (31 de março); designação dos professores Othello Reis e Antenor Nascentes e o amanuense Almeida Senna, em comissão de inquérito, para apuração de uma queixa feita por um inspetor (18 de setembro); designação dos Professores Adrien Delpech e Antenor Nascentes e o amanuense Almeida Senna para apurarem uma irregularidade denunciada pelo

próprio Professor Adrien Delpech (11 de novembro); a nomeação de diversas juntas examinadoras para a primeira época – preparatórios e curso seriado (alunos do Colégio e candidatos estranhos) (dezembro); designação dos Professores Waldomiro Potsch e Clóvis Monteiro e o secretário Octacílio A. Pereira para constituição de comissão de inquérito encarregada de apurar uma agressão de que foi vítima um inspetor de alunos (9 de dezembro)⁵⁰.

Um último aspecto que ressaltamos ao analisar os relatórios elaborados pelos diretores das duas seções do Colégio na segunda metade dos anos 1920 e que provocou relativas confusões na interpretação dos dados são as mudanças de nomenclatura para denominar os professores que se ocuparam das turmas suplementares, ora chamados de “professores além dos catedráticos”, “professores além dos efetivos”, “professores estranhos”, “regentes estranhos”, “elementos estranhos” ou “pessoas estranhas”, ora chamados simplesmente de “Suplementares”.

No capítulo seguinte, analisaremos a atuação dos professores do Colégio no contexto dos anos 1930, buscando inicialmente identificar como as mudanças implementadas através da Reforma Francisco Campos afetaram o corpo docente.

⁵⁰ Idem.

3

Os Professores do Colégio Pedro II (1930-1939)

Neste capítulo focalizamos os anos 1930, conferindo importância às mudanças que a Reforma Francisco Campos promoveu em relação à Reforma anterior e que, da mesma forma, impactaram o Colégio e seu corpo docente. Destacamos como marcos importantes do período a tentativa de municipalização do Colégio Pedro II, a instituição do “Registro dos Professores” e os episódios envolvendo a comemoração do primeiro centenário do Colégio Pedro II, que acontece paralelamente à implementação do Estado Novo.

3.1

A Reforma Francisco Campos e o Ensino Secundário

Segundo Dallabrida (2009), a Reforma que recebe o nome do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos (Decretos nº 19.890 de 1931 e nº 21.241 de 1932), “imprimiu organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal”.

A Reforma Francisco Campos estabeleceu que o ensino secundário, oficialmente reconhecido, devia ser ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial. O ensino secundário passou a compreender dois cursos seriados: o fundamental, que oferecia a formação básica e o complementar. Constituíam o curso fundamental as matérias abaixo indicadas, distribuídas em cinco anos, de acordo com a seguinte seriação:

- 1.^a série: Português – Francês – História da civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais – Desenho – Música (canto orfeônico).
- 2.^a série: Português – Francês – Inglês – História da civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais – Desenho – Música (canto orfeônico).

3.^a série: Português – Francês – Inglês – História da civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História natural – Desenho – Música (canto orfeônico).

4.^a série: Português – Francês – Inglês – Latim – Alemão (facultativo) – História da civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História natural – Desenho.

5.^a série: Português – Latim – Alemão (facultativo) – História da civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História natural – Desenho.

Além das disciplinas constantes da seriação instituída, os estabelecimentos de ensino secundário podiam ministrar o ensino facultativo de outras, uma vez que não fosse alterado o regime de horas semanais determinado pela lei, ou seja, cada turma não teria menos de 20 nem mais do que 28 horas de trabalho letivo por semana para as disciplinas da série, excluídos desse tempo os exercícios de Educação Física, as aulas de Música e os estudos.

O curso complementar, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, era feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais e compreendia as seguintes matérias: Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História Natural, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho. Durante o ano letivo havia ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de Educação Física obrigatórios para todas as classes.

Para os candidatos à matrícula no curso jurídico eram disciplinas obrigatórias:

1.^a série: Latim – Literatura – História da civilização – Noções de Economia e Estatística – Biologia Geral – Psicologia e Lógica.

2.^a série: Latim – Literatura – Geografia – Higiene – Sociologia – História da Filosofia.

Para os candidatos à matrícula nos cursos de medicina, farmácia e odontologia são disciplinas obrigatórias:

1.^a série: Alemão ou Inglês – Matemática – Física – Química – História Natural – Psicologia e Lógica.

2.^a série: Alemão ou Inglês – Física – Química – História Natural – Sociologia – Desenho.

Para os candidatos à matrícula nos cursos de engenharia ou de arquitetura são disciplinas obrigatórias:

- 1.^a série: Matemática – Física – Química – História Natural – Geofísica e Cosmografia – Psicologia e Lógica.
2.^a série: Matemática – Física – Química – História Natural – Sociologia – Desenho⁵¹.

O regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que conforme Amaral e Oliveira (2008, p.125), acabou não sendo criada, discriminaria quais as disciplinas do curso complementar que deviam ser exigidas para a matrícula em seus cursos.

Os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, eram expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo Ministro e à qual deviam ser submetidos as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II, bem como os resultados de inquéritos realizados pelo Departamento Nacional do Ensino entre os professores dos estabelecimentos equiparados e sob o regime de inspeção. Com isso, os professores catedráticos do Colégio Pedro II, embora pudessem elaborar propostas, perderam o poder de elaborar os programas do ensino secundário.

Os programas deviam ser organizados de modo que o ensino da matéria neles contida pudesse ser ministrado no decurso do respectivo ano letivo.

O curso complementar era organizado no Colégio Pedro II e, também, a juízo do Conselho Nacional de Educação e mediante inspeção especial, nos estabelecimentos de ensino secundário equiparados ou livres, que oferecessem quer em instalações, quer na constituição do corpo docente, garantias suficientes para funcionar com eficiência.

Enquanto não houvesse número suficiente de licenciados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com o exercício no magistério em estabelecimentos de ensino secundário sob inspeção oficial, eram mantidos anexos aos institutos superiores oficiais ou equiparados, os respectivos cursos complementares, com programas idênticos aos do Colégio Pedro II.

Para a regência das matérias no curso complementar, lecionadas em curso anexo a qualquer instituto superior, teriam preferência, de acordo com suas

⁵¹ BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931.

habilitações, professores e docentes livres do mesmo, anualmente designados pelo respectivo conselho técnico-administrativo.

Quanto à admissão ao curso Secundário, enquanto os exames seriam realizados perante uma banca de professores do próprio Colégio, nos outros estabelecimentos sob o regime de inspeção ou equiparados, a banca trabalharia sob fiscalização do estabelecimento, o que revela a confiança depositada no Colégio Pedro II. A ideia de estabelecê-lo como Colégio-padrão está associada ao propósito de fixação de uma certa unidade em relação ao ensino ministrado no país. Massunaga (1989, p.121) considera que a unificação do ensino secundário é possível nessa época em função do baixo número de unidades escolares existentes: em 1932, não chega a 400 a quantidade desses estabelecimentos de ensino no Brasil. Segundo a autora, esse número mais do que duplica, oito anos depois.

3.1.1

O Corpo Docente do Colégio Pedro II no Contexto da Reforma Campos

Num primeiro momento, referente ao decreto nº 19.890 de 1931, a Reforma Francisco Campos havia determinado que o corpo docente do Colégio Pedro II devia ser composto apenas por professores “catedráticos” e “auxiliares de ensino”. No ano seguinte, o decreto nº 21.241, que instituiu dispositivos de consolidação da Reforma do ensino secundário, estabeleceu que o corpo docente do Colégio Pedro II se constituiria por professores catedráticos, professores contratados e auxiliares do ensino. Os vencimentos e outras vantagens suplementares, concedidos aos membros do corpo docente do Colégio Pedro II, eram fixados em tabelas de acordo com a natureza do ensino e a extensão do trabalho exigido⁵².

Os professores catedráticos do Colégio Pedro II permaneceram nomeados por decreto do Governo Federal, mas deveriam também ser escolhidos entre

⁵² BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de Abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências

diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras mediante concurso de provas e títulos. O concurso devia ser realizado de acordo com instruções oportunamente expedidas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

Enquanto não houvesse diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, o cargo de professor do Colégio Pedro II seria provido por concursos, nas condições estabelecidas para a escolha dos catedráticos dos institutos de ensino superior, devendo ser indicados pelo Conselho Nacional de Educação os três membros da comissão examinadora estranhos à Congregação. O professor seria nomeado por 10 anos, findos os quais, sendo candidato à recondução no cargo, haveria novo concurso a que só podiam concorrer, além dele, professores de outros estabelecimentos de ensino secundário, cuja nomeação também tivesse sido feita mediante concurso. O julgamento deste concurso, deveria ser feito por uma comissão e constava da apreciação de publicações originais ou didáticas e quaisquer outros trabalhos científicos ou literários apresentados pelos candidatos. Não sendo candidato à recondução o professor cujo mandato terminasse, o concurso era de títulos e provas. Dias (2008, p. 189) considera importante esse aspecto referente ao estatuto profissional dos professores catedráticos porque, segundo a autora, trata-se aqui da “extinção da vitaliciedade no cargo”. Entretanto, não encontramos elementos que nos permitam afirmar que o fim da vitaliciedade das cátedras tenha ocorrido na prática.

Conforme a Reforma Campos, os Professores Contratados seriam incumbidos da orientação e fiscalização do ensino de línguas vivas, música e educação física, mediante contrato firmado com o Ministério da Educação e Saúde Pública. Os vencimentos atribuídos aos professores contratados seriam de doze contos anuais, devendo o respectivo contrato ser proposto pelo Diretor da seção do Colégio Pedro II, à qual deviam prestar serviços. Os professores contratados deviam ter, como auxiliares, professores brasileiros ou estrangeiros, admitidos anualmente por portaria de contrato, os quais teriam a seu cargo turmas de 15 a 20 alunos.

O professor de Música do Colégio Pedro II passou então, a ser contratado de acordo com disposições do respectivo regulamento e os exercícios de Educação

Física do Colégio Pedro II ficaram a cargo dos então professores e dos profissionais que haviam sido contratados para este fim.

Os auxiliares de ensino eram nomeados pelo Diretor da seção do Colégio Pedro II, a que pertenciam as disciplinas a cujo ensino deviam prestar concurso. As nomeações dos auxiliares de ensino eram feitas mediante indicação dos professores catedráticos com os quais deviam cooperar e de cuja confiança dependia a respectiva permanência no cargo. O número dos auxiliares de ensino variava de acordo com as necessidades didáticas das disciplinas, principalmente das que exigiam trabalhos de gabinete ou de laboratório. Cabia aos auxiliares de ensino, atribuições, prerrogativas e vencimentos que eram discriminados no regulamento do Colégio Pedro II.

3.1.2

Inspeção do Ensino Secundário e Estabelecimentos Equiparados

A Reforma Campos estabeleceu que podiam ser oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos nele regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particulares, que observassem as condições exigidas. Esta concessão, devia ser requerida ao Ministro da Educação e Saúde Pública, que verificava através do Departamento Nacional de Ensino se o estabelecimento satisfazia as condições essenciais de:

- I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino;
- II, ter corpo docente inscrito no Registro de Professores;
- III, ter regulamento que houvesse sido aprovado, previamente, pelo Departamento Nacional do Ensino;
- IV, oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos.

Foi instituído, no Departamento Nacional do Ensino, o Registro de Professores destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar.

Provisoriamente era concedida inscrição no Registro de Professores aos que o requeressem, dentro de seis meses a contar da data da publicação da lei, instruindo o requerimento dirigido ao Departamento Nacional do Ensino, com os seguintes documentos:

- a) prova de identidade;
- b) prova de idoneidade moral;
- c) certidão de idade;
- d) certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscrição;
- e) quaisquer títulos ou diplomas científicos que possuísem, bem como exemplares de trabalhos publicados;
- f) prova de exercício regular no magistério, pelo menos durante dois anos.

O documento referido na letra d), podia ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo ministro da Educação e Saúde Pública e constituída por 3 professores do magistério secundário oficial e 2 do equiparado. As exigências para se registrar eram mínimas e estavam ao alcance de qualquer pessoa.

Aos então atuais professores e docentes livres de institutos superiores de ensino, oficiais ou equiparados, e bem assim aos atuais professores e docentes livres do Colégio Pedro II e, ainda, aos atuais professores de estabelecimentos de ensino secundário equiparados, era facultada a inscrição no Registro de Professores em disciplinas afins àquelas em que se habilitaram nesses institutos.

A Reforma Campos previa a extinção da Docência Livre, mas os direitos dos professores dessa categoria deviam ser respeitados.

3.2

A Atuação do Corpo Docente do Colégio Pedro II nos Anos 1930

O Governo Provisório foi instaurado e Getúlio Vargas estava no poder. Euclides Roxo era ligado à República Velha e publicamente contra a Revolução. A ata da sessão de 20 de dezembro de 1930 revela que Delgado de Carvalho estava na Presidência da Congregação, portanto, Roxo não era mais o Presidente. Não foi possível encontrar em atas ou relatórios explicações a esse respeito, mas Tavares (2002), ao consultar o Arquivo Pessoal de Euclides Roxo, encontrou indícios de que Roxo teria colocado o cargo à disposição do Governo Provisório. O Ministro, então, nomeou o Vice-diretor do Internato, Delgado de Carvalho para o Externato e pediu-lhe que indicasse um nome para dirigir o Internato. Delgado de Carvalho indicou o próprio Euclides Roxo, justificando a indicação pela competência e credibilidade. O Ministro aceitou a indicação e Roxo passou a dirigir o Internato em 10 de dezembro de 1930, conforme o Decreto 19.398 de 8 de dezembro de 1930, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro Francisco Campos. Durante os anos de 1930 e 1931, Delgado de Carvalho foi Diretor do Externato do Colégio Pedro II, tendo deixado a direção em 28 de novembro de 1931. Não foram encontrados relatórios concernentes aos anos em que Delgado de Carvalho foi Diretor, mas segundo o relatório concernente aos anos de 1932 e 1933, redigidos pelo então Diretor do Externato Henrique Dodsworth, Delgado de Carvalho tinha solicitado e obtido exoneração, mas por decreto do Chefe do Governo Provisório da República, Delgado de Carvalho foi nomeado no dia 23 de novembro de 1931, Vice-Diretor do Externato. Nesta mesma data, Henrique Dodsworth é nomeado Diretor do Externato pelo Chefe do Governo Provisório da República.

Em 1932, a Congregação do Colégio Pedro II se reuniu 7 vezes, sob presidência de Dodsworth. Dessas sessões, duas foram solenes e cinco ordinárias. A sessão de 30 de janeiro é marcada por uma homenagem ao professor Gastão Ruch, que por decreto de 31 de dezembro de 1931, do Governo Provisório da República, acabava de ser jubulado⁵³, com todos os vencimentos no cargo de

⁵³ O termo “jubulado” passa a ser empregado para os professores que completavam a idade

professor catedrático de Francês, que exerceu por 30 anos no Colégio. Catedráticos como Adrien Delpech, Antenor Nascentes, José Accioli e Raja Gabaglia pediram a palavra nesta ordem para manifestar o penar do corpo docente pelo afastamento do Professor Gastão Ruch, para proferir palavras de carinho, amizade e elogios. Raja Gabaglia falou pelos professores que foram alunos de Ruch, em nome do corpo docente falou George Sumner, pelos docentes livres falou o professor Oscar Przewodowski. Em seguida a Congregação aprovou, por unanimidade, uma moção que já trazia a assinatura de 23 professores concedendo a Gastão Ruch o título de “Professor Emérito”.

Nessa mesma reunião da Congregação, realizada 30 de janeiro de 1932, o Professor Euclides Roxo propôs que fosse inserido em ata um “voto de reconhecimento e louvor” a Delgado de Carvalho por ter prestado “relevantes serviços” ao Colégio Pedro II, durante sua atuação como Diretor do Externato. Colocada em votação, essa proposta foi objeto de forte debate. O Professor catedrático e militante anarquista José Oiticica votou contra a proposta e o Professor Lafayette Rodrigues Pereira afirmou que a proposta não foi feliz. Roxo discordou das referências feitas à administração de Delgado de Carvalho e justificou os elogios ao colega, mas vários professores discordaram dos conceitos emitidos pelo Professor Euclides Roxo. Outros professores catedráticos se retiraram do recinto e o Diretor Henrique Dodsworth afirmou que por falta de número, deixou de votar a proposta. Mesmo assim, o Professor Accioli declarou nunca haver assistido a nenhum ato de indisciplina e que daria seu voto à moção de Euclides Roxo, por entender que Delgado de Carvalho foi um “bom” Diretor⁵⁴.

Na reunião de 11 de maio, o Professor George Sumner propôs que a Congregação incumbisse a seu Presidente de intervir no sentido de os programas de ensino serem organizados pela Congregação. Dodsworth responde que, de fato, se tratava de atribuição do Corpo Docente Congregado, conforme dispunha a lei. Devia-se, no entanto, aguardar para isso a época própria, em 1934.

Na sessão de 23 de novembro, Adrien Delpech referiu-se ao fato de constar em várias obras didáticas, publicadas no Rio de Janeiro, a declaração

máxima para o exercício do cargo, o que indica o desaparecimento do dispositivo da “Disponibilidade”. Entretanto, alguns documentos investigados, posteriores ao fim da “Disponibilidade”, ainda a mencionam para indicar os professores que dela se beneficiaram.

⁵⁴ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.

indevida de pertencerem os seus autores ao corpo docente do Colégio Pedro II. Delpech encaminhou à mesa uma indicação no sentido de conter tais abusos, determinando que nos livros publicados e em todos os anúncios ou documentos firmados por professores do Colégio Pedro II, figurasse por extenso a categoria respectiva (exceção feita dos catedráticos efetivos); que, nas mesmas circunstâncias, o exercício passado de qualquer cargo no magistério do Colégio, também fosse devidamente assinalado, que o uso indevido de títulos, e a menção inexata do exercício de funções no Colégio fossem legalmente reprimidos, havendo a necessidade de a publicidade retificar-se dos abusos cometidos. A proposta de Delpech foi aprovada por unanimidade. Podemos considerar essa passagem como um exemplo que demonstra o prestígio dos professores do Colégio Pedro II, enquanto portadores de um exercício profissional legítimo, qualificado e exemplar. Após essa passagem, o catedrático George Sumner assumiu a palavra para agradecer o conforto moral que seus colegas manifestaram por ocasião do falecimento de sua filha.

A sessão de 22 de dezembro foi para homenagear o professor Antenor Nascentes pelo esforço desenvolvido para publicação do “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”.

Na sessão da semana seguinte foi lida uma Proposta do professor José Oiticica sobre a fundação do Instituto Brasileiro de Filologia. Aprovada a mesma, foram designados os professores José Oiticica, Antenor Nascentes, Quintino do Vale, Otelo Reis e Euclides Roxo para, em comissão, estudarem o assunto. Para a comissão do Anuário foram eleitos Antenor Nascentes, Quintino do Vale, Adrien Delpech. De acordo com o que foi solicitado pela diretoria do Externato, foi criada uma comissão Disciplinas, constituída pelos professores Raja Gabaglia, Euclides Roxo e Antenor Nascentes. Os mesmos professores foram ainda designados para constituir a comissão encarregada de estudar a organização da 6ª série. Henrique Dodsworth declarou que ía deixar a presidência da Congregação, cujo exercício passava, de acordo com o Regimento, ao Dr. Euclides Roxo, Diretor do Internato. Congratulou-se com os seus colegas pela boa ordem dos trabalhos e agradeceu a colaboração prestada. O professor Sumner propôs um

“voto de louvor” a Henrique Dodsworth pela execução dos trabalhos da Congregação⁵⁵.

Com relação ao Corpo Docente do Colégio, o Professor Eduardo Badaró, catedrático de Latim, obteve sua transferência do Internato para o Externato, concedida por decreto em 13 de fevereiro de 1933. Apenas a cadeira de Química continuava sem titular efetivo, nesta seção do Colégio. A referida cadeira, que se encontrava vaga desde 30 de setembro de 1929, data em que foi posto em disponibilidade o Professor Dr. Augusto Xavier Oliveira de Menezes, vinha sendo preenchida interinamente pelo Professor Dr. Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães. O Ministro da Educação e Saúde Pública recomendou a abertura de inscrições para realização dos concursos destinados ao provimento das cadeiras vagas de ambas as seções do Colégio Pedro II (Externato e Internato). Para disputar em concurso as duas cadeiras vagas de Química, uma em cada seção do Colégio, requereram inscrição: Arlindo Froes, Carlos Barbosa Teixeira, Carlos Henrique Liberalli, Gildásio Amado, João Batista Percegueiro do Amaral, João Cristóvão Cardoso, Júlio Hauer, Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães, Maria da Glória Ribeiro Moss e Ruben Descartes de Garcia Paula. Os demais concursos, para provimento das cadeiras de Português, Latim e Matemática, referiam-se unicamente à seção do Internato⁵⁶.

Outras modificações do Corpo Docente foram promovidas em razão do decreto nº 20.833 de dezembro de 1931, que instituiu o ensino de línguas vivas estrangeiras pelo método direto, foram extintos os cargos de professores catedráticos de Francês, Inglês e Alemão, e criados os de professores dirigentes do ensino dessas línguas. Para os novos cargos foram contratados, respectivamente, os Professores Antonio Carneiro Leão, Oswaldo Serpa e Tristão da Cunha, sendo que os dois últimos já ocupavam anteriormente, em caráter interino, as cátedras de Inglês e Alemão. Para o Externato; Julio Nogueira, Nuno Lopo Smith Vasconcellos e Augusto Rocha Vianna, para o Internato, os quais se encontravam em exercício.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ DODSWORTH, Henrique. Relatório: 1932-1933 – Colégio Pedro II – Externato. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde pública, 1933.

A cadeira de Instrução Moral e Cívica, criada pela Reforma Rocha Vaz, comum às duas seções do Colégio, foi regida interinamente por Monsenhor Francisco da Gama Mac-Dowell, de 9 de julho de 1925 até 27 de junho de 1932, data em que foi exonerado por ter sido extinta do currículo do ensino secundário a referida disciplina⁵⁷.

Por aviso do Ministro da Educação e Saúde Pública datado de 4 de fevereiro de 1932, Henrique Dodsworth foi designado, juntamente com os Professores Euclides Roxo, Diretor do Internato, Carlos Delgado de Carvalho, Vice-Diretor do Externato e Isaias Alves, da Escola Venceslau Braz, para fazer parte da Comissão Especial de que trata o parágrafo único do artigo 09 do decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. A referida Comissão Especial, incumbida de dar parecer sobre pedidos de inscrição no registro dos Professores da atual Diretoria Geral de Educação, e que se reunia no Externato realizou, até aquela época, vinte sessões, havendo procedido ao exame de 1567 processos. Segundo Dodsworth, em 1932 o Colégio recebeu 361 ofícios da Diretoria Geral de Ensino no período em que esteve na Diretoria do Externato, sendo que desses, 206 eram relativos ao Registro de Professores. Foram lavradas 251 portarias de nomeações e designações de professores e funcionários administrativos, penas disciplinares e outros atos. Com relação aos professores, foram registrados os seguintes atos:

- Exonerando o Professor Monsenhor Francisco da Gama Mac-Dowell do cargo de Professor catedrático interino de Instrução Moral e cívica, por haver sido extinta a cadeira (27 de junho).
- Aposentando do cargo de professor catedrático de Francês o Professor Gastão Matias Ruch Sturzenecker (31 de dezembro de 1931).

Em 1933 foi expedido decreto transferindo o Professor catedrático Dr. Eduardo Gê Badaró, da cadeira de Latim do Internato para a do Externato (11 de fevereiro); Portaria de Licença do Ministro da Educação e Saúde pública concedendo dois meses ao professor catedrático Dr. Antenor Nascentes. Portaria interna designando os professores Antenor Nascentes, Cecil Thiré, Honório Silvestre e Alcino Chavantes Junior para, em comissão, estudarem a organização do curso noturno (15 de maio); Designando o Dr. Enoque da Rocha Lima para

⁵⁷ Idem.

fiscalizar as obras que seriam executadas no Externato (10 de agosto); Mandando pagar ao professor José Cavalcanti de Barros Acioli a importância correspondente a vencimentos que deixou de receber em 1931 (6 de setembro)⁵⁸.

Outro aspecto relevante a ser destacado refere-se a influência restrita do Movimento da Escola Nova no Colégio. Dassie (2001) mostra como o debate sobre os ideais da Escola Nova ocorreu no interior da disciplina Matemática. A criação da Matemática como disciplina que unificasse suas subdivisões (álgebra, aritmética, trigonometria, etc) era um ideal defendido pelo Professor Catedrático Euclides Roxo. Houve, segundo o autor, um processo de renovação da Matemática fundamentado no ideário da Escola Nova. Entretanto, há um silêncio sobre esse tema na documentação encontrada e investigada. Os teóricos e protagonistas do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, teriam sido ignorados ou não sensibilizaram institucionalmente o Colégio Pedro II. Não obstante a ação e peso científico e histórico-cultural de Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e do que propunham, não comoveram ou levaram a Congregação do Colégio Pedro II a se manifestar institucionalmente. Diante dessa constatação, cabe ressaltar que Delgado de Carvalho, signatário de Manifesto de 1932, constituiu uma das raras exceções, juntamente com Jonathas Serrano, catedrático de História Geral e Euclides Roxo, catedrático de Matemática.

Barros (2009) acrescenta à lista dos que apoiavam os ideais da Escola Nova, Antenor Nascentes, José Oiticica e Francisco Venâncio Filho, professores dos mais respeitados, tendo este último assinado juntamente com Delgado de Carvalho, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, proposta reformadora encabeçada por Fernando de Azevedo. Contra os ideais da Escola Nova ficou a maioria dos catedráticos e de seus acólitos, por suspeitarem de que se tratava de uma conspiração subversiva para solapar a autoridade do quadro docente. Os alunos teriam ficado a favor, segundo Barros (2009, p.199).

Entendemos, para além da análise de Barros, que o quadro docente desejava preservar sua identidade e se constituir como referência num período em que estão começando a perder poder. Esse aspecto relativo à preservação de sua identidade vai de encontro às proposições do Movimento da Escola Nova, que

⁵⁸ Idem.

preconizava a especialização, tecnificação e formação do quadro docente, dentre outros ideais.

Não foram encontrados relatórios referentes ao período entre o final da gestão de Dodsworth no Externato até o início dos anos 1940, mas podemos resumidamente afirmar que entre 1927 e 1937, o Colégio teve sua atividade regulamentada pelo regimento interno aprovado pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, sob portaria de 31 de agosto de 1927, em face do que determinou a reforma Rocha Vaz (decreto nº 16.782-A, de 1925). Até o advento desse decreto, e desde 1911 (Lei Orgânica do Ensino), O Colégio Pedro II tinha uma unidade de direção para as duas seções – Externato e Internato, tendo sido seu último Diretor o Professor Carlos de Laet, que solicitou exoneração em 19 de agosto de 1925.

Desta data até o ano de 1937, transitaram pelas duas Diretorias os seguintes professores: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, catedrático de Matemática do Externato, que exerceu o cargo nessa seção do Colégio de 19 de agosto de 1925 a 24 de outubro de 1930 e o Professor Pedro do Coutto, catedrático de História da Civilização, que desempenhou o cargo de Diretor do Internato de 17 de março de 1926 até 25 de outubro de 1930. Dessa data até 10 de dezembro de 1930, essa dependência do Colégio foi dirigida pelo Professor Quintino do Valle, então Vice-Diretor. Assumiu a seguir a direção do Internato o Professor Euclides Roxo, que a exerceu de 10 de dezembro de 1930 a 15 de janeiro de 1935, passando-a depois ao Vice-Diretor, Professor Quintino do Valle. Embora o Professor Euclides Roxo solicitasse sua exoneração, desde a época em que transmitiu o cargo ao seu substituto legal, esta só lhe foi concedida pelo Governo em 25 de agosto de 1937.

Os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Henrique de Toledo Dodsworth dirigiram o Externato, respectivamente, de 8 de dezembro de 1930 a 23 de novembro de 1931, e dessa data até 16 de novembro de 1933, sendo que o professor Henrique Dodsworth solicitou exoneração por haver sido eleito Deputado à Assembleia Nacional Constituinte.

Fernando Antonio Raja Gabaglia foi nomeado por Decreto de 23 de novembro de 1933, Diretor do Externato, cargo no qual permaneceu no cargo até

1945. George Sumner, catedrático de Física, torna-se Diretor do Externato entre 1945 e 1947, e, por fim, Gildásio Amado, catedrático de Química, foi o último Diretor do Externato nos anos 1940, ocupando o cargo até 1956. Estava em exercício na Diretoria do Internato o Vice-Diretor, Professor Lafayette Rodrigues Pereira, que recebeu o cargo das mãos do Professor Quintino do Valle, Vice-Diretor demissionário. Lafayette foi Diretor do Internato entre 1937 e 1938, quando assume Clóvis do Rego Monteiro⁵⁹, que ocupa o cargo até 1947. Os últimos Diretores do Internato na década de 1940 foram Jurandyr Paes Leme, catedrático de Desenho, entre 1947 e 1948 e Vandick da Nóbrega, catedrático de Latim nomeado em 1945, entre 1948 e 1958. Nóvoa, Barroso e do Ó (2003), ao pesquisarem os Liceus Portugueses desde os antecedentes do ensino liceal (século XVI a XVIII) até a sua lenta afirmação (1836-1978), enfatizam a importância de que a pesquisa focalize os Reitores. No caso do ensino secundário brasileiro, mais especificamente do Colégio Pedro II, os Diretores, assim como os Reitores, pesquisados por Nóvoa, Barroso e do Ó, podem se configurar em tema importante para a análise do Colégio, pois o processo de nomeação dos diretores das duas seções do Colégio pode ser definidor de perspectivas políticas e orgânicas distintas.

As cátedras, no Externato e no Internato, estavam ocupadas pelos seguintes professores em 1937⁶⁰:

Português – Drs. Antenor Nascentes, José Oiticica, Quintino do Valle e Clóvis Monteiro.

Latim – Drs. José Accioli, Hahnemann Guimarães e Nelson Romero. A outra cadeira do Internato estava sendo regida interinamente pelo professor catedrático de Português, Dr. Clóvis Monteiro.

Geografia – Drs. Fernando Antonio Raja Gabaglia e Honório de Sousa Silvestre.

História da Civilização – Drs. Pedro do Coutto, Jonathas Serrano e João Baptista de Mello e Souza. Nessa disciplina estava vaga uma das cadeiras do Internato por ter se aposentado o professor Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, a quem a Congregação conferiu o título de “professor emérito”, em sessão de 12 de junho

⁵⁹ Clóvis do Rêgo Monteiro ainda retorna ao cargo de Diretor entre 1956 e 1961, desta vez do Externato.

⁶⁰ PEREIRA, Octacílio A. O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937). Rio de Janeiro: Typografia Alba de Moreira Cardoso & Freitas Ltda, 1937.

de 1937. A referida vaga se abriu na seção do Internato porque se transferiu para o Externato o professor Pedro do Coutto, o qual ocupava também, a cadeira daquela seção, em caráter interino.

Matemática – Drs. Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, Euclides Roxo, Cecil Thiré e Haroldo Lisboa da Cunha.

Física – Drs. Henrique Dodsworth Filho e George Sumner. No Externato, a referida disciplina estava sendo lecionada pelo docente livre Professor Venâncio Filho, pois o respectivo titular, Professor Henrique Dodsworth, se achava desempenhando o cargo de Prefeito do Distrito Federal.

Química – As cadeiras de ambas as casas estavam ocupadas interinamente pelos Drs. Luiz Pinheiro Guimarães, no Externato, e Gildásio Amado, no Internato.

História Natural – Drs. Lafayette Rodrigues Pereira e Waldemiro Alves Potsch.

Literatura – Drs. Francisco Pinheiro Guimarães e Antenor Nascentes (este último exercia o cargo interinamente, no Externato).

Desenho – Drs. Benedicto Raymundo da Silva Filho, Enoch da Rocha Lima e José de Sá Roriz. A outra cadeira do Internato estava sendo regida interinamente pelo docente livre Dr. Jurandyr dos Reis Paes Leme.

Estranhamos a ausência do professor Agliberto Xavier nos dados acima, retirados de um documento oficial denominado “O Colégio Pedro II nos últimos 10 anos: 1927-1937”. Na reunião da Congregação de 9 de novembro de 1937, é comunicado pelo Presidente que Agliberto Xavier daria sua última aula no dia 12 do mesmo mês, às 16 horas, por ter completado a idade máxima para o exercício do cargo. Uma comissão foi definida para assistir a esse ato que foi considerado “de especial significação na vida escolar do estabelecimento”. Barros (2009, p.194), ao desenvolver, uma análise sobre a atuação dos professores no contexto das comemorações pelo centenário do Colégio, relata que um jornalista chamado Antônio Barcelos teria assinado uma matéria ressaltando as qualidades de alguns membros do quadro docente do Colégio, principalmente Escragnole Dória e Agliberto Xavier, que jubilavam-se naquele ano. Pedro do Couto e Jonathas Serrano, professores então atuantes, eram considerados como “dignos continuadores dos que se aposentavam e exemplo para a educação nacional”, segundo tal jornalista.

Eram professores catedráticos comuns às duas sessões, os professores Carlos Delgado de Carvalho (Sociologia) e Othelo de Sousa Reis (Cosmografia). Confirmamos que a Congregação era formada por 32 professores, dentre eles, 26 dos nomes acima relacionados. Havia ainda, no Internato, os seguintes Professores: Mario Belleti de Ginástica; Octavio de Castro, de Matemática; Oswaldo Pereira de Mendonça, de Português, e Israel França, de Ciências Físicas e Naturais⁶¹.

Confirmamos também, que os únicos catedráticos nomeados entre 1933 e 1937 foram Haroldo Lisbôa da Cunha, de Matemática, Nelson Romero de Latim em 1935, e Clóvis do Rego Monteiro, de Português, em 22 de janeiro de 1937. Cabe ressaltar que em 1938, ou seja, no ano seguinte à sua nomeação como catedrático, Clóvis do Rego Monteiro foi nomeado Diretor do Internato.

Completando o seu magistério efetivo, o Colégio Pedro II contava ainda com os seguintes “docentes livres”⁶²: Professores Jacques Raymundo Ferreira da Silva, Mozart Monteiro, Jayme Coelho, Mecenas Dourado, Antonio Figueira de Almeida, Milton Barbosa, Oscar Przewodowski, Jurandir dos Reis Paes Leme, José Paulo Ferreira, Murillo Araujo e Francisco Venâncio Filho.

Eram assistentes das diversas cadeiras, no Externato, os Professores Arlindo Fróes, de Química; Ernesto de Paiva Marreca, de História Natural; João Capistrano Raja Gabaglia, de Geografia; Walter Gomes Cardim, de Física. Esses mesmos cargos, no Internato, são exercidos pelos Professores Luiz Gurgel do Nascimento (Química); Henrique Feio Galvão (Física); José Curvello de Mendonça (História Natural); Aldimir S. Paulo (Geografia). E comum às duas sessões do Colégio, o cargo de assistente de Cosmografia era exercido por João de Lamare S. Paulo⁶³.

Os Professores catedráticos que se encontravam em disponibilidade eram os Drs. Henrique Costa, de Matemática; Augusto Xavier Oliveira de Menezes, de

⁶¹ Idem.

⁶² Embora estivesse prevista na Reforma Campos a extinção da docência livre, o fato dos professores dessa categoria terem permanecido com seus direitos preservados pode ter contribuído para que a categoria continuasse figurando em alguns documentos investigados que são posteriores cronologicamente à referida reforma do ensino. Mais adiante veremos que, de fato, a categoria permaneceu no Colégio Pedro II.

⁶³ PEREIRA, Octacílio A. O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937). Rio de Janeiro: Typografia Alba de Moreira Cardoso & Freitas Ltda, 1937.

Química; Guilherme de Moura, de Química; e Cyro Romano de Farina, de Italiano. Esses quatro últimos nomes também eram membros da Congregação em 1937, complementada pelos ainda atuantes José Philadelpho de Barros Azevedo e Guilherme Augusto de Moura. Cyro Farina foi promovido no cargo em virtude de sentença passada em julgamento na Corte Suprema, tendo o Governo da República exonerado o professor catedrático Dr. Octavio Augusto Inglês de Souza, que exerceu o cargo por mais de 10 anos, mediante aprovação em concurso, e que se achava em disponibilidade.

Os Professores que estavam aposentados eram os Drs. Manoel Said Ali Ida, catedrático de Alemão; Manoel Arthur Ferreira, professor de Desenho; Adrien Delpech, catedrático de Literatura; Rodolfo Paula Lopes, de História Natural e Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, de História da Civilização. Todos foram homenageados em sessões solenes da Congregação.

Já por conta dos falecimentos, o corpo docente do Colégio Pedro II ficou desfalcado, entre 1927 e 1937, de alguns nomes considerados de projeção intelectual no país, naquela época, e que ocupavam cátedras. Dentre eles, cabe destacar os de Carlos de Laet, ex-diretor e Presidente da Congregação, catedrático de Português, falecido em 7 de dezembro de 1927; Joaquim Luiz Mendes de Aguiar, catedrático de Latim, falecido em 26 de fevereiro de 1927, Capistrano de Abreu, catedrático de História do Brasil, falecido em 13 de agosto de 1927; Floriano de Britto, catedrático de Francês, falecido em 27 de outubro de 1927; José Julio da Silva Ramos, catedrático de Português, falecido em 15 de dezembro de 1930; Paulo de Frontin, catedrático de Mecânica e Astronomia, falecido em 15 de fevereiro de 1933; José Candido de Albuquerque Mello Mattos, professor ordinário de Educação Cívica e Noções Gerais de Direito, ex-Diretor, falecido em 3 de janeiro de 1934; João Ribeiro, catedrático de História Universal, falecido em 13 de abril de 1934; Gastão Ruch, catedrático de francês, falecido em 25 de outubro de 1934, Henrique Coelho Neto, catedrático de Literatura, falecido em 28/11/1934; e mais Álvaro Espinheira, Arthur Higgins, Alcino Chavantes e Eduardo Gê Badaró. Votos de pesar, elogios aos colegas e homenagens fúnebres prestadas em sessões que se seguiam eram sempre marcantes quando do anúncio da perda de um dos professores. A nomeação de comissões pela Congregação para

resolver interesses do Colégio perpassava também, por visitas de “apoio moral”, como foi com José Accioli, quando este sofreu um atentado contra sua vida, com Adrian Delpech, que se encontrava doente ou mesmo quando algum professor perdia familiares.

Ressaltamos sobre os Professores Suplementares que o aumento sempre crescente do número de alunos matriculados (**ANEXO 9**) no Externato tornou impossível o ensino somente pelos membros da Congregação. Foi necessária a admissão de professores suplementares, cuja escolha, a princípio, era feita pelo Diretor e submetida à aprovação da Congregação. Mais tarde, perdendo o referido órgão suas atribuições administrativas, a designação daqueles professores passou a ser da competência exclusiva do Diretor. Em face do decreto 1.555 de 7 de abril de 1937, o Governo determinou que a admissão dos professores suplementares fosse feita mediante concurso de títulos e documentos, expedindo o Ministério da Educação, após publicação do resultado do julgamento no “Diário Oficial”, as competentes portarias de contrato. Os professores assim contratados, pela primeira vez, em 1937, ficaram obrigados a dar pelo menos 12 horas de aulas semanais. Em face da lei que o instituiu, esse devia ser renovado anualmente.

Por fim, com relação aos Professores Auxiliares, o ensino de línguas vivas estrangeiras pelo método direto, estabelecido pelo Decreto 20.833 de 21 de dezembro de 1931, a cargo dos professores dirigentes, era ministrado pela referida categoria de professores. As designações para esses cargos eram feitas pelo Diretor, mediante indicação do respectivo dirigente.

Segundo pudemos apurar em consulta às atas de reuniões da Congregação no período entre 1933 e 1937, um dos debates mais polêmicos ocorreu em função do fato da Reforma Campos tirar a atribuição dos professores de redigirem os programas. Os programas passaram a ser revistos de 3 em 3 anos por uma comissão designada pelo Ministro e a qual eram submetidas as propostas elaboradas pela Congregação. Nessas condições, foi sugerido que cada professor apresentasse um programa da matéria de sua cátedra, que deveria ser examinado pela Congregação e apresentado ao governo. Assim, as discussões sobre os programas permaneciam acaloradas nas reuniões. Foi definida também, uma comissão para tratar do assunto com o governo, dada a insatisfação dos

professores. O mesmo período também é marcado por polêmicas com relação aos concursos, principalmente de Matemática, Português, Química, Latim, este último, para o qual Nelson Romero foi aprovado e nomeado. Essas polêmicas tinham a ver com irregularidades ou ilegalidades praticadas nos julgamentos dos concursos ou com a nomeação pelo Governo de bancas estranhas ao Colégio, outro fato que causava grande insatisfação entre os professores. Cadeiras de Inglês, Francês e Alemão também se encontravam vagas em 1935. Dois anos depois, essa situação ainda perdurava. Atuavam nelas professores contratados que não podiam ser “indefinidamente provados” nas cadeiras. Alguns membros da Congregação encaminharam à mesa proposta para que essas cadeiras fossem colocadas em concurso.

Embora a Reforma Campos tivesse retirado o poder dos professores de elaborar os programas, o Ministro da Educação solicitou ao Presidente da Congregação que designasse comissão formada por Quintino do Valle, Pedro do Coutto, George Sumner, Sá Roriz e Nelson Romero para elaborar programas do curso complementar, cuja execução deveria ter início em 1936. Nesse mesmo ano, mais precisamente em maio, já se falava na solicitação ao Governo para que fosse aprovado o novo Regimento Interno para regularizar a situação administrativa do Colégio. Entretanto, o Presidente da Congregação relatou que o governo não queria tomar qualquer iniciativa sobre esse caso, enquanto o Plano Nacional de Educação estivesse em discussão no Senado Federal.

3.3

Os Professores e a Tentativa de Municipalização do Colégio Pedro II

Em 1934, houve uma tentativa de municipalizar o Colégio Pedro II. Os professores, contrários, reagiram a esta tentativa dirigindo uma moção à opinião culta do Brasil, aprovada em reunião da Congregação do Colégio Pedro II, por unanimidade de votos, em sessão de 19 de maio de 1934.

Na “Moção dirigida à opinião culta do Brasil”, os professores do Colégio, cientes da apresentação à Assembleia Nacional Constituinte de uma emenda ao

projeto da Constituição, a qual se fosse aceita pela Assembleia, determinaria a transferência do mesmo Colégio para a jurisdição da Municipalidade do Distrito Federal, apresentaram à opinião culta do país um protesto contra essa medida que, no entendimento dos professores, equivalia ao que chamaram de “um golpe funesto às prerrogativas, à tradição, aos direitos que o Instituto onde exercemos nossa atividade logrou conquistar após quase um século de grandes serviços prestados à cultura de humanidades no Brasil”.

Os professores ressaltaram que não foram induzidos a formular tal protesto por qualquer cogitação relativa aos interesses de ordem política regional que tinham inspirado os autores e propugnadores da emenda. Isso porque os professores alegavam desejar o progresso, a eficácia, a seriedade do ensino no país, e porque conheciam o estado precário em que funcionavam – salvo raras exceções – os estabelecimentos estaduais, apesar da vigência da lei federal e da inspeção a que se encontravam sujeitos.

Os professores lamentavam o que podia acontecer quando essa providência se tornasse lei constitucional da República, que deixaria “à mercê do regionalismo todo um ramo de educação que tamanha influência deveria ter na formação cívica e cultural do povo brasileiro”.

Os professores entendiam também, que semelhante medida poderia importar o surto imediato de novas correntes regionalistas e, como consequência natural, o enfraquecimento do espírito de nacionalidade, considerado por eles, um dos fatores essenciais da coesão do povo brasileiro:

“Estamos certos de que a sabedoria e o patriotismo dos futuros brasileiros saberão evitar em tempo a realização desses penosos vaticínios, revogando a medida ora proposta – se lei vier a ser – antes que produza o mal de que é capaz. Entretanto, movidos pelo amor que consagramos ao Colégio Pedro II, e secundando o clamor que já irrompeu do entusiasmo da mocidade, protestamos contra a ameaça que paira sobre o tradicional instituto, que se pretende, na melhor hipótese, reduzir à condição de simples dependência no complexo mecanismo do ensino municipal deste Distrito. Não se veja neste gesto uma deselegância de nossa parte para com a Municipalidade do Distrito Federal. O principal Instituto de ensino secundário mantido pelos poderes locais tem merecido destes um tratamento carinhoso e

acha-se dotado de condições materiais primorosas⁶⁴. Há entre os professores do Pedro II, alguns que o são também de estabelecimentos municipais, com o que muito honrados se sentem. Mas isso não impede que ergamos o nosso protesto porque não nos parece justo privar o Colégio Pedro II de seu caráter de instituto nacional, caráter que os nossos maiores lhe deram e que se consolidou definitivamente ao cabo de um século de profícuo e honesto labor.” (Moção lida em reunião da Congregação do Colégio Pedro II realizada em maio de 1934)

O Colégio Pedro II era visto pelos professores como um “patrimônio da Nação”; patrimônio jurídico, patrimônio moral, patrimônio cultural e cívico. Os professores tinham medo de que esse patrimônio fosse destruído. Para evitar que qualquer medida, bem intencionada ou não, viesse a ferir o que era considerado um “padrão da cultura brasileira”, os professores apelaram para a consciência dos “brasileiros cultos”⁶⁵.

A moção foi assinada por Raja Gabaglia, Euclides Roxo, Escragnolle Dória, Almeida Lisboa, J. Accioli, Eduardo Badaró, Agliberto Xavier, Oliveira de Menezes, Lafayette R. Pereira, Honório Silvestre, Antenor Nascentes, Cecil Thiré, Pedro do Coutto, José Oiticica, Waldomiro Potsch, Othelo Reis, C. Delgado de Carvalho, Hahnemann Guimarães, Quintino do Valle, J. B. Mello e Souza, Jonathas Serrano, George Sumner, Adrien Delpech, Benedicto Raymundo, Enoch da Rocha Lima, J. de Sá Roriz, Alcino J. Chavantes Junior e Octacílio A. Pereira, Secretário da Congregação. Philadelpho Azevedo contribuiu ao redigir a conclusão da moção, especificamente no que dizia respeito ao Colégio Pedro II.

Como desfecho dessa situação, está registrado nas atas que a Assembleia Nacional Constituinte havia aprovado por maioria, o regime de ensino preconizado pelos membros da Congregação. O Presidente da Congregação chega a propor que telegramas fossem dirigidos à Assembleia, na pessoa de seu Presidente e de dois deputados, dentre eles, Henrique Dodsworth, manifestando o agradecimento do Colégio pela aprovação das disposições que iam figurar na

⁶⁴ Embora não esteja claro, parece aqui que a moção faz referência ao Instituto de Educação.

⁶⁵ PEREIRA, Octacílio A. O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937). Rio de Janeiro: Typografia Alba de Moreira Cardoso & Freitas Ltda, 1937.

Constituição do Brasil. Esse fato pode ser considerado uma demonstração do poder político e do apoio da imprensa que os professores do Colégio, membros da Congregação, possuíam naquele contexto. Votos de louvor à imprensa, que apoiou a causa; uma visita ao Ministro da Educação pela Congregação; e homenagens a serem prestadas a pessoas e corporações que direcionaram esforços para que o Colégio não fosse municipalizado, foram algumas das proposições feitas pelos professores quando as deliberações da Assembleia foram comunicadas. O Professor Lafayette Rodrigues Pereira, catedrático de História Natural, propôs também, que se fundasse uma associação de professores, sob o título de “Associação Brasileira de Cultura”, que deveria ter como finalidade principal trabalhar pela difusão do ensino e pela propaganda dos processos educativos, medida que foi aprovada pela Congregação, embora não tenhamos encontrado registros de seus desdobramentos. Outra demonstração da relação de proximidade entre os Professores do Colégio e a Imprensa, para além do fato de muitos professores escreverem para jornais e periódicos, é que houve, naquela época, uma mobilização da Congregação no sentido de lutar pela isenção do imposto de renda dos jornalistas e professores.

Um caso particular que também chama a atenção em 1936 é o fato de que o Professor de Italiano, Inglês de Souza se encontrava em situação econômica grave, conforme moção submetida à Congregação⁶⁶. Essa situação se devia à sentença que tornou nulo o ato que o havia nomeado. O Corpo Docente, através da moção, solicitou ao Ministro que o referido professor fosse aproveitado na cadeira para a qual fez concurso em qualquer estabelecimento de ensino federal. Treze membros assinaram a moção. Othello Reis, José Accioli e Lafayette foram contrários. Accioli achava que a moção não teria resultados práticos. Entretanto, fica entendido que tratava-se de uma manifestação de solidariedade para com um colega ferido por causa de uma sentença judiciária que o tirou do cargo depois de 15 anos de trabalho e Othello Reis, Accioli e Lafayette acabam por se absterem de votar e a moção foi aprovada. No final do mesmo ano, Inglês de Souza encaminha um requerimento que é lido e posto em discussão, solicitando ser provido na cadeira de Literatura, tendo em vista um despacho do Presidente da República,

⁶⁶ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

conforme alegava. Accioli, declarando que a Congregação não podia ser procuradora de ninguém, afirmou que o requerimento devia ser rejeitado. Hahneemann Guimarães estranhou a declaração de Accioli e solicitou esclarecimentos. O final da disputa acaba com a aprovação da sugestão de Othello Reis, de que o requerimento de Inglez de Souza deveria voltar para ser selado convenientemente com a lei que regulava o assunto.

Na reunião de 24 de agosto de 1936, o professor catedrático George Sumner se dirigiu à mesa e é lida a seguinte indicação:

“atendendo à possibilidade de ser modificada a atual lei de ensino e considerando que a disparidade existente entre os vencimentos dos Conservadores dos gabinetes de Física, Química e História Natural das duas seções do Colégio e dos Arquivistas dos gabinetes de Cosmografia e Geografia resulta unicamente da denominação, pois não tendo estes últimos o que conservar e sim o que arquivar foram classificados como arquivistas e tiveram honorários equiparados aos dois funcionários de igual denominação, um do Externato e outro do Internato, diretamente subordinados ao Diretor, com funções especiais estabelecidas à parte e, considerando ainda que as funções dos arquivistas dos gabinetes aludidos são as mesmas dos Conservadores dos demais gabinetes, como bem reconhece o Regimento Interno quando ao discriminar os encargos a que estão obrigados os vários funcionários, dá nos artigos 441 e 442, as atribuições dos Conservadores e diz, no art. Imediato, nº 443: “Nos gabinetes de Geografia e Cosmografia haverá um arquivista encarregado dos mesmos serviços que nos outros gabinetes competem em geral, aos Conservadores”, e que, portanto, deve ser observado o critério de igual remuneração para iguais funções e responsabilidades, como bem estabelecido art 1º da lei nº 51, de 14 de maio de 1935, que dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos militares, indicamos que a Congregação do Colégio Pedro II solicite ao Governo a equiparação dos vencimentos dos Conservadores dos gabinetes de Física, Química e História Natural ao dos arquivistas dos gabinetes de Geografia e Cosmografia, cujas funções são as mesmas.”⁶⁷

⁶⁷ Idem.

Uma comissão formada por George Sumner, Othello Reis e Honório Silvestre encarregou-se de elaborar um parecer sobre a indicação que tratava dessa disparidade entre os vencimentos dos Conservadores e Arquivistas. Tal parecer foi aprovado de maneira unânime pela Congregação.

Já em 1937, na reunião de 15 de março, encontramos indícios de que a docência livre, embora extinta pela Reforma Campos, permaneceu no Colégio Pedro II. Nessa ocasião, o Presidente da Congregação fez um retrospecto sobre a docência livre no Colégio, inclusive os motivos pelos quais os docentes não mais se reuniam para eleger seu representante junto ao Corpo Docente Congregado. Uma comissão foi designada para definir sobre a prorrogação ou não do prazo da docência livre e, anteriormente, houve longo debate sobre quem podia votar, uma vez que alguns membros da Congregação possuíam irmãos que almejavam nova docência. Em 9 de novembro de 1937, o Presidente Raja Gabaglia comunicou à Congregação:

“haver o Governo, de acordo com o parecer lavrado pelo Consultor Geral da República, considerado como sem prazo o direito dos docentes livres do Colégio às vantagens inerentes ao título, desde que a lei que lhes assegura esse direito assim determina.”

Essa comunicação foi feita porque se tratava da entrada de professores para o magistério efetivo do Colégio e que, na forma da lei, o Presidente iria convocá-los para eleição de seu representante na Congregação. Na reunião de 27 de janeiro de 1939 é transcrito um parecer da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação sobre o fato de Mecenas Pereira Dourado e outros nomeados docentes livres do Colégio Pedro II, em virtude do que dispunha a Reforma Rocha Vaz, terem se dirigido em petição datada de 23 de junho de 1937, ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino, requerendo o reconhecimento do direito que pretendiam ter, de continuarem no exercício da livre docência⁶⁸ mesmo depois de decorrido o prazo de dez anos, independentemente de “renovação ou exibição de novas provas”. Os peticionários

⁶⁸ Os termos “livre docência” e “docente livre” são recorrentes e se alternam nas fontes pesquisadas.

argumentaram longamente, sustentando que em face da Reforma Rocha Vaz, havia dois tipos de docentes livres: uma resultante de concurso feito para o cargo de professor Catedrático, e outra decorrente de concurso feito para a livre docência. Os requerentes destacaram os pontos de diferença que existiam quanto às provas exigidas nesses dois concursos e concluíram patenteando que o primeiro seria mais importante e encerrava provas mais difíceis que o segundo. Baseados nessa premissa, considerada verdadeira, inferiram que os docentes livres nomeados em consequência das provas exibidas em concurso para catedrático não estavam sujeitos à restrição do prazo de dez anos estabelecidos no artigo 176 da Reforma Rocha Vaz, a qual só tinha aplicação para os nomeados em concurso para a livre docência. Submetido o caso ao Ministro da Educação, foi enviado o Consultor Geral da República, que concordava em seu parecer, com os requerentes e opinou:

“que aos requerentes, como a quaisquer docentes livres nomeados na forma do artigo 169 do Decreto 16.782-A, de 1925, assiste o direito de conservar o seu título e as vantagens a estes inerentes. Assinado – Francisco Campos – 02/09/1937”.

Esse parecer foi homologado e fizeram-se as respectivas comunicações aos Diretores do Colégio Pedro II e de outros institutos de ensino secundário e superior. Entretanto, um ofício encaminhado pelo Reitor da Universidade do Brasil pondera que o parecer do Consultor Geral se amparava apenas na Reforma Rocha Vaz e a obrigatoriedade de revisão periódica do quadro de livres docentes vigorava em alguns institutos desde 1912 e com caráter geral desde 1915. O Reitor observou que:

“não sendo a docência livre um cargo público, mas apenas uma oportunidade legal oferecida aos que pretendiam exercer o magistério, não pareceu razoável, senão nos casos explicitamente previstos em lei, conferir a esse título um caráter de vitaliciedade independentemente da verificação da atividade didática e científica dos nela admitidos.”

A Comissão de Legislação estuda o caso e é de parecer que procediam as considerações do Reitor. Com efeito, a argumentação desenvolvida pelos petionários e que foi adotada pelo Consultor Geral não encontrou apoio nos termos da lei por eles invocada, e vinha contrariar a interpretação usual “que sempre foi respeitada” pelos institutos e pelas autoridades do ensino na execução da mesma lei. Era certo que os requerentes eram docentes livres do art. 169 do Decreto 16.782-A por eles invocado, isto é, por terem feito as provas de concurso para professor catedrático. Contudo, era certo que eles não alcançaram no julgamento, os pontos necessários para na competição, obterem o lugar de catedrático, isto é, vitalício. Haviam perdido em provas feitas para o fim desejado, mas por uma “disposição benévola” do Decreto que vigorava, foi concedido aos candidatos que alcançaram média superior a 5.0 direito de serem nomeados docentes livres, conforme visto no Capítulo II desta pesquisa. O artigo 169, quando dizia que “serão nomeados docentes livres”, referia-se à função de docentes livres existentes nos termos do mesmo Decreto, isto é, aquela para a qual a nomeação do candidato era limitada ao prazo de dez anos, renovável pela Congregação atendendo ao valor dos cursos professados, à dedicação ao ensino e à publicação de trabalhos de “real valor” (artigo 176). Arguíram os requerentes que essa limitação estabelecida no artigo 176 não lhes era aplicável porque eles foram nomeados em virtude do artigo 169, no qual não havia referência à limitação alguma. Em conclusão, os docentes livres nomeados em qualquer das formas estabelecidas no Decreto, foram considerados todos iguais. Seus títulos de nomeação valiam por dez anos e eram renováveis a juízo da Congregação que atendia, para isso, às condições mencionadas no artigo 176. Foi considerado que não havia motivos para mudar a interpretação do Decreto 16.782-A⁶⁹.

Embora em sua dissertação de mestrado Dias (2008, p.213) aponte para a necessidade de uma investigação mais detalhada sobre os docentes livres, a autora afirma (pag. 212) que essa categoria de professores não integrava o magistério oficial. Para a autora, o quadro efetivo do magistério oficial era composto apenas pelos professores catedráticos. Afirma ainda, que o “docente livre não era

⁶⁹ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

considerado nem função ou cargo, mas sim um título” e que esta definição foi expressa no supracitado parecer do Consultor Geral da República. Por outro lado, em documentos como o intitulado “O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937)”, que reúne artigos publicados no Jornal do Comércio por ocasião dos festejos do 1º centenário do Colégio, publicado em dezembro de 1937 e organizado pelo Professor e Secretário do Externato Octacilio A. Pereira, encontramos a seguinte passagem:

“Completando o seu **magistério efetivo**, o Colégio Pedro II tem os seguintes “**docentes livres**: Professores Jacques Raymundo Ferreira da Silva, Mozart Monteiro, Jayme Coelho, Mecenas Dourado, Antonio Figueira de Almeida, Milton Barbosa, Oscar Przewodowski, Jurandir dos Reis Paes Leme, José Paulo Ferreira, Murillo Araujo e Francisco Venâncio Filho”. (pág 10)

Esse dado pode ser indicador de que, na prática, os docentes livres eram membros do quadro efetivo ou de que se os docentes livres não faziam parte do quadro docente efetivo do Colégio Pedro II conforme aponta Dias, possivelmente eram considerados como tal pelos outros professores. Dito de outra forma, esse seria um aspecto da “identidade para outro” cunhada por Dubar e referente à como os docentes livres eram vistos pelos outros professores. Entretanto, concordamos com Dias (2008, p. 213) quando a autora afirma que os docentes livres situavam-se, do ponto de vista hierárquico, entre os catedráticos e os suplementares, mas com um estatuto profissional que os aproximava mais dos primeiros. Cabe ressaltar ainda, que dos docentes livres citados acima, Jurandir dos Reis Paes Leme e Oscar Przewodowski tornaram-se Professores Catedráticos de Desenho e História em 1940 e 1944, respectivamente.

Outra dimensão observada e considerada importante na pesquisa foram os “votos de felicitações”, “de congratulações” e dos demais tipos sugeridos, aprovados e colocados em ata das reuniões da Congregação, pois marcam passagens importantes nas trajetórias dos professores. Na reunião de 9 de novembro 1937, Raja Gabaglia propôs “voto de felicitações” a Philadelpho Azevedo e a Hahnemann Guimarães pelo retorno da Europa. Foi proposto também, a este último colega, um “voto de congratulações” por ter exercido o

cargo de Vice-Presidente no Congresso Jurídico realizado em Paris; Nelson Romero sugeriu um “voto de congratulações” a Euclides Roxo por sua nomeação para o cargo de Diretor da Divisão do Ensino Secundário; Pedro do Coutto pediu que esse voto fosse também concedido a Clóvis Monteiro pela nomeação para Diretor do Instituto de Educação; e a Lafayette Pereira, nomeado Vice-diretor do Internato. Todos os votos foram aprovados de forma unânime.

Outro documento investigado, escrito provavelmente em 1937, ou seja, no contexto da implementação do Estado Novo, considerado sigiloso pelo Ministro, de autoria de Jurandir Lodi⁷⁰, membro do Gabinete Ministerial, ou de uma comissão por ele chefiada e encontrado no CPDOC/ FGV, aborda a questão do Registro dos Professores e denuncia que o Colégio não possuía material didático e instalações escolares em boas condições, o que provavelmente interferia no trabalho docente e, conseqüentemente no processo de aprendizagem dos alunos:

“As instalações escolares, se boas em determinadas cadeiras, em outras é inexistente por completo. Quanto ao material didático, abundante em cadeiras como a de Geografia, onde funcionavam até cursos da UDF, em outras cadeiras absolutamente não existia.”

Lodi aponta condições de precariedade e insalubridade das instalações físicas, critica a acústica e a localização do prédio próximo a Estação Central de trens, indústrias e ruas movimentadas no centro do Distrito Federal, causando muitos barulhos e afetando o desenvolvimento das atividades escolares. Embora as salas estivessem pintadas e dotadas de quadro-negro, a iluminação, salubridade, acústica, tamanho e formato das mesmas não eram consideradas ideais. Nesse sentido, constatou que o Colégio Pedro II não satisfazia nem à lei, nem às necessidades e aos imperativos da didática

Os problemas não paravam por aí. Conforme Barros (2009, p.192), em 1937, ano de comemoração do centenário do Colégio Pedro II, a direção e os professores fizeram algumas reivindicações ao governo, mostrando que não eram poucos os problemas existentes ali. Solicitavam a correção dos vencimentos, a

⁷⁰ FGV, CPDOC. Jurandir Lodi. O Colégio Pedro II, [1940]: GC g 1935.10.18/1, r. 36.

ampliação do quadro docente, a solução de um problema considerado crônico, que era a situação dos “Professores Suplementares” que passaram a ser chamados também de “Extranumerários”, isto é, professores contratados precariamente e que não faziam parte do quadro efetivo, além de verbas para obras de reparo urgentes. Contudo, o autor aponta que tais reivindicações não foram atendidas.

Barros (2009) entende que o Colégio conseguiu manter o prestígio adquirido no período entre 1837, data da criação da instituição, até 1937 devido, em grande parte, ao mérito dos professores que por ali passaram. Entretanto, parece que tal prestígio já não pesava junto ao governo no sentido de atender as reivindicações supracitadas.

Raja Gabaglia era tido, segundo o autor, como “a alma exuberante e entusiasmada” das comemorações pelo centenário do Colégio. Aliás, com relação aos diretores das duas seções do Colégio, Fernando Antonio Raja Gabaglia, diretor do Externato e Lafayette Rodrigues Pereira, do Internato, sendo este substituído por Clóvis Monteiro, que seguiu no cargo até o final do Estado Novo, Barros (2009, p.195) afirma que gozavam da confiança do governo e do quadro docente durante todo o Estado Novo. Barros (2009, p.195 e 196) afirma também, que foram pessoas que mereciam o respeito de todos, não só por suas “inegáveis qualidades pessoais”, mas também pelas boas relações que mantinham com as autoridades, em decorrência de suas origens familiares. Lafayette Pereira era filho do Conselheiro Lafayette, político proeminente do fim da monarquia e Clóvis Monteiro descendia de família de políticos do Ceará. Raja Gabaglia é considerado pelo autor como o grande nome do Colégio Pedro II no Estado Novo. Era tido como uma pessoa “profundamente humana”, ao mesmo tempo professor competente e geógrafo respeitado na Universidade do Brasil e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Raja Gabaglia também prestou serviços à Revolução: afilhado de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas Gerais, foi encarregado de buscar armas neste Estado, para o movimento prestes a eclodir, ajudado na tarefa por Henrique Coelho Neto, também professor do Colégio, já falecido.

Segundo Barros (2009, p.200), pode-se dizer que os diretores Raja Gabaglia e Clóvis Monteiro aderiram ao regime ditatorial, um tanto independente

o primeiro, de bom grado o segundo. Ambos eram de confiança da ditadura, mas Raja Gabaglia não deixou de ter problemas com Capanema e com a polícia política. Em diversos momentos, os diretores teriam se mostrado afinados com alguns pontos caros à ditadura, como o nacionalismo exacerbado, a mobilização dos alunos nas demonstrações massivas da Juventude Brasileira⁷¹, dentre outros. Em todas as oportunidades em que os diretores podiam externar publicamente suas opiniões a respeito do governo, os discursos mostravam-se bem alinhados com a ideologia corrente.

3.4

O Registro dos Professores

Conforme mencionado anteriormente, o decreto n.º. 19.890 de 1931 instituiu o Registro dos Professores. Decretos seguintes promoveram alterações e, finalmente, o decreto n.º. 21.241 de 1932 manteve, naquele momento histórico, o registro de professores.

Tal documento, que devia se processar em condições relativamente simples até que aparecessem os diplomados pela Faculdade de Educação (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), que seriam os futuros e legítimos professores do ciclo ginásial, era considerada condição imprescindível para que um cidadão pudesse lecionar em instituto de ensino secundário, salvo, como não podia deixar de ser, quando a cadeira fosse conquistada através de um concurso.

Atento ao excessivo número de alunos, o Colégio Pedro II foi obrigado a desdobrar em turmas as matrículas de cada série e confiar as turmas excedentes às possibilidades dos catedráticos e aos professores extranumerários, designados pelo próprio Diretor do estabelecimento. Tais professores, de acordo com o disposto no item II, art 51, dec. 21.241, já citado, deviam estar registrados, para que pudessem exercer atividade no magistério. Ginásio algum do Brasil podia admitir

⁷¹ Conforme Horta (2000), a “Juventude Brasileira” foi uma organização criada oficialmente em março de 1940, depois de um longo debate iniciado em 1938 por Francisco Campos e que envolveu, além do então Ministro da Justiça, os Ministros da Educação e da Guerra, além do próprio Presidente Getúlio Vargas.

professores que não estivessem registrados. Nenhuma inspeção seria concedida pelo Ministro a qualquer instituto de ensino (comercial, secundário ou superior) se todo o seu corpo docente não estivesse registrado, exceto os de magistério superior, aos quais a lei concedia a tolerância de um terço. O “Registro do Professor” era legislação e doutrina pacíficas.

Dias (2008) revela as dificuldades envolvidas na institucionalização do registro e na sua obtenção por parte dos professores. A autora mostra como o “Registro Provisório” foi se postergando, na medida em que para a obtenção do “Registro Definitivo” era necessário que os professores portadores do primeiro tipo de registro prestassem exames na Faculdade de Educação Ciências e Letras, que acabou não sendo criada. Segundo Dias (2008, p.33 e 34), por intermédio do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, os professores encaminharam uma proposta ao Ministro Francisco Campos solicitando a concessão de um registro definitivo aos professores que atendessem às condições exigidas para obtenção do registro provisório, dispensando assim, a necessidade dos supracitados exames, exigidos pela legislação. A autora verificou que os prazos para requerimento de registro provisório eram continuamente prorrogados e que a concessão de registros provisórios foi suspensa com a inauguração da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil. No entanto, a autora observa que “em março de 1941, o registro provisório foi reaberto até que fosse estabelecido o registro definitivo. Isto porque, ainda que no Rio de Janeiro não houvesse escassez de licenciados, a situação era diferente em outras regiões do país (DIAS, 2008, p.35)”.

Vejamos a maneira pela qual o Colégio Pedro II cumpria o imperativo da lei referente ao Registro.

Os professores catedráticos, e, portanto, isentos de registro, eram os seguintes: 1) Pinheiro Guimarães; 2) Almeida Lisboa; 3) Escagnolle Doria; 4) José Accioli; 5) Agliberto Xavier; 6) Philadelpho Azevedo; 7) Raja Gabaglia; 8) Lafayette Pereira; 9) Honório Silvestre; 10) Euclides Roxo; 11) Antenor Nascentes; 12) Cecil Thiré; 13) Pedro do Coutto; 14) José Oiticica; 15) Waldemiro Potsch; 16) Othello Reis; 17) Henrique Dodsworth; 18) Delgado de Carvalho; 19) Hahnemmann Guimarães; 20) Quintino do Valle; 21) Mello e

Souza; 22) Jonathas Serrano; 23) George Summer; 24) Haroldo Lisboa da Cunha; 25) Nelson Romero.

Eram professores efetivos, também isentos do registro, os seguintes: 1) Benedicto Raymundo; 2) Enoch da Rocha Lima; 3) Sá Roriz.

Outrossim, eram catedráticos e estavam em disponibilidade no contexto histórico em que o documento consultado foi produzido: 1) Henrique Costa; 2) Oliveira de Menezes; 3) Guilherme de Moura; 4) Cyro Farina.

Também estavam isentos de registro os Docentes Livres: 1) Jacques Raymundo; 2) Clóvis Monteiro; 3) Mozart Monteiro; 4) Hayme Coelho, 5) Mario Naylor; 6) Mecenas Dourado; 7) Figueira de Almeida; 8) Milton Barbosa; 9) Oscar Przewodowski; 10) Jurandyr Paes Leme; 11) Paulo Ferreira; 12) Murillo Araujo; 13) Venâncio Filho.

Ocupavam interinamente cadeiras os seguintes: 1) Jacques Raymundo – Docente Livre, Português (vaga); 2) Gildásio Amado – Química (vaga); 3) Luiz Pinheiro Guimarães – Química (vaga); 4) Clovis Monteiro – docente livre, Português ou Latim (vaga); 5) Francisco Venâncio Filho – Docente Livre, Física (catedrático impedido)⁷²

A razão para que os catedráticos e docentes livres fossem considerados por completo isentos da obrigatoriedade do registro nas cadeiras em que se submeteram às provas de competência, estava no artigo 73, do Decreto 19.890:

“Aos atuais professores e docentes livres de institutos superiores de ensino, oficiais ou equiparados, e bem assim aos atuais professores de estabelecimentos de ensino secundário equiparados, é facultada a inscrição no Registro de Professores em disciplina afins àquelas em que as habilitavam nesses institutos.”

⁷² No relatório consultado, encontrado no CPDOC/FGV, aparece a expressão “(catedrático impedido)” ao lado do nome de Francisco Venâncio Filho, docente-livre de Física e que ocupava a cátedra interinamente. A referida expressão parece ter sido colocada como uma observação, uma vez que Henrique Dodsworth, catedrático efetivo da disciplina e que chegou a se tornar Prefeito do Distrito Federal encontrava-se “impedido” de exercer a função em razão da dedicação à carreira política.

3.4.1

Professores Suplementares

Estes, para exercício do magistério em institutos oficiais ou sob inspeção, estavam sujeitos ao prévio registro na Diretoria Nacional de Educação, em que se converteu o Departamento Nacional de Ensino:

“Fica mantido, no Departamento Nacional de Ensino, o Registro de Professores, destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário federais, equiparados, livres ou sob inspeção preliminar.” (art. 87, dec. N.º. 21.241, de 04/04/1932).

Era verdade que o exigido para consumação desse registro era representado por uma documentação muito precária, quase que ao alcance de quem jamais lidou com causas do ensino e assim inexplicavelmente mantida até aquele momento. Era pouco o exigido, quase nada. Vejamos agora como o Colégio Pedro II fazia cumprir essa exigência, ao admitir elementos para o magistério suplementar. Para maior facilidade de leitura, consideramos preferível a organização dos quadros que se seguem, deixando para o final os comentários que se impõem. Houve a necessidade de repetir nomes nos inclusos quadros porque existiam professores suplementares que lecionavam em diversas disciplinas, podendo-se, então, dar-se o caso de registro em umas e em outras não. Reproduziremos as tabelas fornecidas por Jurandir Lodi⁷³ ao Ministro.

Tabela 2 - Professores Suplementares de Português

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
1	Arthur Torres	Não possui	É antigo no magistério
2	Aurea de Salles Pereira Leite	Não possui	Sem informações
3	Celso Cunha	Não possui	Parece ser menor. É inexperiente

⁷³ FGV, CPDOC. Jurandir Lodi. O Colégio Pedro II, [1940]: GC g 1935.10.18/1, r. 36.

4	Clara Oiticica	Não possui	Sem informações
5	Domingos Ormond	Não possui	É antigo no magistério
6	David José Perez	2.378	Concorreu ao provimento de uma cadeira de Latim no Pedro II. É antigo no magistério
7	Ernani Reis	Não possui	É antigo no magistério
8	Francisco Augusto de La Rocque	3.604	Elemento novo no magistério
9	Gilberto Chockatt de Sá	3.274	Elemento do magistério municipal
10	João Baptista Ferreira Pereira	Não possui	É suplente de juiz
11	José Junqueira Ferreira da Silva	Não possui	É antigo elemento
12	José Alencar Arraes	Não possui	Elemento novo
13	Luiz Carlos de Oliveira	Não possui	Sem informações
14	Mario Martins	386	Há restrições quanto a esse nome
15	Newton da Silva Maia	Não possui	Bom elemento. Está registrado em outras disciplinas
16	Otilia Reis	Não possui	Elemento novo. Está registrado em outras disciplinas
17	Pedro do Coutto Filho	Não possui	É do magistério municipal
18	Petronio Motta	2247	Elemento Novo
19	Pedro Calheiros Bom-fim	Não possui	Elemento Novo
20	Roberto Pompeu Souza Brasil	Não possui	Elemento Novo
21	Renato Firmino Mais Mendonça	1670	Bom elemento.
22	Tristão da Cunha	Não possui	É professor contratado dirigente do ensino de Alemão, deputado estadual em Minas
23	Torquato Vieira de Mesquita	2412	Antigo e Bom elemento
24	Anna da Gloria Santos de Araujo	Não possui	Elemento novo. Está registrado em outras disciplinas
25	Almir Carneiro Mattos Peixoto	Não possui	Inexperiente
26	Alcides Carlos d' Arcanthy	1.359	Bom elemento
27	Calil Cassab	608	Elemento novo
28	Edmundo Silva	Não possui	Elemento novo
29	Francisco Salles Malheiros	2883	Bom elemento
30	Haroldo C. de Oliveira	Não possui	Elemento novo
31	José Maria Leoni	Não possui	Bom Elemento
32	José Lourenço dos Santos	Não possui	Está registrado em outras disciplinas. É do magistério municipal. Falta muito às aulas
33	Maria de Lourdes Nogueira	199	Senhora idosa e cumpridora dos deveres
34	Sylvio Edmundo Silva	3457	Bom elemento
35	Vicente de Paula Reis	325	Bom elemento

Dos 35 professores suplementares que lecionavam Português naquele momento, 13 estavam registrados nessa disciplina na Diretoria Nacional de Educação e 22 deixaram de cumprir essa exigência da lei.

Verificamos ainda, segundo o documento investigado que desses professores, 5 eram mulheres, uma delas já idosa e considerada “cumpridora dos seus deveres”; 8 eram elementos antigos no magistério ou com atuação no magistério público municipal, um deles “faltava muito” e estava registrado em outra disciplina. Outros 13 eram considerados “novos no magistério”, considerados inexperientes ou havia algum tipo de restrição quanto ao nome. Um deles, inclusive, parecia ser menor de idade, conforme a fonte investigada. Destes, considerados elementos novos, encontramos mais 2 nomes que estavam registrados em outras disciplinas. O documento refere-se ainda, a 8 nomes considerados “bons elementos”, um deles também encontrava-se registrado em outras disciplinas. Havia também 1 professor dirigente do ensino de Alemão, que para além da carreira no magistério, era deputado estadual no Estado de Minas Gerais. Não encontramos observações sobre 3 professores.

Tabela 3 - Professores Suplementares de Francês

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
36	Antonio Carneiro Leão	Não possui	O dec. nº 20.883, de 21/12/1931 estabeleceu que o ensino de línguas vivas se faça por meio de professores contratados, dos quais um é o dirigente. Este é o de francês, admitido por ato do Ministro
37	Alvares de Azevedo Macedo	Não possui	Sem informações
38	Maria Las Casas A. e Souza	1491	Bom elemento
39	Nair Quintella	7017	Bom elemento
40	Aimée Ruch	1179	Bom elemento
41	Alice Santour	Não possui	Bom elemento
42	Alexandre Brigole	Não possui	Bom elemento
43	Amália Caminha Machado	2375	Bom elemento
44	Amália Honold	Não possui	Bom elemento
45	Claro Calmon	Não possui	Bom elemento
46	Eva Manuel	Não possui	Bom elemento
47	Felicidade Petit Lopes	Não possui	Bom elemento

48	Gilda de Carvalho	1357	Bom elemento
49	Henrique Lagden	Não possui	Bom elemento
50	João Frederico Lenz Liederauer	3600	Bom elemento
51	Joaquim Maximo de Carvalho Junior	4.849	Bom elemento
52	Laura Sampaio Vianna	5.144	Bom elemento
53	Maria de Lourdes Sá Pereira	?	Bom elemento
54	Madaleine Manuel	4.674	Bom elemento
55	Maria Velloso	Não possui	Bom elemento
56	Maria Souza da Motta Ferreira	Não possui	
57	Maurício José Nerval de Gouveia	Não possui	
58	Mary Lucy Torres Martins	Não possui	
59	Nadir Raja Gabaglia	Não possui	
60	Patrick de Forrey	Não possui	Bom elemento
61	Raul Penido Filho	Não possui	
62	Sylvia Falleti	Não possui	
63	Alfredi Galvão	787	
64	Miguel Arthur Chiarappe	126	Italiano, quase cego, má pronúncia, já dispensado do Gymnasio Vera Cruz por inepto
65	Salomão Capper	?	
66	Clara de Paiva Galvão	547	
67	Elemir Queiroz	Não possui	
68	Edgar Liger Belair	2972	
69	Francisca de Almeida Aguiar	1868	Bom elemento
70	José Alencar Arraes	Não possui	Alunos do Colégio se queixam de suas aulas
71	Hermano Londan	Não possui	
72	Jayme Porto Carrero	6309	
73	Lucia Uchôa Cavalcanti	Não possui	
74	Maria Chermont Costa	Não possui	

Referentes à disciplina Francês havia 39 professores suplementares que a lecionavam pelo método direto, dos quais 15 estavam registrados na referida disciplina e 22 não se registraram. Havia inclusive, dúvidas se o próprio dirigente do ensino contratado pelo Ministro possuía registro. Francês é a disciplina na qual se encontrava o maior número de professoras suplementares, totalizando 21, mesmo número referente àqueles considerados “bons elementos” pelo autor do documento investigado. Encontra-se na mesma relação o nome de uma professora, sobre a qual havia dúvidas quanto ao registro, 1 professor italiano, quase cego,

que possuía uma má pronúncia e já havia sido dispensado de uma outra instituição e, por fim, o nome de um professor que recebia muitas queixas dos alunos referentes às aulas dadas. Não encontramos informações mais precisas sobre 15 dos 39 professores suplementares de Francês.

Tabela 4 - Professores Suplementares de Inglês

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
75	Oswaldo Serpa	?	O dec. nº 20.883, de 21/12/1931 estabeleceu que o ensino de línguas vivas se faz por meio de professores contratados, dos quais um é o dirigente. Este é o de Inglês, admitido por ato do Ministro
76	Alda Drummond	4.868	
77	Candelaria Lima Mendes	Não possui	
78	Clemente Capper	Não possui	
79	Christiano Franco	Não possui	Bom elemento
80	Carlos Ramos	815	Bom elemento
81	Diva Alves Pinto	1332	
82	Daniel do Carmo	412	
83	Douglas Watson	Não possui	Bom elemento
84	Guimar Saraiva	476	Bom elemento
85	José Silvano Bueno	6283	
86	José Domingos Santos Junior	905	
87	José Fernando	Não possui	
88	Maria Pinheiro Guimarães	Não possui	Bom elemento
89	Melissa Hull	Não possui	Bom elemento
90	Mary Mandin	Não possui	
91	Manuel Fialho da Motta	1445	
92	Maria dos Reis Campos	1229	Bom elemento
93	Paulo Cesar Machado Silva	Não possui	Bom elemento
94	Paulo Sarmiento Soares	Não possui	
95	Richard J. Euke	141	
96	Sebastião Angelico de Souza	107	
97	Sidronia C. Guimarães	Não possui	
98	Vicente de Miranda Reis	2332	
99	Walter Luiz Balmann	4380	
100	Eridéa de Barros	Não possui	
101	Hermano Londan	Não possui	

102	Heinch von Wieser	Não possui	
103	Oswaldo Carlos Ferrão	Não possui	
104	Altamiro de Castro	401	
105	Eduardo Leite	Não possui	
106	Vicente Paulo Siffert Silva	Não possui	

Com relação aos 32 professores suplementares de Inglês, que lecionavam pelo método direto, 14 eram registrados na forma da lei e 17 deixaram de cumprir essa exigência. Havia dúvidas acerca do professor dirigente, contratado pelo Ministro. Essa disciplina também contava com algumas professoras, totalizando 11. Dos 32 nomes, 8 eram considerados “bons elementos” e em outros 23 casos, não foi possível encontrar observações mais detalhadas sobre suas trajetórias.

Tabela 5 - Professores Suplementares Latim

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
107	Jorge Delaura Meyer	Não possui	Bom elemento
108	Roberto Bandeira Accioli	1876	Bom elemento
109	Agenor Francisco de Macedo	7298	Bom elemento
110	José de Aquino (padre)	Não possui	Acerca deste nome, houve séria reclamação dos alunos que alegaram incompetência, até pela imprensa.
111	Oscar Cunha	Não possui	Bom elemento

No que diz respeito à disciplina Latim, dos 5 professores suplementares, apenas 2 se encontravam registrados. Desses 5 nomes, 4 eram considerados “bons elementos” e 1, que era Padre, sofria reclamações dos alunos, que alegavam incompetência e utilizaram veículos da imprensa para manifestar tais críticas.

Tabela 6 - Professores Suplementares de Matemática

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
112	Adalberto Cumplido de Sant'Anna	1.182	

113	Antonio Moreira	Não possui	
114	Danton do Coutto	2.335	Bom elemento
115	Gaspar S. M. Rodrigues Pereira	Não possui	Más informações
116	Henrique Saule	Não possui	Más informações
117	Haroldo Cecil Pollard	Não possui	
118	Irineu de Freitas	?	Bom elemento
119	João de Lamare S. Paulo	Não possui	Bom elemento. É preparador de Cosmografia
120	Julio Cesar de Mello Souza	Não possui	Bom elemento
121	Mario de Castro Cunha	Não possui	Bom elemento
122	Octavio Castro	?	Bom elemento
123	Paulo Franklin Ribeiro Mendes Vianna	3.391	
124	José Carlos de Mello e Souza	7.800	Bom elemento
125	Amado Menna Barreto	Não possui	Bom elemento
126	Ernesto de Arruda Mello	152	
127	José Joaquim Cosme Pinto	3.813	
128	Luiz Vieira de Castro	Não possui	
129	Mario Marcondes Calazans	Não possui	
130	Murillo Braga	Não possui	
131	Victor Carlos da Silva	7.098	Competente como professor. Más informações

Lecionavam Matemática 20 professores suplementares. Desses, 7 cumpriram as exigências da lei, registrando-se. Outros 11 não estavam registrados e de 2 não foram colhidos dados que permitissem afirmativa. Eram considerados “bons elementos” 8 professores, 1 deles era também Preparador da cadeira de Cosmografia. Em 3 casos foram observadas “más informações”, que não foram descritas, mas num desses casos há o nome de um professor considerado “competente” pelo autor do relatório investigado. Não foi possível fazer observações mais detalhadas sobre 9 dos 32 professores suplementares da Matemática.

Tabela 7 – Professores Suplementares de Geografia

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
132	Anna O. Porto Carrero	Não possui	

133	Carlos Domingues	Não possui	
134	David Penna Aarão Reis	2236	Bom elemento
135	Fernando Segismundo Esteves	Não possui	Recem-egresso do próprio Colégio, é aluno de Geografia da universidade do Distrito Federal, cadeira que funciona no Pedro II
136	Hugo Segadas Vianna	7454	Idem, idem.
137	Heraldo Filgueiras	Não possui	É capitão do Exército
138	João Raja Gabaglia	Não possui	Bom elemento. É preparador dessa cadeira, de que seu irmão é catedrático.
139	José Candido Sampaio Lacerda	8172	
140	Joaquim Murillo Silveira	Não possui	
141	José Bartholo Silva	Não possui	
142	Miguel Angelo Dantas Seve	485	Bom elemento
143	Nadir Raja Gabaglia	Não possui	
144	Oscar Tenono	Não possui	
145	Odilon Motta Athayde Fortinho	2.560	Bom elemento
146	Emmanuel Chrispiniano Reis Martins	7.567	
147	Eurico Figueiredo Costa	Não possui	
148	Francisco de Souza Brasil	Não possui	
149	Joel Quaresma de Moreira	Não possui	Recém-saído do próprio Colégio. É inexperiente.
150	Pedro Pereira da Cunha	Não possui	É antigo elemento

Dos 19 professores que lecionavam turmas suplementares de Geografia, 6 se encontravam registrados e 13 não. Dentre esses nomes, constatamos a presença de 2 professoras. Foram considerados “bons elementos” 4 nomes, um deles era Preparador da cadeira e irmão de Fernando Antonio Raja Gabaglia, então Diretor do Externato do Colégio Pedro II e catedrático da referida disciplina. Nadir Raja Gabaglia, nome presente na lista de Francês e que também possuía grau de parentesco com os nomes supracitados, também está presente na lista de Geografia. Outros 3 nomes eram recém-egressos do próprio Colégio, alunos de Geografia da Universidade do Distrito Federal, cadeira que funcionava no Colégio, entretanto, foi considerado “inexperiente” apenas 1 desses nomes. Havia ainda, 1 professor que também seguia carreira militar e 1 professor considerado

“antigo elemento”. Em 10 casos não foi possível encontrar maiores informações sobre o perfil profissional.

Tabela 8 – Professores Suplementares de Desenho

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
151	Elysio Dantas	Não possui	
152	José Saboia Barbosa	Não possui	
153	João Ribeiro Filho	Não possui	Falta muito
154	Orlando Alvarenga Gaudio	Não possui	
155	Rubens Porto	Não possui	
156	Umbelino Pereira Martins	2279	
157	Aldary Toledo	Não possui	
158	Amelio Dias de Mottaes	10	
159	Claudionor Teixeira Braga	Não possui	
160	Moacyr Paranhos Barbosa	Não possui	
161	Walfrido Freire	Não possui	Bom elemento

Com relação aos 11 professores suplementares de Desenho, somente dois se encontravam registrados. Havia outras turmas de Desenho que foram confiadas a docentes livres. Apenas 1 era considerado “bom elemento” e outro “faltava muito”. Sobre os outros 9 nomes não foi possível encontrar informações mais detalhadas.

Tabela 9– Professores Suplementares de Química

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
162	Arlindo Froes	?	Bom elemento. É o preparador da cadeira
163	Alcides Jardim	?	
164	Argemiro Pinto	?	Já foi inabilitado em dois concursos, a que se submeteu
165	Gildásio Amado	?	Ocupa interinamente a cadeira do Internato. Nomeado pelo Governo.
166	Pinheiro Guimarães	?	Idem, no Externato.
167	Maria da Glória Moss	?	
168	Vinicius Ferreira Chaves	?	

169	Jorge Kubrusly	?	
-----	----------------	---	--

Não foram colhidos dados que conduzissem a afirmativas quanto ao registro, no que diz respeito aos 8 professores suplementares de Química. Sabemos apenas que havia 1 professora, que teria sido a primeira mulher a lecionar no Colégio; 2 professores que ocupavam a cátedra interinamente, sendo um deles o Professor Gildásio Amado, que se torna catedrático da referida disciplina em 1940 e em 1947 é designado para a diretoria do Internato do Colégio Pedro II, assumindo em 27 de fevereiro do mesmo ano e permanecendo no cargo até 1956; 1 professor considerado “bom elemento” que também era Preparador da cadeira; e outro que havia sido considerado inabilitado em dois concursos a que se submeteu. Encontramos também, nos documentos consultados no CPDOC/FGV, indícios das dificuldades que os professores do curso complementar, principalmente os de Química enfrentavam:

“Só a inconsciência poderá afirmar que o laboratório de Química, por exemplo, satisfaz a exigência da lei (“... estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais...”) ou do ensino. E o Colégio Pedro II não dá trabalhos práticos, como devia dar, porque não pode dar: não tem com que. E é de lamentar, porque o corpo docente do complementar, se quiser trabalhar, é bom.”

Após essa observação, o autor dos documentos (Jurandyr Lodi) enumera uma relação de 31 professores do curso complementar, afirmando que “de parte de ligeiras exceções, o corpo docente é ótimo”. Entretanto, o delator questiona o que adiantaria ter um corpo docente assim considerado, se, por outro lado, era constituído quase todo de professores sobrecarregados de outras aulas, que não podiam se dedicar à parte prática. A questão dos trabalhos em laboratórios era considerada preocupante, diante da sua importância, do seu “enorme” alcance didático.

Tabela 10 – Professores Suplementares de Ciências Físicas e Naturais

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
170	Ary Menezes	Não possui	É um aprendiz
171	Cleto Seabra Velloso	Não possui	Recente no magistério
172	Francisco Valles de Freitas Lima	2.984	
173	José Gerardo de Lamare S. Paulo	7.575	Há más informações. É advogado. Dele se diz que somente dá aulas com livro aberto, para leitura continuada. É inexperiente.
174	José Oiticica Filho	Não possui	É ainda estudante.
175	José Rangel	Não possui	Aposentado como funcionário em Minas.
176	Maria Luiza de Villamor Amaral	3943	Recente no magistério
177	Nilda Bethlem Arrêas	Não possui	Casada com militar, está em Mato Grosso. Substituída pelo seguinte, que é seu irmão.
178	Newton Bethlem	Não possui	É quase uma criança. Substitui a irmã. Inexperiente.
179	Waldir Sergio Ferreira	Não possui	
180	Affonso Aranha Parga Nina	2682	É oficial da Armada.
181	Frederico Castro Menezes	1850	Elemento antigo.
182	Miguel de Azevedo	Não possui	
183	Maciel Pinheiro	Não possui	
184	Odilon Rocha e Souza	Não possui	
185	Renato Franco	Não possui	

No que diz respeito aos professores de Ciências Físicas e Naturais, 16 suplementares lecionavam turmas extranumerárias. Desses, somente 5 estavam registrados nessa disciplina. Pelo seu grande significado na vida estudantil, esta era considerada uma das mais importantes cadeiras do currículo naquela época, entretanto, era a que mais sofria com a falta de estrutura: não possuía sala própria, não tinha laboratórios, nada. “Era doloroso”, segundo Jurandyr Lodi, redator do documento. Dentre os suplementares desta disciplina, atuavam 2 professoras. Embora contasse com 1 professor que ainda estava na condição de “aprendiz” e outro na condição de “estudante”, é para outros 2 nomes que se destina a qualificação de “inexperientes”, um deles era considerado “quase uma criança” e substituída a irmã, que era casada com um Militar e encontrava-se no Estado do

Mato Grosso. Sobre o outro, havia “más informações”, parece que se tratava de um professor que se prendia ao livro didático e a leitura continuada era recorrente em suas aulas. Havia ainda, 1 professor aposentado, 1 “elemento antigo” e um militar, enquanto para outros 6 nomes não foram encontradas observações ou detalhes sobre suas trajetórias ou perfil profissional.

Tabela 11 – Professores Suplementares de História Natural

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
186	Antonio Peryassú	Não possui	É de Manguinhos
187	Demetrio Peryassú	Não possui	
188	Ernesto Paiva Marreca	7.142	É o preparador da cadeira. Bom elemento
189	João Carlos Restier Backheuser	6.363	Elemento novo
190	Adhemar Aderbal da Costa	2.139	Elemento novo
191	José Curvello de Mendonça	661	Elemento antigo e bom

Somente 2, dos 6 professores suplementares de História Natural não estavam registrados. Os dois Peryassú eram médicos. Antonio, o pai, era do Instituto Oswaldo Cruz. Consta ainda, sobre um dos irmãos, a informação de que era da região de Manguinhos. A relação de suplementares contava ainda com o Preparador da cadeira, 2 nomes considerados “bons elementos”, um deles também classificado como “antigo” e mais 2 nomes qualificados como “elementos novos”.

Tabela 12 – Professores Suplementares de História da Civilização

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
192	Eremildo Vianna	Não possui	É aluno da Universidade da Prefeitura. É novo.
193	Fernando Segismundo Esteves	Não possui	Idem, idem.
194	Guy José Paulo de Hollanda	7.332	Idem, idem.
195	Heitor Pereira	11	É antigo.

196	Julio Esnaty	Não possui	
197	Marcos Baptista dos Santos	96	É antigo.
198	Odilon Portinho	?	Idem
199	Pedro do Coutto Filho	Não possui	
200	Roberto Bandeira Accioli	1876	Antigo e bom elemento
201	Roberto Freire Seidl	85	Antigo
202	Wanda de Mattos Cardoso	4673	
203	Sidney Suzanno de França Miranda	5077	
204	Zuleide Cesar Burlamaqui	Não possui	
205	Alfredo d'Escragnolle Taunay	Não possui	Elemento novo
206	Clemenceau de Azevedo Marques	Não possui	Estudante de Direito
207	Dunshe de Abranches	Não possui	
208	Ernesto Silva	Não possui	É estudante
209	Geraldo Sampaio de Souza	Não possui	
210	Octavio Canejo	106	

Dos 19 professores suplementares de História da Civilização, 7 se encontravam registrados. Havia dúvidas quanto a um. Outros 11 não estavam registrados na disciplina que lecionavam. Havia incertezas sobre um nome, no que diz respeito ao registro. Encontramos 2 professoras na listagem suplementar da disciplina. Podemos destacar que 3 professores eram alunos da antiga Universidade da Prefeitura e eram considerados “novos”, enquanto outros 5 eram considerados “antigos”, dentre eles 1 também classificado como “bom elemento” pelo autor do relatório. Constatamos ainda, dentre os professores da disciplina, e existência de 2 estudantes e 1 nome considerado “elemento novo”. Para 8 nomes não foi possível encontrar informações.

Tabela 13 – Professores Suplementares de Física

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
211	João de Lamare S. Paulo	Não possui	É preparador de Cosmografia.
212	Walter Cardim	Não possui	É o preparador da cadeira. Ótimo elemento. Processo de registro em curso.
213	Affonso Aranha Parga Nina	2.682	É oficial da Armada.

214	Edmundo Brabosa Vianna	Não possui	Estudante de Medicina.
215	Henrique Feio Galvão	Não possui	É preparador
216	Luiz de Castro Dodsworth Martins	Não possui	
217	Mario de Souza	Não possui	
218	Theodomiro Rothier Duarte	1.284	

Havia ainda, 8 professores suplementares de Física, dos quais 1 estava com o processo de registro em curso, 2 estavam registrados na disciplina e 5 a lecionavam independentes da formalidade legal. Constatamos que 3 nomes se enquadravam também na categoria de Preparadores, sendo 1 da cadeira, também classificado como “ótimo elemento”, 1 de Cosmografia e um terceiro, cuja especificação não foi detalhada na fonte investigada. Constam também os nomes de 1 militar e de um estudante de medicina na relação de suplementares de Física, enquanto não encontramos aspectos identitários mais detalhados de outros 3 nomes, embora um deles tivesse o sobrenome “Dodsworth”, que pode indicar grau de parentesco com o substituto em 1924, que se torna catedrático de Física em 1925, ex-diretor do Externato e político, Henrique de Toledo Dodsworth Filho e que, segundo Barros (2009, p.192), era amigo de Vargas no contexto das comemorações do centenário do Colégio.

Tabela 14 – Professores Suplementares de Cosmografia

Nº	Nomes	Nº de Registro no DNE	Observações
219	João de Lamare São Paulo	Não possui	É o preparador da cadeira

Apenas um professor de Cosmografia lecionava turma extranumerária. Era oficial da Armada, Preparador da cadeira e não estava registrado na disciplina. Era também professor suplementar de Física e em observações anteriores, considerado “bom elemento”. João de Lamare São Paulo provavelmente tinha grau de parentesco com José Gerardo de Lamare São Paulo, professor suplementar de Ciências Físicas e Naturais, criticado por dar aulas com o livro aberto e considerado inexperiente.

Causou estranhamento o fato de não termos encontrado nas listagens de professores suplementares produzidas para verificação daqueles que possuíam o “Registro de Professores”, nomes de professores suplementares de Sociologia. Esse fato pode ser indicador de que o então Professor Catedrático, Delgado de Carvalho, tenha sido o único professor a ministrar as aulas de Sociologia do curso complementar nos anos 1930. Entretanto, essa hipótese merece ser melhor investigada, uma vez que nesse período a Sociologia ganha força ao figurar nos cursos complementares do ensino secundário com maior carga horária e o Colégio Pedro II aumenta progressivamente o número de matrículas (conforme **ANEXO 9**), o que leva à necessidade de ampliação do seu quadro docente. No que se refere às outras disciplinas, tal fato levou à contratação de professores suplementares, consequentemente a possibilidade dos alunos terem oportunidade de ter aulas com os catedráticos diminuía consideravelmente. Jurandyr Lodi alertou em seu relatório para a possibilidade de, dentre os professores suplementares listados, existirem elementos que estivessem aquém dos próprios alunos em termos de conhecimento.

Entre os professores listados, conforme observado, não foram computados os professores catedráticos e docentes livres, mesmo quando lecionavam turmas extranumerárias de outras disciplinas. Foi possível constatar, assim, que com relação aos professores suplementares do Colégio Pedro II, que totalizavam 219⁷⁴, mais da metade não possuíam o registro naquela época, ou seja, 127 professores. Outros 77 se encontravam registrados, enquanto o relator da fonte analisada não soube informar a situação de 15 professores com relação ao registro. Catedráticos e docentes livres, que totalizavam 50 eram isentos por lei, de se registrarem. No mesmo documento, é reforçada a competência dos professores catedráticos:

“Corpo Docente de primeiríssima água, escol brilhantíssimo, não há cátedra do Colégio Pedro II ocupada por quem não seja, incontestavelmente um mestre, na legítima acepção do termo. Plêiade luminosa, para honra da cultura nacional.”

⁷⁴ Massunaga (1989) e Dias (2008) contabilizaram 218 professores suplementares. Tal diferença se deve ao fato de que enquanto as autoras contabilizaram 4 professores de Latim, verificamos a existência de 5 nomes, conforme tabela 20.

Observamos também, uma grande quantidade de professores, considerada “inexplicável” pelo autor do documento encontrado, mas indispensável para ocupar a atenção dos milhares de alunos matriculados no Colégio Pedro II naquela época. Tratava-se de uma situação que apresentava diversos aspectos considerados “muito graves” por Jurandyr Lodi, para os quais era indispensável a atenção da administração, principalmente pelo fato de os professores suplementares serem selecionados por indicação dos diretores do Colégio.

Algumas fontes encontradas, embora em condições muito precárias, também fornecem dados importantes sobre a situação dos professores no contexto de implementação do Estado Novo. Em cartas encontradas no CPDOC/FGV, produzidas em 1937 e enviadas a Gustavo Capanema, Conceição Jardim aconselhou calma na resolução do que chamou de “problema dos professores do Colégio Pedro II”, abordou também as “injustiças” que sofreu quando da disputa da cadeira de Francês, para a qual foi preterida e comentava o jogo político que girava em torno das contratações. São duas cartas, uma delas escrita em francês, pouco legíveis, mas parece que a postulante à cadeira de Francês aborda um quadro no qual mais de 100 professores do Colégio haviam sido demitidos.

Apesar da lei de nº 378, de 13 de janeiro de 1937, manter o Colégio Pedro II como “estabelecimento padrão do ensino secundário, fundamental e complementar”, a instituição passou por mudanças devido à implantação do Estado Novo, quando a Educação passa a ser compreendida como “instrumento de Estado” devendo ficar a “serviço da nação” (Massunaga, 1989, p. 135).

Segundo o Anuário de volume X, comemorativo do 1º Centenário do Colégio Pedro II, referente aos anos de 1937 e 1938, o ensino secundário era considerado um assunto delicado e que exigia do Governo Federal “ação esclarecida e enérgica”. Desde longa data até o contexto histórico em que o anuário comemorativo foi redigido, o ensino secundário era considerado “meramente como ensino de preparatórios”. Entendia-se que a escola secundária não possuía uma finalidade em si mesma. Era simplesmente o trânsito e a formalidade para o ingresso no ensino superior. A legislação atual naquela época conferia-lhe o seu caráter de ensino educativo, com objetivos próprios, destinado essencialmente à formação da personalidade e à preparação para a vida. E se uma

ressalva devia ser feita, era a que dizia respeito à ausência de definição do tipo de vida para qual este ensino pretendia preparar o aluno.

Quanto à legislação, portanto, o que cabia ao Governo Federal, ao ensejo da próxima elaboração do Código da Educação Nacional era, “tendo em mira o serviço da Nação, definir o ensino secundário como ensino educativo, formador da personalidade física, moral e intelectual do adolescente”. Cabia-lhe ainda, fixado o período escolar de sete anos continuados, acentuar o caráter cultural do ensino secundário, de modo que ele se tornasse verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país. Para isso, era considerado necessário “excluir toda a preocupação de enciclopedismo”, que era de “natureza estéril”, para que os “sólidos” estudos das humanidades clássicas tomassem o primeiro lugar no programa do ensino secundário.

No que concernia à administração do ensino secundário, o Governo Federal faria sentir a sua ação de maneiras diferentes. Em primeiro lugar, manteria o Colégio Pedro II, como estabelecimento padrão, pois esta era considerada “sua finalidade secular”. Para que o Colégio exercesse realmente este papel de modelo, não apenas para os estabelecimentos de uma cidade, mas de modo que a educação ministrada por ele fosse “da mais alta qualidade” em tudo. Conforme o Anuário investigado, o Governo Federal já havia iniciado essa reorganização. Foi constituída uma comissão de professores para formular os seus programas. Ficou estabelecido que a primeira tarefa a ser executada era a reunião do Internato e do Externato num só local, num bloco único de edifícios, com instalações completas e adequadas ao que era considerado uma educação secundária “perfeita”. O terreno foi logo escolhido e teve preparado seu projeto arquitetônico, cuja construção estava prevista para o início de 1938. Em segundo lugar, o Governo Federal atuaria, relativamente aos colégios mantidos pelos Estados, pelos Municípios, e pelas instituições particulares, já tornando cada vez mais “rigorosas as condições de reconhecimento”, exercendo sobre os estabelecimentos reconhecidos uma “escrupulosa fiscalização”, a qual devia passar a ser processada com a finalidade de orientação pedagógica e não como mera política burocrática, concedendo para o desenvolvimento da educação secundária, auxílios financeiros, na medida de suas possibilidades.

A “Preparação dos Professores”, também era uma questão importante e que merecia destaque:

“Leis sapientes, instalações primorosas, alunos devotados, tudo isto, que é tão necessário à obra educativa, não produzirá os efeitos esperados, se o professor for incapaz ou desidiioso. É do mau professor principalmente que vem o mau ensino”. (ANUÁRIO N° X, p.55)

Assim, a primeira medida a ser tomada para a organização de um grande programa de realizações educacionais era instituir os cursos e montar os estabelecimentos necessários à formação moral e técnica dos professores. Os poderes públicos deviam multiplicar o número de escolas destinadas à formação dos quadros de professores. Esta necessidade era sobretudo imperiosa, no que dizia respeito não só à formação de professores para o ensino primário, mas também para o ensino secundário, profissional e de todos os ramos e graus. O Governo Federal, nesta matéria, atuaria, antes do mais, fundando e mantendo estabelecimentos especiais de preparação do magistério. Era nesse sentido em que estava em vias de organização a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, parte componente da Universidade do Brasil, e que teria como uma de suas funções formar professores para o ensino secundário. Nos principais liceus federais, seriam organizados cursos destinados à preparação de mestres para as diferentes modalidades do ensino profissional. Tanto num como em outro caso, verificava-se a necessidade de se contratar “apreciável número de professores estrangeiros”, que viessem de início, formar o corpo docente dos novos estabelecimentos. O Governo Federal não ficaria indiferente perante as escolas de professores, organizadas pelos poderes públicos locais e pelos particulares. Procuraria cooperar, na medida de suas possibilidades, para que elas se desenvolvessem e tivessem “a maior eficiência”.

Em março de 1938, em razão da lei sobre acumulações, um grupo de professores formado por Hahnemann Guimarães, Philadelpho Azevedo, Julio Nogueira, Henrique Costa, Carneiro Leão, Oswaldo Serpa e de Lamare São Paulo, deixa o Colégio. Pedro do Coutto propôs um “voto de saudades” pela saída desses

professores, incluindo Benedito Raymundo ao grupo. Nesse mesmo ano, o Colégio perdeu Figueira de Mello, Guilherme de Moura e José Accioli. Sobre este último, com mais de três décadas de serviços prestados ao Colégio, foi proposto pela Congregação, através de dezesseis membros, que fosse dado seu nome à uma sala, o que foi aprovado de forma unânime e cumprido imediatamente. Membros foram designados para visitar as famílias dos professores falecidos e prestar pêsames em nome da Congregação.

Em 19 de outubro de 1938 foi dado o nome de vários professores à salas do Colégio, como Carlos de Laet, Arthur Thiré, Eugênio de Barros Raja Gabaglia, dentre outros. Por ocasião dos debates sobre a inauguração da Sala Eugênio de Barros Raja Gabaglia, João Baptista de Mello e Souza recordou na reunião o “apoio considerável” que recebeu de Raja Gabaglia porque somente assim conseguiu que fossem alunos do Internato, de maneira gratuita, seus três irmãos. Foi proposto também a instituição de uma sala onde figurassem os retratos dos professores que tinham feito parte da Congregação.

Na reunião de 24 de novembro de 1938 foi lida e assinada por vinte professores uma proposta em que são reconhecidos os serviços prestados por Vargas e Capanema em favor do ensino público, portanto, devia ser conferido o título de Bacharel em Ciências e Letras “honoris causa”, pelo Colégio Pedro II, ao presidente da República e ao Ministro da Educação e Saúde, o que foi aprovado sob aplausos. Nessa mesma ocasião, uma turma de alunos encaminhou à Congregação uma petição para que fosse dado o nome de Pedro do Coutto a uma das salas do Colégio. Oliveira de Menezes pediu que o requerimento fosse aprovado. Almeida Lisboa entendia que essas homenagens só deviam ser prestadas aos que se retiravam do magistério ou que falecessem depois de prestarem serviços ao ensino público, mas que votaria a favor do requerimento, fazendo uma exceção a Pedro do Coutto. George Sumner pensava de modo idêntico a Almeida Lisboa. Mello e Souza disse não ter havido exemplo de homenagem igual, até então prestada pelo Colégio e que votaria contra, pois criaria precedentes e outros também seriam merecedores da homenagem. Antenor Nascentes declarou votar todas as homenagens que aparecessem na Congregação, desde que não fossem para si. Julio Barata, em nome dos interinos, declarou que

os membros votavam, por exceção, já que se tratava de Pedro do Coutto. Outros Professores se retiraram do recinto na hora da votação, como Lafayette Pereira, Cecil Thiré, Mello e Souza e Enoch da Rocha Lima. A proposta obteve os votos dos que se conservaram no recinto⁷⁵.

Antes de passarmos ao capítulo seguinte, referente ao período dos anos 1940, cabe ressaltar ainda, que o Decreto nº 2.707, de 31 de Maio de 1938 declarou extintos dois cargos excedentes de professor catedrático, padrão "L" do Internato do Colégio Pedro II, por se encontrarem vagos. Essa rubrica devia ser aproveitada, dentro da verba global do respectivo orçamento, para o preenchimento de cargos vagos “de professor catedrático do padrão "K", do mesmo Internato do referido quadro, de acordo com as lotações especificadas nas tabelas anexas à Lei n.º 284, de 28 do outubro de 1936”. Através desse decreto, podemos perceber, mais uma vez, a dificuldade do Colégio em ter suas cadeiras devidamente preenchidas, bem como a existência de um “plano de carreira” indicado em tabelas de um decreto anterior. Embora não tenha sido possível indicar quais professores se enquadravam em determinado “padrão de vencimentos”, confirmamos que a Lei n.º 284, de 28 do outubro de 1936 reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União. Trata-se de uma lei que adotou o princípio geral de formação de carreiras para os funcionários civis federais. As carreiras integravam, em cada Ministério, os novos quadros do funcionalismo, os quais eram excetuados os da Secretaria da Presidência da República, do Conselho Federal, do Serviço Público Civil, da Secretaria da Câmara dos Deputados e da Secretaria do Senado Federal. No caso do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Quadro I compreendia o Colégio Pedro II (Internato e Externato), Secretaria de Estado, Instituto Benjamin Constant, Instituto Nacional de Surdos Mudos, Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Bellas Artes, Instituto Nacional de Música, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Nacional de Química, Superintendência do Ensino Industrial, Escola Normal de Artes e Offícios "Wenceslau Braz", Museu Histórico, Casa de Ruy Barbosa, Museu Nacional, Observatório Nacional,

⁷⁵ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

Biblioteca Nacional, Serviço de Inspeção do Ensino, Instituto Oswaldo Cruz, dentre outras. Foram adotados os seguintes padrões de vencimentos para os funcionários públicos civis:

Tabela 15 - Vencimentos para funcionários públicos civis em 1936

Referência	Vencimentos Anuais	Vencimentos Mensais	Aumentos com as promoções
X	90:000\$000	7:500\$000	
V	84:000\$000	7:000\$000	
U	78:000\$000	6:500\$000	
T	72:000\$000	6:000\$000	
S	66:000\$000	5:500\$000	
R	60:000\$000	5:000\$000	
Q	54:000\$000	4:500\$000	
P	48:000\$000	4:000\$000	
O	42:000\$000	3:500\$000	
N	37:200\$000	3:100\$000	
M	32:400\$000	2:700\$000	400\$000
L	27:600\$000	2:300\$000	400\$000
K	22:800\$000	1:900\$000	400\$000
J	18:000\$000	1:500\$000	400\$000
I	15:600\$000	1:300\$000	200\$000
H	13:200\$000	1:100\$000	200\$000
G	10:800\$000	900\$000	200\$000
F	8:400\$000	700\$000	200\$000
E	7:200\$000	600\$000	100\$000
D	6:000\$000	500\$000	100\$000
C	4:800\$000	400\$000	100\$000
B	3:600\$000	300\$000	100\$000
A	2:400\$000	200\$000	

4

Os Professores do Colégio Pedro II (1940-1945)

Neste capítulo abordamos e analisamos as mudanças na legislação sobre o ensino secundário e sobre o corpo docente do Colégio Pedro II na primeira metade dos anos 1940. Com base em documentos encontrados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), considerados sigilosos na época, apresentamos uma outra versão para a situação em que se encontrava o Colégio Pedro II, principalmente no que diz respeito ao seu corpo docente. Trata-se de um quadro considerado “caótico” no Colégio Pedro II, que vai de encontro às noções de “ordem”, “excelência” e de “padrão” construídas historicamente por professores, alunos e funcionários. Como nos capítulos anteriores, identificamos os professores, as categorias em que se enquadravam e, com base na análise de relatórios e atas de reuniões da Congregação, investigamos aspectos de suas identidades profissionais.

4.1

As Mudanças na Legislação no Início dos Anos 1940

Em 8 de Março de 1940, o Decreto-Lei nº 2.075 promoveu novas mudanças que impactaram o Colégio Pedro II, uma vez que abordava a regência de turmas suplementares nos estabelecimentos federais de ensino superior e secundário, dentre outras providências. Com o Decreto, tanto os diretores dos estabelecimentos federais de ensino superior, quanto os do ensino secundário, passaram obrigatoriamente a propor ao Ministro da Educação e Saúde, no decurso dos vinte dias anteriores ao início do primeiro período letivo, o trabalho que cada professor catedrático deveria realizar no ano escolar. Em tal proposta devia constar o nome do professor catedrático, o padrão de seu vencimento, a disciplina que ensinava e o número de alunos das turmas que ía lecionar. Caso o Ministro da

Educação e Saúde considerasse a regularidade da proposta, era conferida a aprovação da mesma.

O professor catedrático era obrigado a ministrar doze aulas por semana, conforme estabelecido nos horários. Caso a disciplina não comportasse doze aulas por semana, o professor catedrático devia desenvolver outros trabalhos escolares, relativos à mesma disciplina, com a finalidade de completar o referido período semanal de serviço indicado.

A fixação do número de alunos de cada turma dependia da natureza da disciplina ensinada e do limite das instalações existentes. Os alunos excedentes constituíam turmas suplementares. Se desses alunos não fosse possível a formação de metade de uma turma, então eles eram distribuídos pelas turmas constituídas, conforme estipulado no Decreto.

A regência das turmas suplementares podia caber, se o Ministro da Educação e Saúde autorizasse previamente, ao professor catedrático da disciplina, até o limite de doze aulas por semana. As turmas suplementares não regidas pelo professor catedrático cabiam a professores auxiliares, que eram admitidos como extranumerários contratados, conforme a lei em vigor.

Os professores auxiliares eram escolhidos entre os docentes livres da disciplina. Não os havendo, deviam ser admitidas outras pessoas, que se mostrassem habilitadas. Os professores auxiliares que não fossem docentes livres deviam ser admitidos mediante prova de habilitação. O trabalho dos professores auxiliares era coordenado, orientado e fiscalizado pelo professor catedrático da disciplina. Quando havia mais de um professor catedrático para a mesma disciplina, o encargo tinha que ser distribuído entre eles.

Os professores catedráticos passaram a receber a gratificação de 30\$0 (trinta mil réis) por aula ministrada em turmas suplementares, fazendo-se o pagamento mensalmente, em conformidade com os horários. As faltas deviam ser sempre descontadas. Os professores auxiliares recebiam, durante todo o ano escolar, o salário mensal fixado no respectivo contrato, tomando-se como base da fixação o número de aulas semanais que deviam dar, também em conformidade dos horários. Para efeito dessa fixação, as aulas eram pagas à razão de 30\$0 (trinta mil réis) e se considerava cada mês constituído de quatro semanas e meia, sempre

descontando as faltas. Nos períodos de exames e de férias, os professores auxiliares não podiam receber mensalmente salário maior do que o vencimento dos professores catedráticos. Os trabalhos concernentes a exames eram considerados, conforme o Decreto, obrigação normal dos professores catedráticos e dos professores auxiliares, e não tinham remuneração especial, até o limite de quatro horas diárias. Excedido este limite, aos professores catedráticos e aos professores auxiliares podiam ser abonadas gratificações por serviço extraordinário, conforme a lei. Os contratos vigoravam por um ano, a partir de 15 de março, e neles eram determinadas as condições de trabalho a que ficaram obrigados os professores auxiliares. Os professores catedráticos e os professores auxiliares não podiam dar mais de quatro aulas por dia. Se fosse o professor auxiliar nomeado internamente para o cargo de professor catedrático, tinha o seu contrato automaticamente rescindido a partir da data em que entrasse em exercício.

Era atribuição do diretor de cada estabelecimento distribuir os alunos pelos professores catedráticos e professores auxiliares, respeitadas sempre que possível a preferência daqueles com relação a estes. No ano de 1940, a admissão dos professores auxiliares que não fossem docentes livres se dava mediante a apresentação de títulos.

Já o Decreto-Lei nº 2.924, de 30 de dezembro de 1940, determinou que o que estava disposto no Decreto-Lei n. 2779, de 12 de novembro de 1940, que abordava a realização de concursos no ensino superior, aplicava-se também aos estabelecimentos de ensino secundário. Assim, a Congregação do Colégio Pedro II, bem como as dos demais estabelecimentos de ensino secundário que não dispusessem de dois terços de professores catedráticos efetivos, devia indicar professores catedráticos de estabelecimentos congêneres ou profissionais “de notório saber” para fins de composição do mínimo legal, para os atos relativos ao provimento de cátedras vagas. As indicações, em listas tríplices, todas justificadas, eram feitas ao Ministro da Educação e Saúde, encarregado de fazer as designações para cada concurso a ser realizado. Os nomes designados dessa forma participavam, com direito de voto, das sessões da Congregação relativas ao processo do concurso para o provimento da cátedra vaga.

Entre 1939 e 1941, e conforme o Anuário XI, relativo a esse período, a Congregação do Colégio era formada por 26 nomes: Joaquim Ignácio de Almeida Lisboa (catedrático de Matemática), Fernando Antônio Raja Gabaglia (catedrático de Geografia), Lafayette Rodrigues Pereira (catedrático de História Natural); Honório de Souza Silvestre (catedrático de Geografia); Euclides de Medeiros Guimarães Roxo (catedrático de Matemática); Antenor Nascentes (catedrático de Português); Cecil Thiré (catedrático de Matemática); José Rodrigues Leite e Oiticica (catedrático de Português); Waldemiro Alves Potech (catedrático de História Natural); Othello de Sousa Reis (catedrático de Cosmografia); Henrique de Toledo Dodsworth Filho (catedrático de Física); Carlos Miguel Delgado de Carvalho (catedrático de Sociologia); Quintino do Valle (catedrático de Português); João Baptista de Mello e Souza (catedrático de História Geral); Jonathas Archanjo da Silveira Serrano (catedrático de História de História Geral); George Sumner (catedrático de Física); Enoch da Rocha Lima (catedrático de Desenho); José de Sá Roriz (catedrático de Desenho); Haroldo Lisboa da Cunha (catedrático de Matemática); Cyro Romano Farina (catedrático de Italiano); Nelson Romero (catedrático de Filosofia); Clóvis do Rêgo Monteiro (catedrático de Português); Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães (catedrático de Química); João Saboia Barbosa (catedrático de Desenho); Jurandyr dos Reis Paes Leme (catedrático de Desenho) e Gildásio Amado (catedrático de Química)⁷⁶.

Os Catedráticos jubilados eram Agliberto Xavier, Benedicto Raymundo da Silva, Luiz Gastão de Escragnolle Doria, Manoel Said Ali Ida, Pedro do Coutto e Rodolpho de Paula Lopes. Os Catedráticos Interinos eram Alvaro de Barros Lins, Antonio dos Santos Jacinto Guedes, Davi José Peres, Euryalo Cannabrava, Fernando de Carvalho Barata, Francisco da Gama Mac-Dowell (Monsenhor), Manoel Carneiro de Souza Bandeira, Oscar Przewodowski, Roberto Aciolli e Walter Gomes Cardim. Os Professores eram Aldimir São Paulo, Arlindo Fróes, Ernesto de Paiva Marreca, Gennyson Amado, Henrique Feio Galvão, João Gerardo Delamare São Paulo, João Capistano Raja Gabaglia, José Curvelo de Mendonça, Lelio Antonio Gomes, Octavio de Castro, Paulo de Souza Reis e

⁷⁶ Colégio Pedro II. Anuário do Colégio Pedro II: vol. XI, 1939-1941. Rio de Janeiro, 1943.

Walter Gomes Cardim, cujo nome também figura entre os Catedráticos Interinos, conforme o Anuário XI.

Os Professores Dirigentes do Ensino de Línguas Vivas eram Augusto Rocha Viana, Luiz Eugenio de Moraes Costa, Raul Penido Filho, Nuno Lopo Smith de Vasconcelos e Ricardo Rodrigues Vieira. O Colégio contava ainda com Mario Belletti como Professor de Ginástica. Da mesma disciplina, porém jubilado, encontrava-se Guilherme Herculano de Abreu⁷⁷.

No início de 1940, Francisco Pinheiro Guimarães, catedrático que atuou nas cadeiras de Português e Literatura alcançou a aposentadoria compulsória, já que possuía longo tempo de atividade no Colégio Pedro II, onde atuava desde 1892. Como estava adoentado na ocasião da reunião de 12 de janeiro de 1940, uma comissão foi designada para visitá-lo para que tomasse conhecimento das homenagens da Congregação, que criou um prêmio com seu nome a ser dado aos bacharéis em Ciências e Letras da turma de 1940. Tal premiação consistia na entrega de livros escritos pelo professor. Na mesma reunião, o então Presidente da Congregação, Clóvis Monteiro anunciou que Pinheiro Guimarães havia presenteado o Internato com mais de 700 volumes, obras consideradas “excelentes” na época, alguns trabalhos raros no meio intelectual. O Diretor pretendia, a partir desse gesto, criar uma seção com o nome de Pinheiro Guimarães na Biblioteca do Internato. Euclides Roxo propôs que o gesto de Pinheiro Guimarães fosse comunicado ao Ministro Capanema. No mesmo período o Colégio também perdeu o catedrático Pedro do Coutto, que da mesma forma, atingiu a compulsória e Benevenuto Berna, que faleceu em meados de 1940.

Dentre os fatos que dizem respeito aos professores no início dos anos 1940 destacam-se os concursos para provimento das duas cadeiras vagas de Desenho, duas de Química e de História da Civilização. Este último, conforme observaremos adiante, envolvendo grande polêmica. A Congregação foi convocada seguidamente para definir os horários dos concursos, votar as listas de pontos das diferentes provas (escrita, prática, didática) dos concursos, definir comissões para acompanhamento das provas e nomear os aprovados. No caso do concurso de Química, o Sindicato dos Químicos, ao tomar conhecimento da

⁷⁷ Idem.

realização do mesmo pela imprensa, solicitou que providências fossem tomadas para que os candidatos apresentassem a carteira profissional de químico registrado no Ministério do Trabalho. Essa medida visava impedir que, finalizadas as provas, algum candidato impugnasse a nomeação de um outro concorrente melhor classificado, sob o pretexto de não ter sido observada a exigência do documento. Uma comissão foi designada para estudar o caso, que teve parecer aprovado por unanimidade, bem como a minuta em resposta enviada ao Sindicato. Finalmente, em 30 de abril de 1940 foram indicados pela Congregação para as duas cadeiras vagas de Química os professores Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães (filho de Francisco Pinheiro Guimarães) e Gildásio Amado. No caso do concurso de Desenho, João Saboia Barbosa e Jurandyr dos Reis Paes Leme foram nomeados pela Congregação para as cadeiras vagas.

Em 30 de dezembro do mesmo ano foi aprovada uma moção que visava instituir prêmios escolares com os nomes de Eugênio de Barros Raja Gabaglia para o aluno mais aplicado em matemática e outro com o nome do antigo professor Silvio Romero para o aluno que mais se distinguisse nos estudos de Lógica e Filosofia.

O concurso para as cadeiras de História da Civilização no Internato foi marcado por muitas polêmicas iniciadas em 22 de abril de 1941. Primeiro, envolvendo Jonathas Serrano, que comunicou à Congregação encontrar-se impossibilitado de atuar como julgador no concurso por razões pessoais. Contudo, alguns professores defenderam que Serrano devia participar da eleição para julgador do concurso, pois assim não pareceria que seu afastamento tivesse sido imposto por qualquer dos candidatos em disputa. Foram eleitos os dois professores mais votados para constituírem a comissão examinadora do concurso em questão: João Baptista de Mello e Sousa, eleito com 16 votos e Fernando Antonio Raja Gabaglia, com 8 votos. Jonathas Serrano obteve apenas 2 votos e permaneceu fora da comissão⁷⁸.

A segunda polêmica que atrapalhou a realização do concurso teve a ver com o fato de Antonio Figueira de Almeida, então candidato à cadeira de História da Civilização, ter encaminhado ofício apelando ao Ministro da Educação e Saúde

⁷⁸ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

solicitando o afastamento de Raja Gabaglia tanto da direção do Externato, como da comissão julgadora do concurso. Figueira de Almeida sustentava que Raja Gabaglia poderia, como Diretor, “coagir a consciência dos colegas” e anexou uma carta que teria recebido do Professor Luiz Pinheiro Guimarães, na qual este último revelou ter ouvido Raja Gabaglia proferir conceitos no gabinete da diretoria do Externato e na presença de vários professores suplementares. Tais conceitos teriam sido detalhados na carta. Dito de outra forma, Raja Gabaglia se tornaria incompatível para desempenho da função de examinador do concurso de História da Civilização e de Diretor do Externato em razão de um pré-julgamento manifestado conforme informações prestadas por Pinheiro Guimarães. A incompatibilidade para ocupar o cargo de Diretor se justificaria pela necessidade de evitar-se que o examinador exercesse a influência do cargo contra concorrentes que não eram de sua predileção. Episódios parecidos com esse parecem ter ocorrido anteriormente. Como exemplo podemos citar uma carta datada de 13 de outubro de 1935, encontrada no CPDOC/FGV, de um Professor chamado Sílvio Júlio de Albuquerque Lima endereçada a Oswaldo Aranha, político advogado e diplomata naquela época, na qual solicitava sua intercessão junto a Getúlio Vargas para impedir que, no concurso de Literatura do Colégio Pedro II, Raja Gabaglia desse a cátedra a um protegido seu. Não foi possível confirmar se Sílvio Júlio era candidato à cátedra ou se era ligado a algum dos candidatos, mas esse é um exemplo de como as disputas referentes aos concursos se davam para além dos muros do Colégio. As já citadas cartas de Conceição Jardim encaminhadas a Gustavo Capanema também continham denúncias desse tipo.

Indagado por membros da Congregação, Pinheiro Guimarães negou-se a prestar maiores esclarecimentos sobre as circunstâncias em que teria se passado o fato e afirmou que se desinteressava pelo que pudesse ser pensado sobre sua atitude e sobre os motivos que a determinaram. Afirmou ainda, que quem acreditasse em sua palavra, que votasse pelo que requeria o candidato Antonio Figueira de Almeida e, quem não acreditasse, que votasse pela conservação de Raja Gabaglia na banca examinadora.

O parecer da comissão que julgou o caso concluiu no sentido de que a Congregação opinasse contra o pedido de Figueira de Almeida, uma vez que não

ficou provada a suspeição que alegara sobre Raja Gabaglia. Nelson Romero, que era amigo de Raja Gabaglia e de Pinheiro Guimarães, no caso deste último, também cunhado, sentiu a necessidade de registrar sua declaração de voto em ata. Nelson Romero entendia que o que devia ser analisado era a pretensão de Figueira de Almeida e que a carta-petição desse candidato deveria ser indeferida, pois não bastaria apenas uma testemunha, no caso, Pinheiro Guimarães, para condenar alguém. Enfim, Nelson Romero votou com o parecer da Comissão quando observou-se que “emitidos na intimidade os conceitos testemunhados na carta do Professor Pinheiro Guimarães, não constituíam motivo suficiente” para retirar Raja Gabaglia.

Por sua vez, Raja Gabaglia elaborou sua defesa alegando que não era inimigo de Figueira de Almeida e que a carta era inteiramente inverídica. Sustentou que, em determinadas ocasiões, Figueira de Almeida se referia a ele de maneira afetuosa e o presenteou com obras, uma delas adotada na cadeira em que Raja Gabaglia lecionava. Afirmou também, que se havia conferido notas baixas a Figueira de Almeida em algumas provas de concurso anterior, realizado a quase 20 anos daquela data, foi com tristeza e nas “penosas funções de juiz”, pois naquela época, Figueira de Almeida não tinha a “ilustração” que revelou depois. Figueira de Almeida chegou a ser convidado por Raja Gabaglia para examinar provas orais de outro concurso, onde “colaborou assiduamente”, segundo o próprio Raja Gabaglia. Sobre Figueira de Almeida, Raja Gabaglia disse ter o melhor conceito e dele haver recebido sempre provas de civilidade e cavalheirismo.

Raja Gabaglia alegou que antes da revolução de 1930, foi nomeado pelo Governo Municipal, examinador de História do Brasil para a vaga existente no Instituto de Educação, então Escola Normal. Já havia também examinado a cadeira de História da Civilização na mesma Escola. Dentre os candidatos concorrentes de História do Brasil encontrava-se Figueira de Almeida, que nada alegou contra Raja Gabaglia na ocasião.

Na véspera do dia em que redigiu sua representação, Figueira de Almeida telefonou para a residência de Raja Gabaglia e afirmou que ia representar contra sua indicação, mas que pretendia que as relações entre eles não se alterassem.

Raja Gabaglia só via como motivo para Figueira de Almeida opor-se à sua escolha, o argumento de desafeição ou desapareço. O Diretor do Externato não aceitava tal argumento. Raja Gabaglia também se apoiou nos melhoramentos promovidos no Colégio Pedro II enquanto Diretor e alegou confiar na justiça da Congregação.

Figueira de Almeida teve o pedido de abertura de inquérito negado na forma do parecer do Consultor Geral da República e o processo foi arquivado. A Congregação concordou inteiramente com as conclusões do parecer e lamentou que Figueira de Almeida tivesse afirmado que Raja Gabaglia, como Diretor, poderia “coagir a consciência dos colegas”, afirmação que irrogava injúria considerada grave ao Corpo Docente Congregado.

A polêmica entre os envolvidos continuou e como consequência direta, os debates sobre o concurso só foram retomados em 1942, juntamente com as discussões sobre concurso para a cadeira de Latim. Os nomes eleitos para a constituição da banca foram mantidos, juntaram a esses mais 3 professores nomeados pelo governo e o concurso para as cadeiras de História da Civilização ocorreu somente em 1943. Retornaremos à este ponto mais adiante, no item referente à atuação dos professores na primeira metade dos anos 1940⁷⁹.

4.2

A Perpetuação da Insatisfação com os Vencimentos: Carta de Nelson Romero

Encontramos documentos datados do início dos anos 1940 que demonstram que a questão relativa aos vencimentos, que tanto incomodava os professores do Colégio, se agravou ainda mais por conta de um episódio envolvendo o Ministro Gustavo Capanema. Em carta encaminhada ao Ministro por motivo de uma conferência realizada em 7 de janeiro de 1941, no Palácio Tiradentes, sobre as realizações do Ministério da Educação e Saúde no decênio 1930-1940, o Professor catedrático Nelson Romero referiu-se ao modo carinhoso

⁷⁹ Idem.

com o qual o Ministro sempre atendia aos professores do Colégio Pedro II, prestigiando e honrando o Colégio na comemoração do seu centenário, o acompanhando nos dias de suas alegrias, festas e auxiliando nas suas dificuldades. Romero ressaltou a boa vontade do Ministro para com os professores do Colégio Pedro II e afirmou que as atenções recebidas nunca seriam esquecidas.

Entretanto, o verdadeiro motivo da carta se devia à necessidade sentida pelo Professor Romero, que há 27 anos vinha contribuindo para formar gerações sucessivas de adolescentes, de expressar o que considerou “um desabafo”. Romero não compreendia o “professor não-educador” em seu magistério e afirmava que sempre procurou fazer com que seus alunos melhorassem, esforçando-se por indicar-lhes “o caminho da retidão e da dignidade”, um aspecto da “identidade para si” que norteava a sua prática, enquanto professor do Colégio Pedro II. Romero pede então, licença para expor ao Ministro a estranheza com que tinha ouvido do mesmo, no Palácio Tiradentes, no dia anterior, a declaração pública de que os vencimentos dos professores secundários federais teriam sido aumentados. No documento encontrado, Romero reforça a estima ao Ministro para afirmar, em seguida, não ter entendido a sua declaração, pois os Professores do Colégio Pedro II não haviam sido aumentados em seus vencimentos. Segundo Romero, os professores foram diminuídos. Os que estavam classificados na letra “L” permaneceram na mesma posição, com um aumento desproporcionado de horas de serviço: de 6 horas semanais obrigatórias de aulas em 1939, passando a 12 horas semanais em 1940, e a 18 de abril em 1941, com a mesma retribuição, como se o professor não tivesse necessidade de se preparar, além do trabalho da correção das provas escolares. Os 5 professores do Colégio Pedro II que estavam classificados na letra “K”⁸⁰ e que haviam sido promovidos à letra “L”, também obtiveram aumento de 2 horas diárias de aulas. No regime anterior, com o desdobramento de turmas, conseguiam, se quisessem lecionar as suplementares, obter mais ou menos 1 conto e quinhentos mil réis, nessas duas horas de serviço acrescido. Naquele momento, lhes foi imposta a obrigatoriedade da prestação do trabalho, com a “simples remuneração” de quatrocentos mil réis.

⁸⁰ Não foi possível identificar os nomes dos professores que se classificavam nos padrões “K” e “L”.

Nelson Romero ressaltou a admiração pelas virtudes de Capanema, esperando que a declaração do Ministro houvesse de produzir o efeito desejado e que viesse a corrigir a injustiça com que os Professores do Colégio Pedro II foram tratados, em razão desta declaração de aumento de vencimentos do magistério.

4.3

O Corpo Docente do Colégio Pedro II nos anos 1940: Uma Outra Versão

Outra fonte investigada, provavelmente escrita entre os anos de 1940 e 1941, não assinada, porém encaminhada ao Ministro, relata um contexto diferente do apresentado até aqui com relação ao corpo docente e a situação na qual o Colégio se encontrava.

Foi encontrado no CPDOC/FGV um relatório⁸¹, provavelmente elaborado por algum funcionário ligado ao governo, no qual a situação do Colégio Pedro II é classificada como “caótica”. São relatados fatos considerados de natureza grave e sugeridas medidas que poderiam contribuir para melhorar a situação do Colégio, uma vez que, nas palavras do autor do documento, “de padrão de ensino” quase que estava se transformando em “padrão de desordem e da desmoralização”.

O autor do relatório afirma que o Colégio era naquele momento histórico “um ninho de descontentes com o Governo”. Nele, se falava em alto e bom som contra o regime de “renovação do Brasil”, seus governantes e, em especial, contra o Presidente Vargas e sua esposa. Qualquer fato servia aos professores para essa finalidade. O então recente decreto do Governo sobre o aumento dos vencimentos provocou o que o delator classificou como “uma reação formidável e uma indignação inconcebível” por causa do aumento de seis horas de serviço.

A efetividade nas cátedras gerava, na opinião do delator, uma espécie de “independência absoluta”, de maneira que os catedráticos em lugar de serem “instrumentos da juventude” tornavam-se, pelo contrário, “elementos de dissolução e de desordem”. Segundo ele, “bastava conviver dias no meio dos professores do Colégio-padrão (regiamente pagos pelo próprio Governo) para

⁸¹ FGV, CPDOC. “Colégio Pedro II”. S/d. [1940] GC g 1935.10.18/1, r. 36.

sentir, imediatamente, a repulsão deles por tudo quanto se diz respeito ao Governo”. Na sua opinião, tal fato não aconteceria se os professores fossem contratados, enquanto bem servissem, em vez de submetidos aos concursos (nos quais nem sempre eram demonstradas as capacidades pedagógicas e didáticas) e se além do mais, fossem submetidos a um regime de fiscalização efetiva. E continua o autor:

“Cumprir notar que o professor pode ser um dos grandes bens do Brasil, como também um dos grandes males do Brasil. O Colégio-padrão deveria ser o modelo absoluto de moralidade educacional, de patriotismo e de disciplina. No entanto, longe, muito longe está ele de tudo isso”.

Foi relatado também, que os alunos frequentavam as aulas quando bem entendiam. Esse ato era chamado de “paredes” e ocorria quando, por qualquer motivo, “os alunos resolviam deixar de comparecer às aulas e assim o faziam sem que a direção do Colégio tomasse a menor providência, nem mesmo a de marcar ausência na pauta dos faltosos”. Havia professores que promoviam essas “paredes”, ameaçando até aos alunos com notas baixas, para se livrarem em determinados dias, do serviço de aula. No turno da noite, o autor denuncia que essas “paredes” atingiam o máximo, ou seja, provavelmente 100% de ausência. No ano anterior, os alunos desse turno não compareceram às provas parciais. No entanto, apesar da lei que era taxativa quanto à frequência, todos esses alunos haviam feito exames orais como se tivessem frequentado com regularidade. O resultado desse “nefasto” relaxamento era, na opinião do autor, “fácil de se conceber”.

Em seguida, na observação dos fatos acima citados, o delator afirma uma necessidade de se fazer uma distinção entre o Externato e o Internato do Colégio Pedro II, pois neste último, onde o diretor era considerado um “homem de responsabilidade e de moral funcional inatacável” a ordem era absoluta. Assim, nada do que foi dito anteriormente, se referia ao Internato do Colégio Pedro II, exceção feita aos ataques ao governo e ao regime que eram considerados um mal geral de quase todos os catedráticos.

Mostrando-se conhecedor do cotidiano escolar, o autor afirma que raramente o Diretor do Externato comparecia ao Colégio e que, quando comparecia, jamais fiscalizava as aulas. Isso gerava nos subalternos um descanso natural por seus próprios deveres de inspetores e professores. Havia também, Professores Catedráticos que sistematicamente não davam aulas. No entanto, a direção não lhes atribuía faltas e, no fim do mês, eles recebiam o ordenado integral. Era, na opinião do autor, “um verdadeiro rombo nos cofres públicos e um desestímulo aos que cumpriam religiosamente com os próprios deveres”.

Para legitimar o que denuncia, o autor se referiu aos próprios alunos: “Os alunos do curso complementar de Direito, no ano de 1940, passaram às vezes, semanas inteiras com pouquíssimas aulas”. Quase que só compareciam às aulas os professores catedráticos interinos e os contratados, chamados professores suplementares. Os exames que eram, em outros tempos, levados a sério, passaram atualmente a ser uma verdadeira “palhaçada”, segundo o autor. Nos últimos exames orais, quase que todas as bancas haviam aprovado sistematicamente, até aos alunos que tinham “completa ignorância da matéria”. Raras foram as bancas que funcionavam completas. Sempre algum dos componentes faltava ou chegava na hora que bem entendia. As provas parciais eram, para o autor do documento, “fatos de desmoralização”. O “regime de cola” era o normal. O autor criticou também, o que chama de “influência dos judeus no Colégio”, determinando suspensão dos trabalhos escolares nos dias de festas de israelitas, o que ia de encontro à lei que vigorava naquele momento histórico. E, por fim, denuncia outro foco de desmoralização, “a falta de moral de alguns professores”. Segundo o autor, existia no Colégio um número relativamente grande de “pederastas ativos e passivos”, abertamente conhecidos. O Diretor do Externato, segundo autor, sabia muito bem disso e não tomava providências porque alguns dos que praticavam os abusos eram detentores de grande influência junto ao seu gabinete.

Tudo isso teria culminado num fato público gravíssimo, que demonstrava as consequências do que chamou de “pequenas desordens diárias”. Refere-se o autor a uma vaia pública, dada das janelas do Colégio-Padrão-Oficial, a um Batalhão de Cadetes do Exército, em formatura com a bandeira nacional à frente. Apesar da gravidade, mais uma vez o autor acusa o Diretor do Externato de não

tomar alguma providência eficiente, pois o professor que tinha faltado à aula não foi suspenso, o inspetor que deveria estar tomando conta dos alunos foi apenas transferido de uma sala para outra, e os alunos, a quem foi permitido terminar o ano no Colégio, impedidos de voltar no ano seguinte.

No mesmo relatório, o autor encaminha sugestões ao Ministro para “extirpar” esses “males” que considerava já estarem “bastante enraizados”. Algumas sugestões podem ser consideradas rígidas, rigorosas, reacionárias e antidemocráticas, mas deve-se levar em consideração o contexto histórico em que o documento foi redigido. Seria necessário, em primeiro lugar, aposentar de maneira forçada alguns elementos para os quais não havia “esperança ou remédio”. Depois, mudar a direção no Externato, pois sem tal medida, qualquer outra seria inútil, pois a atuação da direção, que seria a única responsável por todos os fatos expostos pelo autor, não se preocupava em fiscalizar coisa alguma. A Congregação também deveria ser extinta, pois o autor a considerava um “ranço de política velha e uma verdadeira inutilidade”. Outra medida apresentada como sugestão foi a abolição dos concursos, em primeiro lugar, porque o professorado, principalmente o secundário, que era formador da juventude, era quase que um cargo de confiança do Governo. Não podia, pois, ser preenchido efetivamente por um indivíduo que, firmado na própria efetividade, aproveitava a cátedra para fazer guerra ao Governo. Outro motivo pelo qual o autor defendia a abolição dos concursos estava baseado no fato de, segundo ele, estar “provado pelos fatos que os professores catedráticos efetivos, uma vez conquistada a cátedra, jamais se preocupam com os estudo ou com as aulas, salvo naturalmente honrosas exceções”. Verídico ou não, este último fato relatado em caráter de denúncia nos permite cogitar a possibilidade de, pelo menos para alguns catedráticos, o trabalho burocrático realizado dentro e fora das reuniões da Congregação ter se tornado uma estratégia para que os professores se livrassem do trabalho em sala de aula. A linha tênue entre o excesso de trabalho que impedia os catedráticos de darem aulas naquela época e a possibilidade do trabalho burocrático enquanto fuga deliberada da sala de aula por parte desta categoria, precisa ser melhor investigada.

O único regime eficiente, na opinião do autor, seria o de estágio por contratos renováveis de cinco em cinco anos, como faziam na América do Norte:

“por contrato enquanto bem servir”. Entretanto, não bastaria contratar elementos capazes. Seria necessário o que chamou de “fiscalização verdadeira e não platônica”. Além disso, nesses contratos o Governo deveria exigir do professor, no primeiro quinquênio, em que a fiscalização seria rigorosa, a apresentação de dois trabalhos, um didático e outro científico sobre a matéria que o professor ensina. Isso viria a aumentar o “patriotismo literário” e seria ao mesmo tempo um estímulo e uma obrigação de estudo contínuo para o professor contratado. A efetividade era, segundo o delator, “a morte do bom professor”.

O autor sugere no relatório uma fiscalização rigorosa dos catedráticos feita pelo Diretor, nos seguintes pontos: a) pontualidade e assiduidade das aulas; b) do modo como são dadas as aulas; c) da execução do programa e dos exercícios escolares; d) da moral do professor dentro e fora do Colégio Pedro II; e) das notas atribuídas aos alunos, quer mensais, quer das provas parciais e orais. Seria necessário criar um quadro de professores suplementares, para evitar que os mesmos fossem recrutados anualmente, muitas vezes, entre elementos “sem moral e sem competência” como acontecia naquele momento por meio dos “concursos de títulos”. Tais professores suplementares deveriam ser fiscalizados efetivamente pelos professores catedráticos. Portanto, se estabelecermos uma comparação entre este relatório e o de Jurandir Lodi, discutido no capítulo anterior, percebemos visões distintas. Enquanto Lodi combatia o número excessivo de alunos matriculados, criticava o elevado número de professores suplementares e preferia que todos os alunos ficassem a cargo dos professores catedráticos para que o Colégio retornasse aos padrões do bom funcionamento, no relatório de autoria anônima encontramos críticas às cátedras, a sugestão da adoção do regime de estágio por contratos renováveis e a defesa de um quadro de professores suplementares.

O autor anônimo acreditava ainda, que era necessário descontar em folha de pagamento toda e qualquer falta às aulas, tanto dos catedráticos como dos demais professores e inspetores. Só assim se poderia conseguir a moralidade necessária, pois a direção perdoava todas as faltas, principalmente a dos professores catedráticos.

Desejava também, que fosse criado um cargo de Diretor em comissão, com um ordenado compensador e sem obrigação de aulas, caso fosse eleito um professor do Colégio, para que o Diretor fiscalizasse de fato os trabalhos escolares. Todas essas modificações e organização sugeridas caberiam ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)⁸².

Não foram encontrados documentos específicos sobre a repercussão desse relatório junto ao Ministério.

Na primeira reunião da Congregação de 1942, George Sumner propôs a manutenção de Euclides Roxo, Quintino do Valle e Jonathas Serrano para a comissão orientadora dos livros escritos pelos professores do Colégio Pedro II, de modo que os alunos não saíssem da instituição conforme vinha acontecendo: “desconhecendo por completo a orientação dos professores catedráticos”. A proposta foi aceita⁸³.

O Colégio sofreu a perda de Israel França e do professor já aposentado Adrien Delpech. Philadelpho Azevedo, por sua vez, foi nomeado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal em meados de 1942.

⁸² Segundo fontes encontradas no CPDOC/FGV, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política. Pretendia assim, estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. Entre as atribuições do DASP estavam previstas também, a elaboração da proposta do orçamento federal e a fiscalização orçamentária. Na prática, porém, as iniciativas relativas à política orçamentária permaneceram nas mãos do Ministério da Fazenda até 1940. Nesse ano, a situação foi contornada com a criação, no interior daquele ministério, da Comissão de Orçamento, cuja presidência passava a ser acumulada pelo presidente do DASP. Somente no princípio de 1945 o DASP assumiu plenamente a responsabilidade pela elaboração da proposta do orçamento federal, com a conseqüente extinção da comissão do Ministério da Fazenda. Desde a sua criação até o fim do Estado Novo, o DASP foi presidido por Luís Simões Lopes. Nesse período, o órgão conheceu um contínuo processo de fortalecimento, chegando a exercer forte influência sobre as políticas governamentais então implementadas. Entre suas principais realizações nessa fase figura a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, primeiro documento desse tipo no Brasil. Com a queda de Vargas em outubro de 1945, o DASP passou por um profundo processo de reestruturação, que resultou no seu parcial esvaziamento. A partir de então, suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no tocante à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, área em que se manteve como órgão executor. Disponível em: “<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>”. Consultado em: 16/04/2013.

⁸³ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

Em 26 de Fevereiro de 1942, o Colégio Universitário da Universidade do Brasil foi incorporado ao Colégio Pedro II, através do Decreto-Lei nº 4.131. A matrícula no Colégio Pedro II foi concedida aos então alunos do Colégio Universitário, repetentes da primeira ou da segunda série, ou promovidos à segunda série do curso complementar. Foi determinado que pessoal administrativo e docente do Colégio Universitário devia ser, na medida necessária, aproveitado nos serviços do Colégio Pedro II ou em outros serviços da administração federal. O cargo de Diretor em comissão, Padrão N, do Colégio Universitário foi extinto do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. As dotações orçamentárias para compra de material necessário para o funcionamento do Colégio Universitário foram aplicadas pelo Colégio Pedro II (Externato). Segundo Barros (2009, p.194), a incorporação do Colégio Universitário trouxe transtornos ao Colégio Pedro II, ao invés de benefícios, pois de um só golpe foram transferidos 800 alunos, além de professores e pessoal administrativo.

Não encontramos relações ou listagens que possibilitassem a identificação e o número de professores transferidos, nem em qual categoria foram classificados ou “aproveitados”, como menciona o referido decreto, mas é possível que a transferência dos professores do Colégio Universitário tenha provocado algum conflito de identidades com os professores do Colégio Pedro II, principalmente por estarem os primeiros, acostumados à um outro contexto institucional.

4.4

A Reforma Capanema e o Ensino Secundário

A Reforma Capanema, também conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei N°. 4.244, de 9 de abril de 1942), estabeleceu novas bases de organização do ensino secundário, que passou a ter como finalidades formar, em prosseguimento da educação oferecida no ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; e dar

preparação intelectual geral que pudesse servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

O ensino secundário passou a ser ministrado em dois ciclos. O primeiro compreendia um só curso: o curso ginásial. O segundo compreendia dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. Essa organização estrutural para o ensino secundário perdurou por quase trinta anos⁸⁴.

O curso ginásial, que tinha a duração de quatro anos, destinava-se a dar aos adolescentes aqueles que eram considerados os elementos fundamentais do ensino secundário. O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, tinham por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial, nesse sentido, desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico concorria para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação era marcada por um estudo maior de ciências. A conclusão, seja do clássico, seja do científico possibilitava o acesso, mediante vestibular, a qualquer curso superior.

Com relação aos tipos de estabelecimentos de ensino secundário, havia, conforme estabelecido pela Reforma Capanema, dois tipos de estabelecimentos, o “Ginásio” e o “Colégio”. Ginásio era o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo. O Colégio era o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio de ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. O Colégio não podia eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados. Os estabelecimentos de ensino secundário não podiam adotar outra denominação que não a de “Ginásio” ou de “Colégio”. Trata-se de denominações vedadas a estabelecimentos de ensino que não se destinassem a oferecer o ensino secundário. Não era permitido que funcionasse no país estabelecimento de ensino secundário que fosse regido por legislação estrangeira.

Em termos estruturais, o Curso Ginásial do Ensino Secundário abrangia o ensino das seguintes disciplinas as Línguas: Português, Latim, Francês e Inglês; as Ciências: Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil; e as Artes: Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico.

⁸⁴ Brasil. Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Essas disciplinas tinham a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Por sua vez, eram pertinentes ao ensino dos cursos Clássico e Científico as seguintes disciplinas: As línguas: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês e Espanhol; As ciências e filosofia: Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil e Filosofia; e do campo das Artes: Desenho.

Essas disciplinas constitutivas do curso clássico tinham a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou Inglês. 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) História Geral. 8) Geografia Geral.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou Inglês. 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) Física. 8) Química. 9) História Geral. 10) Geografia Geral.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História do Brasil. 9) Geografia do Brasil. 10) Filosofia.

Já as disciplinas constitutivas do curso científico obedeciam a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Espanhol. 5) Matemática. 6) Física. 7) Química. 8) História Geral. 9) Geografia Geral.

Segunda série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História Geral. 9) Geografia Geral. 10) Desenho.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física. 4) Química. 5) Biologia. 6) História do Brasil. 7) Geografia do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho.

A Reforma Capanema previa que os programas das disciplinas deviam ser simples, claros, flexíveis e deviam indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes essenciais. Os programas deviam ser sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministro da

Educação, que os devia expedir⁸⁵. Em 1942, Capanema constituiu uma comissão para elaborar os programas do curso ginásial, formada por membros do Colégio Pedro II, todos professores catedráticos como Euclides Roxo, Jonatas Serrano, Delgado de Carvalho, Rocha Lima, dentre outros. Massunaga (1989, p.149) aponta que esta comissão obteve dificuldades para desenvolver seus trabalhos e a demora na expedição e publicação de tais programas acabou chegando à imprensa em 1945. Enfim, os programas foram publicados aos poucos, mas o que se constata em relação aos primeiros anos do recorte adotado nesta pesquisa é a perda da tradicional proeminência do Colégio Pedro II.

No ensino secundário feminino, conforme a Reforma Capanema, deviam ser observadas as seguintes prescrições especiais: Era recomendável que a educação secundária das mulheres se fizesse em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina; Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, a educação destas devia ser ministrada em classes exclusivamente femininas; Este preceito só podia deixar de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação; Devia ser incluída na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de Economia Doméstica; A orientação metodológica dos programas tinha em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar⁸⁶.

No que diz respeito à organização escolar, o ensino secundário devia ser ministrado pelos poderes públicos, e era livre à iniciativa particular.

Por fim, ainda sobre a Reforma Capanema, cabe ressaltar que um dos seus objetivos foi desatrelar formalmente o ensino secundário do ensino superior, dando-lhe um projeto pedagógico próprio. Por isso, a principal mudança nela estabelecida foi a extinção dos cursos complementares que visavam a preparação para as carreiras superiores de direito, medicina e engenharia.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

4.5

A Atuação dos Professores do Colégio Pedro II na Primeira Metade dos Anos 1940

A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, devia ser realizada com observância dos seguintes preceitos: Os professores do ensino secundário deviam receber “formação conveniente”, em cursos apropriados, em regra de ensino superior; O provimento, em caráter efetivo, dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados dependia da prestação de concurso; Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos era exigida a prévia inscrição, que se fazia mediante prova de habilitação, no competente registro do Ministério da Educação; Aos professores do ensino secundário devia ser assegurada remuneração condigna, que devia ser paga pontualmente⁸⁷.

Foi observado que o Colégio Pedro II não é citado no texto da Lei Orgânica do Ensino Secundário promulgada em 1942. Para Massunaga (1989, p. 135 e 136), do ponto de vista legal, o Colégio não era mais considerado padrão, embora isso não signifique o abandono do objetivo de uniformizar o ensino secundário, um dos principais objetivos do Ministro Gustavo Capanema. Não haveria lugar para o padronato do Colégio, num contexto em que se desejava implementar uma nova ordem política e social através do regime autoritário, centralizador de poderes e de decisões. Massunaga (1989, p.147), ao entrevistar um professor que vivenciou este período, revela que “Capanema mostrava uma certa má vontade com relação ao Colégio”. Entretanto, essa situação parece ocorrer nos bastidores, uma vez que “no plano das relações formais e no trato público,... durante o tempo em que se mantém à frente do Ministério, Capanema conserva relações respeitadas, de formal cordialidade e comparece ao Colégio em diversas ocasiões.”

Em 25 de Maio de 1942, com o Decreto nº 9.474 são aprovadas novas tabelas numéricas para o pessoal extranumerário mensalista, do Colégio Pedro II para vigorar de 1 de maio a 31 de dezembro do mesmo ano. Tais tabelas

⁸⁷ Idem.

substituíam as que foram aprovadas pelo decreto n. 8.518, de 31 de dezembro de 1941. Ficavam então, extintas, a partir de 1º de maio, as tabelas numéricas do pessoal extranumerário mensalista do Colégio Universitário, aprovadas pelo mesmo decreto de 1941. Vejamos o que estava prescrito nas tabelas no que diz respeito aos professores:

Tabela 16 – Professores do Colégio Pedro II – Externato, tabela numérica conforme Ministério da Educação e Saúde em 25/05/1942:

Nº de Professores	Função	Ref. de Salário	Salário Mensal	Despesa em 8 meses
9	Assistente de Ensino	XV	900\$0	64:800\$0
13	Coadjuvante de Ensino	IX	500\$0	52:000\$0
67	Professor Auxiliar	XV	900\$0	482:400\$0
49	Professor	XXII	1:600\$0	627:200\$0

Tabela 17 - Professores do Colégio Pedro II – Externato, tabela numérica Suplementar conforme Ministério da Educação e Saúde em 25/05/1942:

Nº de Professores	Função	Ref. de Salário	Salário Mensal	Despesa em 8 meses
41	Professor	XXII	1:6000\$0	524:800\$0

Tabela 18 – Professores do Colégio Pedro II – Internato, tabela numérica, conforme Ministério Da Educação e Saúde em 25/05/1942:

Nº de Professores	Função	Ref. de Salário	Salário Mensal	Despesa em 8 meses
3	Assistente de Ensino	XV	900\$0	21:600\$0
12	Coadjuvante de Ensino	IX	500\$0	48:000\$0
2	Professor Auxiliar	XV	900\$0	14:100\$0
8	Professor	XVIII	1:200\$0	76:800\$0
6	Professor	XXII	1:600\$0	76:800\$0

Tabela 19 – Professores do Colégio Pedro II – Internato, tabela numérica Suplementar conforme Ministério da Educação e Saúde em 25/05/1942:

Nº de Professores	Função	Ref. de Salário	Salário Mensal	Despesa em 8 meses
5	Professor	XXII	1:600\$0	64:000\$0
4	Professor	-	1:900\$0	60:800\$0

As tabelas acima, apresentam um orçamento previsto para pagar, durante os últimos 8 meses de 1942, os salários de 219 professores de diversas categorias nas duas seções do Colégio. Verificamos que esse número é exatamente igual ao de professores suplementares que consta no relatório elaborado provavelmente em 1937 por Jurandyr Lodi e que fora analisado no capítulo anterior.

Foram encontrados relatórios com a relação dos Professores Efetivos e dos Extranumerários do Colégio Pedro II, elaborados pelo Diretor do Externato, Fernando Antonio Raja Gabaglia, e do Internato, Clóvis do Rêgo Monteiro, encaminhados à Presidência da República em 30/07/1942, ou seja, pouco mais de dois meses após o decreto nº 9.474, que aprovou as últimas tabelas apresentadas. A maneira que encontramos para confirmar as informações sobre o quadro docente contidas nesses relatórios foi cruzá-las com uma relação publicada na edição do Diário Oficial (D.O.) de terça feira, 2 de junho de 1942, (seção I), ou seja, publicado cerca de um mês antes de encaminhados os relatórios pelos Diretores do Colégio. Os dados encontrados na edição do Diário Oficial apresentam números distintos aos dos Relatórios, com relação ao corpo docente. Vejamos em que pontos:

Relação dos Professores Efetivos e dos Extranumerários do Colégio Pedro II, com indicação das disciplinas que ensinam, elaborada por Clóvis do Rêgo Monteiro, Diretor do Internato em 30/07/1942:

Professores Efetivos

- 1 – Alvaro Barros Lins - int. Literatura
 2 – Cecil Thiré Matemática
 3 – Clóvis do Rêgo Monteiro - Diretor Português

4 – David José Pérez - int.	Latim
5 – Euríalo Canabrava – int.	Psicologia, Lógica e História da Filosofia
6 – Fernando de Carvalho Barata - int.	Latim
7 – George Sumner	Física
8 – Gildásio Amado	Química
9 – Haroldo Lisbôa da Cunha	Matemática
10 – Honório de Souza Silvestre	Geografia
11 – João de Saboia Barbosa	Desenho
12 – Jurandir dos Reis Paes Leme	Desenho
13 – Lafayette Rodrigues Pereira	História Natural
14 – Oscar Przewodowski - int.	História da Civilização
15 – Quintino do Valle	Português
16 – Roberto Bandeira Accioli int.	História da Civilização

Professor Padrão K

17 – Henrique Feio Galvão	Física
18 – Oswaldo Ferreira de Mendonça	Português
19 – Octavio Lopes de Castro	Matemática

Professor Padrão J

20 – Archimedes Vargas da Costa Filho	Educação Física
21 – Mário Mondini Guimarães Belletti	Educação Física

Professores Extranumerários

Dirigentes

22 – Nuno Lopo Smith de Vasconcellos	Inglês
23 – Ricardo Rodrigues Vieira	Francês

Os professores acima, denominados “Professores Extranumerários” segundo a relação publicada no Diário Oficial, eram extranumerários-contratados, ficavam obrigados a trabalhar 18 horas de aulas por semana e recebiam um salário de 2:300\$0. O nome do primeiro professor da categoria abaixo, Lélío Antonio Gomes, de Ciências, se enquadrava, conforme a edição do D. O. na mesma categoria dos dois professores dirigentes acima. Entretanto, os nomes da categoria abaixo, denominada “Professor”, recebiam o salário de 1:900\$0 para trabalharem 15 horas de aula por semana.

Professor

24 – Lélío Antonio Gomes	Ciências
25 – Aldimir São Paulo	Geografia
26 – Gennyson Amado	Química
27 – José Curvello de Mendonça	História Natural
28 – Paulo de Souza Reis	Matemática

Com relação à categoria abaixo (Professor XXII), conforme consta na edição Diário Oficial, são professores que trabalhavam 12 horas de aula por semana e recebiam 1:600\$0. Com a exceção do nome da Professora Luiza Palhano Quadros, de Canto Orfeônico, todos os outros nomes aparecem em tabela suplementar na edição encontrada do D.O. Essa mesma edição faz referências de que 2 vagas de Professor de Latim, 1 de Matemática, 1 de Português e 1 de Trabalhos Manuais estariam vagas no Internato, todas pertencentes à tabela ordinária. O Diretor, ao elaborar o relatório, não fez essa observação.

Professor XXII

29 – José Veríssimo da Costa Pereira	Geofísica
30 – Luiza Palhano Quadros	Canto Orfeônico
31 – Miguel Arthur Chiarappa	Psicologia e Lógica
32 – Renato Tavares Barbosa	Ciências
33 – Savio Antunes	Matemática
34 – Zilliah de Moraes Martins	História Natural

Os Professores XVIII trabalhavam 9 horas por semana e recebiam 1:200\$0. Na edição do D. O. consta o nome de mais um Professor de Inglês, o de André Patfick Nathieu de Fossai, não citado pelo Diretor no Relatório encaminhado à Presidência.

Professor XVIII

35 – Abelardo Duarte Coutinho	Inglês
36 – Delfina Figueira de Mello Nevares	Francês
37 – Edgard Liger Belair	Francês
38 – Fernando Petronilho Lopes de Souza	Inglês
39 – Hilda Reis	Francês
40 – Hortencia Hamoir do Rio Branco	Inglês
41 – Newton Ferraz Maia	Francês

Os “Assistentes de Ensino XV” relacionados abaixo aparecem tanto no Relatório como no D.O. recebiam o salário de 900\$0.

42 – Carlos Vasconcellos	História Natural
43 – Ney Cardoso	Química
44 – Waldir Medeiros Duarte	Física

Por sua vez, os “Coadjuvante de Ensino IX”, relacionados abaixo recebiam 500\$0. Haveria, segundo a edição do D.O. uma 12ª vaga que não estava ocupada e para uma disciplina que não conseguimos identificar.

45 – Affonso Alves dos Santos	Educação Física
46 – Américo Vale Duarte Cruz	Educação Física
47 – Ernani Costa	Educação Física
48 – Euclides Moura do Valle	Matemática
49 – Miguel Monteiro de Carvalho	Ciências
50 – Nelson de Barros Galvão	Matemática
51 – Niel Aquino Casses	Português
52 – Paulo do Vabo Ferraz	Educação Física
53 – Simeão de oliveira Salles	Educação Física
54 – Adahyl Pillar Valença	Educação Física
55 – Annibal Rodrigues d’Almeida	Educação Física

Cabe ressaltar, por fim, que na edição do Diário Oficial é mencionado que o Internato possuía dois cargos vagos de “Professor Auxiliar XV”, que deveriam trabalhar 7 horas por semana e receber vencimentos de 900\$0. Uma das vagas não preenchidas era para a disciplina Canto Orfeônico e a outra para Trabalhos Manuais.

Relação dos Professores efetivos com Assento na Congregação – Externato (Relatório de 30/07/1942 elaborado por Fernando Antonio Raja Gabaglia):

- 1- Antenor Nascentes – Português
- 2 - José Rodrigues Leite e Oiticica – Português
- 3 - Antonio dos Santos Jacinto Guedes (interino) – Latim
- 4 -Francisco da Gama Costa Mac Dowell (interino) – Latim
- 5 - Cyro Romano Farina (em disponibilidade) – Italiano
- 6 - Manuel Carneiro de Souza Bandeira (interino) – Literatura
- 7 - Euclides de Medeiros Guimarães Roxo – Matemática
- 8 - Joaquim Ignacio de Almeida Lisbôa – Matemática

- 9 - Henrique de Toledo Dodsworth (afastado da cátedra por se achar, naquele momento histórico, desempenhando a função de Prefeito do Distrito Federal) – Física
- 10 - Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães – Química
- 11 - Augusto Xavier Oliveira de Menezes (em disponibilidade) – Química
- 12 - Waldemiro Alvez Potsch – História Natural
- 13 - Fernando Antonio Raja Gabaglia – Geografia
- 14 - Othelo de Souza Reis – Geografia
- 15 - Jonathas Archanjo da Silveira Serrano – História da Civilização
- 16 - João Batista de Mello e Souza – História da Civilização
- 17 - Nelson Romero – Psicologia
- 18 - Carlos Delgado de Carvalho – (Encontrava-se em comissão na Faculdade Nacional de Filosofia; substituído interinamente, pelo professor Alcides Gentil) - Sociologia
- 19 - Enoch da Rocha Lima – Desenho
- 20 - José de Sá Roris – Desenho

Relação de Professores Efetivos sem Assento na Congregação:

- 21 - Walter Gomes Cardim (substituída interinamente, naquele momento histórico, o professor Henrique de Toledo Dodsworth) – Física
- 22 - Ernesto de Paiva Fonseca – História Natural
- 23 - João Capistrano Raja Gabaglia – Geografia

Relação dos Professores Extranumerários Mensalistas – Tabela Ordinária:

Francês:

- 1 - Alexandre Claude Brigole
- 2 - Clara de Paiva Galvão
- 3 - Elvira Tereza Eva Manuel
- 4 - Felicidade Maria Ana Ferreira Lopes
- 5 - Francisca de Almeida Aguiar
- 6 - Gilda de Carvalho
- 7 - Gleuza Céres Teixeira
- 8 - Heloisa France Várady
- 9 - Hestia Ribeiro Barroso
- 10 - Lucia Barbalho Uchôa Cavalcanti
- 11 - Maria José Nerval de Gouvêia
- 12 - Maria José Pinheiro de Mello
- 13 - Maria Las Casas de Araújo Souza
- 14 - Maria Luiza de Faro Courrége Lage
- 15 - Maria Rachel de Oliveira Carvalho
- 16 - Maria de Vasconcellos Aboim

- 17 - Olga Sukow Mariz e Barros
- 18 - Rodolpho Coutinho
- 19 - Silvia Falleti
- 20 - Silvia Penido
- 21 - Vera de Amaral Moura
- 22 - Yvonne Reis Athayde
- 23 - Zaira Maia

Inglês:

- 24 - Alda Drumond Cadaval
- 25 - Antonio Klauss
- 26 - Arnold Bruver
- 27 - Beatriz Silvia Romero
- 28 - Breno Franco Maristany
- 29 - Daniel do Carmo
- 30 - Dina Fleicher Venâncio Filho
- 31 - Djanira Hess
- 32 - Dora de Souza Braga
- 33 - Eduardo Dias de Mattos Leite
- 34 - Cerminal Farina Romero
- 35 - Godofredo Danilo Ferreira de Souza
- 36 - Herman Landau
- 37 - Israel Araújo de Mattos
- 38 - Jorge Hess Garcia
- 39 - José Correa Filho
- 40 - José Famadas Sobrinho
- 41 - José de Lassére Fernandes
- 42 - José Lopes
- 43 - Judith Gouveia Labourinu
- 44 - Manuel Motta Filho
- 45 - Maria José Gurgel Valente
- 46 - Maria de Lourdes Castro
- 47 - Maria Regina da Silva Abrantes Pinto
- 48 - Mary Mandim
- 49 - Miosotis Malcher Ramalho
- 50 - Philadelpho Seal
- 51 - Sebastião Angelico de Souza
- 52 - Sidronia de Carvalho Guimarães

Embora os professores acima sejam classificados por Raja Gabaglia como “Extranumerários Mensalistas”, a listagem encontrada no Diário Oficial de 2 de junho de 1942 os qualifica como “Professores Auxiliares XV”, ou seja, professores que recebiam 900\$0 para lecionarem 7 horas de aula por semana.

Com relação aos nomes, a listagem do D.O. cita alguns professores que não se fazem presentes no relatório encaminhado à Presidência pelo Diretor do Externado, como os de Arcilo Papini, Maria-Chermont da Costa e Maria José Pinheiro de Melo, de Francês. Havia ainda, conforme a edição do D.O., uma vaga não preenchida para a disciplina Inglês, uma para Economia Doméstica, cinco para Canto Orfeônico e cinco para Trabalhos Manuais.

Raja Gabaglia não faz separação por categorias em seu relatório, preocupando-se apenas em listar os professores. Entretanto, a listagem do D.O. nos permite inferir que os professores relacionados abaixo se enquadravam na categoria denominada “Professor XXII”, que recebiam 1:600\$0 para lecionarem 12 horas de aula por semana.

Canto Orfeônico:

53 - Maria Paulina Lopes Patureau

Ciências:

54 - Geraldo da Gama Rangel

55 - Urbano Cesar da Cunha Lessa Jr.

Desenho:

56 - Deodato d’Anibale

57 - Emile Stein

58 - Elysio Dantas Itapicurú Coelho

Física:

59 - Anthiatenes Amaral

60 - Araizul Sother

61 - Francisco de Alcantara Gomes Filho

62 - José Nemirovski

Geografia:

63 - David Penna Aarão Reis

64 - Hugo Segadas Vianna

65 - Julio Esnaty

66 - Jurupei de Carvalho Veiga

67 - Maria de Magalhães Pôrto

História da Civilização:

- 68 - Antonio Traverso
- 69 - Hortencia Côrtes de Lacerda Costa
- 70 - Jeronymo José de Viveiros
- 71 - José Vieira Filho

História Natural:

- 72 - Alberico Diniz Gonçalves
- 73 - Arnaldo Blake Sant'Anna
- 74 - Paschoal de Faria Goes

Matemática:

- 75 - Edison Moraes
- 76 - José Oiticica Filho
- 77 - Lauro Pastor de Almeida
- 78 - Luiz Buarque de Santa Maria
- 79 - Luiz Raul de Senna Caldas
- 80 - Oswaldo Parisot Dias Pereira
- 81 - Vitor Carlos da Silva

Português:

- 82 - Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira
- 83 - Celso Ferreira da Cunha
- 84 - Elpidio Pimentel
- 85 - Francisco Gonçalves
- 86 - Modesto Dias de Abreu e Silva
- 87 - Oswaldo Deminco
- 88 - Pedro do Couto Jr.
- 89 - Roberto da Motta Macedo

Química:

- 90 - Argemiro Heraclides Barata Pinto
- 91 - Eduardo Passos Simao Filho
- 92 - Julio Galper
- 93 - Sebastião Luiz de Abreu Lobo

Na relação da edição do D.O. encontramos, além dos nomes informados no Relatório de Raja Gabaglia, o nome de mais um professor de Desenho, Gerson Pompen Pinheiro; um de Geografia, Mario de Magalhães Porto; além de informar

que haviam 6 vagas não preenchidas referentes à disciplina Latim e 1 para Trabalhos Manuais.

**Relação dos Professores Extranumerários Mensalistas – Tabela Suplementar,
segundo Relatório de 30/07/1942 elaborado por Fernando Antonio Raja
Gabaglia:**

Biologia:

94 - Luiz Carlos de Oliveira

Desenho:

95 - Godofredo Paulo da Silveira Feijó

96 - Heloisa da Silveira Ramos

97 - Iris Rodrigues Pereira de Souza

Economia e Estatística:

98 - Tristão da Cunha

Física:

99 - Carlos Guilherme de Campos

100 - Eduardo Vargas Barbosa Vianna

101 - Joaquim Honório de Oliveira

102 - Manuel Francisco de Paiva Nunes

103 - Mario Faccini

Higiene:

104 - Percy Antonio Louzada

História da Civilização:

105 - Ruy Mauro Fioravanti Pires Ferreira

História da Filosofia:

106 - Alarico de Freitas

História Natural:

107 - Antonio Geraldo Lagden Cavalcanti

108 - Delson Esposito Reis

109 - João Vater

110 - Milton Panaim

111 - Nelson Etienne Douat

Matemática:

112 - Alberto Nunes Serrão

113 - Jorge Kubruslly

114 - José Zacharias Amaral de Mattos

115 - Josué Cardoso d'Afonseca

116 - Theodomiro Rothier Duarte

117 - Zacarias Antonio de Carvalho Batalha

Psicologia:

118 - Iago Vitoriano Pimentel

119 - Vicente Miranda Reis

Química:

120 - Euclides de Carvalho

121 - Francisco Noronha

122 - Paulo caldeira Brant

123 - Rafael Gonçalves de Andrade

124 - Raul de Paiva Bello

Sociologia:

125 - Iva Waisberg

126 - Ney Palmeiro Cidade

Latim:

127 - Boaventura Ribeiro da Cunha

128 - Guilherme Vicente de Azevedo Ribeiro

129 - Jorge Delaura Meyer

130 - José Florentino Marques Leite

131 - Maria de Lourdes Nogueira

132 - Paulo da Silveira Ramos

Português:

133 - Augusto Pereira da Rocha Vianna

Os professores relacionados acima, segundo a edição do D.O. correspondiam à categoria (Professor XXII), lecionando também 12 horas por semana, com vencimentos de 1:600\$0. Se comparada à relação de Raja Gabaglia, constata-se que a relação do D.O. acrescenta o nome de 1 professor de Desenho,

Jaime de Sales Georges. Surgiram dúvidas que necessitam de investigação mais detalhada, pois enquanto o nome de Ney Palmeiro Cidade aparece como professor de Sociologia no relatório elaborado por Raja Gabaglia, na edição do D.O. aparece como professor de Psicologia. O mesmo acontece com Vicente Miranda Reis, uma vez que este aparece como Professor de Psicologia no relatório do Diretor, e como professor de Sociologia no D.O.

Relação dos Professores Extranumerários Contratados:

Segundo o D.O, os professores abaixo, tinham contrato de 1 de maio de 1942 a 31 de dezembro de 1943, com vencimentos de 2:300\$0 e ficavam obrigados a trabalhar 18 horas de aula por semana.

Ciências:

134 - João Herarde de Lamare S. Paulo

Inglês:

135 - Luiz Eugenio de Moraes Costa – Dirigente.

Francês:

136 - Raul Penido Filho – Dirigente.

A relação publicada no D.O. informa ainda, em tabela ordinária, que o Colégio Pedro II contava com 9 “Assistentes de Ensino XV” que recebiam 900\$0; e 13 “Coadjuvantes de Ensino IX”, embora uma vaga não estivesse preenchida, que recebiam 500\$0, a seguir:

Assistente de Ensino XV - 900\$0
Educação
1. Carlos Antunes Muniz.
2. Jorge Xad Zarur.
3. Oswaldo Rodrigues Fortes.
Física

4. Jaime Alves Barbosa.
5. Lauro Arruda Brito.
História Natural
6. Antonio Nicola Padula.
7. Marino Leite da Silva Castro Pinto.
Química
8. Nelson Garnier Vasconcelos.
9. Samuel Tabacow.

13 - Coadjuvante de Ensino IX - 500\$0
1. Ari Rodrigues da Malta.
2. Benjamin Miguel Farah.
3. Cairo da Silva Leite.
4. Carlos Claudio de Carvalho.
5. Carlos Potsch.
6. Emanuel Leontsinis.
7. Fernando de Souza Reis.
8. Gerson Augusto da Silva.
9. Hilgard Sternberg.
10. James Antonio de Lamare São Paulo..
11. Roberto de Castro.
12. Tito Urbano da Silveira.
13. Vago.

Por fim, consta na edição do D.O., a observação de que a relação dos professores extranumerários mensalistas correspondia à tabela numérica aprovada pelo Decreto, nº 9.474, de 25 de maio de 1942, que apresentamos anteriormente. Enquanto os Diretores enumeram, com exceção dos professores efetivos com e sem assento na Congregação, um total de 170 professores das duas seções do Colégio Pedro II, a relação do D.O, publicada cerca de um mês antes da data dos relatórios, apresenta um total de 223 professores para o Internato e o Externato do Colégio, contabilizando-se as vagas disponíveis. Se somarmos a esse número os 44 professores efetivos com e sem assento na Congregação, listados pelos Diretores do Colégio, concluímos que a instituição devia ter um quadro docente de, pelo menos, 267 professores, embora este quadro nunca estivesse completo, segundo mostram os documentos.

Retomamos aqui a polêmica envolvendo os concursos. Conforme observamos anteriormente, só em 1943 ocorreu o julgamento do Concurso de

História da Civilização. Com o objetivo de votar o relatório formulado pela comissão julgadora do referido concurso, a Congregação se reuniu em 25 de agosto de 1943. Depois de lido o relatório por Mello e Souza, Enoch da Rocha Lima fez uma longa exposição, na qual negava seu voto de aprovação a tal relatório. Rocha Lima alegou que as “instruções” que eram observadas nos concursos para provimento de cargos de professores catedráticos do Colégio Pedro II eram ultrapassadas, não correspondendo, portanto, às “modernas finalidades educacionais” daquela época. As “instruções” que regulavam o preenchimento das vagas não satisfaziam, segundo o professor, as condições consideradas “primordiais” para a verificação das “qualidades legítimas” que os candidatos deviam possuir⁸⁸.

Rocha Lima classificou as instruções como “falhas” e “insuficientes”, do ponto de vista didático e pedagógico. Segundo o professor, didaticamente todas as provas apresentadas pelos candidatos deveriam ser apreciadas obrigatoriamente sob os aspectos da “sociologia, psicologia, da biologia educacionais” e tendo em vista as diretrizes da então “moderna filosofia da educação”. Tanto examinadores, quanto os candidatos deveriam dar “demonstrações exatas dessas expressões educacionais”, que considerava “imprescindíveis” na admissão de um catedrático no quadro efetivo do Colégio. Outro problema trazido por Rocha Lima sobre o sistema de provimento de cargos era que as teses dos candidatos ao concurso de História da Civilização traziam data de 1941 e elas foram examinadas e discutidas em 1943. Sem querer condenar a “eloquência”, considerada muitas vezes necessária, o professor afirmou que esses dois anos de diferença entre a data de entrega e a análise seriam tempo de sobra para que qualquer candidato defendesse os aspectos mais paradoxais contidos nas teses. A prova escrita, sem as diretrizes da psicologia e da sociologia educacionais, convertia-se em prova de erudição, índice que considerava de valor restrito para a função educacional. A erudição não devia ser desprezada, mas era um erro supor que “os pedagogos mais eminentes eram aqueles que escreveram livros cheios de erudição sobre matéria pedagógica”. A prova escrita só tinha um valor real, segundo Rocha Lima: “a demonstração da capacidade intelectual do candidato sobre um assunto em que

⁸⁸ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

devia tratar didaticamente”. A prova didática sim, teria valor integral, desde que feita tecnicamente, com a presença de uma turma e com a exibição pelo candidato, perante a comissão examinadora, de um plano para uma aula com duração de 50 minutos⁸⁹.

Rocha Lima citou vários autores, dentre eles, Dewey e Kilpatrick, para sustentar sua argumentação, amparando-se também, em equívocos cometidos pelos candidatos do concurso. Argumentou o professor que votava contra o parecer formulado pela banca examinadora porque o processo de provimento não conduzia os candidatos a revelar as características substanciais da função de professor. Afirmou ainda, que o Colégio Pedro II devia se interessar pela substituição de “valores mortos” por “outros mais ajustados a novos interesses e a novos ideais humanos”, impugnando tal parecer. Rocha Lima questionou ainda, os critérios para conferir as notas do concurso, afirmando estarem em desacordo com o mérito demonstrado pelos candidatos. A causa da falha na atribuição das notas, segundo o catedrático, seria a “fadiga excessiva e consequente” na qual se encontravam os membros da comissão examinadora “devido às seis horas de atenção constantes”.

Teria sido a vigência de “instruções” que considerava “obscuras, omissas e retrógradadas”, responsável também, pela necessidade de realização de três concursos para a cadeira de Química, num período de onze anos de interinidade dos respectivos docentes, sendo que dois dos concursos foram anulados.

Nelson Romero, que votou a favor do parecer, afirmou que Rocha Lima devia ter formulado as considerações supracitadas antes da apresentação do parecer e que, se assim tivesse feito, poderia ter contribuído para orientar o poder público. Nelson Romero afirmou que Rocha Lima pretendia insultar os colegas da Comissão Julgadora, mas solicitou na reunião seguinte, que tal fato fosse corrigido em ata, alegando que não quis afirmar que Rocha Lima havia insultado, destrutado ou menosprezado os colegas da Congregação que tomaram parte no concurso. Nelson Romero afirmou também, que se fosse negada a confiança aos colegas da Comissão Julgadora do referido concurso, se retiraria da comissão para o concurso de Latim, para a qual havia sido eleito.

⁸⁹ Idem.

Cyro Farina, não entrando no mérito das ideias de Rocha Lima, entendia que “boas ou más, as instruções eram o que eram”, e aquele não seria o local, nem a oportunidade para ataca-las. O que cabia era acata-las, pois a Congregação havia sido convocada para aprovar ou rejeitar o parecer de um concurso já realizado, e não para elaborar bases.

A discussão perdurou. Gildásio Amado solicitou que todos os documentos do concurso fossem disponibilizados por 48 horas para análise dos membros da Congregação, o que foi votado e aceito⁹⁰.

Na reunião seguinte, Nelson Romero, em longo pronunciamento, comunicou à Congregação que declinava da “honra de ser examinador do concurso de Latim” em razão da polêmica relativa ao concurso de História da Civilização.

Confirmamos através das atas que o parecer da comissão julgadora indicava para as vagas de professores catedráticos de História da Civilização no Internato, os Professores Roberto Bandeira Accioli e Oscar Przewodowsky⁹¹.

Haroldo Lisboa da Cunha, por sua vez, classificou de “celeuma” o que alguns colegas estavam pretendendo levantar em torno do julgamento do parecer. Clóvis Monteiro, então Presidente da Congregação, afirmou que não encontrava elementos em que sustentasse, conscientemente, o seu voto, pois as provas estavam “muito abaixo do nível de inteligência e de cultura” que sempre fora exigido nos concursos para catedrático do Colégio. Algumas arguições de tese foram superficiais, pouco relacionavam-se com a matéria, o que dificultou para que o Presidente e Professor Catedrático verificasse a capacidade ou incapacidade dos candidatos.

O parecer da comissão julgadora finalmente foi aprovado por 10 votos a favor e 5 contra. Os dois membros da Congregação que fizeram parte da Comissão Julgadora, Raja Gabaglia e Mello e Souza, não tomaram parte na votação. Foi aprovado um voto de louvor a esses dois professores, proposto por George Sumner, pelos trabalhos prestados. Sumner, endossado por Raja Gabaglia, requereu também, um voto de agradecimento aos examinadores designados pelo

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

Conselho Nacional de Educação, pelos favores prestados ao Colégio, o que foi aprovado, mas 6 professores votaram contra tal requerimento⁹².

Para Barros (2009, p.202), alguns professores tornaram-se fiéis colaboradores do Estado Novo e procuraram tirar proveito disso. Segundo o autor, o professor do Colégio que mais teria se aproximado e aderido ao governo, foi justamente Roberto Bandeira Accioli, cujo nome pode ser visto com frequência no noticiário da época, esmerando-se na organização de atividades patrióticas e esportivas com os alunos, contribuindo para as mobilizações da Juventude Brasileira ou prestando homenagem a Getúlio Vargas e sua Esposa, D. Darcy. Segundo Barros (2009, p.203), alguns dos que se esforçaram em apoiar o governo teriam sido reconhecidos e recompensados, como o próprio Roberto Accioli, aprovado no referido concurso tido por manipulado.

Na reunião seguinte, realizada em 3 de setembro de 1943, as discussões estavam focadas na votação de um parecer redigido por uma comissão formada por Nelson Romero (relator), George Sumner, Quintino do Valle e Raja Gabaglia, sobre a pretensão do professor David José Perez de ser nomeado para a cadeira de Espanhol aproveitando-se de um concurso que havia realizado há tempos. Esse parecer foi aprovado por unanimidade de votos. Nessa mesma ocasião, Euclides Roxo apresentou uma moção assinada por 20 professores na qual a Congregação solicitava a prorrogação, até o ano de 1945, do decreto lei nº 5125, de 22 de dezembro de 1942, atendendo à exiguidade de tempo para concluir o concurso de Latim; à impossibilidade de abertura de inscrições para o concurso de Filosofia, o que impediria que se inscrevessem professores de “reconhecido saber e grande experiência”; e que ainda era diminuto o número de portadores de diplomas de licença, pois as Faculdades de Filosofia com a finalidade de preparar candidatos ao magistério do Ensino Secundário eram de criação recente. A Congregação definiu uma comissão para tratar do assunto junto ao Ministro, uma vez que, segundo Nelson Romero, o Colégio não podia mais suportar as demoras na realização dos concursos, conforme vinha acontecendo, pelo fato de aguardar a constituição das comissões pelo Conselho Nacional de Educação. Verificamos em atas do ano de 1945, que essa solicitação foi atendida. Também nessa reunião,

⁹² Idem.

Euclides Roxo fez um apelo para que Nelson Romero retirasse sua renúncia ao cargo de examinador do concurso de Latim, mas Romero alegou, num primeiro momento, que sua presença não era necessária na banca e que sua renúncia se deu porque a Congregação decidiu querer discutir os concursos pela “má” ou “boa” organização das instruções. Depois que Quintino do Valle e Cecil Thiré falaram sobre o apelo de Roxo, Nelson Romero cedeu ao apelo da Congregação e foi concedido a ele um voto de agradecimento. Foi conferido também, um voto de pesar pelo falecimento do professor Benedito Raymundo. Sobre esse último fato, Raja Gabaglia propôs que se realizasse uma sessão fúnebre de caráter público em homenagem ao professor falecido, convidando Lafayette Rodrigues e Enoch da Rocha Lima para oradores em tal sessão, o que foi aprovado⁹³.

A primeira reunião do Corpo Docente Congregado no ano de 1944 foi para que este emitisse opinião ao Ministro da Educação sobre a criação da Cadeira de História do Brasil. Os catedráticos de História Geral votaram contra tal proposta. Na reunião seguinte, foi definida uma comissão formada por Honório Silvestre, Othello Reis, George Sumner e Raja Gabaglia para representarem a Congregação do Colégio Pedro II no Congresso de Geografia realizado em Belém do Pará. Em seguida, o Presidente Raja Gabaglia expôs aos membros da Congregação sobre um novo sistema de recrutamento de professores extranumerários para o Colégio. Reportava-se, portanto, à lei que havia sido aprovada pelo Presidente da República, passando a atribuição que pertencia ao Colégio, para a divisão de seleção do DASP, que, por sua vez, procederia na contratação de professores extranumerários do mesmo modo como se recrutavam os funcionários burocráticos. Vários professores se manifestaram no sentido de que essa medida ofendia estatutos dos funcionários públicos. Raja Gabaglia entendia que o assunto devia ser estudado e foram nomeados Euclides Roxo, Quintino do Valle, Mello e Souza, além do presidente da Congregação, para uma comissão composta para tal finalidade. Na reunião seguinte, Mello e Souza, como relator da comissão nomeada, redigiu uma moção que devia ser enviada em forma de apelo ao Ministro da Educação e ao Presidente do DASP com a finalidade de que fossem transferidas para outros órgãos administrativos a realização dos concursos para

⁹³ Idem.

provimentos da função do magistério no Colégio Pedro II. Foi decidido que tal moção não seria publicada enquanto não fosse entregue e obtivesse autorização pelo Ministro. Foi constituída comissão formada por Raja Gabaglia, Clóvis Monteiro, Euclides Roxo, Mello e Souza e Roberto Aciolli para levar o documento ao Ministro e ao presidente do DASP. Nelson Romero declarou estar com a Congregação, mas entendia que a moção devia ser publicada depois da entrega por se tratar de uma questão impessoal, conforme desejavam todos os professores do Corpo Docente Congregado⁹⁴.

Nessa mesma reunião, George Sumner manifestou-se no sentido de que a Congregação tomasse parte na defesa do Professor Waldemiro Potsch num caso envolvendo a Comissão do Livro Didático, que teria “proferido um ato injusto” contra o referido catedrático. Potsch recebeu voto de louvor pela publicação que acabava de realizar. Na reunião de 20 de novembro, o assunto retorna quando Jurandyr Paes Leme solicita que antes de qualquer outro assunto, fosse votada moção de Sumner, no sentido da Congregação se congratular com Potsch pela defesa que vinha realizando em abono dos livros de sua autoria, sobre o ensino da cadeira da qual era professor catedrático no Colégio. A proposta de Sumner foi igualmente aprovada.

Em 16 de outubro de 1944, o Presidente Raja Gabaglia comunicou à Congregação que Jonathas Serrano se encontrava gravemente enfermo e foi definida uma comissão formada por Euclides Roxo, Roberto Aciolli e Nelson Romero para visitá-lo no Hospital. A morte de Jonathas Serrano é comunicada 15 dias depois, em reunião da Congregação. Um voto de pesar foi aprovado e diversas demonstrações de instituições científicas e literárias, de professores, funcionários e estudantes foram recebidas. Foi comunicado também, a realização de uma sessão fúnebre e a proposição de dar o nome de Jonathas Serrano a uma das salas do Colégio, o que foi aprovado por unanimidade. Roberto Accioli, Mello e Souza, Oscar Przewodoswski e Octacílio Alves Pereira seriam oradores na sessão, ressaltando aspectos da vida de Serrano. O Presidente afirmou ainda, que iria convidar o Ministro Gustavo Capanema para presidir a sessão fúnebre. Seria também realizada uma missa rezada pelo Monsenhor Mac-Dowell na Igreja do

⁹⁴ Idem.

Engenho Velho. Professores de História e de Filosofia foram designados dias depois para avaliar a biblioteca que pertenceu a Jonathas Serrano, conforme determinação do Ministério da Educação e sugestão da Congregação.

A Congregação do Colégio, na mesma data, definiu que George Sumner a representaria na Comissão Especial da Indústria Nacional do Livro. Sumner também recebeu congratulações por ocasião da inauguração de seu busto, nas dependências do Internato do Colégio, em cujo ato estiveram presentes Raja Gabaglia e Clóvis Monteiro, bem como por ter sido eleito pelo Conselho Hahnemaniano para, na qualidade de professor do Colégio, fazer parte de uma banca de Física Médica.

Na última reunião do ano, realizada em 20 de novembro de 1944, além das manifestações de apoio já mencionadas a Waldemiro Potsch, o Presidente comunica e propõe voto de pesar pelo falecimento de Elpídio Maria Trindade, professor já aposentado. Raja Gabaglia recebeu voto de congratulação por atingir o decanato. Ao agradecer o voto dos colegas, disse “ser muito honroso...ocupar o primeiro lugar – aquele que foi exercido, até então, honrosamente pelo professor Joaquim Ignácio de Almeida Lisboa, que se retirava, na idade limite, gozando perfeita saúde.”⁹⁵

Na primeira reunião do ano de 1945, Raja Gabaglia permanecia na presidência da Congregação em razão de Clóvis Monteiro fazer parte da comissão julgadora do concurso de Latim e não desejar, por esse motivo, permanecer no exercício da presidência. Antenor Nascentes apresentou suas despedidas à Congregação nessa reunião, por ter sido aposentado, conforme havia solicitado. Foi aprovado um ato que criava a Sala Antenor Nascentes, bem como um voto de louvor pela maneira como exerceu o magistério no Colégio. Nelson Romero alegou estranhar que ainda não se tivesse marcado a data para a realização de uma homenagem a Antenor Nascentes, uma vez que já havia ficado determinada uma homenagem a Almeida Lisbôa, que também acabava de se aposentar. Por proposta ao Professor Gabaglia, a Congregação deliberou que se realizasse, oportunamente, uma sessão solene em homenagem a Antenor Nascentes. Raja Gabaglia explicou também, que a homenagem a Almeida Lisbôa estava dependendo unicamente da

⁹⁵ Idem.

publicação de um trabalho escrito pelo próprio Almeida Lisbôa, que seria divulgado no próximo Anuário do Colégio. Definiu-se que Nelson Romero falaria na homenagem a Almeida Lisbôa e que Clóvis Monteiro falaria na homenagem a Antenor Nascentes em nome da Congregação. Votos de pesar pela morte de Raul Belivacqua, antigo professor e funcionário administrativo, pela morte de Clara Galvão e Silvia Faletti, ambas professoras mensalistas, pela morte do Presidente Franklin Roosevelt, por uma catástrofe envolvendo um navio de guerra brasileiro e pelo desaparecimento, em terras europeias, de um tenente da aviação e ex-aluno do Colégio, foram aprovados.

A Congregação se via com a necessidade de resolver urgentemente as questões relativas ao concurso de Latim. O professor Vandick Londres da Nóbrega, candidato inscrito no referido concurso, solicitou permissão para juntar ao processo do concurso, outros títulos que foram adquiridos no intervalo do início das provas do concurso, o que foi indeferido pela Congregação.

As reuniões seguintes foram marcadas por uma polêmica envolvendo o professor Antenor Nascentes. Um de seus alunos, apoiado pela “União Metropolitana dos Estudantes” solicitou em ofício encaminhado à Congregação, que as notas de suas provas escritas de Espanhol fossem revistas. Uma comissão foi formada para estudar o caso. Nelson Romero constatou que o caso não foi tratado com justiça por Antenor Nascentes porque ele havia conferido grau quatro a uma turma de 62 alunos de maneira indiscriminada. Tais notas deveriam ter variado de zero a seis e não figurava qualquer correção ou anotação do julgador nas provas. Dito de outra forma, num período de sete meses, nenhum aluno havia progredido ou regredido de acordo com a nota única dada. A comissão, que contava com Cyro Farina, Haroldo Lisbôa da Cunha e George Sumner elaborou um parecer solicitando que fosse aprovada pela Congregação a alternativa de atribuir à prova contestada, a verdadeira nota, de acordo com as correções feitas pelo próprio Professor Nascentes. Essa nota, de acordo com as correções feitas foi de dois e meio. Tal fato não abriria o precedente perigoso da revisão de notas, uma vez que a comissão, na opinião de Nelson Romero, “não fez outra coisa, senão dar à segunda prova parcial do aluno requerente, a nota que teria sido

atribuída pelo Professor Nascentes, senão tivesse ocorrido um *lapsus calami*". O parecer foi aprovado.

Na reunião de 17 de agosto de 1945, o professor Sá Roriz encaminhou à mesa um projeto de programa para a cadeira de Desenho, em virtude de naquele momento ainda não haver um programa oficial para o ensino dessa disciplina. A Congregação mandou que se colocasse em execução o programa de autoria do professor Sá Roriz, comunicando ao Ministro da Educação como seria procedido em relação ao ensino de Desenho. Nelson Romero, em seguida, leu um esboço de um projeto contendo aspirações do Corpo Docente no sentido de que a Congregação tivesse tratamento igual ao dos catedráticos das Escolas Superiores. Um desdobramento dessa última questão só foi encontrado na ata da reunião de 5 de outubro, quando foi comunicado pelo Presidente Raja Gabaglia que tivera um encontro, juntamente com o professor Aciolli, com o General Mendes de Moraes, cuja visita havia trazido "ótima impressão" acerca do que se pretendia realizar em termos de aumento de vencimentos do funcionalismo público, naquela época. Com relação ao desejo dos professores do Colégio Pedro II, isto é, a sua equiparação aos professores do magistério superior, o General se ofereceu para encaminhar aos "poderes competentes", o memorial que os membros da Congregação achassem conveniente endereçar. Clóvis Monteiro, Nelson Romero, George Sumner, Roberto Aciolli e Raja Gabaglia foram designados para escreverem o memorial⁹⁶.

Enfim, o concurso de Latim passa a ser o tema abordado nas reuniões seguintes. Na ocasião em que os pontos foram sorteados, na reunião de 10 de setembro, Quintino do Valle afirmou que não via motivos para que o referido concurso fosse diferente dos anteriores, cuja dificuldade das provas ficou evidente. O Presidente da Congregação convidou a Banca Examinadora a visitar a biblioteca do Externato para separar as obras dos autores da lista de pontos, afim de que os livros em questão fossem colocados num cofre até o término da prova, conforme aprovado pela Congregação. George Sumner, Cyro Farina e Paes Leme foram designados para fiscalização da prova escrita do concurso.

⁹⁶ Idem.

Um dos candidatos, Fernando Barata, encaminhou uma carta ao Presidente Raja Gabaglia, que foi anexada aos processos do concurso e transcrita nas atas dos trabalhos. Barata alegava possuir elementos suficientes para classificar como “injusta” a diferença de tratamento dispensada pela maioria da comissão examinadora do concurso de Latim na ocasião do julgamento da prova de títulos e nas provas de defesa de tese. O candidato reclamava das notas “mais ou menos do conhecimento público” e questionava o *veredictum* da maioria da comissão. Alegando merecer respeito, o candidato antecipou-se na defesa dos “seus direitos”.

Em 14 de setembro foram sorteados os pontos para a prova oral e em 24 do mesmo mês, a comissão julgadora procedeu à leitura do relatório encaminhado à Congregação sobre o concurso. Roberto Aciolli e Quintino do Valle pediram vista do relatório pelo prazo de 72 horas, o que foi concedido pela Congregação. O candidato Fernando Barata encaminhou nova carta alegando estranhamento por não ter sido notificado de qualquer medida tomada com relação à carta anteriormente enviada. Reiterou nessa segunda carta o seu protesto e reafirmou o propósito de recorrer contra o processado no concurso de Latim.

Os debates tiveram prosseguimento na reunião de 5 de outubro. Nelson Romero pediu a palavra para falar da atuação da comissão examinadora no processo e da obediência às instruções para o concurso. Oscar Przewodowski declarou-se magoado pelo fato do nome de Fernando Barata não constar no relatório da comissão, pois o candidato havia se retirado das últimas provas do concurso em julgamento naquela data. Prosseguindo, Przewodowski afirmou que a Congregação não podia se referir sob nenhum aspecto ao mérito do candidato porque as duas únicas notas que conseguiu nos títulos e defesa de tese ficariam em sigilo, de acordo com a praxe do Colégio em casos semelhantes. As notas não foram publicadas⁹⁷.

Quintino do Valle, Honório Silvestre, Roberto Aciolli, Saboia Barbosa, George Sumner e Lafayette Rodrigues Pereira votaram contra o relatório da comissão julgadora. Entretanto, o relatório foi aprovado pelos votos de Oscar Przewodowski, Gildásio Amado, Jurandyr Paes Leme, Haroldo Lisboa da Cunha,

⁹⁷ Idem.

Sá Roriz, Cyro Farina, Euclides Roxo e Raja Gabaglia. Cecil Thiré absteve-se de votar. Clóvis Monteiro e Nelson Romero não votaram porque fizeram parte da comissão julgadora do concurso de Latim. No final da votação, Lafayette Rodrigues Pereira pediu a palavra para dar uma explicação sobre a razão pela qual compareceu à Congregação, embora tivesse assumido anteriormente o compromisso de não votar ou acompanhar os processos dos concursos realizados no Colégio por motivos que preferia guardar para si. O professor Lafayette foi à Congregação como um protesto, pois se propalava que o Presidente consideraria voto favorável ao parecer, a ausência de qualquer professor. Assim, Lafayette votou contra o parecer. Raja Gabaglia, em resposta afirmou que o quórum para as votações em concurso era apurado pela presença dos membros da Congregação que se achavam em exercício, isto é, os dois terços da Congregação.

Na reunião de 5 de novembro, constatamos que Waldemiro Potsch se encontrava na Presidência da Congregação. Tal fato se deveu a Raja Gabaglia ter comunicado que havia tomado posse do cargo de Secretário Geral da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, onde estaria à disposição dos colegas e que voltaria ao Colégio em 90 dias. A Presidência foi passada a Clóvis Monteiro, que felicitou Raja Gabaglia por passar a representar o Colégio Pedro II na administração local. Nelson Romero, por sua vez, exaltou a atuação de Raja Gabaglia na cátedra e na administração do Externato, solicitando que fosse marcada uma data para que a Congregação prestasse homenagem, não só a Raja Gabaglia, mas também ao então Prefeito do Distrito Federal, catedrático e bacharel pelo Colégio, José Philadelpho de Barros Azevedo, que assumiu o cargo anteriormente ocupado por outro catedrático do Colégio, Henrique Dodsworth. A comissão constituída para a posse de Raja Gabaglia seria formada por todos os professores presentes à Congregação. Como Clóvis Monteiro ainda tinha motivos para ter passado a Presidência da Congregação a Raja Gabaglia, ou seja, naquela reunião ainda seriam julgados os recursos apresentados por três candidatos que não haviam logrado classificação no concurso de Latim, dentre eles, Fernando Barata, o Professor Potsch foi convidado, na qualidade de mais antigo dos membros da Congregação, para assumir a presidência.

Os recursos do concurso de Latim foram lidos e ficou a cargo de Nelson Romero, um dos membros da comissão examinadora, a análise dos mesmos, por determinação de Raja Gabaglia quando este era ainda Presidente do Corpo Docente Congregado. Romero entendeu que nenhum dos três recursos encontrou amparo nas respectivas “instruções” para levarem a efeito a anulação do concurso, como pretendiam os requerentes. Haroldo Lisbôa da Cunha pediu a palavra e disse que os recursos sempre deviam ser levados a uma comissão para que fossem estudados. De acordo, a Congregação nomeou Gildásio Amado, Haroldo Lisbôa da Cunha e Othello Reis. O Presidente solicitou urgência no caso. Waldemiro Potsch afirmou ainda, que “a Congregação não podia deixar de se regozijar com a transformação política pela qual passava o Brasil”, sugerindo que a Congregação visitasse o Ministro da Educação Leitão da Cunha, o que foi aprovado por unanimidade. Mais adiante verificamos que após a visita, foi nomeada uma comissão formada por Sá Roriz, Mello e Souza, Nelson Romero, Saboia Barbosa e Othello Reis para fazer uma avaliação com relação às reivindicações que a Congregação tinha direito. Essa comissão, conforme foi esclarecido nas atas, funcionaria internamente e devia apresentar suas conclusões à Congregação o mais rápido possível.

Na reunião seguinte, Cyro Farina, pela ordem de antiguidade na Congregação deveria presidir os trabalhos, em virtude do impedimento de Clóvis Monteiro. Porém, declinou e solicitou que Waldemiro Potsch continuasse na Presidência para decidir sobre os recursos, cujo processamento teve início na sessão anterior. Por unanimidade, foi aprovado um parecer elaborado pela comissão encarregada de estudar o caso e que concluiu que as alegações dos requerentes não procediam⁹⁸.

Em 12 de novembro, Clóvis Monteiro retornou à Presidência da Congregação. Nessa reunião, o Presidente comunicou que “o Aviso número 562, de nove corrente, do Ministro da Educação e Saúde, dizia que a Congregação voltaria ao seu antigo prestígio, desde que o Governo está no propósito de assim realizar”. Raul Leitão da Cunha solicitou providências ao Presidente no sentido de que a Congregação elegeisse três de seus membros catedráticos efetivos para que

⁹⁸ Idem.

dentre eles fosse escolhido, pelo governo, o novo Diretor do Externato. Corre a urna colhendo os votos dos membros da Congregação. Dezesete cédulas foram recolhidas e a lista tríplice foi composta por George Sumner (com 13 votos), Waldemiro Potsch (10 votos) e Euclides Roxo (com 8 votos). Outros 6 professores dividiram os 20 votos restantes. George Sumner pediu a palavra após a votação para pedir que essa mesma lista fosse remetida pela ordem de antiguidade, sem mencionar o número de votos obtidos. Honório Silvestre votou contra. Cyro Farina declarou “louvável” a preocupação de Sumner, mas lembrou que a comunicação em ordem alfabética ao Governo resolveria o caso. Dentre os agradecimentos dos eleitos, a proposta de Cyro Farina acabou sendo aprovada.

A reunião que encerra o recorte temporal adotado nessa pesquisa foi realizada 17 de dezembro de 1945. Nesta ocasião, George Sumner comunicou à Congregação ter encaminhado ao Ministro da Educação, o resumo de sugestões sobre vários assuntos que envolviam os interesses do Colégio, como as instruções para concursos, as desapropriações para alargamento do Externato e do Internato, elaboração de programas pela Congregação, dentre outros. Por fim, foram designados Haroldo Lisbôa da Cunha, Mello e Souza e Gildásio Amado para, em comissão, organizarem as instruções para os concursos de professores catedráticos do Colégio Pedro II⁹⁹.

Verificamos que o Colégio Pedro II contava nos anos 1940 com significativo número de professores de diversas categorias. Esse fato pode ter sido potencializado não só pelo aumento de alunos, mas pela incorporação do Colégio Universitário, mesmo assim encontramos indícios de que havia vagas não preenchidas. Os relatórios dos diretores do Colégio apresentam nomes de professores até de disciplinas, cuja obrigatoriedade havia sido retirada dos currículos do ensino secundário pela Reforma Capanema, como no caso dos professores de Sociologia. A dificuldade de compatibilizar os números dos documentos encontrados, a circulação dos professores, as mudanças de nomenclatura das categorias de professores promovidas pelos decretos e leis, podem ter culminado na Portaria Ministerial nº 516, de 23 de novembro de 1944, que designou uma comissão para organizar a lotação do pessoal efetivo e

⁹⁹ Idem.

extranumerário do Colégio Pedro II. Organizar a lotação dos professores tornou-se uma necessidade.

Em outro relatório produzido no ano de 1944, encontrado no NUDOM, redigido pelo Diretor Clóvis Monteiro, do Internato, é ressaltado que, pela ordem hierárquica, o corpo docente do Colégio Pedro II constituía-se de professores catedráticos, docentes livres, professores honorários e professores de Educação Física. Além destes, existiam os extranumerários – contratados e mensalistas: professores dirigentes, professores, professores adjuntos, assistentes de ensino e auxiliares de ensino. A Congregação era o órgão representativo máximo do corpo docente, e constituía-se dos professores catedráticos em exercício e dos professores catedráticos em disponibilidade, nos termos do regimento, e “do substituto que, pelo decreto número 16.782- A, de 13 de janeiro de 1925, não passou a catedrático”¹⁰⁰. Observa-se, portanto, que apesar de Adrien Delpech ter se tornado catedrático ainda na segunda metade da década de 1920, ter se aposentado em meados dos anos 1930 e, conforme ata da reunião da Congregação de 10/08/1942, ter falecido, documentos oficiais posteriores cronologicamente continuavam a se referir ao Professor Delpech como “o único dos substitutos que não teve acesso à catedrático”. A categoria “docente livre”, que deveria ter sido extinta nos anos 1930 pela Reforma Campos, permaneceu no Colégio.

Como desdobramentos dos fatos narrados até o ano de 1945, embora não tenha sido feita nenhuma referência em atas investigadas até o ano em questão, confirmamos que a Congregação foi convocada pela primeira vez no ano de 1946 para receber o novo professor Catedrático Vandick Londres da Nóbrega. Vandick da Nóbrega chegou à Direção do Internato em 1948, ou seja, cerca de 3 anos após sua nomeação como catedrático e permaneceu nesse cargo por 10 anos. Parece que embora o último concurso de Latim reservasse duas vagas para o Internato, apenas o referido professor tomou posse, pois segundo fontes consultadas, somente em 1950 um novo catedrático seria eleito. Trata-se de Cândido Jucá (Filho), eleito para a cadeira de Português. Ressaltamos ainda, que dos membros da Congregação que ocuparam as cadeiras na primeira metade dos anos 1940, Rocha Lima dirigiu o Internato entre fevereiro e agosto de 1961,

¹⁰⁰ MONTEIRO, Clovis do Rego. Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. Relativo aos anos de 1938 a 1943. Rio de Janeiro, 1944.

Roberto Acioli dirigiu o Externato entre 1962 e 1964, Carlos Potsh dirigiu o Externato entre 1964 e 1967, Vandick da Nóbrega retorna à direção do Internato entre 1964 e 1967 e, por fim, Haroldo Lisbôa da Cunha dirigiu o Externato durante o ano de 1967.

No final da década de 1940, o Colégio Pedro II tinha sua Congregação formada por 21 professores: Fernando Antonio Raja Gabaglia (catedrático de Geografia e Decano da Congregação); Lafayette Rodrigues Pereira (catedrático de História Natural); Honório de Souza Silvestre (Catedrático de Geografia); Euclides de Medeiros Guimarães Roxo (catedrático de Matemática – falecido em 1950); Cyro Romano Farina (catedrático de Italiano); Cecil Thiré (catedrático de Matemática); José Rodrigues Leite e Oiticica (catedrático de Português); Waldemiro Alves Potsch (catedrático de História Natural); Henrique de Toledo Dodsworth Filho (catedrático de Física); Quintino do Valle (catedrático de Português); João Baptista de Mello e Souza (catedrático de História Geral e do Brasil); George Sumner (catedrático de Física); Enoch da Rocha Lima (catedrático de Desenho); José de Sá Roriz (catedrático de Desenho); Haroldo Lisbôa da Cunha (catedrático de Matemática); Nelson Romero (catedrático de Filosofia); Clóvis do Rêgo Monteiro (catedrático de Português); Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães (catedrático de Química); João Saboia Barbosa (catedrático de Desenho); Jurandyr dos Reis Paes Leme (catedrático de Desenho) e Gildásio Amado (catedrático de Química).

Entre 1949 e 1950, conforme o Anuário – Volume XV, o Externato contava com 15 Catedráticos, 3 Catedráticos Interinos, 4 Professores, 157 Professores Adjuntos¹⁰¹, 5 Assistentes de Ensino, 8 Auxiliares de Ensino e 4 Instrutores. O Internato possuía, no mesmo período, 9 Catedráticos, 6 Catedráticos Interinos, 4 Professores, 6 Professores Dirigentes, 23 Professores de Ensino Secundário¹⁰², 3 Assistentes de Ensino, 11 Auxiliares de Ensino e 1 Instrutor.

¹⁰¹ O número elevado de professores dessa categoria pode ser indicativo de que o termo “Professores Adjuntos” tenha mudado de sentido após 1945, uma vez que antes, se referia à antiga categoria de “Repetidores”.

¹⁰² Essa pode ser mais um exemplo de categoria de professores que já existia e muda de denominação com o passar dos anos ou de falta de padronização na linguagem utilizada pelos Diretores do Internato e do Externato para relacionar as categorias de professores existentes no Colégio Pedro II. Embora seja necessário investigar mais detalhadamente, é possível que o Diretor do Internato tenha classificado de “Professores de Ensino Secundário” a categoria que o Diretor do

Lembramos da possibilidade de alguns catedráticos ainda serem comuns às duas seções do Colégio e que alguns desses professores do final da década de 1940 também podem ter dado aulas tanto no Internato, como no Externato. Se desconsiderarmos a possibilidade de contagem dupla, segundo os números acima, o Colégio Pedro II contava com 259 professores de diversas categorias no final dos anos 1940.

5

Aspectos da Identidade Profissional dos Professores do Colégio Pedro II

Neste capítulo retomamos os principais aspectos sobre a identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II que emergiram da documentação investigada, relativa ao período entre 1925 e 1945. Ao destacarmos a identidade profissional, no caso a docente, não pretendemos desvincular sua compreensão de outros tipos de identidade, e sim enfatizar um determinado aspecto da construção da identidade, que é o profissional. Daí a importância de compreender o processo de socialização conforme analisado por Dubar (1997). Assim, a socialização poderá definir-se “antes de mais, pela imersão dos indivíduos naquilo que se chama ‘mundo vivido’, o qual é, simultaneamente, um ‘universo simbólico e cultural’ e um ‘saber sobre este mundo’” (Dubar, 1997, p.94).

Observamos nos capítulos anteriores que o período supracitado é caracterizado pela culminância de um processo, ou seja, o ensino secundário se consolidou como uma forma de ensino regular, articulada com as demais e suas atribuições foram definidas objetivamente. A criação do Registro e a institucionalização da Formação dos Professores, pois até então não havia uma formação específica, foram elementos que auxiliaram na consolidação do ensino secundário como um ramo de ensino, como parte de um sistema.

5.1

Sobre as Categorias de Professores

Diante do grande número de categorias nas quais foram enquadrados os professores no período investigado, consideramos importante retomarmos aqui essa questão. Uma das grandes dificuldades enfrentadas na pesquisa se deveu à uma prática recorrente por parte dos professores e funcionários responsáveis pela

elaboração das fontes ou pelo registro das informações que investigamos, o “anacronismo”, ou seja, um erro considerado grave em História e que consiste na utilização indiscriminada de conceitos de uma época para a análise dos fatos de um outro tempo. Um exemplo a ser citado é o do Anuário de Número XV do Colégio Pedro II, que apresenta uma listagem dos professores do quadro efetivo desde 1838, primeiro ano de funcionamento do Colégio, até 1950 e considera como “Catedráticos” os primeiros professores nomeados, sendo que esta categoria foi criada posteriormente a esse contexto histórico¹⁰³.

Para além do anacronismo, verificamos que algumas categorias de professores foram ressignificadas, ou seja, algumas mantiveram a nomenclatura ao longo do período investigado, mas seu sentido ou suas atribuições mudaram. Outras permaneceram com as atribuições, porém mudaram algumas vezes de nomenclatura. Para o primeiro caso podemos citar os “Catedráticos”, assim chamados durante todo período investigado, esses eram os professores mais importantes do Colégio, mas suas atribuições, direitos e deveres mudaram de acordo com as Reformas da Educação. Para o segundo caso, podemos citar os professores “Suplementares” que, como mostramos, eram chamados de várias outras formas, porém sempre foram responsáveis pelo ensino nas turmas também assim chamadas.

O aumento das dificuldades perpassa também, pela inexistência de uma linguagem e de uma formatação padronizada nos relatórios produzidos pelos diretores do Colégio, ou seja, em alguns casos observamos que os diretores do Internato e do Externato se referiram de formas diferentes à mesma categoria de professores. Vejamos como isso ocorreu.

Segundo a Reforma Rocha Vaz (1925), o corpo docente do Colégio Pedro II era formado por Professores Catedráticos; Docentes Livres; Professores Honorários; Professores de Desenho e de Ginástica; e Auxiliares de Ensino, esta última categoria era composta pelos Preparadores e Repetidores. Os “Repetidores” passaram a ser chamados de “Adjuntos” em 1928, porém suas atribuições se ampliam, pois de meros repassadores das aulas dadas pelos

¹⁰³ Segundo Massunaga (1989, p.98), os “Catedráticos” surgem com a Reforma Maximiliano em 1915 para regência efetiva das cadeiras. Anteriormente, de 1890 a 1910, o corpo docente era formado por “Lentes” e “Professores”, sendo o último termo aplicado aos professores de ginástica, desenho e música.

catedráticos, passam a ser incumbidos de auxiliar os catedráticos. A Reforma previa ainda, a categoria dos Professores Privativos, mas não encontramos menções sobre esta categoria nos documentos investigados. Com o aumento do número de alunos foi necessária a abertura de turmas suplementares. Os Professores Catedráticos e Docentes Livres tornaram-se insuficientes para lecionar nessas turmas e foram contratados então, os Professores Suplementares. Os Professores Suplementares são também chamados em documentos diferentes, porém do mesmo período, de “Regentes Estranhos”, “Pessoas Estranhas”, “Elementos Estranhos” ou “Professores Estranhos” ao corpo docente efetivo, bem como de “professores além dos catedráticos” ou “professores além dos efetivos”.

A Reforma Campos (1931) manteve os Catedráticos como a categoria mais importante; criou a categoria dos Professores Dirigentes, contratados para orientação e fiscalização das línguas vivas; previa também a contratação de um Professor de Música; estabeleceu o fim da docência livre, embora, na prática, a categoria tenha permanecido durante o período investigado; e manteve os Auxiliares de Ensino (Preparadores e Adjuntos). No período entre esta Reforma e o contexto de implementação do Estado Novo, encontramos documentos em que são empregados os termos “Professores Suplementares” e “Professores Extranumerários” para a mesma categoria.

O Decreto-Lei nº 2.075 de 8 de março de 1940 estabeleceu que as turmas suplementares não regidas por catedráticos passavam a caber aos “Professores Auxiliares”¹⁰⁴, que deviam ser escolhidos entre os docentes livres. Caso não houvesse docentes livres, seriam admitidos por prova de habilitação. Cabe ressaltar, portanto, que os anteriormente chamados de “professores suplementares”, “professores estranhos ao corpo docente efetivo”, “professores além dos catedráticos” ou “professores além dos efetivos”, passam a ser chamados de “Professores Auxiliares” e eram admitidos como “Extranumerários Contratados”. Mostramos no capítulo 4, que se trata de um grupo de professores que eram contratados em condições precárias e que se subdividiam em outras categorias, com carga horária e padrões de vencimentos diferentes: “assistente de ensino”, “coadjuvante de ensino”, “professor auxiliar”, “professor”, “dirigentes”.

¹⁰⁴ Não confundir com “Auxiliares de Ensino”, categoria formada pelos Preparadores e Repetidores (até 1928). Depois de 1928 os Auxiliares de Ensino são os Preparadores e Adjuntos.

Todos os professores auxiliares e suas subcategorias eram coordenados, fiscalizados e orientados pelos professores catedráticos.

O texto da Reforma Capanema não menciona categorias de professores do Colégio Pedro II. Apenas em relatório do ano de 1944, elaborado pelo então Diretor do Internato Clóvis Monteiro, verificamos que pela ordem hierárquica atuavam no Colégio: Catedráticos, Docentes Livres, Professores Honorários, e Professores de Educação Física. Além destes existiam os “Extranumerários Contratados e Mensalistas”, “Professores Dirigentes”, “Professores”, “Professores Adjuntos”, “Assistentes de Ensino” e “Auxiliares de Ensino”. Sobre essa última categoria, possivelmente o Diretor que elaborou o relatório estava se referindo aos “Professores Auxiliares”, já que antes citou anteriormente a classe dos “Professores Adjuntos”, que eram os antigos Repetidores, que juntamente com os Preparadores, formavam a categoria dos “Auxiliares de Ensino”. Observamos, portanto, a ausência de menção aos “Preparadores” e aos “Coadjuvantes de Ensino”, mas não foi possível responder se essas duas categorias estão contempladas de outra forma na relação, se foram ressignificadas, suprimidas ou extintas.

Dito isto, observamos que durante o período investigado (1925-1945) e no que diz respeito aos “Professores Suplementares”, vigorou a prerrogativa dos contratos temporários em consequência do aumento do número de alunos matriculados. Embora essa forma de contratação tenha se constituído para alguns professores como uma via de acesso às categorias mais elevadas, verificou-se a existência de um quadro que não contribuiu de maneira positiva para a construção de uma identidade sólida. Por mais que os contratos fossem renovados, seja por nomeação ou por concurso, o fato dos “Suplementares” não pertencerem ao quadro efetivo e de não contarem com garantias trabalhistas, pode ter gerado instabilidade, insegurança e não comprometimento, conforme assevera Dubar (1997).

5.2

A Identidade para o Outro

Alguns termos empregados nos relatórios encaminhados aos Ministros pelos diretores do Colégio, que também eram professores catedráticos, como “competentíssimos”, “ilustrados”, “fé de ofício”, prestação de “serviços valiosos”, “brilhante desempenho”, “assíduo”, “cumpridores dos deveres” sintetizam um aspecto fundamental da identidade para os outros membros do quadro docente efetivo: a seriedade, o comprometimento e a dedicação dos professores dentro ou fora da sala de aula. A qualidade do quadro docente efetivo é destacada não só pelos professores, ex-professores, funcionários da instituição, mas também pela imprensa e por membros da comunidade, dentre os quais o então membro do Gabinete Ministerial, Jurandyr Lodi, que em relatório elaborado por ele ou por uma comissão que chefiou em meados dos anos 1930, constatou que tratava-se de um “Corpo Docente de primeiríssima água, escol brilhantíssimo, não há cátedra do Colégio Pedro II ocupada por quem não seja, incontestavelmente um mestre, na legítima acepção do termo. Plêiade luminosa, para honra da cultura nacional.” O valor dos professores, a seriedade e a dimensão afetiva dos professores em relação aos alunos como componentes do trabalho docente também podem ser observados no discurso de Mario Lago, apresentado no capítulo 2., quando o ex-aluno, considerado “ilustre” revela as impressões que guardou dos professores, segundo ele, as melhores.

Por outro lado, também encontramos, conforme apresentamos no capítulo 4., documentos que trazem críticas a alguns professores, cujos nomes não são citados. Essas críticas dizem respeito à faltas, promoção de “paredes” e aspectos de ordem moral e de competência. Entretanto, consideramos que alguns desses aspectos podem ser compreendidos como formas de reação à situação na qual se encontrava o Colégio e à insatisfação com o Governo por parte dos professores.

Em linhas gerais, os perfis dos 27 professores catedráticos que assumiram cadeiras entre 1925 e 1945 reúnem as mesmas características atribuídas aos professores catedráticos e professores substitutos apresentadas no Capítulo 2, quando investigamos o corpo docente do Colégio Pedro II nos antecedentes da

Reforma Rocha Vaz, guardadas as especificidades da atuação no Colégio Pedro II num período que não é marcado somente pelas Reformas Educacionais, mas por momentos importantes para a História da Educação no Brasil, como o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 e a própria fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, ano anterior à Reforma Rocha Vaz.

Ressaltamos que desses 27 catedráticos, 8 eram “professores substitutos” antes da Reforma Rocha Vaz, ou seja, professores concursados que, em função da extinção da categoria que ocupavam, das disponibilidades e do desdobramento nas cátedras, se tornaram catedráticos em 1925, sem que precisassem prestar um novo concurso¹⁰⁵; outros 8 catedráticos foram professores suplementares ainda na segunda metade da década de 1920, antes de se tornarem catedráticos¹⁰⁶. Destes 8, 3 permaneciam como professores suplementares nos anos 1930, sendo nomeados catedráticos nos anos 1940¹⁰⁷; Dos 11 catedráticos restantes, 10 prestaram concursos para as respectivas cátedras¹⁰⁸, sendo que 5 foram nomeados docentes livres antes de se tornarem catedráticos¹⁰⁹. Os primeiros docentes livres foram nomeados através de concurso para algumas cátedras. Trata-se de candidatos que alcançaram a média necessária para obter a docência livre, apesar de fracassarem nos concursos para cátedras. Porém ressaltamos que houve também concursos específicos para a docência livre.

Foi em razão dessa conjuntura que tornou-se difícil o trabalho com o conceito de “geração”, tão caro à François Sirinelli (2006)¹¹⁰ e a Feixa e Leccardi (2010)¹¹¹, autores que refletem sobre o potencial eurístico do conceito. Isso se

¹⁰⁵ Mendes de Aguiar, Pedro do Coutto, José Oiticica, Waldemiro Potsch, Othello Reis, Henrique Dodsworth Filho, Carlos Delgado de Carvalho, Adrien Delpech.

¹⁰⁶ Alcino José Chavantes Junior, Enoch da Rocha Lima, George Sumner, Roberto Bandeira Accioli, Nelson Romero, Gildásio Amado, Jurandyr dos Reis Paes Leme e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹⁰⁷ Gildásio Amado, Roberto Bandeira Accioli e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹⁰⁸ José de Sá Roriz, Jonathas Serrano, João B. Mello e Souza, Hahnemann Guimarães, Haroldo Lisboa da Cunha, Nelson Romero, Clovis Monteiro, João Saboia Barbosa, Oscar Przewodowski e Vandick da Nóbrega.

¹⁰⁹ Jurandyr dos Reis Paes Leme, Enoch da Rocha Lima, Alcino José Chavantes Junior, Oscar Przewodowski e Clovis Monteiro.

¹¹⁰ SIRINELLI, J. F. A geração. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹¹¹ FEIXA, Carles e LACCARDI, Carmem. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude”. *Revista Sociedade e Estado*. Vol.25, Número 2, Maio/Agosto de 2010.

deveu ao fato de a grande maioria dos professores que chegaram às cátedras entre 1925 e 1945 não serem novos no Colégio, ou seja, vieram de categorias mais baixas hierarquicamente. O aumento gradativo do número de professores de categorias diversas e com atribuições, características e ideologias diferentes, bem como as formas variadas de construção de trajetórias também contribuíram para as dificuldades na definição de fronteiras que separariam possíveis gerações de professores.

Apenas 1 catedrático, chefe de disciplina em 1924, foi nomeado pelo Governo para ser Diretor do Internato entre 1925 e 1926, mesmo ano em que passa a ocupar a cátedra sem que para isso precisasse prestar concurso¹¹².

Verificamos ainda, que desses 27 professores que assumiram cátedras entre 1925 e 1945, 3 passaram de professores suplementares à docentes livres e, finalmente, catedráticos.¹¹³ Isso ocorreu com os catedráticos de Desenho que fizeram concurso para serem professores do Colégio antes mesmo da disciplina se tornar cátedra em 1928. Outros 2 passaram de suplementares à catedráticos interinos no Internato e no Externato respectivamente, através de nomeação do governo e, depois, catedráticos através de concurso e nomeação¹¹⁴.

Há ainda, um caso no qual um dos professores passa de docente livre a catedrático e, no ano seguinte à sua posse, é nomeado Diretor do Internato¹¹⁵ e um caso no qual um professor chega à cátedra sem antes ter sido professor de qualquer outra categoria no Colégio Pedro II. Este último torna-se Diretor do Internato três anos depois de sua nomeação para catedrático¹¹⁶.

A qualidade do corpo docente efetivo, tão exaltado nos documentos investigados, parece não se estender da mesma forma aos professores suplementares. Quando analisamos os dados referentes à essa categoria, com base nas tabelas formuladas por Jurandir Lodi e apresentadas no capítulo 3, verificamos que o espaço destinado às “observações” estava em branco para 87 dos 219 professores que compunham o quadro docente suplementar do Colégio em 1937, o que pode ser um indício de que o próprio Consultor do Governo

¹¹² Quintino do Vale.

¹¹³ Alcino José Chavantes Junior, Jurandyr dos Reis Paes Leme e Enoch da Rocha Lima.

¹¹⁴ Gildásio Amado e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹¹⁵ Clóvis do Rego Monteiro.

¹¹⁶ Vandick Londres da Nóbrega

encontrou dificuldades para levantar informações sobre o perfil desses professores. Se por um lado encontramos para 56 nomes a observação “bom elemento”, por outro lado, encontramos observações que revelam inexperiência, principalmente quando ainda estudantes ocuparam os cargos, alto número de faltas e queixas de alunos para alguns professores. Não podemos perder de vista o quão contingente é esse conceito de “bom elemento”, já que depende daquilo que considerava-se aceitável e desejável com relação aos professores. As outras observações se limitam a informar se o elemento é novo ou antigo no magistério, se acumula alguma outra atividade profissional ou se já ocupava algum cargo no próprio Colégio.

Em termos gerais, o corpo docente do Colégio Pedro II era constituído, no período estudado, por um número maior de elementos do sexo masculino, face aos elementos do sexo feminino. Não constatamos a presença de professoras nas reuniões da Congregação ou ocupando a Direção de alguma das seções do Colégio nesse período. As professoras ocuparam os cargos de professoras suplementares, principalmente nas disciplinas de línguas vivas.

Esses aspectos são relevantes, pois conforme Huberman (1992, p.38), o desenvolvimento de uma carreira é “[...] um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidades”. Em outras palavras, as sequências de desenvolvimento não são vividas na mesma ordem e nem todos os professores percorrem todos os elementos da profissão.

Enquanto nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Pedro II a rotatividade no quadro docente se dava pela saída de professores para desenvolverem outras atividades como carreira política e diplomacia (MENDONÇA, SOARES E GOULART, 2012), no recorte temporal investigado o magistério já se configurava como atividade principal dos professores, de modo que a rotatividade se dava em razão do falecimento de professores, de transferências, concursos, de pedidos de entrada em disponibilidade, jubilação e brechas na legislação ou desdobramento das cadeiras que possibilitassem ascensão ou efetivação de professores. Tanto o Estado, através da legislação, como o

Colégio, através do Regimento Interno, criaram mecanismos que possibilitaram essa rotatividade. Contudo, esse processo se apresenta de maneira mais aguda entre 1925 e 1928 e entre 1935 e 1945, ou seja, embora algumas cadeiras estivessem ocupadas interinamente, não ocorrem transferências nas cátedras ou cerimônias de posse entre 1929 e 1934. Cabe ressaltar que essas cerimônias solenes da Congregação marcavam a posse dos professores catedráticos e faziam parte do processo de socialização desses professores recém aprovados em concursos e nomeados pelo Ministro.

5.3

A Identidade Biográfica para si

Analiso neste item o que Dubar (1997) chama de “atos de pertencimento” do quadro docente. Trata-se de como os professores se viam e como queriam ser percebidos.

Sobre esse aspecto, torna-se necessário pontuar que as formas de controle estabelecidas no e através do Colégio Pedro II como instituição de referência, padrão para outras instituições, ocorre pela via dos programas e dos manuais das disciplinas escolares, elaborados pelos professores. Por outro lado, embora também tenha perdido atribuições, seu corpo docente buscou incorporar no período investigado, uma série de privilégios que não se estenderam às demais instituições de ensino secundário. O corpo docente do Colégio Pedro II se fechou em si mesmo, ou seja, se por um lado exerceu controle, por outro, a subcategoria dos professores secundários se organizou fora do Colégio, com base em outros padrões e paradigmas. Não é gratuito que, diferentemente do que aconteceu com os professores primários, a primeira organização sindical dos professores secundários tenha nascido dos professores da esfera privada, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário do Rio de Janeiro, criado em 1931. Dito de outra forma, pensando o Colégio na sua relação com o contexto externo, há uma dualidade, pois o Colégio Pedro II, ao mesmo tempo que fica acima do sistema

que está se instituindo, também fica fora, pois o ensino secundário se organizou por fora do Colégio Pedro II.

Massunaga (1989) nos fornece dados estatísticos relativos ao número de matrículas e de unidades escolares que ajudam na reflexão sobre o Colégio Pedro II em relação ao sistema. A autora mostra que entre 1931 e 1945, o número de unidades escolares que ofereciam o ensino secundário no Brasil passou de 399 para 1.282 e o número de matrículas passa de 48.409 para 256.427. Dentro desse quadro, figurava o Colégio Pedro II como único estabelecimento pertencente ao Governo Federal, uma minoria de escolas situadas no âmbito dos governos estaduais e mais de 70% das instituições de ensino secundário encontravam-se na esfera privada, o que mostra que esta modalidade de ensino estava se organizando por fora do Colégio Pedro II. Outro dado que cabe ser ressaltado e que vai ao encontro deste ponto central da tese que defendemos é o fato de a Constituição de 1937 ter estabelecido que a intervenção do Estado fosse suplementar à ação da iniciativa privada, ou seja, no caso de falta de recursos necessários à educação dos jovens em instituições particulares, o Estado interferiria através da fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus. O Estado só interferia quando a iniciativa privada não desse conta da educação dos jovens.

É possível vislumbrar a proposta de municipalização do Colégio Pedro II, ocorrida em 1934 como uma tentativa de inserir o Colégio nesse sistema que estava se construindo por fora do próprio Colégio. Cabe ressaltar que paralelamente à tentativa de municipalização encontramos uma conjuntura histórica e política na qual ocorreu, em 16 de julho de 1934, a promulgação da Constituição; em que Pedro Ernesto foi eleito indiretamente, assumindo como Prefeito do Distrito Federal; e em que Anísio Teixeira transformou o Departamento Geral de Educação em Secretaria de Estado. Num contexto em que o Colégio Pedro II se encontrava à parte, Anísio criticava a existência de um Sistema Federal e outro Municipal, sem articulação. Tereza Fachada Levy Cardoso (2009, p. 140 e 141) nos fornece maior detalhamento sobre essa crítica quando pontua que Anísio Teixeira, entendendo que cultura e trabalho eram inseparáveis, empreendeu uma reforma que, embora a ênfase estivesse no ensino secundário e na criação da Universidade do Distrito Federal, buscava unificar a

legislação pertinente ao tema do ensino técnico, embaralhada entre a legislação federal e as locais. Seu propósito foi criar instituições mistas, ou seja, com objetivos tirados de ambas as fontes legislativas, para dar às escolas profissionais o mesmo prestígio social e público que já existia em relação ao ensino secundário. Segundo a autora, a escola secundária técnica atenderia aos anseios da Escola Nova.

Mendonça (2002 e 2003) aprofunda este debate ao analisar duas experiências diferenciadas de formação de professores para a escola secundária, desenvolvidas no Rio de Janeiro, durante os anos 1930: a Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada, em 1935, por iniciativa de Anísio Teixeira, na época Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal; e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada, em 1939, por Gustavo Capanema. A autora demonstra que mais do que o confronto entre essas duas experiências e que resultou no encerramento da primeira, estavam em disputa concepções radicalmente diferentes do papel e da destinação do ensino secundário, que condicionavam as distintas propostas de formação de professores e se vinculavam a projetos divergentes de reconstrução nacional, via educação.

Quanto à formação de professores, segundo Mendonça (2003, p.158 e 159):

“A Escola de Educação da UDF se propunha a formar de maneira unificada professores para todos os graus de ensino, vinculando-se a uma concepção da escola secundária como parte integrante da *educação comum* que se deveria garantir a todo cidadão e que buscava articular no seu currículo a formação geral e a formação para o trabalho, dentro de uma perspectiva de *educação integral*. A Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil se propunha a formar exclusivamente professores para o ensino secundário, dentro de uma visão fortemente elitista do seu papel, enquanto instância de formação das *individualidades condutoras* do país, nas palavras do próprio Ministro, e centrado em um tipo de formação que privilegiava a cultura clássica como base para a formação das elites nacionais”.

A autora (2003, p.162) prossegue afirmando que no caso específico da UDF, a Universidade aparece como o ápice de um processo chamado por Anísio Teixeira de “a transformação ampliada” da antiga Escola Normal em Instituto,

que se “completava” com a sua absorção pela Universidade e que a Escola de Educação, assim constituída, ocupava um papel central no âmbito da reforma de ensino empreendida por este educador no Distrito Federal, à época. Destaca ainda, que no que se referia à reorganização global do sistema de ensino proposta por Anísio Teixeira, que permitiria transformar a escola, em todos os seus níveis, de tradicional em “progressiva”, a melhoria da qualificação do professor assumia uma absoluta centralidade. Mendonça (2003, p.163) lembra que uma das primeiras medidas tomadas pelo educador no contexto da reforma de ensino empreendida no Rio de Janeiro, entre 1931 e 1935, foi a reorganização da antiga Escola Normal e a sua transformação em Instituto de Educação, com a criação da Escola de Professores voltada “para formação profissional do mestre” e elevada, esta formação, para o nível superior. Para Anísio Teixeira, esta elevação do nível de preparo do professor era parte da sua estratégia para “dar uma feição científica e progressiva” aos serviços escolares, rompendo com a improvisação reinante. Nessa elevação do nível de preparo do professor, o educador punha exatamente a ênfase na aquisição por parte deste de uma “atitude científica, isto é, de experimentação, de ensaio em relação a ideias e teorias, e de respeito aos fatos comprovados”.

Na concepção de Anísio Teixeira, somente um professor com essa formação poderia fazer com que a criança aprendesse “as atitudes sociais indispensáveis à vida moderna”, que estariam a exigir da escola não só que desse à criança “um mundo de informações singularmente maior do que o da velha escola” (incluindo-se aí, evidentemente, a ciência moderna), mas que, principalmente, a ensinasse a ter uma atitude crítica de inteligência, a saber julgar e pesar as coisas, a discernir. Esta escola renovada, para Anísio Teixeira, teria igualmente que ser uma escola democrática. Democrática, em primeiro lugar, porque aberta a todos e oferecendo a todos iguais oportunidades de escolarização (MENDONÇA, 2003, p. 163).

Apenas a escola pública reorganizada e eficiente poderia, segundo ele, cumprir a sua função “de grande reguladora social”, possibilitando a “redistribuição dos homens na sociedade, independente das condições em que tenham nascido, e de acordo com os méritos desenvolvidos de cada um”. Essa

escola seria efetivamente a escola progressiva, onde a progressão de cada um se daria de acordo com as próprias aptidões, possibilitando a “livre expansão dos seus valores individuais” e tendo o mérito como critério único de progresso (MENDONÇA, 2003, p.164).

Essa visão da escola progressiva como a verdadeira “máquina que prepara as democracias”, levava Anísio Teixeira a criticar o dualismo que marcava o sistema educacional brasileiro à época e a propor uma maior integração entre a escola primária existente e a escola secundária, através de uma progressiva ampliação da primeira que acabaria por apagar naturalmente as barreiras que se estabeleciam entre as duas escolas, até então os núcleos de dois sistemas de ensino diferenciados e desarticulados. Dizia o educador, a esse respeito

“Quanto ao ensino primário, já nos achamos, indissimulavelmente dentro dessa corrente. A oportunidade agora é a de fazer vingar no ensino secundário a mesma orientação. Tal orientação leva a considerar o ensino secundário, em essência, não um ensino seletivo, rígido, destinado a alguns indivíduos, que se devam subordinar aos seus padrões determinados, mas um ensino funcionalmente adaptado aos adolescentes, em geral: o ensino que se deve ministrar aos indivíduos de 11 a 18 anos, de acordo com as suas capacidades e interesses próprios” (MENDONÇA, 2003, p. 165).

Conforme Mendonça (idem), “de uma outra perspectiva, igualmente, seria preciso, para Anísio Teixeira, integrar essas duas escolas”. Afirmava ele:

“Transplantado da Europa, já vimos que o Brasil mantinha um dualismo essencial em suas iniciativas educacionais. Havia uma educação para o povo, que era, ao que parecia, uma educação para o trabalho, e uma educação para a elite, que seria a educação para a cultura.

A escola primária e as escolas profissionais eram instituições do primeiro grupo e a escola secundária e as escolas superiores instituições do segundo grupo.

Tal organização escolar, nitidamente tradicional, sempre foi considerada por nós como antidemocrática, originando-se, em verdade, de um dualismo filosófico entre cultura e trabalho que, por intermédio da Europa, nos chegou ainda da Grécia.

Nas condições atuais da ciência, e com o desenvolvimento do método experimental, já não se podem separar laboratório e oficina. A obra de pensamento e ação, de teoria e prática, tomou-se uma obra única continuada e coesa, dentro do próprio método conquistado e reconstruído pela ciência.

Essa imensa conciliação entre o pensamento e a ação, a ciência e a indústria, deve refletir-se na educação, unindo e pacificando objetivos supostamente hostis de cultura e de profissão, de teoria e de prática, de pensamento e trabalho” (Idem).

Essas ideias sustentaram uma experiência polêmica desenvolvida no Rio de Janeiro, durante sua gestão à frente da Secretaria de Educação, as chamadas escolas secundárias técnicas que se propunham exatamente a superar o “dualismo teórico entre as duas educações - a profissional e acadêmica”, que, na perspectiva de Anísio Teixeira, “se agravava com o dualismo de legislação a que deveriam obedecer” (idem, *ibidem*). Essa experiência foi um dos pontos de atrito constante entre Anísio Teixeira e Gustavo Capanema, desde que este último assumiu o Ministério da Educação em 1934. Anísio Teixeira não conseguiu ter atendida a sua demanda de conseguir a equiparação das escolas técnicas secundárias ao Colégio Pedro II (MENDONÇA, 2003, p. 165).

Mendonça (2003, p.166) ressalta ainda, que a visão de Anísio Teixeira da escola secundária como parte integrante da educação comum e, simultaneamente, ela mesma, internamente integrada, que sustentava sua proposta de formação unificada do professor da escola primária e da escola secundária. Cumpre destacar também, a visão integrada de Anísio Teixeira com relação à própria formação do professor, que deveria também superar a dicotomia entre a preparação acadêmica e a preparação profissional.

Nesse sentido, diante do quadro apresentado por Cardoso (2009) e por Mendonça (2002, 2003 e 2004), e apesar da opinião contrária à municipalização manifestada pelos professores do Colégio, nos parece plausível levantarmos a hipótese de uma possível inserção do Colégio Pedro II no Sistema Municipal do Distrito Federal, o que certamente estava atravessado por questões de ordem política, não ser algo desqualificador no contexto supracitado. Conforme mostramos no capítulo 3, o Colégio resistiu e tentou se manter preso ao Governo

Federal, o que acaba por conseguir em razão dos esforços feitos por professores, políticos, da imprensa, dentre outros.

Por sua vez, Capanema compreendia, segundo Mendonça (2003, p. 168), que o ensino secundário e o ensino superior eram tipos de ensino de uma mesma natureza, constituindo-se ambos no núcleo do sistema formador das “elites condutoras” da nação, dentro da visão segmentada do sistema de ensino própria do Ministro e que iria se consubstanciar no conjunto das chamadas Leis Orgânicas (uma para cada tipo de ensino). Ora, se a base desta formação era a cultura humanística de base clássica, pode-se facilmente depreender que esta se constituiria, dentro do projeto de Capanema, no cerne da Faculdade Nacional de Filosofia.

Esta perspectiva ficaria claramente evidenciada no discurso pronunciado pelo Ministro, em 1940, ao primeiro grupo de licenciados por esta Faculdade. Nele, Capanema exalta a “altíssima missão” do professor secundário, exortando os licenciados a se consagrarem permanentemente ao aperfeiçoamento do seu “nobre” ofício de educar as “parcelas” da juventude, que lhes fossem entregues à guarda e direção. Para ele, cabia ao ensino secundário o papel, mais sutil, mais substancial mais qualitativo e portanto mais difícil e penoso. O objetivo do ensino secundário em qualquer de suas disciplinas e pelo intermédio de qualquer professor que seja, é formar a personalidade intelectual moral e cívica dos alunos. A finalidade do ensino secundário seria, para Capanema “dar à juventude o sentimento da pátria, a compreensão da pátria como terra dos antepassados, *patria tellus*, a compreensão da pátria como um patrimônio construído pelos antepassados, como um patrimônio telúrico, definido e concreto, e cheio de sagradas tradições...” (MENDONÇA, 2002, p.158). E o Ministro prosseguia, dizendo:

“Não visa o ensino secundário a transmitir o conhecimento completo e minucioso das ciências. Não é um ensino de ciências. As ciências não têm, por si mesmas a finalidade e a aptidão de formar intelectual, moral e civicamente a personalidade humana, objetivo essencial do ensino secundário. Diz-se comumente que as ciências não tem pátria. Isto significa claramente que elas não são o essencial do ensino secundário, pois a pátria, nesse ensino, é coisa essencial. O ensino

secundário não é um ensino de ciências. É um ensino de humanidades, isto é, de coisas destinadas a formar o espírito humano. É um ensino de sabedoria (MENDONÇA, 2002, p.158 e 159).

E conclua:

“A missão do professor secundário é, pois, transmitir sabedoria à juventude. Ao ministrar o ensino de qualquer disciplina, deve ter ele em mira esse objetivo. Deve, portanto, ensinar com limite e sob as condições em que seu ensino possa ser formador da personalidade intelectual moral e cívica dos alunos” (MENDONÇA, 2002, p.159).

Eram as finalidades “patrióticas” do ensino secundário e o conseqüente caráter nacionalista que deveria informar os seus conteúdos, os argumentos dos quais Capanema se utilizava para defender a ideia de que este se constituiria em um ensino de “humanidade”s e não de “ciência”. Em extenso estudo preparatório à reforma do ensino secundário elaborada pelo próprio Capanema, a ênfase voltaria a incidir sobre o “caráter nacional” desse tipo de ensino, em comparação aos demais. (Idem).

Entretanto, apesar das disputas entre as concepções de ensino secundário, parece que do ponto de vista do corpo docente, o Colégio se articulava mais com as instituições de ensino superior, do que com as demais instituições do ensino secundário, uma vez que seu quadro docente reivindicou a equiparação aos professores universitários. Cabe ressaltar como exemplos que reforçam essa proximidade do Colégio Pedro II com o ensino superior, o fato de a Reforma Rocha Vaz, de 1925, criar o Conselho do Ensino Secundário e do Superior; a previsão, na supracitada Reforma, de que a constituição, os direitos e os deveres do corpo docente do Ensino Secundário e do Superior fossem iguais; o funcionamento de cadeiras de ensino superior nas dependências do Colégio, como a de Geografia da Universidade do Distrito Federal (UDF); o fato dos professores catedráticos do Colégio Pedro II solicitarem tratamento igual aos catedráticos das Escolas Superiores nos anos 1940; e a incorporação do Colégio Universitário ao Colégio Pedro II.

Os professores catedráticos do Colégio, para além de suas características específicas apresentadas anteriormente e para além de desejarem exercer o controle e se tornarem referência, desejavam uma equiparação aos professores do ensino superior e esse é um dos aspectos que reflete como esses professores desejavam ser vistos e reconhecidos, num contexto histórico em que estavam perdendo poder. Ressaltamos aqui, com base nos referenciais teóricos adotados, que o conceito de “identidade profissional” que defendemos consiste num processo evolutivo de interpretação e reinterpretação de experiências. Nessa perspectiva, assumimos que o desenvolvimento profissional dos professores não para, constituindo-se como uma aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, a formação da identidade profissional não se constrói respondendo apenas a questão sobre “quem eram os professores” naquele período histórico, mas também em resposta à pergunta “quem os professores do Colégio Pedro II queriam ser?”. A identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II depende tanto do indivíduo, como do contexto no qual está inserido. A identidade profissional não é única. Para a construção de sua identidade, um indivíduo, além de suas orientações pessoais e autodefinições, depende dos juízos dos outros (DUBAR, 1997).

Para Nóvoa (1995), existem três aspectos que sustentam o processo identitário dos professores, são os chamados “AAA”: “A” de Adesão, “A” de Ação e “A” de Autoconsciência. A “Adesão” justifica-se porque ser professor implica sempre na adesão a princípios e valores, na adoção de projetos, num investimento positivo nas potencialidades dos jovens, ou seja, no investimento naquilo que Dubet (2002) define como “trabalho sobre o outro”. Por sua vez, o sistema de princípios e valores mencionado por Nóvoa (1995) também se faz presente no “Programa Institucional” (DUBET, 2002). O prescrito, o que é determinado pelo Estado e pelo Regimento Interno do Colégio Pedro II, influenciou na adoção de características profissionais dos professores. Entretanto, os professores do Colégio se distinguiam em função da importância que conferiram e da maneira subjetiva como se apropriaram dessas determinações, prescrições e a elas respondiam. Um exemplo dessa apropriação particular pode ser observada na carta de Nelson Romero encaminhada a Gustavo Capanema

sobre a questão referente à insatisfação com os vencimentos, onde o catedrático apresentou a sua concepção geral sobre os professores, na qual não compreendia o “professor não-educador” em seu magistério e afirmava que sempre procurou fazer com que seus alunos melhorassem, esforçando-se por indicar-lhes “o caminho da retidão e da dignidade”. Se Romero entendia que todo professor era educador na prática do magistério, esse é um aspecto da “identidade para o outro”, de como os outros professores eram vistos por Romero, porém não formulado com base no que estava prescrito, na legislação. O esforço para fazer com que seus alunos melhorassem e encontrassem o caminho da “retidão” e da “dignidade”, para além de aspectos de sua identidade profissional, a identidade para si, também refletem a maneira como Romero se apropriou das determinações, pois, embora a legislação não os mencione explicitamente, tais valores se fazem presentes no Programa Institucional do Colégio.

A “Ação” refere-se à escolha das melhores maneiras de agir. Trata-se de decisões do foro profissional e do foro pessoal, pois, o sucesso ou o insucesso de certas experiências “marcam” a postura pedagógica, fazendo com que o professor sinta-se bem ou mal com esta ou aquela maneira de trabalhar na sala de aula. O uso dos “testes” por alguns professores, mencionado no capítulo 2, pode ser considerado um exemplo de “Ação”, que conforme Euclides Roxo, foi bem sucedida e utilizada com frequência.

Nóvoa (1995) menciona ainda a “Autoconsciência” porque as decisões são tomadas com base no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre a sua própria ação, de modo que a mudança e a inovação pedagógica estão intimamente dependentes deste pensamento reflexivo.

5.4

Aspectos Ideológicos

Esse foi um aspecto difícil de ser observado nos relatórios, atas e demais documentos investigados, entretanto o trabalho de Orlando de Barros (2009)

confirma alguns de nossos achados de pesquisa no que diz respeito às posições ideológicas assumidas e defendidas pelos professores do Colégio Pedro II.

Segundo Barros (2009, p.190) no discurso proferido pela celebração do centenário do Colégio Pedro II, Vargas ponderou que naquele contexto de agitações e de instauração do Estado Novo, havia muito do que chamou de “crise moral”. Tal passagem fazia referência às posições extremadas, à esquerda e à direita, que circulavam também no Colégio Pedro II. Tratava-se, conforme o autor, de uma advertência feita aos professores, por seus antagonismos internos, impregnados de ideologias extremadas, também presentes nos alunos do Colégio. Ressaltamos aqui que, conforme documentos analisados no capítulo 4., era grande o número de professores insatisfeitos com o Governo no Colégio. Concordamos com Barros (2009) quando o autor aponta a variedade de pessoas e ideias que conviviam no Colégio, embora entendamos que essa não é uma característica observada apenas durante o Estado Novo, mas em todo o recorte temporal desta tese.

O autor (2009, p.196), afirma que do ponto de vista ideológico, havia no Colégio, desde os velhos tempos, professores ultracatólicos, dos quais muitos teriam sido admitidos justamente em virtude de seus laços com a Igreja. Alguns eram monarquistas, como Luís Pinheiro Guimarães e Tomás Coelho Neto. Muitos faziam parte, conforme mostramos nos capítulos anteriores, dos clãs familiares de professores e funcionários do Colégio. Ainda sobre esse aspecto, cabe ressaltar que o Colégio, sempre que possível, estabeleceu como critério para ocupação de cargos, que o candidato tivesse sido professor anteriormente na instituição ou tivesse se tornado Bacharel em Ciências e Letras também por ela, o que revela um componente endógeno de proteção e privilégio destinado aos que passaram pelo Colégio. Segundo o autor, nem todos os ultracatólicos teriam se deixado levar por suas crenças a ponto de influir seriamente em suas práticas pedagógicas e ideológicas, como eram os casos de Jonathas Serrano e João Batista de Mello e Sousa. Outros professores, entretanto, viam o irrompimento do fascismo com bons olhos, sendo alguns deles integralistas ou simpatizantes; havia os que não passavam de nacionalistas extremados, por influência das circunstâncias históricas daquele momento conturbado. Outros professores não passavam de confusos

simpatizantes do nazismo, conforme se dizia então, como Waldemiro Potsch e Artur Thiré, enquanto uns poucos não ocultavam sua preferência política pelo fascismo italiano como Hugo Segadas Viana, Tasso da Silveira ou Otacílio Pereira, secretário do Externato e também professor. Raja Gabaglia também teria sido, durante um tempo, admirador deste regime. De direita, também era Alexander Brigole, professor de literatura francesa, favorável ao Marechal Pátain e ao Regime de Vichy, instalado na França durante a II Guerra Mundial.

Teria predominado amplamente, entre os professores do Colégio, o conservadorismo em política e nas ideias em geral, antes e durante o Estado Novo (BARROS, 2009, p.197). José Oiticica, professor catedrático e militante anarquista, era uma exceção, mas considerado como figura folclórica, sem chegar propriamente a ser perseguido pelo Regime de Vargas, como foi nos governos anteriores. Oiticica era tido também como “muito contraditório”, posto que, ao contrário da maior parte de seus correligionários anarquistas, tinha convicções religiosas, embora fosse decidido anticlericalista.

Barros (2009, p. 198) considera ainda, que os professores do Colégio que se opunham aos reacionários renitentes eram, na verdade, muito mais propriamente liberais que esquerdistas. Estes seriam os que citamos no capítulo 3, vivamente partidários dos objetivos da Escola Nova, portanto, defensores da laicidade, da nacionalização do ensino, da ampliação da educação básica urbana e rural, da estruturação do ensino secundário, da criação de universidades e da instituição da pesquisa científica.

5.5

O Declínio do Programa Institucional do Colégio Pedro II

As tensões que apontamos nos capítulos anteriores referentes à produção discursiva que tentou edificar o Programa Institucional socializador do Colégio Pedro II foram percebidas tanto nos discursos dos diretores presentes nos relatórios, como nas atas das reuniões da Congregação que foram examinadas. Como aponta Dias (2008, p. 187), a estratégia de produzir as atas, cumprindo o

Regimento Interno do Colégio, pode ter sido uma maneira de ocultar a existência, nas reuniões, de procedimentos estranhos às regras. Entretanto, ainda que nem tudo tenha sido registrado nas atas, encontramos indícios e pistas que indicaram resistências e mostram que o Programa Institucional não estava isento de conflitos, contradições e tensões. Essas tensões envolvendo o que estava prescrito, entre o Programa Institucional que se deseja instituir e deixar como memória, foram atravessadas por todos esses conflitos e relações de poder que aparecem nas reuniões da Congregação, principalmente quando da falta de apoio dos diretores sobre determinadas questões, naqueles que se retiraram e que preferiram não participar das votações, nas moções, nos votos, dentre outras manifestações.

O Programa Institucional começou a ser contestado e a entrar em crise na medida em que alguns dos poderes que os professores do Colégio detinham na segunda metade dos anos 1920, como os de elaborar os programas e de definir as bancas de concurso foram retirados ao longo da década de 1930, em função das determinações do Estado, porém a insatisfação dos professores com as condições de trabalho, com os vencimentos, o aumento de carga horária e com o próprio governo, potencializaram esse processo. Com a Reforma Capanema chega-se à um quadro no qual o poder do Colégio diminuiu ainda mais, provocando muita resistência interna, pois a instituição deixou de ser padrão, com isso desapareceu o dispositivo da equiparação e os programas do Colégio deixaram de ser referência, passando a serem elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde.

Outro indício da crise no programa institucional reside no fato de o quadro docente, ou seja, os professores do Colégio Pedro II organizados coletivamente, não ser convocado a colaborar com as Reformas e definir os programas ou questões gerais, mas sim esse ou aquele professor, individualmente. Esse fator justifica nossa preocupação com as relações, e em destacar sempre que possível os professores que possuíam afinidades com Vargas, Campos e Capanema.

Embora defendamos que houve uma crise no Programa Institucional do Colégio Pedro II, que se inicia, principalmente, com a retirada de prerrogativas dos professores pela Reforma Campos, o que gerou muitas discussões internamente, há sobre esse aspecto uma necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa, pois alguns trabalhos como os de Massunaga (1989)

e de Ferreira (2005) defendem respectivamente que nos anos 1950 o Colégio Pedro II viveu novamente uma fase positiva e que teria permanecido como padrão até os anos 1960. Cabe questionar se a condição de “padrão” ocorre de fato, o sentido do termo “padrão” nesse período, se é resultante da tradição ou se podemos considerar que o período posterior ao que investigamos caracteriza-se pela luta e pelo resgate do padrão e do prestígio que existia antes da crise do Programa Institucional.

Trata-se aqui de um processo amplo que, segundo Dubet (2011), perturba fortemente a identidade dos atores, no caso, os professores, para além dos problemas específicos com os quais eles se deparavam. O Colégio encarregado de formar a elite intelectual e de ser referência para as outras instituições do país perdeu espaço gradativamente. Dubet (2011) afirma que com o declínio do Programa Institucional, causado não apenas por ameaças externas, mas também por causas endógenas, o “trabalho sobre o outro” também sofre mudanças profundas, o que gera um sentimento de crise que pode invadir os atores envolvidos, pois estes assistem o esfacelamento daquilo que os confere legitimidade e autoridade, sentindo-se despossuídos da maior parte das consolações que dão ao “trabalho sobre o outro” uma coerência pouco comum. O autor aponta para a necessidade de ir além desse sentimento de crise e desvelar as profundas transformações da própria natureza do “trabalho sobre o outro”. Dubet (2011) as descreve da seguinte forma: “as dimensões da ação sobre o outro, que eram altamente integradas no programa institucional, não cessam de se separar progressivamente: relações definidas em termos de controle, em termos de serviço e em termos de relações centradas unicamente nas pessoas”.

Se por um lado a Congregação do Colégio era um lugar de conflitos e de disputas que interferiram, em momentos diferentes, na manutenção e na crise do Programa Institucional, percebemos que trata-se também de um espaço de convivência, de partilha de saberes e, principalmente, de resistência. Nela, percebemos a existência de um tipo de solidariedade ou de corporativismo que se expressavam nos votos de “apoio moral”, dado pelos colegas ao professor que passava por algum problema particular e, daí comissões eram nomeadas para visitá-lo; nos “votos de louvor”, quando um membro publicava uma obra, atingia

uma meta, prestava trabalhos relevantes ou era nomeado para algum cargo dentro ou fora do Colégio; e mesmo nos “votos de pesar”, quando das perdas de professores e familiares; dentre outros tipos de votos. Essa solidariedade demonstrada entre os membros da Congregação e, vez ou outra, para com os professores que, embora não fossem catedráticos, eram antigos no exercício do magistério no Colégio, parece que estava à margem dos professores suplementares, provavelmente pelas dificuldades na construção de uma identidade sólida por parte desses professores ou pela ausência de um espaço que proporcionasse uma relação de maior convivência e proximidade entre os professores suplementares, os professores das categorias mais elevadas hierarquicamente e o Colégio. Provavelmente, para os professores suplementares, a sala dos professores não se constituiu nesse espaço.

Moreira e Macedo (2002) afirmam que a origem das questões relacionadas à identidade não é recente e que está associada aos períodos de crise, conforme acentua Dubar (1997), na incerteza quanto ao futuro, no desconforto diante das transformações em que os padrões passados não convém e os próximos não estão ainda estabelecidos. O debate realizado em 1943, nas reuniões da Congregação, sobre as “instruções” para os concursos às cátedras, no qual o catedrático Enoch da Rocha Lima defendeu que tais instruções eram ultrapassadas e que, portanto, não atendiam às “modernas finalidades educacionais”, pode ser considerado um outro fator contribuinte para a crise no programa institucional do Colégio. Lembramos aqui que na maioria dos embates travados nas reuniões da Congregação, as questões mais polêmicas giravam em torno da elaboração dos programas e dos concursos. As instruções “ultrapassadas” para os concursos podem ser consideradas um exemplo que denuncia a “modernidade tardia”, apontada por Dubet (2002) como fator endógeno que introduz o “declínio do programa institucional”.

O ambiente de confronto observado nas reuniões da Congregação realizadas nos anos 1930 e 1940, cada uma das medidas tomadas ou propostas de reforma, parecem demonstrar o aumento, a frequência, a intensidade e a extensão das disputas entre os diferentes protagonistas no interior do Colégio, em virtude do declínio do seu programa institucional (Dubet, 2002).

5.6

Sobre as Condições de Trabalho

Com relação às condições de trabalho, os documentos investigados revelam que os professores que lecionavam na instituição considerada padrão naquela época, não enfrentavam problemas muito diferentes dos que enfrentam a grande maioria dos professores na atualidade, guardadas suas especificidades históricas. A discussão sobre mal-estar docente, precarização e desqualificação do trabalho docente não é algo absolutamente novo, não surgiu despreziosamente e não é atoa que tem ocupado lugar central nos debates entre educadores, pedagogos, sociólogos, dentre outros.

Embora Carlos de Laet tenha recebido votos de reconhecimento pelos serviços prestados como Diretor do Colégio Pedro II entre 1917 e 1925, houve quem pensasse o contrário, como o catedrático Oliveira de Menezes, que em 24 de setembro de 1925, afirmou que votava contra qualquer manifestação a favor do então ex-diretor por considerar que sua gestão foi um período de trevas, pois não teria feito nada para melhorar o estabelecimento materialmente¹¹⁷. Observamos que em 1927, o Internato passou por obras que acabaram em junho, por isso as aulas foram iniciadas apenas no mês seguinte e os professores tiveram que trabalhar muito para fazer num tempo escasso, aquilo que devia ser feito no ano inteiro. Já no Externato, verificamos que o Colégio ofertava aos professores um espaço próprio, uma sala dos professores, um gabinete de leitura e palestra para os catedráticos (gabinete da Congregação), e que foram realizadas melhorias na Sala da Congregação e em alguns gabinetes.

Nos anos 1930, encontramos indícios de que, para além da insatisfação com os vencimentos, com a carga horária e com o regime precário em que os Professores Suplementares eram contratados, os professores não contavam com material suficiente nos laboratórios e encontravam-se sobrecarregados em algumas ocasiões. Cabe ressaltar que Jurandir Lodi atestou em 1937 que o Colégio Pedro II não satisfazia nem às exigências da lei, nem às necessidades e aos imperativos da didática. Lodi relatou problemas como a inadequação da

¹¹⁷ Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação 1925-1934.

localização do Colégio, o barulho, a falta de iluminação adequada nas salas e um quadro de péssimas condições das instalações internas, fatores que certamente implicavam na qualidade do trabalho docente.

6

Considerações Finais

Esta tese se ampara em três elementos considerados centrais: o Colégio Pedro II, uma instituição específica, que possuía contradições, tensões e disputas de poder no período investigado; o Estado, regulador; e os Professores de várias categorias, que ocuparam posições diversas em momentos distintos. Alguns deles participaram de todos os momentos marcantes dentro do recorte temporal adotado (1925-1945). Entendemos a Educação como um campo político, um campo de poder, e esse poder sofreu variações no recorte temporal investigado. Falar de professores, significa falar de distinção, de poder e a ideia da construção da identidade se realiza na segmentação.

Esperamos ter conseguido, a partir das reflexões anteriores, esclarecer alguns aspectos do que significava ser professor numa determinada época (1925-1945) e numa instituição específica (o Colégio Pedro II). Procuramos, em todos os momentos, ser fiéis aos autores com os quais dialogamos e aos documentos investigados. Os principais autores com os quais dialogamos aqui, Claude Dubar e François Dubet, não são os únicos referenciais teóricos para uma abordagem sobre as relações do trabalhador, no caso, o professor, com seu trabalho, mas talvez sejam os que mais enfatizam o vínculo que se estabelece entre a subjetividade, a experiência social e a identidade social na construção do trabalhador como sujeito social.

Buscamos no desenvolvimento deste trabalho situar a profissão docente numa aproximação entre o processo de construção da identidade dos professores do Colégio Pedro II com o conjunto das reformas de ensino secundário brasileiro entre 1925 e 1945, apoiando-se na compreensão da identidade docente desenvolvida por Dubar (1997, p.264), que a situa como complexa no que se refere à sua composição e à sua dinâmica, “não sendo nem as expressões psicológicas de personalidades individuais, nem os produtos de estruturas ou de políticas econômicas impostas lá do alto. Elas são construções sociais que

implicam a interação entre as trajetórias individuais e os sistemas de emprego, de trabalho e de formação.” (DUBAR, 1997, p.264)

Através das fontes consultadas foi possível identificar praticamente todos os professores que atuaram na instituição naquela época; as diversas categorias em que se enquadravam e, nesse caso, verificamos que, dentre os que se inseriram no Colégio nas categorias mais baixas hierarquicamente, alguns se tornaram catedráticos e diretores nos anos ou décadas que se seguiram; as atribuições dos professores; o comportamento em sala de aula; as penalidades; a atuação coletiva; os concursos; as principais disputas políticas internas; vencimentos; algumas características pessoais e outros aspectos marcantes na construção de suas trajetórias. Obtivemos dados sobre a formação da grande maioria dos professores, quais disciplinas lecionavam, em que outras instituições trabalhavam, se eram considerados “bons”, “inexperientes” ou “novos” para a prática do magistério, bem como quais possuíam o “Registro”, instituído pela Reforma Campos em 1932. Foi possível ainda, verificar como o Colégio Pedro II se adequou às reformas impostas pelo Estado e como os professores reagiram a algumas delas. Encontramos também, documentos que fornecem uma visão distinta, um quadro considerado “caótico” no Colégio Pedro II, que vai de encontro às noções de “ordem”, “excelência” e de “padrão” construídas historicamente por professores, alunos e funcionários.

Defendemos que o quadro docente do Colégio Pedro II fechou-se em si mesmo na luta pela manutenção e incorporação de privilégios e que, por consequência direta disto, o Colégio ao mesmo tempo que ficou acima do sistema, uma vez que era referência para as outras instituições, também fica fora, pois o ensino secundário se organizou também por fora do Colégio. Mostramos ainda, que guardadas as especificidades históricas, os professores do Colégio já lidavam com um conjunto de problemas no exercício da profissão que são atuais, como condições inadequadas de trabalho, a insatisfação com os vencimentos, dentre outros.

Como viemos apontando, embora tenha sido um desafio o desenvolvimento desta pesquisa, nossos interesses sempre estiveram voltados para conhecer aspectos cruciais da profissão no docente. Primeiramente, no mestrado,

tal interesse voltou-se apenas para os professores de sociologia e, com este trabalho, buscamos ampliar a discussão sobre a construção da identidade profissional dos professores do Colégio naquela época.

Acreditamos que trata-se de uma pesquisa que possa perdurar por muito tempo, uma vez que a organização da documentação sobre o Colégio ainda é recente e fragmentada. Além disso, é claro que um único professor aqui identificado, independente de categoria de atuação, poderia ser objeto de muito mais de uma tese. Os próximos passos no sentido de continuidade da pesquisa estão direcionados para a investigação de fontes não contempladas nessa pesquisa, para a atuação desses mesmos professores do Colégio Pedro II, porém em outras instituições por onde passaram e a localização e visita aos seus acervos pessoais, embora possamos antecipar que as dificuldades relacionadas a esse aspecto tem a ver com a ausência de documentação, com o fato de algumas das famílias dos professores não terem liberado tais acervos para pesquisas e o fato de alguns desses acervos se encontrarem em outros Estados, reforçando a já mencionada fragmentação da documentação. Como priorizamos a documentação encontrada no NUDOM e no CPDOC/FGV, também é possível levantar a documentação referente aos professores nas diversas instituições em que alguns professores atuaram, como o Instituto de Educação por exemplo, e, numa perspectiva comparada, buscamos aproximações e distanciamentos com os dados que encontramos.

Não foi possível, a partir da documentação investigada, responder a questão que levantamos sobre a atuação de alguns professores do Colégio Pedro II nas reformas educacionais ocorridas no período estudado. Nossa hipótese é que a atuação dos professores tenha ocorrido de maneira isolada e pontual, não se revertendo em ações que beneficiassem o Colégio Pedro II.

Finalmente, ressaltamos a dificuldade em investigar a problemática multifacetada da identidade docente, principalmente em períodos recuados, e que ainda será necessário continuar o movimento de reflexão iniciado no presente trabalho.

7

Referências**Acervos Documentais**

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil,
Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC), Rio de Janeiro

_____. “Colégio Pedro II”. S/d. [1940] GC g 1935.10.18/1, r. 36.

_____. Conceição Jardim. Cartas de Conceição Jardim a Gustavo Capanema. [17/06/1937]: GC b: rolo 3 fot. 647 a 652 (2).

_____. Jurandir Lodi. O Colégio Pedro II, [1940]: GC g 1935.10.18/1, r. 36.

_____. Nelson Romero. Carta de Nelson Romero a Gustavo Capanema. Rio de Janeiro. [08/01/1941]: GC b rolo 5-A fot. 1129 a 1130.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)**Fontes Manuscritas:**

COLÉGIO PEDRO II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.

_____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

Fontes Impressas:

COLÉGIO PEDRO II. Anuário do Colégio Pedro II: vol. VII, 1926-1927. Rio de Janeiro, 1928.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: vol. VIII, 1928-1934. Rio de Janeiro, 1937.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: vol. IX, 1935-1936. Rio de Janeiro, 1939.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: vol. X, 1937-1938. Rio de Janeiro, 1944.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: vol. XI, 1939-1941. Rio de Janeiro, 1943.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: vol. XV, 1949-1950. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, Rio de Janeiro, 1954.

_____. Regimento Interno, 1927.

COUTTO, Pedro do. Relatório concernente aos anos letivos de 1926 e 1927. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II – Internato, 1928.

GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. Relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1928.

_____. Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1930.

MONTEIRO, Clóvis do Rego. Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. Relativo aos anos de 1938 a 1943. Rio de Janeiro, 1944.

Coleção de Leis do Império e da República:

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>

BRASIL. Decreto nº 16.792 - A de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e o superior, institui a Sociologia como disciplina obrigatória e dá outras providências.

_____. Decreto 19.850 de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação.

_____. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931.

_____. Decreto-lei n. 21.241, de 4 de abril de 1932.

_____. Decreto-Lei n. 2.075 de 8 de março de 1940.

_____. Decreto-Lei nº 4.131 de 26 de Fevereiro de 1942.

_____. Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Renato José de. A Formação Docente na Universidade do Brasil: um balanço dos últimos 80 anos. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v. Julho, p. 124-146, 2008.

ALVES, Rosana Llopis. *Trajetórias femininas no Colégio Pedro II*. 2 ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

ANDRADE, Vera Maria Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II – Um Lugar de Memória (1837-1937)*. Tese de doutorado (Pós-graduação em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1999.

BARROS, Orlando de. O Colégio Pedro II no Estado Novo. In: Chaves, Miriam Waidenfeld; Lopes, Sonia de Castro. (Org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2009, v. , p. 189-216.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CANÁRIO, Rui. A Escola como Construção Histórica .In: *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Editora Porto, 2005. Capítulo 5: pp.59-88.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937). In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. C. (Org.). *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro - um século de História (1850-1950)*. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2009, v. 1, p. 121-146.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. *O Imperial Collegio de Pedro Segundo e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Apicuri: Rio de Janeiro, 2008.

CURY, Cláudia Engler. “Desafios da Pesquisa com Cultura Escolar na documentação da Parahyba Oitocentista”. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Schwartz, Cleonara Maria (org). *História das Culturas Escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010. p. 37-58.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a Modernização Nacionalizada do Ensino Secundário. *Educação*, Vol. 32, Núm. 2, maio-agosto, 2009, pp. 185-191. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>
Acesso em: 29/08/ 2011.

DASSIE, Bruno Alves. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2001.

DIAS, Amália. *Apostolado Cívico e Trabalhadores do Ensino: História do Magistério do ensino Secundário no Brasil (1931-1946)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2008. Orientadora: Prof^a Dr^a Claudia Alves.

DORIA, Escragnole. *Memória Histórica do Colégio Pedro II*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. Edição original: 1937.

DUBAR, Claude. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

DUBET, François. *Le Declin de l'Institution*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

_____. *Mutações cruzadas: a cidadania e a escola*. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n. 47, mai/ago 2011, p. 289-305.

FARIA FILHO, Luciano. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: Faria Filho, Luciano (org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

FEIXA, Carles e LACCARDI, Carmem. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude”. *Revista Sociedade e Estado*. Vol.25, Número 2, Maio/Agosto de 2010.

FERREIRA, Márcia Serra. *A História da Disciplina Escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1980)*. Tese de Doutorado em Educação. (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Orientador: Professor Doutor Antônio Flávio Barbosa Moreira.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

_____. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

_____. *O Nascimento de uma Pedagogia: os professores/autores de livros didáticos na escola secundária brasileira (1861-1930)*. Relatório Científico de Pesquisa do GRUPHESP, Faculdade de Educação da UFF, Niterói, RJ, 2005. Mimeografado.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário Público na Côrte: O Colégio Pedro II, Padrão Ideal. In: *O ensino secundário no Brasil Império*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008, p. 95-161.

Horta, José Silvério Baia. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Capanema: O Ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, pp. 143-172.

Huberman, Michael. O Ciclo de Vida Profissional dos Professores. In: Nóvoa, A. (Org.). *Vidas de Professores*. Porto – Portugal: Porto Editora, 1992. p. 31-62.

Lawn, Martin. *Os Professores e a Fabricação de Identidades*. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 117-130, jul./dez. 2001.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LeLis, Isabel. A Construção Social da Profissão Docente no Brasil: uma rede de histórias. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. (Orgs.). *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 54-66.

Massunaga, Magda Rigaud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o Ensino Secundário Brasileiro: 1930-1961*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1989.

Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 185p., 2002.

_____. Formar professores para a escola secundária: que escola? *História da Educação (UFPel)*, Pelotas/RS, v. 7, n.14, p. 157-171, 2003.

_____. Anísio Teixeira e a Escola Nova. In: Maria do Carmo Xavier. (Org.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Faculdade de Ciências Humanas-FUMEC, p. 241-255, 2004.

_____. *A Fragmentação dos Estudos Secundários e seus Efeitos sobre o Processo de Profissionalização dos Professores*. Sísifo/ Revista de Ciências da Educação, v. 11, p. 5-14, 2010.

_____. A Reforma Pombalina dos Estudos Menores na Gênese do Magistério Público Secundário em Portugal e no Brasil. In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil*, 2011, Vitória/ES. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. Vitória/ ES: UFES, p. 1-13, 2011.

_____. A Reforma Pombalina dos Estudos Menores (1759-1794) e o Processo de Profissionalização dos Professores Secundários no Mundo Luso-brasileiro. In: Regina Helena Silva Simões; Rosa Lygia Teixeira Correa; Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. (Org.). *História da Profissão Docente no Brasil* (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil). 1 ed. Vitória/ES: EDUFES, v. 7, p. 37-58, 2011.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; SOARES, Jefferson da Costa; LOPES, Ivone Goulart. A Criação do Colégio de Pedro II e seu Impacto na Constituição do Magistério Público Secundário no Brasil. In: Mogarro, M.J. & Cunha, M.T.S. (orgs.). *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. v. 1. p. 459-471.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; MACEDO, Elizabeth. Currículo, Identidade e diferença. In. *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto:Porto Editora.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., São Paulo, 1974.

NÓVOA, Antonio. Para o Estudo Sócio-histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente. *Teoria e Educação*, nº4, 1991, p. 109-139.

_____. Os Professores e Suas Histórias de Vida. In NÓVOA, A. *Vida de professores*. Porto. Porto Editora, 1995.

_____. Para uma Análise das Instituições Escolares. In: NÓVOA, A. (Coord.). *As organizações escolares em análise*. 2.e., Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.13-43, 1995.

_____. *Professores. Imagens do Futuro Presente*. Educa: Lisboa, 2009, p. 1-41.

NÓVOA, A., BARROSO, J. & Ó, J. (2003). O Todo Poderoso Império do Meio. In: Nóvoa, A. & Santa-Clara, A. T. (coord.) (2003). *“Liceus de Portugal”*. *Histórias, Arquivos, Memórias* (pp. 17-73). Porto: Edições Asa.

PENNA, Fernando de Araújo. *Sob o Nome e a Capa do Imperador: A criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. Dissertação de Mestrado. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Professora Doutora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro.

POLON, Thelma Lucia Pinto. *Políticas Públicas para o Ensino Médio nos anos 90 e a Trajetória do Colégio Pedro II/RJ*. Rio de Janeiro, 2004. 220 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

REZNIK, Luis. *Tecendo o Amanhã (A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945)*. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1992.

ROCHA, José Lourenço. *A Matemática do Curso Secundário na Reforma Francisco Campos*. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001. Orientador: João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação Brasileira (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SIRINELLI, J. F. A geração. In: Ferreira, M. M; Amado, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOARES, Jefferson da Costa. *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925 – 1941)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2009. Orientador: Professora Doutora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro.

TAVARES, Jane Cardote. *A Congregação do Colégio Pedro II e os Debates Sobre o Ensino de Matemática*. Dissertação de mestrado. (Pós-graduação em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2002. Orientador: Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente.

THETIS NUNES, Maria. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Textos Brasileiros de Pedagogia, Estado da Guanabara, 1962.

VECHIA, Ariclê ; LORENZ, Karl Michael (org). *Programa de Ensino da Escola secundária Brasileira (1850-1951)*. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.

VICENTINI, Paula P. e LUGLI, Rosario G.. Movimento Docente: pluralidade e disputas. In: *História da Profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez editora, 2009. p. 95-143.

VIDAL, Maria Cristina Fonseca Ribeiro. *Jonathas Serrano: limites e possibilidades no ensino de História do Brasil nos anos 30*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2005. Orientador: Magali Gouveia Engel.

8 Anexos

ANEXO 1 – Sínteses das trajetórias dos professores do Colégio Pedro II, elaboradas com base nos Almanacks do Pessoal Docente e Administrativo”, de 1921 e 1924, organizado por Octacílio A. Pereira, Secretário e professor do Colégio Pedro II

1. Carlos Maximiano Pimenta de Laet – Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central do Rio de Janeiro. Foi membro efetivo da Academia Brasileira de Letras, da qual foi secretário e presidente entre 1921 e 1922. Possuía os títulos de Doutor em Filosofia e Letras pela Universidade¹¹⁸ de Filosofia e Letras de São Paulo agregada à Universidade de Louvain e de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Filosofia e Letras de Buenos Aires. Era membro honorário da Faculdade de Letras de Santa Fé de Bogotá (Colômbia), Cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de Leopoldo II da Bélgica. Foi condecorado com a Ordem “Pro Ecclesia e Pontífices”. Recebeu o título de Conde pela Santa Sé Apostólica. Foi também, professor honorário do Liceu de Artes e Ofícios, da ex-Academia Imperial das Belas Artes. No Colégio Pedro II foi professor de Português, Geografia e Aritmética do 1º ano do Internato em 23/07/1873, tomando posse em 25/07/1873. Prestou concurso. Tornou-se catedrático de Português do Externato em 01/09/1915. De 1881 a 1882 serviu como professor de Matemática da Escola Normal do Distrito Federal. Em 1884 foi professor de Física e Química do Externato do Colégio Pedro II. Em 1885, foi substituto das cadeiras de Português e História do Colégio Pedro II. Examinou concurso para professor de Filosofia e para substitutos das cadeiras de Geografia e Português do Colégio. Colaborou com jornais e revistas. Possui várias publicações, traduções, relatórios, etc. Em 1924 possuía quase 51 anos de serviços prestados ao Colégio. Diretor e Presidente da Congregação, nomeado interinamente diretor do Colégio Pedro II (Internato e Externato)

¹¹⁸ Embora tenha sido empregado o termo “Universidade” na fonte investigada, provavelmente trata-se de um equívoco cometido pelo redator do documento ou mais um exemplo de uso indiscriminado de termos, uma vez que na referida época não havia Universidade e a Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1934. Nesse sentido, é possível que o termo correto seja “Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo agregada à Universidade de Louvain”.

por decreto n. 11.530, em 29 de setembro de 1917. Foi efetivado na direção em 25 de setembro de 1918.

2. Andre Gustavo Paulo de Frontin – Engenheiro Civil e Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Foi Lente de Mecânica e Astronomia do Externato do Ginásio Nacional¹¹⁹ em 14/11/1890. Tomou posse em 02/01/1891. Encontrava-se em “disponibilidade”¹²⁰ em 1924. Foi deputado do Congresso Nacional pelo Distrito Federal, depois Senador. Em 1924 possuía quase 44 anos de serviços prestados ao Colégio.
3. João Capistrano de Abreu – Foi Lente¹²¹ de História e Corografia do Imperial Colégio de Pedro II, nomeado em 21/06/1883. Prestou concurso e também se encontrava em “disponibilidade”. Foi autor de inúmeros trabalhos sobre a História do Brasil. Em 1924 possuía cerca de 41 anos de serviços prestados ao Colégio.
4. Manoel Said Ali Ida – Lente de Alemão do Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundária, nomeado em 27/08/1890. Tomou posse em 30/08/1890. Exerceu interinamente o cargo de substituto de Inglês do Internato. Foi estudioso do ensino secundário na Europa. Examinou concursos para professores de Alemão e de Inglês do Colégio. Autor de diversas publicações, possuía quase 33 anos de serviços prestados ao Colégio.
5. Rodolpho de Paula Lopes – Médico, Lente de Biologia do Ginásio Nacional, nomeado em 14/11/1890. Tomou posse em 22/11/1890. Regeu a cadeira de História Natural do Externato a partir de 1899. Fez aperfeiçoamento na Europa. Regeu interinamente a cadeira de História Geral e do Brasil do Externato. Em 1918 regeu interinamente a cadeira de

¹¹⁹ Na verdade, as denominações atribuídas ao Colégio, ao longo do tempo, foram várias: Collegio de Pedro II (1935); Collegio de Pedro Segundo (1838) - nesse mesmo período, em vários documentos, aparece a denominação de Imperial Collegio de Pedro II; Patronato de D. Pedro II (1850-1889). E, após a república, Instituto Nacional de Instrução Secundária, logo depois Gymnasio Nacional (1890); em 1909, passou a ter um duplo nome: o Externato voltou a chamar-se Colégio de Pedro II e o Internato: Instituto Bernardo Pereira de Vasconcelos; em 1911, voltou a chamar-se Collegio Pedro II e, atualmente, Colégio Pedro II. A esse respeito, ver Doria, 1937; Andrade, 1999; Vechia & Lorenz (orgs.), 1998; Gasparello, 2004.

¹²⁰ Abordamos a temática da “disponibilidade” anteriormente, nos itens referentes à “Constituição, Direitos e Deveres do Corpo Docente do Ensino Secundário e do Superior” no contexto da Reforma Rocha Vaz.

¹²¹ Segundo Massunaga (1989, p. 98), entre 1890 a 1910, o corpo docente do Colégio Pedro II era formado pelos “Lentes” e “Professores”, sendo este último termo aplicado aos instrutores de ginástica, desenho e música. Entretanto, a data de nomeação de Capistrano de Abreu (1883) indica que a categoria “Lente” foi criada anteriormente ao período referido pela autora ou trata-se, mais uma vez, do uso indiscriminado da categoria no documento investigado. Esse fato necessita ser melhor investigado.

História Natural do Internato. Representou a Congregação no Conselho Superior do Ensino. Fez parte de comissões examinadoras de concursos para cargos de professores de História Natural e de Física e Química. Era docente efetivo de História Natural da Escola Normal do Distrito Federal. Foi autor de livro didático e possuía quase 34 anos de serviços prestados ao Colégio.

6. João Ribeiro – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Membro da Academia Brasileira de Letras. Lente de História Geral, especialmente História do Brasil, do Externato do Ginásio Nacional, nomeado em 14/11/1890. Tomou posse em 29/11/1890. Foi transferido para o Internato em 1905. Em 1915 se tornou professor catedrático de História Universal e do Brasil do Internato do Colégio Pedro II. Foi nomeado pelo governo para estudar a instrução pública na Europa. Fez parte de comissões examinadoras dos concursos para professores de Latim, História, Filosofia, Geografia, Português e Espanhol. Autor de vários livros didáticos e, em 1924, possuía quase 33 anos de serviços prestados ao Colégio.
7. Francisco Pinheiro Guimarães - Era Médico e Bacharel em Ciências e Letras. Foi Lente de Português do Internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1893. Transferiu-se para a cadeira de Literatura do Internato em 1903. Estava em disponibilidade no contexto histórico de elaboração das fontes consultadas. Examinou durante muito tempo as disciplinas Português, Física e Química nas bancas da Instrução Pública. Foi professor da Escola Normal Livre e diretor de escolas públicas municipais. Foi professor catedrático de Patologia Geral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Colaborador em vários jornais e revistas literárias e científicas, possuía quase 31 anos de serviços prestados ao Colégio.
8. Gastão Mathias Ruch Sturzenecker – Era Bacharel em Ciências e Letras, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Lente de Francês do Internato do Ginásio Nacional em 1900. Foi transferido para o Externato em 1903. Fez parte das comissões examinadoras de concursos de Francês e de Geografia. Exerceu interinamente o cargo de professor de História Geral do Internato. Dirigiu cursos de Fisiografia do Brasil, História da Civilização e Literatura Francesa no extinto Pedagogium Municipal. Realizou várias conferências sobre Literatura francesa no Colégio Pedro II, fora das horas do expediente. Examinou também, por várias vezes, os concursos para empregados da Secretaria do Ministério da Justiça. Tinha quase 24 anos de serviços prestados ao Colégio.

9. Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa – Era Engenheiro Civil e Lente de Matemática elementar do Internato do Ginásio Nacional em 1902. Transferiu-se para o Externato em 1905. Fez parte de banca examinadora para um concurso de Matemática. Autor de livros didáticos de álgebra, cálculos e geometria. Concluiu em 1924, 22 anos de serviços prestados ao Colégio Pedro II.
10. Floriano Correia de Brito – Era Bacharel em Ciências e Letras e Lente de Francês do Internato do Ginásio Nacional em 1903. Prestou concurso. Anteriormente, foi professor suplementar de Português, Francês e Matemática do Internato e do Externato. Serviu por diversas vezes nas comissões dos exames gerais de preparatórios. Foi deputado federal pelo Distrito Federal. Possui publicações de contos, versos e gramática francesa. Fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário e Superior em 1922. Foi colaborador de jornais como “O Paiz” e do “Correio da Manhã”. Concluiu em 1924, aproximadamente 22 anos de serviços prestados ao Colégio Pedro II.
11. Luiz Gastão d’Escragnolle Doria – Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Membro correspondente do Museu Nacional e de mais 13 associações de caráter científico e literário, Lente de História Universal e especialmente da América e do Brasil do Externato do Ginásio Nacional, nomeado em 1906. Prestou concurso. Regeu, interinamente no Externato, as cadeiras de Francês, Inglês, Lógica e Geografia. Foi professor do Pedagogium Municipal entre 1908 e 1909. Entre 1917 e 1922 foi Diretor do Arquivo Nacional. Era considerado “Homem de Letras”, de numerosa produção. Possuía aproximadamente 17 anos de serviços prestados ao Colégio Pedro II. Mais tarde, escreveu a obra “Memória Histórica do Colégio Pedro II” e foi nomeado Professor Emérito em 1937.
12. José Cavalcanti de Barros Accioli – Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Lente de Latim do Externato do Ginásio Nacional, nomeado em 1906. Já estava no exercício de interino do cargo desde 1903. Prestou concurso. Foi suspenso por 30 dias com perda de vencimentos em 1920. Tinha quase 21 anos de serviços prestados ao Colégio.
13. José Julio da Silva Ramos – Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra, membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e Lente de Português do Internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1907. Prestou concurso. Regeu interinamente a mesma cadeira entre 1898 e 1903. Serviu como professor de Português do 1º ano do Externato em 1884, 1895, 1896 e 1897. Foi inspetor escolar no Distrito Federal. Foi diretor e professor de

Filosofia no Ginásio Fluminense. Era autor de várias publicações e possuía cerca de 22 anos de serviços prestados ao Colégio.

14. Henrique Cesar de Oliveira Costa – Era Engenheiro Civil e Bacharel em Ciências e Letras. Foi Lente de Matemática elementar do Internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1907. Prestou concurso. Regeu interinamente a mesma cadeira no Externato e no Internato. Foi Preparador de Ciências Físicas do Externato de 1898 até 1900. Professor da cadeira de Geometria Descritiva da Escola Politécnica. Esteve em comissão do governo estudando o Ensino Secundário na Europa. Fez parte do Congresso Brasileiro do Ensino Secundário e Superior em 1922. Tinha cerca de 23 anos de serviços prestados ao Colégio.
15. Henrique Coelho Neto – Era membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e de outras organizações literárias e científicas. Foi Lente de Literatura do Externato do Colégio, nomeado em 1909. Já estava no exercício interino do cargo desde 1907. Encontrava-se em disponibilidade. Foi Diretor e Lente da Escola Dramática Municipal. Foi também, Secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Foi Lente Interino de História na Escola Nacional de Belas Artes e Lente de Literatura do Ginásio de Campinas. Foi Deputado no Congresso Nacional pelo Estado do Maranhão. Possuía publicações na imprensa de vários Estados. Possuía cerca de 70 obras literárias, algumas traduzidas em idiomas como francês, alemão, inglês, espanhol e italiano. Tinha cerca de 17 anos de serviços prestados ao Colégio.
16. Eduardo Gê Badaró – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Lente de Latim do Internato do Colégio em 1909. Prestou concurso. Exerceu, durante 11 anos, a função de catedrático de Latim no Ginásio de Campinas. Possuía quase 15 anos de serviços prestados ao Colégio.
17. Agliberto Xavier – Era Engenheiro Civil e Lente de Lógica do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1910. Em maio de 1909 foi habilitado em concurso que prestou para a mesma cadeira. Em 1915, depois de um período em disponibilidade, torna-se catedrático de Psicologia, Lógica e História da Filosofia do Internato do Colégio. Transfere-se para o Externato em 1917. Foi representante da Congregação no Conselho Superior de Ensino entre 1919 e 1921 e Preparador de Química da Escola Politécnica. Foi Catedrático das projeções e das cartas e cartografia da Escola do Estado Maior do Exército e Docente Efetivo da Escola Normal do Distrito Federal. Esteve na Europa, em comissão do Governo para estudar aplicações industriais de Química e Física. Autor de várias

publicações em sua área de atuação. Possuía cerca de 14 anos de serviços prestados ao Colégio.

18. José Candido de Albuquerque Mello Mattos – Era Doutor em Direito. Foi Professor ordinário de Instrução Cívica e Noções Gerais de Direito do Colégio Pedro II, nomeado em 1911. Foi Diretor do Externato entre 1910 e 1911, eleito em sessão da Congregação. Fez parte do Conselho Superior do Ensino em 1913. Estava em disponibilidade desde 1915 em razão da supressão da cadeira. Foi professor catedrático de Teoria e Prática do Processo Criminal da Universidade do Rio de Janeiro em 1923. Em 1924 exercia o cargo de Juiz de Menores do Distrito Federal. Substituto de Direito Penal e Processo Criminal da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1915). Serviu como Diretor do Instituto Benjamin Constant em 1920. Atuou em outras instituições em diversas funções. Possuía pouco mais de 14 anos de serviços prestados ao Colégio.
19. Carlos Américo dos Santos – Professor Ordinário de Inglês do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1913. Em 1921 entrou para a classe dos funcionários públicos federais. Encontrava-se de licença especial. Faleceu em 20 de julho de 1924. Possuía cerca de 12 anos de serviços prestados ao Colégio.
20. José Philadelpho de Barros Azevedo – Era Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi Professor Catedrático de Psicologia, Lógica e História da Filosofia do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1917. Seis meses após sua posse, transfere-se para o Internato. Foi substituto da cadeira por escolha unânime da Congregação. Fez parte da comissão examinadora do concurso ao cargo de Substituto da cadeira de Português em 1917. Fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário e Superior, como relator geral da seção do Ensino Secundário em 1922. Autor de vários trabalhos, possuía cerca de 9 anos de serviços prestados ao Colégio.
21. Augusto Xavier Oliveira de Menezes – Era Médico, membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia e de Obstetrícia e Ginecologia do Rio de Janeiro. Foi professor catedrático de Física e Química do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1917. Já estava em exercício interinamente desde 1916, primeiramente no Internato, depois no Externato, para onde foi transferido em 1916. Foi Substituto da mesma cadeira por escolha da Congregação. Foi preparador de Ciências Físicas do Internato (1898). Em 1905 serviu como professor livre de Química Orgânica e Biológica no

Pedagogium do Distrito Federal. Foi Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Fez parte das comissões examinadoras dos concursos para professores substitutos de História Natural e de Física e Química. Possui publicações na sua área de atuação. Contabilizava cerca de 9 anos de serviços prestados ao Colégio.

22. Fernando Antonio Raja Gabaglia – Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e Professor Catedrático de Geografia, Corografia do Brasil e elementos de Cosmografia do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1918. Prestou concurso. Foi substituto da mesma cadeira desde 1917. Em 1919, examinou o concurso para professor de Geografia Geral e do Brasil na Escola Normal do Distrito Federal. Examinou também, por nomeação do Prefeito do Distrito Federal, vários concursos para coadjuvantes de ensino. Representava a Congregação no Conselho Superior do Ensino, entre 1923 e 1925. Fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário em 1922 e possuía cerca de 7 anos de serviços prestados ao Colégio.
23. Lafayette Rodrigues Pereira – Era Bacharel em Ciências e Letras e Médico. Foi Professor Catedrático de História Natural do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1918. Prestou concurso. Serviu como examinador em concursos de Física e Química e de História Natural. Era Docente Efetivo da Escola Normal do Distrito Federal. Autor de várias publicações em sua área de atuação, possuía quase 6 anos de serviços prestados ao Colégio.
24. Honório de Sousa Silvestre – Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Professor catedrático de Geografia, Corografia do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1918. Prestou concurso. Foi substituto da mesma cadeira. Serviu como examinador do concurso de Geografia em 1919. Era docente efetivo de Geografia da Escola Normal do Distrito Federal, desde 1917. Também exercia o magistério na Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. Desde 1917 vinha servindo em bancas examinadoras de vários ginásios e colégios do interior, por nomeação do Conselho Superior do Ensino. Foi autor de publicações em sua área de atuação e fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário e Superior. Possuía quase 6 anos de serviços prestados ao Colégio.
25. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo – Era Bacharel em Ciências e Letras e Engenheiro Civil. Foi Professor Catedrático de Matemática

Elementar do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1919. Foi substituto de Aritmética, por escolha da Congregação. Foi indicado pela Congregação, em 1917, para preencher como substituto de Matemática, a primeira vaga de Catedrático que se viesse a verificar. Foi Docente Efetivo, por concurso, de Geometria da Escola Normal do Distrito Federal. Possui publicações no campo da Aritmética. Possuía cerca de 9 anos de serviços prestados ao Colégio.

26. Antenor Nascentes – Era Bacharel em Ciências e Letras, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Bibliotecário do Instituto dos Bacharéis em Letras. Professor Catedrático de Espanhol do Colégio Pedro II (Externato e Internato), nomeado em 1919. Prestou concurso. Serviu como examinador do concurso de Italiano em 1921. Serviu em outras instituições e em diversas funções. Autor de diversas publicações. Possuía pouco menos de 5 anos de serviços prestados ao Colégio.
27. Guilherme Augusto de Moura – Era Bacharel em Ciências e Letras e Médico. Foi Professor Catedrático de Física e Química do Internato do Colégio Pedro II em 1919. Prestou concurso. Foi substituto da mesma cadeira entre 1918 e 1919. Serviu como preparador de Ciências Físicas do Externato entre 1895 e 1896, cargo do qual foi exonerado por abandono. Em 1900 tornou a ser nomeado para o mesmo cargo, do qual esteve em exercício interino até 1918. Como conservador do gabinete de Física e Química já havia servido de 1890 até 1895. Publicou sua tese de concurso. Contabilizava pouco menos de 6 anos de serviços prestados ao Colégio.
28. Álvaro Espinheira – Foi Professor Catedrático de Inglês do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1920. Estava em exercício interinamente desde 1919. Foi substituto da cadeira de Inglês do Colégio Pedro II por escolha da Congregação. Fez parte da comissão examinadora do concurso de Inglês (1920). Serviu como chefe de disciplina do Externato de 1911 até 1915. Possuía cerca de 15 anos de serviços prestados ao Colégio.
29. Octavio Augusto Inglês de Souza – Era Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi Professor Catedrático de Italiano do Colégio Pedro II (Externato e Internato), nomeado em 1921. Prestou concurso. Foi preparador da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1910. Exerceu, por concurso em 1914, o cargo de Professor Catedrático de Mecânica Aplicada da Escola Politécnica de São Paulo. Publicou sua tese de concurso e outras obras sobre Filosofia Científica e Engenharia. Possuía pouco menos de 3 anos de serviços prestados ao Colégio.

30. Cecil Thiré – Era Professor Catedrático de Matemática Elementar do Internato do Colégio Pedro II em 1924. Exerceu o cargo de professor substituto de Geometria e Trigonometria do Colégio Pedro II, por escolha da Congregação. Foi indicado pela Congregação, em 1917, e por deliberação do Conselho Superior do Ensino, em 1918, indicado para preencher como substituto de Matemática, a terceira vaga de catedrático. Esteve em exercício interinamente de catedrático no Externato por um mês em 1920. Possuía pouco menos de 9 anos de serviços prestados ao Colégio.

Com relação à categoria de “Professores Substitutos” faziam parte do Corpo Docente do Colégio Pedro II, em 1924, os seguintes professores:

1. Joaquim Luiz Mendes de Aguiar – Graduado com os cursos completos de Humanidades, Filosofia, Teologia e Direito Canônico pelo Seminário Arquiepiscopal de São Salvador (Bahia). Era membro da Arcádia Romana e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Sergipano. Era Professor Substituto da cadeira de Latim do Colégio Pedro II, por escolha da Congregação. Foi professor suplementar de Português do Internato em 1906. Idem de Latim na mesma seção do Colégio. Em 1909 foi classificado em primeiro lugar no concurso para lente de latim do mesmo Internato. Em 1914 tornou a reger a aula suplementar de Latim no Internato. Serviu como professor catedrático de Latim em curso da Faculdade Livre de Direito. Serviu também como examinador de Latim na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Faculdade Livre de Direito. Em 1921 examinou o concurso de Latim realizado no Liceu de Humanidades de Campos. Foi promotor público e revisor da Imprensa Nacional e do Diário Oficial (1906). Autor de publicações, possuía pouco mais de 8 anos de serviços prestados ao Colégio. Mendes de Aguiar tornou-se catedrático de Latim em 1925.
2. Pedro do Coutto – Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Foi nomeado Professor Substituto da cadeira de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II, por escolha da congregação. Era docente efetivo de História do Brasil e Instrução Cívica da Escola Normal do Distrito Federal. Esteve no exercício interino de catedrático no Externato entre 1917 e 1922. Em 1906, reger a aula suplementar de História Geral do Internato. Fez parte da comissão examinadora do concurso de Geografia em 1916. Lecionou, fora das horas do expediente, aos alunos do Externato, algumas aulas de Literatura Nacional e Português em 1917. Reger aulas suplementares de

Português no Externato, em 1922, 1923 e 1924. Por nomeação do Conselho Superior do Ensino fez parte das comissões examinadoras do Colégio Salesiano de Santa Rosa. Exerceu o magistério em escolas secundárias, mantidas pela prefeitura e que foram extintas e no Liceu de Artes e Ofícios. Colaborou em diversos jornais e revistas da Capital e é autor de livro didático adotado pelo Colégio e nos ginásios equiparados. Fez parte do Congresso Brasileiro do Ensino Secundário e Superior em 1922. Possuía pouco mais de 8 anos de serviços prestados ao Colégio. Pedro do Coutto torna-se catedrático de História Geral em 1925.

3. José Rodrigues Leite e Oiticica – Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi nomeado Professor Substituto de Português do Colégio Pedro II em 1917. Prestou concurso. Era também docente da Escola Normal do Distrito Federal e professor da Escola Dramática. Colaborava em vários jornais da Capital, sendo também, autor de várias publicações didáticas. Serviu em várias comissões examinadoras nos ginásios do interior, por nomeação do Conselho Superior do Ensino. Possuía quase 7 anos de serviços prestados ao Colégio Pedro II. José Oiticica torna-se catedrático de Português em 1925.
4. Waldemiro Alves Potsch – Era Médico. Foi nomeado Professor Substituto da cadeira de História Natural do Colégio Pedro II em 1919. Prestou concurso. Regeu aulas suplementares de Português, matéria de que serviu como examinador por várias vezes. Por nomeação do Conselho Superior do Ensino fez parte das bancas examinadoras de Física e Química, História Natural, Português e Latim nos colégios e ginásios do interior. É autor de várias outras publicações, muitas em vários jornais da capital, onde colaborava. Possuía pouco mais de 6 anos de serviços prestados ao Colégio. Waldemiro Potsch torna-se catedrático de História Natural em 1925.
5. Othelo de Souza Reis – Era Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Nacional Geographic Society de Washington. Foi Professor Substituto da cadeira de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Elementos de Cosmografia do Colégio Pedro II. Tomou posse em 1919. Prestou concurso. Esteve em exercício interinamente do cargo desde 1918. Era docente efetivo de Geografia da Escola Normal do Distrito Federal. Serviu como catedrático interino de Grego do Internato do Colégio Pedro II. Professor da Escola de Aperfeiçoamento e funcionário da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal. Exercia, naquele contexto histórico, o

magistério em vários estabelecimentos particulares de ensino. Publicou vários livros didáticos e artigos em revistas pedagógicas. Possuía pouco mais de 5 anos de serviços prestados ao Colégio. Um dado ressaltado no Anuário de Número XV do Colégio é o fato de Othelo Reis ter se tornado catedrático de Cosmografia em 1917.

6. Henrique de Toledo Dodsworth Filho – Era Médico e Bacharel em Ciências e Jurídicas e Sociais. Membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e da Academia Brasileira de Ciências. Foi nomeado Professor Substituto da cadeira de Física e Química do Colégio Pedro II em 1919. Prestou concurso. Estava desempenhando mandato de Deputado pelo Distrito Federal no Congresso Nacional. Em 1921, foi comissionado pelo Ministro da Justiça para estudar na Europa, os programas e métodos do ensino secundário. Fez parte do gabinete do Prefeito do Distrito Federal durante a administração Paulo de Frontin. Serviu como inspetor federal dos exames em várias instituições de ensino. Exerceu o magistério no Liceu de Artes e Ofícios e em vários colégios de ensino secundário da capital. Foi auxiliar e preparador da cadeira de Física da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Autor de diversas publicações. Fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Superior. Possuía quase 5 anos de serviços prestados ao Colégio. Dodsworth torna-se catedrático de Física em 1925. Dodsworth foi Prefeito do Rio de Janeiro no contexto do Estado Novo (1937 a 1945) e era sobrinho de Paulo de Frontin, também professor catedrático do Colégio e, conforme já observado, também político no Distrito Federal.
7. Carlos Miguel Delgado de Carvalho - Era Bacharel pela Universidade de Lyon, diplomado pela Universidade de Lyon. Diplomado pela Ecole des Sciences Politiques de Paris. Estudou Direito na Universidade de Lausanne e Ciências Sociais na London School of Economics. Era também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Royal Meteorological Society de Londres e correspondente da Society of Literature. Foi nomeado Professor Substituto de Inglês do Colégio Pedro II em 1920. Serviu como catedrático interino desde 1924. Estava encarregado do curso de Geografia das Escolas Superior de Intendência e de Administração Militar. Exercia o cargo de chefe da seção pluviométrica da Inspeção de Obras contra as secas do nordeste. Autor de diversas publicações em diversas áreas do conhecimento. Fez parte do Congresso Brasileiro de Ensino Superior. Neto de José Dias Delgado de Carvalho, catedrático de Francês do Colégio, nomeado em 1894. Possuía quase 4 anos de serviços prestados ao Colégio. Delgado de Carvalho torna-se

catedrático de Inglês em 1924 e é transferido para a cátedra de Sociologia em 1927, tornando-se um dos maiores difusores da disciplina no Brasil nos anos que se seguiram, atuante na Associação Brasileira de Educação e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, e autor de manuais didáticos.

8. Mario Belletti – Era Farmacêutico. Nomeado Professor Substituto de Ginástica do Colégio Pedro II, por escolha da Congregação, em 1915. Desde a nomeação, vinha lecionando em turmas suplementares. Em 1923 assumiu interinamente as funções do cargo de Professor de Ginástica do Externato, durante o impedimento do respectivo professor. Possuía pouco mais de 8 anos de serviços prestados ao Colégio.

9. Adrien Delpech – Foi nomeado Professor Substituto da Cadeira de Francês do Colégio Pedro II, por escolha da Congregação. Regeu interinamente a cadeira do Internato entre 1915 e 1916. Idem para alguns meses em 1917. Colaborou em vários jornais (O País, O Jornal, Jornal do Comércio). Possui várias publicações, inclusive é conhecido por ter traduzido obras literárias de Machado de Assis para o Francês. Possuía, em 1924, cerca de 8 anos de serviços prestados ao Colégio. Adrien Delpech foi o único dos substitutos que com a Reforma Rocha Vaz, não teve acesso à posição de catedrático. Entretanto, passa a ocupar interinamente a cátedra recém-criada de Sociologia para as duas seções do Colégio, após prestar concurso e ser habilitado por unanimidade de votos ao dissertar sobre a “Lógica da Sociologia”. Somente em 1927, torna-se catedrático de Francês e em 1928 transfere-se para a cátedra de Literatura. Mesmo se tornando catedrático efetivo, alguns documentos posteriores a este contexto continuam se referindo a Adrien Delpech como o “único substituto que não obteve acesso a catedrático”.

10. Alfredo do Rego Soares – Foi nomeado Professor Substituto de álgebra do Colégio Pedro II, por escolha da Congregação, em 1915. Foi indicado pela Congregação em 1917 para preencher, como substituto de Matemática, a segunda vaga da cadeira de catedrático. Segundo o Primeiro Almanaque do Pessoal Docente, estava no exercício de catedrático no Externato desde 1920 e possuía, no ano de publicação do referido documento, pouco mais de 5 anos de serviços prestados ao Colégio. O nome de Alfredo do Rego Soares aparece no primeiro Almanaque Docente, publicado 1921. Na segunda edição, seu nome não aparece dentre substitutos ou catedráticos.

Os Professores de Desenho e Ginástica, considerados uma categoria à parte, que faziam parte do Corpo Docente em 1924 eram:

1. Arthur Higgins – Era Professor de Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima do Externato do Ginásio Nacional, nomeado em 1890. Já vinha exercendo o cargo mediante contratos sucessivos com a reitoria do Externato do Imperial Colégio de Pedro II desde 1884. Estava aposentado no cargo de professor de Ginástica da Escola Normal do Distrito Federal. Publicou o compêndio de Ginástica Escolar. Possuía quase 40 anos de serviços prestados ao Colégio.
2. Manoel Arthur Ferreira – Era Professor de Desenho do Internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1895. Transferiu-se para o Externato em 1897. Serviu no Externato do Imperial Colégio Pedro II por contratos sucessivos com a reitoria entre 1881 e 1889. Possuía quase 39 anos de serviços prestados ao Colégio.
3. Benedicto Raymundo da Silva Filho – Era Presidente da Sociedade Entomológica do Brasil. Membro efetivo de várias sociedades acadêmicas e entomológicas no exterior. Foi Professor de Desenho do Internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1897. Foi professor do Instituto Nacional de Surdos-mudos. Esteve no exercício de superintendente do ensino de Desenho das escolas profissionais femininas. Presidiu a Comissão de Reforma do ensino profissional feminino no Distrito Federal. Fez parte do corpo docente do Liceu Literário Português e de Congressos e Comissões. Foi organizador de coleções de zoologia geral e agrícola de exposições. Possui várias publicações no campo da zoologia e colaborações em revistas científicas nacionais e estrangeiras. Possuía quase 28 anos de serviços prestados ao Colégio.
4. Guilherme Herculano de Abreu – Era Professor de Ginástica do internato do Ginásio Nacional, nomeado em 1906. Serviu como professor de Ginástica do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal entre 1903 e 1906. Em 1916 fez parte da comissão examinadora do concurso de Ginástica realizado no Externato do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Foi professor de Ginástica e Evoluções Militares da Escola de Aprendizes Marinheiros. Possuía pouco mais de 18 anos de serviços prestados ao Colégio.

O Colégio contava ainda, em 1924, com os Preparadores:

1. Annibal Faller (Bacharel em Ciências e Letras e Médico e Preparador de História Natural do Externato do Ginásio Nacional desde 1908. Serviu como Preparador Interino do Ginásio Nacional por alguns meses em 1906 e em 1911. Por poucos dias regeu interinamente, durante o impedimento do respectivo professor, a cadeira de História Natural do Externato. Exerceu também, as funções do seu cargo em turmas suplementares nos anos de 1911, 1920, 1921, 1922 e 1924);
2. Luiz de Castro (Médico e Preparador de Física e Química do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1916. Já havia exercido o mesmo cargo no então Internato do Ginásio Nacional desde 1903 a 1911);
3. Arlindo Froes (Farmacêutico e Preparador de Física e Química do Externato do Colégio, nomeado em 1918. Já estava em exercício interinamente e exerceu também as funções do seu cargo em turmas suplementares de 1919 a 1924);
4. Elygio Fernandes (Médico e Preparador de História Natural do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1918);

Os Conservadores eram:

1. Paulo Augusto Tavares Junior (2º Tenente Farmacêutico e Conservador do Gabinete de História Natural do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1911. Foi preparador interino de História Natural por cerca de 5 meses em 1911. Exerceu também, as funções do seu cargo em turmas suplementares nos anos de 1919 a 1924);
2. Ruben de Araújo Lima (Conservador do Gabinete de História Natural do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1917);
3. Everardo de Moura (Conservador do Gabinete de Física e Química do Internato do Colégio Pedro II, nomeado em 1919);
4. Jose Atalaia (Conservador do Gabinete de Física e Química do Externato do Colégio Pedro II, nomeado em 1919. Exerceu também, as funções do seu cargo em turmas suplementares, nos anos de 1919 a 1924. Passou para a classe dos funcionários públicos federais em 1923).

ANEXO 2 – Levantamento preliminar dos manuais didáticos dos professores realizado a partir das fontes investigadas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

1. Antenor Nascentes - Nascentes, Antenor. Gramática da Língua Espanhola : Para Uso dos Brasileiros. Sexta edição. Rio de Janeiro: companhia. Editora nacional. 1945. 171 p.
Nascentes, Antenor. Antologia Espanhola e Hispano – americana. 2 ed. Rio de Janeiro : L. Zélio valverde, 1945, 262 p.
Nascentes, Antenor. O Idioma Nacional, 3ª edição. Rio de Janeiro: Livro Acadêmica. 1960. 289 p.
2. Delgado de Carvalho – Carvalho, Delgado de. Geografia do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: livr. Francisco alves, 1930. 481 p.
Carvalho, Delgado de . Sociologia: Summarios do Curso do Sexto anno. v.1., 2. ed., 1933.
Carvalho, Delgado de. Práticas de Sociologia. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1938.
3. Euclides Roxo – Roxo, Euclides. Curso de matemática elementar. v. 1, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.
Roxo, Euclides. A matemática na educação secundária. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
4. Fernando Antônio Raja Gabaglia. GABAGLIA, F. Antônio. Elementos de Cosmographia por f.i.c . rio de janeiro : H. Garnier, [s.d] . 228 p.
Gabaglia, F. Antonio. Curso de Geografia – 1 série . 8 ed. Rio de Janeiro. : F. Briguiet e cia. - editores, 1941. 162 p.
Gabaglia, F. Antonio. Terra Ilustrada: geografia universal physica, ethnographia, politica e economia das cinco partes do mundo por F.I.C. Rio de Janeiro: garnier [s.d]. 651 p.
5. João Ribeiro: Ribeiro, João. História Universal: lições escriptas de conformidade com o último programma do Collegio Pedro II. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos. Editor, 1929. 490 p.
Ribeiro, João. História do Brasil: adoptada ao ensino primário e secundário. Rio de Janeiro: livr. Cruz Coutinho, 1900. 304 p.
Ribeiro, João. História do Brasil. Curso superior. 15ª ed. Rev. e compl. Rio de Janeiro: Livro São José, 1954. 476 p.
6. Manoel Said Ali Ida: Ali, M. Said. Vocabulário Orthographico Precedido das Regras Concernentes às principaes difficuldades orthographicas da nossa língua. Rio de Janeiro: Laemmert e Comp. 1905. 107 p.
Ali, M. Said. Lexeologia do Portuguez Histórico. São Paulo: Melhoramentos,

1921. 221 p.

Ali, M. Said. Gramática Histórica da Língua Portuguesa, 3ª edição. São Paulo: Melhoramentos. 1964. 375 p.

7. José Oiticica: Oiticica, José. Manual de Análise: (léxica e sintática). 6ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942. 299 p.

Oiticica, José. Português Ginásial: Primeira série, Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952, 142 p.

Dos professores com livros didáticos que assumiram cadeiras pós-Reforma Rocha Vaz, destacamos, dentre outros:

1. Oscar Przewodowski. Przewodowski, Oscar. Compêndio de História Universal: Antiguidade e Idade Média. 4ª edição. Rio de Janeiro: Rodrigues e cia, 1939. 501 p.

2. Roberto Accioli: Accioli, Roberto; Taunay, Alfredo. História Geral da Civilização: Curso Colegial. Rio de Janeiro. Bloch. 1967. 318 p.
Accioli, Roberto. Synopse da História: Antiguidade e Idade Média. Com um prefácio de Pedro do Coutto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 117 p. v. 1.

3. Jonathas Serrano: Serrano, Jonathas. Epítome de História Universal. Prefácio de Escagnolle Dória. 10ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1929. 438 p.
Serrano, Jonathas. História Moderna e Contemporânea (Segunda Série do Curso Ginásial). Rio de Janeiro. F. Briguiet. 1944. 551 p.

4. Clóvis Monteiro. Monteiro, Clóvis. Ortografia da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Tipografia do Internato do Colégio Pedro II,. 1954. 321 p.
Monteiro, Clóvis do Rego. Português da Europa e Português da América: aspectos da evolução do nosso idioma. 3ª ed. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1959. 184 p.

ANEXO 3 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1925, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1925 e 1926, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”:

1	Accacio Buarque de Gusmão	34	Julio Cesar de Mello e Souza
2	Adolpho Morales de Los Rios Filho	35	Julio Nogueira
3	Alcebiades Costa Ferreira	36	Lucas de Moraes e Castro
4	Alcides Fonseca	37	Manoel Joaquim Guedes
5	Alcino José Chavantes Junior	38	Mario Aleixo
6	Aldimir de S. Paulo	39	Mario Belleti
7	Alfredo Balthazar da Silveira	40	Mario Ruch
8	Alvaro Teixeira	41	Mario Vieira de Rezende
9	Annibal Costa	42	Miguel Séve
10	Antonio dos Santos Jacinto Guedes	43	Mozart Monteiro
11	Antonio Figueira de Almeida	44	Murillo de Araujo
12	Aprigio Carlos de Macedo	45	Nelson de Mello e Souza
13	Arthur Cesar Moreira de Araujo	46	Octacílio Pessoa
14	Aryclio Pinto Chousal	47	Octavio Lopes de Castro
15	Benevenuto Berna	48	Odilom Portinho
16	Danton do Coutto	49	Oswaldo Gomes
17	David Perez	50	Oswaldo Orico
18	Eduardo Cavalcante Albuquerque Sá	51	Oswaldo Serpa
19	Elpidio Maria da Trindade	52	Pandiá T. Castello Branco
20	Enoch da Rocha Lima	53	Raphael Mayrinck
21	Ernani Reis	54	Raul Bevilacqua
22	Francisco Venâncio Filho	55	Raul Devesa
23	George Sumner	56	Renato Vianna
24	Heitor Sayão de Bustamante	57	Ricardo Dias Vieira
25	Henrique de Magalhães	58	Ricardo Ventura Boscoli
26	Herbert Scheiner de Mendonça	59	Roberto Bandeira Accioli
27	Irineu Leite de Freitas	60	Roberto da Gama e Silva
28	Jacques Raymundo Ferreira da Silva	61	Rosalvo Simões
29	João de Lamare S. Paulo	62	Ruben Descartes Garcia Paula
30	João Francisco Lacerda Coutinho	63	Sylvio Bevilacqua
31	João José Fernandes Veiga	64	Uriel de Azevedo
32	José Bernardino Paranhos da Silva	65	Véris Jean Alexandre Moitrel
33	José Lourenço dos Santos	66	Washington Garcia

ANEXO 4 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1926, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1925 e 1926, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”:

1	Abel Pinto	59	José Frazão Milanez
2	Accacio Buarque de Gusmão	60	José Piragibe
3	Adolpho Morales de Los Rios Filho	61	José Rangel
4	Alberto de Barros	62	José Silveira Menezes
5	Alcides Fonseca	63	Julio Cesar de Mello e Souza
6	Alcino José Chavantes Junior	64	Julio Nogueira
7	Alexandre Max Kitzinger	65	Loureiro Sobrinho
8	Alfredo Balthazar da Silva	66	Lucas de Moraes Castro
9	Alfredo Galvão	67	Luiz Claudio de Castilho
10	Aluizio Marques	68	Luiz Eugenio de Moraes Costa
11	Alvaro Teixeira	69	Marcio Nery Filho
12	Amado Menna Barreto	70	Marcos Baptista dos Santos
13	Annibal Costa	71	Maria da Gloria Ribeiro Moss
14	Antonio Bardy	72	Mario Barreto
15	Antonio dos Santos Jacinto Guedes	73	Mario Rezende
16	Antonio Figueira de Almeida	74	Mario Ruch
17	Antonio Marques Brant Horta	75	Mauricio Nogueira
18	Aprigio de Macedo	76	Mecenas Pereira Dourado
19	Aristoteles Poch	77	Miguel Ramalho Novo
20	Arthur Cesar Moreira de Araujo	78	Miguel Séve
21	Arthur Walter de Souza	79	Moacyr Malheiros Fernandes da Silva
22	Augusto Feliciano Pereira Pinto	80	Murillo de Araujo
23	Benedicto Nascimento	81	Natalicios de Farias
24	Benevenuto Berna	82	Nelson Romero
25	Celso do Prado Kelly	83	Nerval Soares Pereira
26	Christiano Augusto Franco	84	Octacílio Pessôa
27	Correggio de Castro	85	Octavio Lopes de Castro
28	Danton do Coutto	86	Octavio Simões
29	Eduardo Sá	87	Odilon Portinho
30	Elpidio Maria da Trindade	88	Olympio Alves de Carvalho
31	Ernani Reis	89	Oscar Luna Freire do Pillar

32	Ernesto Faria Junior	90	Oscar Motta Vianna da Silva
33	Ernesto Thibau Junior	91	Oswaldo Gomes
34	Euclides Godofredo Mendes Vianna	92	Oswaldo Orico
35	Eugenio Vilhena de Moraes	93	Oswaldo Serpa
36	Fabio Luz	94	Pandiá T. Castello Branco
37	Fenelon Bomilcar	95	Paulo Mendes Vianna
38	Francisco Salles Malheiros	96	Raul Bevilacqua
39	Gastão Rangel	97	Raul Devesa
40	George Sumner	98	Ricardo Dias Vieira
41	Gildasio Amado	99	Ricardo Ventura Boscoli
42	Heitor Bustamente	100	Roberto Bandeira Accioli
43	Henrique de Magalhães	101	Roberto da Gama e Silva
44	Henrique Lagden Filho	102	Roberto Macedo
45	Henrique Vogeler	103	Roberto Pessoa
46	Hermann de Brito	104	Roberto Saidl
47	Idelfonso Mascarenhas	105	Rodolpho Bhering
48	Irineu Leite de Freitas	106	Rodolpho Paula Lopes Filho
49	Ivans Lins	107	Rosalvo Simões
50	Jacques Raymundo Ferreira da Silva	108	Ruben Descartes Garcia Paula
51	João Baptista da Costa Pinto	109	Saul de Gusmão
52	João Evangelista de Figueiredo Lima	110	Sylvio Bevilacqua
53	João Francisco Lacerda Coutinho	111	Sylvio Schleider
54	João José Fernandes Veiga	112	Torquato de Mesquita
55	João Moreira de Araripe Macedo	113	Tristão da Cunha
56	João Vasconcellos de Albuquerque Mello	114	Washington Garcia
57	Jorge Figueiredo Machado	115	Zenithilde de Carvalho
58	José Affonso Bandeira de Mello		

ANEXO 5 - Professores (além dos Efetivos) que regeram aulas em turmas suplementares no Internato em 1926, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato” :

1	Alberto Pequeno
2	Carlos Porto Carreiro
3	Douglas Watson
4	David Peres
5	Elpídio Maria da Trindade
6	Fernando Moreira
7	Francisco Alves dos Reis (Coronel)
8	Francisco Mozart do Rego Monteiro
9	Gilberto Joyce Paranhos da Silva
10	Oswaldo Pereira da Silva
11	Pedro do Coutto Filho
12	Pedro Paulo Beltrão (Capitão Tenente)
13	Torquato Vieira de Mesquita

ANEXO 6 - Professores (além dos Efetivos) que regeram aulas em turmas suplementares no Internato em 1927, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato”:

1	Abel Pinto	24	João Frederico Lenz Niederauer
2	Alcides Fonseca	25	João Pinheiro Ribeiro
3	Aldimir São Paulo	26	João Soares Rodrigues
4	Antonio Austregesilo Filho	27	José Lourenço dos Santos
5	Ariosto Berna	28	Julio Cesar de Mello e Souza
6	Carlos Porto Carreiro	29	Livio Barreto Xavier
7	Carmem Velasco Portinho	30	Luiz de Mello Campos
8	Coryntho da Fonseca	31	Nelson Carlos de Mello e Souza
9	Danton do Coutto	32	Nestor Victor dos Santos
10	Douglas Watson	33	Othon Pimentel
11	Eduardo de Sá	34	Pedro do Coutto Filho
12	Elpídio Maria da Trindade	35	Pedro Paulo Beltrão
13	Eurico Raja Gabaglia	36	Raphael Mayrinck

14	Fernando Lobo	37	Roberto Accioli
15	Fernando Moreira	38	Roberto Macedo
16	Francisco Alves dos Reis	39	Ruy Alves Campello
17	Francisco José da Silveira Lobo Jr.	40	Theophanes Brandão
18	Frederico Mac-Dowell	41	Torquato Vieira de Mesquita
19	Genaro d'Avila Mattos	42	Ubalduino de Moraes Junior
20	Gilberto Joyce Paranhos da Silva		
21	Gildasio Amado		
22	Guilherme José Jorge		
23	Ildefonso Mascarenhas		

ANEXO 7 - Turmas Suplementares regidas por "professores estranhos" em 1927 no Externato, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”:

	Nome	Disciplina	Formação
1	Oswaldo Gomes	Português	Bacharel em Direito
2	Ernesto Thibau Junior	Português	Médico
3	João Frederico Lenz Niederauer	Português	Médico
4	Aprigio Carlos de Macedo	Português	
5	Henrique Lagden Filho	Português	Bacharel em Direito
6	David José Perez	Português	Bacharel em Direito
7	Ricardo Ventura Boscoli	Português	
8	José Piragibe	Português	
9	José Lourenço dos Santos	Português	Bacharel em Direito
10	Jacques Raymundo Ferreira da Silva	Português	Bacharel em Direito
11	Raul (?) dos Santos Lima	Português	
12	Torquato de Mesquita	Português	Bacharel em Letras pelo CPII
13	Mario Castello Branco Barreto	Português	
14	Francisco Accioly	Português	
15	Luiz Claudio de Castilho (Comte)	Português	
16	Roberto Accioli	Português e Hist. Universal	

17	Nelson de Mello e Souza	Português	
18	Antonio dos Santos Jacintho Guedes	Português	Bacharel em Direito
19	João José Fernandes Veiga	Português	Bacharel em Direito
20	Antonio Figueira de Almeida	Geografia e Hist. Universal	Bacharel em Direito
21	Roberto Freire Seidl	Geografia	Bacharel em Direito
22	Abel Pinto	Geografia	
23	Odilon Portinho	Geografia	Bacharel em Direito
24	Jorge Figueira Machado	Geografia	Bacharel em Direito
25	Jayme Coelho	História Universal	
26	Mario Guedes Naylor	História Universal	Bacharel em Direito
27	Gildasio Amado	História Universal	
28	Francisco Mozart de Rego Monteiro	História Universal	Bacharel em Direito
29	Euclides Godofredo Mendes Vianna (Tenente)	História Universal	
30	Milton Pires Barbosa	História Universal	
31	Octavio Lopes de Castro	Aritmética	
32	Haroldo Bezerra Cavalcanti	Aritmética	Engenheiro Civil
33	Ruy de Lima e Silva	Aritmética	
34	Lino Collet	Aritmética	Engenheiro Civil
35	Danton do Coutto	Aritmética	
36	Miguel Ramalho Novo	Aritmética	Engenheiro Civil
37	João Francisco de Lacerda Coutinho	Aritmética	Engenheiro Civil
38	Mauricio Nogueira	Aritmética	
39	Ricardo Dias Vieira (Comte)	Geometria	
40	Antonio Pereira Caldas	Geometria	
41	Affonso Parga Nina (Comte)	Física	
42	Walter Gomes Cardim	Física	
43	Arlindo Fróes	Química	Farmacêutico
44	Ruben Descartes	Química	Químico Industrial
45	Pedro do Coutto Filho	Instrução Moral e Cívica	
46	José Rangel	Instrução Moral e Cívica	Farmacêutico
47	Octacílio Alves Pereira	Instrução Moral e Cívica	Bacharel em Direito
48	José Paulo Ferreira	Desenho	

49	Bevenuto Berna	Desenho	Pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes
50	Marcio Nery Filho	Desenho	Pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes
51	Murillo Araujo	Desenho	Bacharel em Direito
52	Gastão Rangel	Desenho	
53	Celso do Prado Kelly	Desenho	
54	Rosalvo Simões	Desenho	Pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes
55	Alvaro Teixeira	Desenho	
56	Jurandy dos Reis Paes Leme	Desenho	Pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes
57	João Ribeiro Filho	Desenho	
58	Roberto da Gama e Silva (Comandante)	Desenho	

ANEXO 8 – Tabelas, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1926 e 1927, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato”:

Tabela 8.1 - Decretos de 1926

Nº	Data	Tipo	Professor	Cargo/ Valor/ Ordem
1	04/06/1926	Nomeação	Hahnemann Guimarães	Professor Catedrático de Latim
2	04/06/1926	Nomeação	Quintino do Valle	Professor Catedrático de Português
3	30/10/1926	Conceção	Cecil Thiré	5% sobre vencimentos
4	30/10/1926	Consideração	Henrique Cesar de Oliveira Costa	Em disponibilidade
5	10/11/1926	Nomeação	João Baptista de Mello e Souza	Professor Catedrático de História Universal
6	11/11/1926	Nomeação	Enoch da Rocha Lima	Professor de Desenho
7	23/11/1926	Concessão	José Philadelpho de Barros Azevedo	5% sobre vencimentos

Tabela 8.2 - Portarias do Ministro da Justiça

8	10/05/1926	Concessão	Elygio Fernandes	6 meses de licença para tratamento de saúde
9	10/06/1926	Concessão	Julio Cesar de Mello e Souza	3 meses de licença para cuidar de interesses particulares
10	30/10/1926	Concessão	Julio Cesar de Mello e Souza	3 meses de licença em caráter de prorrogação

**Tabela 8.3 – Portarias
do Diretor Geral do
Departamento
Nacional de Ensino**

11	17/03/1926	Nomeação	Pedro do Coutto	Diretor Interino do Internato do Colégio Pedro II
12	26/03/1926	Nomeação	David Perez	Para reger da cadeira de Latim
13	06/04/1926	Designação	Adrien Delpech	Para reger da cadeira de Sociologia
14	08/05/1926	Nomeação	Mario Castello Branco Barreto	Professor de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas
15	14/05/1926	Designação	Florianio Bittencourt Bourgui de Mendonça	Para o cargo de Preparador de História Natural
16	24/05/1926	Designação	Alberto Pequeno	Para reger a aula de Instrução Moral e Cívica
17	14/06/1926	Nomeação	George Sumner	Repetidor Interino de Ciências Físicas
18	19/08/1926	Exoneração	Veríssimo J. Alexandre Moitrel	Do cargo de professor interino da cadeira de Química
19	11/09/1926	Nomeação	Jacques Raymundo Ferreira da Silva	Livre Docente da cadeira de Português do Colégio Pedro II
20	05/11/1926	Nomeação	Julio Cesar de Mello e Souza	Para reger a cadeira de Matemática
21	14/12/1926	Nomeação	Jurandy dos Reis Paes Leme	Docente Livre de Desenho

**Tabela 8.4 - Portarias
do Diretor do Internato**

22	27/05/1926	Designação	Hahnemann Guimarães	Para auxiliar o bibliotecário na organização de um catálogo
23	07/07/1926	Designação	Nelson Carlos de Mello e Souza	Para reger a cadeira suplementar do 3º ano de História Universal

Tabela 8.5 - Atos Internos

24	18/03/1926	Designação	Professores	Para as duas comissões de admissão
25	20/11/1926	Designação	Professores	Para fazerem parte de juntas examinadoras dos alunos do Internato

Tabela 8.6 - Decretos de 1927

Nº	Data	Tipo	Professor	Cargo/ Valor/ Ordem
1	17/01/1927	Concessão	Pedro do Coutto	de 5% de acréscimo aos vencimentos
2	17/01/1927	Concessão	Guilherme Herculano de Abreu	de 20% de acréscimo aos vencimentos
3	25/04/1927	Nomeação	Pedro do Coutto	Diretor do Internato do Colégio Pedro II
4	30/05/1927	Concessão	Alvaro Espinheira	de 5% de acréscimo aos vencimentos
5	30/05/1927	Concessão	João Ribeiro	de 50% de acréscimo aos vencimentos
6	25/07/1927	Concessão	Mario Beletti	de 5% de acréscimo aos vencimentos
7	03/10/1927	Nomeação	George Sumner	Professor Catedrático de Física
8	23/11/1927	Nomeação	Adrian Delpech	Professor Catedrático de Francês

Tabela 8.7 - Portarias do Ministro da Justiça

9	06/08/1927	Concessão	Elygio Fernandes	6 meses de licença para tratamento de saúde
---	------------	-----------	------------------	---

Tabela 8.8 - Portarias do Diretor do Internato

10	26/04/1927	Efetivação	Octavio Lopes de Castro	No cargo de Repetidor de Matemática
11	26/04/1927	Efetivação	Oswaldo Ferreira de Mendonça	No lugar de Repetidor de línguas
12	26/04/1927	Nomeação	Israel França	Repetidor de Ciências

				Físicas e Naturais
13	26/04/1927	Efetivação	Raul Pinheiro Veiga	No cargo de Preparados de Geografia
14	29/04/1927	Designação	Alcides Fonseca	Para reger a 3ª turma suplementar de Português do 1º ano
15	29/04/1927	Designação	Othon Pimentel	Para reger a 1ª turma suplementar de Aritmética do 2º ano
17	29/04/1927	Designação	Antonio Austregesilo Filho	Para reger a 2ª turma suplementar de Francês do 1º ano
18	29/04/1927	Designação	Pedro Paulo Beltrão	Para reger a 1ª turma suplementar de Inglês do 1º ano
19	29/04/1927	Designação	Gilberto Paranhos	Para reger a 1ª turma suplementar de Instrução Moral e Cívica do 1º ano
20	29/04/1927	Designação	Enoch da Rocha Lima	Para reger as turmas suplementares de Desenho do 2º ano, 1ª turma e do 3º ano
21	29/04/1927	Designação	Eurico Raja Gabaglia	Para reger a 2ª turma suplementar de Geografia do 1º ano
22	29/04/1927	Designação	Theophanes Brandão	Para reger a 3ª turma suplementar de Francês do 1º ano
23	29/04/1927	Designação	Euvaldo Nina	Para reger a 2ª turma suplementar de Aritmética do 1º ano
24	29/04/1927	Designação	Fernando Moreira	Para reger a 2ª turma suplementar de Instrução Moral e Cívica do 1º ano
25	29/04/1927	Designação	Petrus Verdié	Para reger a 1ª turma suplementar de Desenho do 1º ano
26	29/04/1927	Designação	Francisco José da Silveira Lobo Jr.	Para reger a 1ª turma suplementar de Francês do 1º ano
27	29/04/1927	Designação	Livio Barreto Xavier	Para reger a 2ª turma suplementar de Inglês do 1º ano
28	29/04/1927	Designação	Ruy Alves Campello	Para reger a 2ª turma suplementar de Desenho do 1º ano
29	29/04/1927	Designação	Corintho da Fonseca	Para reger a 1ª turma suplementar de Português do 1º ano

30	29/04/1927	Designação	Vicente Soares	Para reger a 2ª turma suplementar de Português do 2º ano
31	29/04/1927	Designação	Floriano Corrêa de Brito	Para reger as turmas suplementares de Francês do 3º ano e 2º ano, 1ª turma
32	29/04/1927	Designação	Nestor Victor dos Santos	Para reger a 2ª turma suplementar de Francês do 2º ano
33	29/04/1927	Designação	Eduardo Gê Badaró	Para reger as turmas suplementares de Latim do 2º, 1ª turma e 3º ano
34	29/04/1927	Designação	Douglas Watson	Para reger a 1ª turma suplementar de Inglês do 2º ano
35	29/04/1927	Designação	Genaro d'Avila Mattos	Para reger a 2ª turma suplementar de Inglês do 2º ano
36	29/04/1927	Designação	Roberto de Macedo	Para reger a 2ª turma suplementar de História Universal do 2º ano
37	29/04/1927	Designação	Francisco Alves dos Reis	Para reger a 2ª turma suplementar de Aritmética do 2º ano
38	29/04/1927	Designação	Honório de Souza Silvestre	Para reger a 1ª e 2ª turmas suplementares de Geografia e Corografia do 2º ano
39	29/04/1927	Designação	Torquato Vieira Mesquita	Para reger o 3º ano suplementar de Português
40	29/04/1927	Designação	Fernando Lobo	Para reger o 3º ano suplementar de Inglês
41	29/04/1927	Designação	Roberto Accioli	Para reger o 3º ano suplementar de História Universal
42	29/04/1927	Designação	Ildefonso Mascarenhas	Para reger o 4º ano suplementar de História Universal
43	29/04/1927	Designação	Gildásio Amado	Para reger a 3ª turma suplementar de Inglês do 1º ano
44	29/04/1927	Designação	Guilherme José Jorge	Para reger a 3ª turma suplementar de Aritmética do 1º ano
45	29/04/1927	Designação	João Soares Rodrigues	Para reger a 3ª turma suplementar de Instrução Moral e Cívica do 1º ano

46	29/04/1927	Designação	Carlos Portocarrero	Para lecionar Psicologia, Lógica e História da Filosofia no 5º ano
47	29/04/1927	Designação	David José Perez	Para reger a turma de Italiano do 5º ano
48	30/04/1927	Designação	Elpidio Trindade	Para reger a 2ª turma suplementar de Latim do 2º ano
49	30/04/1927	Designação	Luiz de Mello Campos	Para reger a 1ª turma suplementar de História Universal do 2º ano
50	30/04/1927	Designação	Eduardo Sá	Para reger a 3ª turma suplementar de Desenho do 1º ano
51	30/04/1927	Designação	Abel Pinto	Para reger a 3ª turma suplementar de Geografia Geral do 1º ano
52	30/04/1927	Designação	Danton do Coutto	para reger a 1ª turma suplementar de matemática do 1º ano
53	30/04/1927	Designação	Julio Cesar de Mello e Souza	Para reger turma suplementar de Álgebra do 3º ano e de revisão de Matemática do 5º ano
54	30/04/1927	Designação	Pedro do Couto Filho	Para reger a 1ª turma suplementar de Português do 2º ano
55	30/04/1927	Designação	Benedito Raymundo da Silva Filho	Para reger as segundas turmas suplementares de Português do 1º e 2º ano
56	30/04/1927	Designação	Aldimir São Paulo	Para reger a 1ª turma suplementar de Geografia Geral do 1º ano
57	06/05/1927	Nomeação	João de Lamare São Paulo	Para o cargo de preparador de Cosmografia.
58	01/06/1927	Designação	Nelson Carlos de Mello e Souza	Para reger a turma suplementar de Italiano
59	01/06/1927	Designação	Carmen Velasco Portinho	Para reger a 2ª turma suplementar de Aritmética do 1º ano
60	02/06/1927	Designação	Floriano Bourguy de Mendonça	Para o cargo de preparador de História Natural

61	01/07/1927	Designação	Alvaro Espinheira	Para reger as turmas suplementares de Inglês do 4º e 5º anos
62	18/07/1927	Designação	João Lenz Niederauer	Para reger a 1ª turma suplementar de Português do 2º ano
63	01/08/1927	Designação	João Lenz Niederauer	Para reger as turmas de Italiano dos 4º e 5º anos
64	02/08/1927	Transferência	Nelson Carlos de Mello e Souza	Para lecionar a turma de Português do 2º ano
65	04/02/1927	Designação	José Lourenço dos Santos	Para reger a 1ª turma suplementar de Instrução Moral e Cívica do 1º ano
66	04/02/1927	Designação	Ariosto Berna	Para reger a 3ª turma suplementar de Desenho do 1º ano

ANEXO 9 - Ao lado dos pais Francisca Maria Vivência Croccia do Lago e Antônio de Pádua Jovita Correia do Lago, Mario Lago com o uniforme do Colégio Pedro II, onde entrou aos 11 anos, em 1923 – Fonte: Arquivo Nacional, Código de Referência: BR AN,RIO ML.0.FAM, FOT.3.



ANEXO 10 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1928, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”:

Nº	Nome	Disciplina	Formação
1	Clovis do Rego Monteiro	Português	Bacharel em Direito
2	Mlle. Aimée Ruch	Francês	
3	Octavio Lopes de Castro	Francês	
4	Rubem Moitinho	Inglês	
5	Lenz Niederauer	Inglês	Médico
6	Paulo Cesar Machado da Silva	Inglês	Engenheiro Civil
7	Ivan Monteiro de Barros Lins	Latim	
8	Roberto Bandeira Accioli	Latim	
9	Miguel Séve	Geografia	Médico
10	Abel Pinto	Geografia	
11	Mario Guedes Naylor	História Universal	
12	Mozart Monteiro	História Universal	Bacharel em Direito
13	Heitor Pereira	História Universal	Bacharel em Direito
14	Milton Pires Barbosa	História Universal	
15	Jayme Coelho	História Universal	
16	Odilon Portilho	História do Brasil	Bacharel em Direito
17	J. F. Lacerda Coutinho	Matemática	Engenheiro Civil
18	Walter Gomes Cardim	Física	
19	Arlindo Fróes	Química	Farmacêutico
20	Luiz Pinheiro Guimarães	Química	Médico
21	Octacílio Alves Pereira	Instrução Moral e Cívica	
22	José Rangel	Instrução Moral e Cívica	
23	Murillo Araujo	Desenho	Bacharel em Direito
24	José Paulo Ferreira	Desenho	
25	Raul Bevilacqua	Desenho	

26	Benevenuto Berna	Desenho	Pintor diplomado pela Escola Nacional de Bellas Artes
27	Jurandy dos Reis Paes Leme	Desenho	
28	Alvaro Teixeira	Desenho	
29	Salvador Carlos de Oliveira	Desenho	

ANEXO 11 - Professores (além dos catedráticos) que regeram aulas em turmas suplementares no Externato em 1929, conforme “Relatório Concernente aos Anos Letivos de 1927 a 1929, Apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino pelo Prof. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato”:

Nº	Nome	Disciplina	Formação	Função
1	José Oiticica Filho	Português		Professor Particular
2	Carlos Bezerra de Miranda	Português		Professor Particular
3	Joaquim Mattoso Camara Jr.	Português	Bacharel em Direito	
4	Roberto Accioli	Latim		Professor Particular
5	Octavio Lopes de Castro	Matemática		Repetidor de Matemática do Internato
6	Danton do Coutto	Matemática		Professor Particular
7	Murilo Araujo	Desenho	Bacharel em Direito	Docente Livre de Desenho
8	José Paulo Ferreira	Desenho		Docente Livre de Desenho
9	Jurandy dos Reis Paes Leme	Desenho		Docente Livre de Desenho
10	Paulo Cesar Machado da Silva	Desenho	Engenheiro Civil	

ANEXO 12 – Alunos Matriculados no Colégio Pedro II no Período de 1924 a 1945, Fontes: Laet, 1925; Guimarães Roxo, 1928; Coutto, 1928; Pereira, 1937; CPDOC/FGV -Arquivo Gustavo Capanema G C 35. 10.18/1, pasta V -11, série g.

Ano	Externato	Internato	Total
1924	971	265	1236
1925	1082	261	1343
1926	1019	298	1317
1927	746	417	1163
1928	912	397	1309
1929	937	346	1283
1930	972	431	1403
1931	1190	327	1517
1932	1457	421	1878
1933	1675	590	2265
1934	2258	472	2730
1935	2079	463	2542
1936	2213	457	2670
1937	2496	404	2900
1938	1814	438	2252
1939	2563	413	2976
1940	2474	447	2921
1941	2709	451	3160
1942	3443	655	4098
1943	3474	609	4083
1944	3411	607	4018
1945	2896	660	3556

ANEXO 13 - Alguns Professores do Colégio Pedro II mencionados neste trabalho

Capistrano de Abreu



Coelho Neto



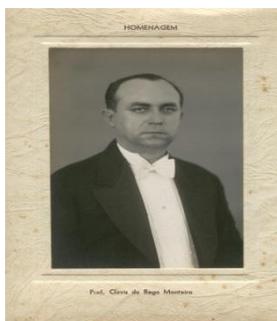
Euclides Roxo

Delgado de
Carvalho

Waldemiro Potsch



Clóvis do Rego Moteiro



Carlos de Laet



Antenor Nascentes



José Julio da Silva Ramos



Andre G. Paulo de Frontin



Paulo de Frontin
1871

Manoel Said Ali Ida



José Leite Oiticica



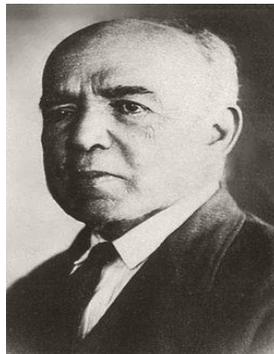
José Philadelpho de Azevedo



José Cândido A. Mello Mattos



João Ribeiro



João Baptista de Mello e Souza



Henrique de Toledo Dosworth



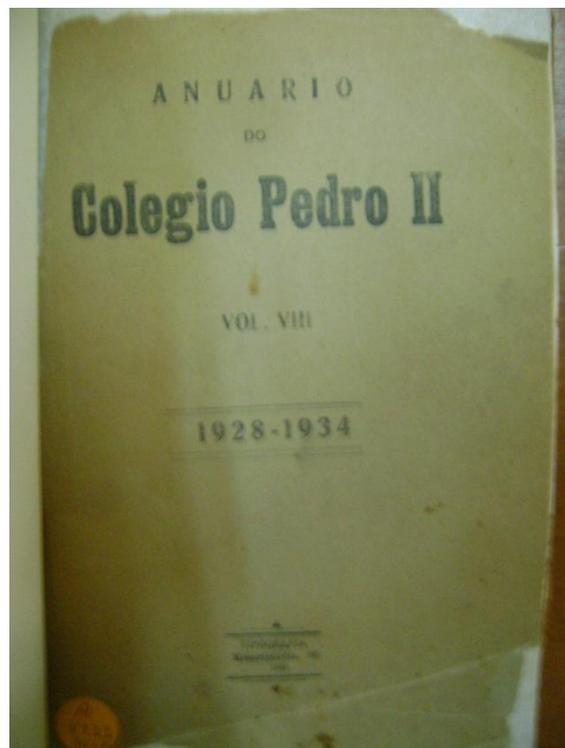
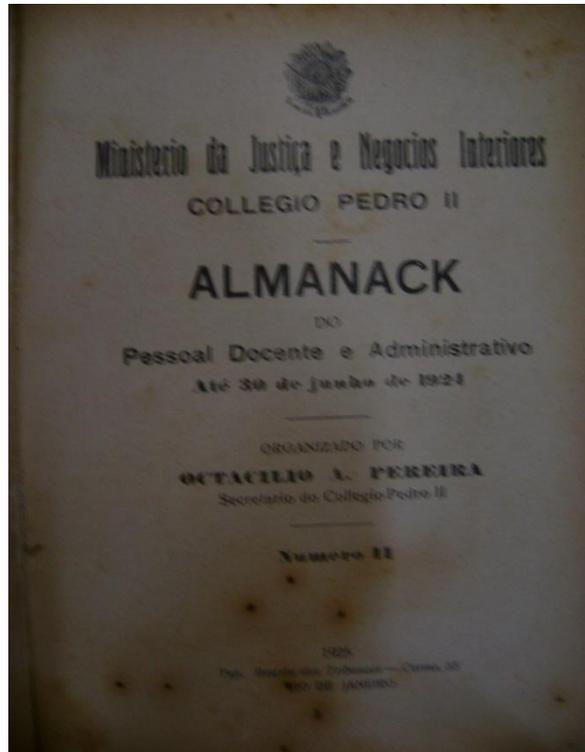
Gildasio Amado



Fernando Raja Gabaglia



ANEXO 14 - Capas e Contracapas de Alguns Documentos Investigados



ANUARIO
DO
Colegio Pedro II

VOL. IX
1935 - 1936

Tipografia
Rua da Misericórdia, 96
Tel. 42-3099
- 1938 -

ANUÁRIO
DO
COLÉGIO PEDRO II

VOLUME X
1937 - 1938



COMEMORATIVO DO 1.^o
CENTENÁRIO DA
FUNDAÇÃO DO COLÉGIO

